

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ – CAMPUS PARNAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

RAFAEL MARTINS DE MENESES

**O QUE REFLETE O ESPELHO DA ESCOLA
PARA ESTUDANTES TRANS?:
ESTRATÉGIAS DE AFIRMAÇÃO DAS TRANSGENERIDADES NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

RAFAEL MARTINS DE MENESES

**O QUE REFLETE O ESPELHO DA ESCOLA PARA ESTUDANTES TRANS?:
ESTRATÉGIAS DE AFIRMAÇÃO DAS TRANSGENERIDADES NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Ensino. Linha de Pesquisa: linha de pesquisa 2 – Organização e Memória. Orientador: Rafael Fernandes de Mesquita.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita – Orientador

Prof.^a Dra. Letícia Carolina Pereira do Nascimento - Examinadora Externa

Prof.^a Dra. Emanoela Moreira Maciel - Examinadora Interna

Prof.^a Dra. Ana Keuly Luz Bezerra - Examinadora Interna

Parnaíba-PI

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

M543q	Meneses, Rafael Martins de O que reflete o espelho da escola para estudantes trans?: estratégias de afirmação das transgeneridades na educação profissional e tecnológica / Rafael Martins de Meneses – Parnaíba, PI, 2024. 212 f.: il. color. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Campus Parnaíba, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Parnaíba, 2024. Orientador Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita. Inclui referências e apêndices. 1. Estudantes Trans. 2. Educação Profissional e Tecnológica - EPT. 3. Identidades Trans - Afirmação. 4. Transgeneridades. I. Título. CDD 306.76
-------	--

Ficha Catalográfica: Ana Úrsula Farias Pereira - Bibliotecária CRB-3/1131.

Dedico esse trabalho a toda a transcestralidade que lutou para ter sua identidade reconhecida e pela garantia da dignidade nos espaços e instituições públicas. Xica Manicongo presente! Monique dos Santos presente!

AGRADECIMENTOS

Conta um *itan* que no princípio havia apenas uma verdade refletida no céu por um espelho, separando o mundo espiritual do material. Certo dia, uma mulher por descuido arremessou um pilão atingindo o espelho da verdade absoluta, estilhaçando-o em pedaços por toda a terra. Ela correu para pedir desculpas para *Olorum*, ele calmamente lhe tranquilizou e disse sorrindo: “A partir de hoje, não haverá uma única verdade, quem encontrar um pedacinho de espelho, em qualquer parte do mundo, achará apenas uma parte da verdade, porque o espelho reproduz apenas a imagem do lugar onde ele se encontra”. Saúdo minha ancestralidade com essa transmissão africana e me vejo em cada pedaço de experiências compartilhadas com as pessoas-espelhos que me ajudaram direta e indiretamente na construção dessa dissertação. Por isso, agradeço:

À Valdenia Sampaio, por estilhaçar todos os espelhos tidos como absolutos. Guardo bem no fundo do peito cada reflexo de afeto-verdade que construímos durante todos esses anos. Sonhar contigo é ter a coragem de enfrentar as adversidades e desfrutar da sorte de sorrir no processo. És o meu arcanjo dos voos entre esse mundo e os outros. Amo-te!

À Maria de Lourdes, minha avó, pelas interseções, cuidado e estímulos de aprendizagem. Graças a seu trabalho na lavoura e na escola, pode utilizar com a mesma maestria o pilão e o lápis, a mesma mão que alimentou também ensinou. O que é o conhecimento senão um alimento para a alma? Obrigado por tudo!

À Gilmara Martins, minha mãe, à Mariá Sampaio, minha sogra, ao Waldenício Martins e à Tatiana Torres, tio e tia, pela torcida e energias positivas. Não tiveram dúvidas da minha aprovação no seletivo de mestrado, apesar da minha insegurança. Agradeço por me trazerem confiança em momentos que não a vejo no espelho.

Ao meu orientador-ourives Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita, não costumo acreditar em verdades absolutas e em acasos. Ter a sua orientação e refinamento na minha caminhada acadêmica e profissional foi um presente, manifestado em cada conversa, proposta, revisão e encontro. Esse trabalho possui vários pedaços dos espelhos mostrados pelo seu olhar atento e elegante. Agradeço pela confiança e parceria, mesmo quando refletia meu jeitinho caótico e ansioso.

À Profa. Dra. Emanuela Maciel, pelos ensinamentos-aprendizados significativos, és um manancial de conhecimento que reluz a imagem da educadora-educanda comprometida com a educação no seu sentido mais amplo, empático e transformador. Tenho muito a agradecer-lhe, repito o que lhe disse no fim de uma aula de “Teorias e Práticas de Ensino e Aprendizagem”: “Tinha uma expectativa alta com a sua aula. Essa expectativa se tornou pequena diante da

realidade”. Obrigado pelas contribuições e ser inspiração para produzir mudanças de vida pela educação.

À Profa. Dra. Letícia Nascimento, pelas trocas férteis, és parideira de feitiçarias decoloniais de gênero, raça e sexualidade. Travesti nunca foi bagunça! Ser travesti também é ter coragem e força de continuar viva e implodir os reflexos de quem tem medo da diferença! Obrigado por ensinar existindo e compartilhando seus feitiços na universidade e além. Considero-me um aprendiz de feiticeira, na espreita pela próxima alquimia ciborgue.

À Profa. Dra. Ana Keuly, pelo acolhimento, afeto e contribuições durante o curso de mestrado. Sou muito grato por sua presença e apoio nesse percurso.

Aos amigos Lucivando Martins e Pedro Modesto, pela acolhida em Parnaíba-PI, os ventos litorâneos foram mais acalentadores por causa de vocês. Amigos são casas, mostraram-me a materialização dessa metáfora. Obrigado pelos conselhos acadêmicos, sessões de cinema, rolês gastronômicos e por todos os encontros afetivos.

À amiga L’Hosana Tavares, por todo o apoio, cumplicidade e inspiração.

Aos amigos Wicto Borges e Adaleuton Queiroz, pela colaboração em momentos cruciais nos últimos anos, desde o plano de aula para concursos até a coautoria em publicações, e pelas boas memórias afetivas regadas à cerveja, vinho, boas comidas e risadas.

Aos Professores Doutores do ProfEPT-IFPI Jeferson Marinho e Márcio Aurélio pelas ricas trocas dentro e fora de sala de aula, também agradeço à Profa. Dra. Raquel da Costa, a Profa. Dra. Elenice Alvarenga, Profa. Dra. Joselma Ferreira e ao Prof. Dr. Stephenson Galvão pelos compartilhamentos profícuos. Suas atuações exemplificam a potência da Educação Profissional e Tecnológica na Práxis.

À Turma 2023 do mestrado profissional em EPT do IFPI, em especial, a James Elemieverson, José Rômulo e Roseane Bruna pela amizade construída ao longo de viagens, intervalos e saídas, deixaram o mestrado mais leve e feliz, obrigado! Em nome de vocês agradeço a todas as pessoas dessa turma, as semanas em Parnaíba foram melhores graças à dedicação e partilha de cada uma.

Ao grupo de pesquisa NEON – IFPI, na pessoa da Ms. Adriana Kirley, cada reunião, parceria e troca acadêmica trouxeram amadurecimento e boas experiências nessa travessia.

À coordenação do ProfEPT, na pessoa da Profa. Dra. Jalva Rabelo, pela mediação durante as burocracias do processo formativo e pelos estímulos a atingir às metas pretendidas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) pelo apoio financeiro na graduação e agora no mestrado e pelo trabalho de suporte à ciência de qualidade. Agradeço

às políticas de cotas e expansão dos Institutos e Universidades Federais, implantadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores, as quais possibilitaram que eu fosse o primeiro integrante do meu núcleo familiar a ingressar e concluir um curso de mestrado.

Quando eu comecei lá no Babilônia [em Teresina-PI, no ano de 1991][...] as políticas ainda não existiam e as que existiam, elas não tratavam diretamente dessa temática LGBT, como se trata hoje [...]. Mas a política, de uma forma geral, ela passa também pela cobrança da própria população né?! A partir do momento que você cobra, que você começa a exigir (pausa) das autoridades públicas, eu acho que essas políticas, elas vão acontecendo [...]. Que foi o nosso caso aqui. E hoje nós temos... tudo isso que nós temos hoje, foi graças a nós, que fomos atrás, que lutamos pra que hoje a gente tenha toda essa rede. (Transativista Monique Alves, em entrevista para o Estudo Multicêntrico Nacional sobre os perfis de Travestis e Transexuais - UNB/UFPI)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

ANTRA - Associação de Travestis e Transexuais do Brasil

ASTRAL - Associação de Travestis e Liberados

BIA - Base Institucional Acadêmica do Instituto Federal do Piauí

CIS - Cisgênera/o

CNE - Conselho Nacional de Educação

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

HU - Hospital Universitário

IFBA - Instituto Federal da Bahia

IFPI – Instituto Federal do Piauí

IFPI - CTZS - Instituto Federal do Piauí – *Campus* Teresina Zona Sul

IFPR - Instituto Federal do Paraná

IFSP - Instituto Federal de São Paulo

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneras/os/es e Transmasculinos, Queers, Intesexos, Assexuais, Pansexuais, não-binários e demais dissidência de gênero e sexualidade

MEC - Ministério da Educação

NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

PIBIC Jr - Programa de Iniciação Científica Júnior

PTT1 - Produto Técnico e Tecnológico 1 (material didático/instrucional)

PTT3 - Produto Técnico e Tecnológico 3 (Tecnologia social)

PROPI - Pró-reitoria de Pesquisa

STF - Supremo Tribunal Federal

TJPI - Tribunal de Justiça do Piauí

TRANS - Travestis, Mulheres e Homens Transexuais, Transgêneras/es/os e Transmasculinos

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Você e o espelho.....	11
Figura 2 - Conceitos dos estudos de gênero e sexualidade.....	28
Figura 3 - Exemplos de identidades de gênero, orientações sexuais e outras características.....	28
Figura 4 - Ecomapa de participantes da pesquisa.....	58
Figura 5 - Mandala das estratégias.....	119
Figura 6 - Fluxograma da Proposta de Ação Afirmativa para pessoas Trans.....	120

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Da pista para a escola.....	32
Imagem 2 - Capa do livro Gritarias Epistêmicas.....	50
Imagem 3 - Cena da telenovela ‘A Força do Querer’	74
Imagem 4 - Não conseguirão mudar meus braços!.....	77
Imagem 5 - Quais os seus pronomes?.....	91
Imagem 6 - Basta de transfobia!.....	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese de conceitos e termos.....	16
Quadro 2 - Síntese esquemática de conceitos e temáticas.....	52
Quadro 3 - Dados discentes Trans.....	64
Quadro 4 – Dados docentes.....	65

RESUMO

A cisgêneridade é um conceito elaborado pelas pessoas Trans para demarcar as identidades cisgêneras, aquelas que decorrem do modelo binário de sexo-gênero: masculino-pênis, feminino-vagina. Em um mundo pensado na lógica cisgênera torna-se relevante produzir conhecimentos transinclusivos, pois, em 2023, o Brasil configurou, pela 15ª vez consecutiva, como o país que mais mata pessoas não-cis. Diante desse contexto, a escola é um lugar onde diversas transfobias ocorrem, assim como, um ambiente de conscientização a respeito dessas questões. Nesse sentido, esse trabalho possui como objeto de estudo as estratégias de afirmação de pessoas Trans na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e vincula-se à linha de pesquisa Organização e Memória do ProfEPT. Consequente, esse estudo se debruça no macro projeto de organizações pedagógicas, porque traz propostas de aprimoramento das políticas afirmativas e desenvolvimento pedagógico na EPT ofertada pelo IFPI. Assim, este projeto de dissertação tem como objetivo geral: analisar as estratégias relacionadas às transgêneridades no contexto escolar, utilizadas por discentes Trans do ensino médio integrado ao técnico e docentes do IFPI. Para alcançar o objetivo proposto, utiliza-se uma metodologia qualitativa, na modalidade descritiva e analítica. A análise e construção dos dados foi feita através da cartografia, método inspirado nos pensamentos da filosofia da diferença e pós-estrutural. Os *loci* da pesquisa foram os campi do IFPI onde havia pessoas Trans que aceitaram participar da pesquisa e em que houve indicação das informantes-chave. A produção de dados foi feita por meio de: entrevistas semiestruturadas com cinco discentes Trans; formulários *online* respondidos por oito docentes cis e; diários de intinerâncias produzidos pelo pesquisador. Cada diário de intinerância contém fluxos que misturam minhas experiências, leituras e pensamentos, trazê-los foi um processo terapêutico, um certo despejo de violências sofridas e presenciadas, uma libertação de poemas presos. (Re)produzi nesse instrumento-terapia toda a contrariedade inseridas nas minhas identidades de pessoa e pesquisador em (des)feitura. Nas cartografias das estratégias de afirmação de estudantes Trans consta um caleidoscópio de experiências das pessoas participantes. A aquarela dessas memórias desenha espaços-tempo complexos e contingentes. Dentre os resultados, têm-se que: a) A identidade de gênero é uma área de identificação complexa e envolta em múltiplas camadas, muitas das quais são influenciadas por fatores sociais, culturais, biológicos e psicológicos; b) No ambiente escolar, as subjetividades tanto de discentes quanto de docentes têm um impacto significativo no cotidiano educacional; c) A construção de espaços livres de transfobia deve ser um esforço contínuo e coletivo, exigindo o comprometimento de todos os participantes no processo educativo; d) A EPT propõe uma perspectiva contra-hegemônica, buscando ir além das opressões de classe, raça e gênero estabelecidas, consequentemente, deve acolher e respeitar o público não-cis; e) A transfobia é um problema que se manifesta tanto dentro quanto fora da EPT, seu enfrentamento exige uma abordagem multifacetada e abrangente; f) Embora ainda existam desafios significativos no atendimento à pessoas não-cisgêneras a serem enfrentados, as respostas obtidas nas entrevistas realizadas indicam que o IFPI se demonstra um ambiente acolhedor para pessoas Trans. A respeito dos produtos educacionais, apresento três Produtos Técnicos e Tecnológicos 1 (PTT1) – Material didático, nos formatos de: a) artigo científico; b) Caso de ensino; c) Mandala de estratégias e um Produto Técnico e Tecnológico 3 (PTT3) - Tecnologia social, onde foi feita a produção de uma minuta de resolução para incluir pessoas Trans na políticas de ações afirmativas de pós-graduação do IFPI. Ademais, essa pesquisa pode auxiliar discussões sobre a desconstrução da transfobia dentro e fora da EPT por meio de estratégias de afirmação das identidades Trans.

Palavras-chave: Estudantes Trans. Educação Profissional e Tecnológica - EPT. Afirmação das identidades Trans. Transgêneridades.

ABSTRACT

Cisgenderity is a concept developed by Trans people to demarcate cisgender identities, those that derive from the binary model of sex-gender: male-penis, female-vagina. In a world based on cisgender logic, it is important to produce trans-inclusive knowledge, since in 2023 Brazil was ranked, for the 15th time in a row, as the country that kills the most non-cis people. In this context, the school is a place where various transphobias occur, as well as an environment for raising awareness of these issues. In this sense, the object of this study is the affirmation strategies of Trans people in Professional and Technological Education (EPT) and is linked to the ProfEPT's Organization and Memory line of research. Therefore, this study focuses on the macro-project of pedagogical organizations, because it brings proposals for improving affirmative policies and pedagogical development in the EPT offered by IFPI. Thus, the general objective of this dissertation project is to analyze the strategies related to transgenderism in the school context, used by Trans students in integrated high school and teachers at IFPI. To achieve the proposed objective, a qualitative, descriptive and analytical methodology was used. The data was analyzed and constructed using cartography, a method inspired by the philosophy of difference and post-structural thinking. The research sites were the IFPI campuses where there were Trans people who agreed to take part in the research and where key informants had been nominated. The data was produced through: semi-structured interviews with five trans students; online forms answered by eight cis teachers and; intinerance diaries produced by the researcher. Each intinerance diary contains flows that mix my experiences, readings and thoughts. Bringing them in was a therapeutic process, a certain eviction of violence suffered and witnessed, a release of imprisoned poems. (Re)producing in this therapy tool all the contrariness inserted in my identities as a person and researcher in (un)making. The cartographies of the affirmation strategies of trans students contain a kaleidoscope of the experiences of the participants. The watercolor of these memories draws complex and contingent time-spaces. Among the results are the following: a) Gender identity is a complex area of identification wrapped in multiple layers, many of which are influenced by social, cultural, biological and psychological factors; b) In the school environment, the subjectivities of both students and teachers have a significant impact on day-to-day education; c) The construction of transphobia-free spaces must be a continuous and collective effort, requiring the commitment of all participants in the educational process; d) The EPT proposes a counter-hegemonic perspective, seeking to go beyond the established class, race and gender oppressions, consequently, it must welcome and respect the non-cis public; e) Transphobia is a problem that manifests itself both inside and outside the EPT, and tackling it requires a multifaceted and comprehensive approach; f) Although there are still significant challenges in serving non-cisgender people to be faced, the responses obtained in the interviews conducted indicate that the IFPI proves to be a welcoming environment for Trans people. Regarding the educational products, I present three Technical and Technological Products 1 (PTT1) - Teaching material, in the formats of: a) scientific article; b) Teaching case; c) Mandala of strategies and one Technical and Technological Product 3 (PTT3) - Social technology, where a draft resolution was produced to include Trans people in IFPI's postgraduate affirmative action policies. In addition, this research can help discussions about deconstructing transphobia inside and outside the EFA through strategies for affirming trans identities.

Keywords: Trans students. Professional and Technological Education. Affirmation of trans identities. Transgenerities.

SUMÁRIO

PRÓLOGO	15
OLHE NO ESPELHO: NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	17
1 OBJETIVOS	24
3.1 Objetivo Geral	24
3.2 Objetivos Específicos.....	24
2 JUSTIFICATIVA.....	25
3 ESPELHOS E IMAGENS: REFLEXÕES TEÓRICAS	30
3.1 Afirmação das Identidades das Pessoas Trans e os (Im)pactos da Cisgeneridade.....	31
3.2 Da Pista Para a Escola: Transvestigeneridades e a Educação.....	35
3.3 Antecedentes Históricos Da EPT.....	39
3.4 Bases Conceituais da EPT e Categorias Analíticas: (Im)Possibilidades de Afirmação Trans	40
3.4.1 Formação Integral e pessoas Trans	41
3.4.2 Mundo do Trabalho e pessoas Trans	43
3.4.3 Nome social na EPT	44
3.4.4 Transfobia na EPT	49
3.5 Trans epistemicídio: a cisnormatividade e o epistemicídio	51
3.6 De Trans Pra Frente: Práxis Educativa Travesti	56
3.7 Síntese Esquemática	58
4 CONVERGÊNCIAS CARTOGRÁFICAS: PERCURSOS METODOLÓGICOS	61
4.1 Estratégias De Produção De Dados.....	63
4.1.1 Ecomapa Bola de Neve.....	63
4.1.2 Entrevistas semiestruturadas.....	64
4.1.3 Formulários online	65
4.1.4 Diários de Intinerância do Pesquisador	65
4.2 Questões éticas, legais e benefícios	65
4.3 Riscos e desafios da pesquisa	66
4.4 Algumas Pistas Analíticas	66
4.5 Produção dos Produtos Educacionais	67
5 CARTOGRAFIAS DAS ESTRATÉGIAS DE AFIRMAÇÕES TRANS	69
5.1 Contornos das Pessoas Participantes	69
5.1.1 Discentes Trans	70
5.1.2 Docentes e integrantes da gestão escolar.....	71
5.2 Desenhos da Identidade de Gênero	73
5.2.1 Reflexos das identidades de gênero	79
5.3 Retratos da Transfobia Dentro e Fora do IFPI	87
5.4 Espelhos do IFPI na Vivência de Estudantes Trans	92
5.5 Estratégias de Afirmação das Identidades Trans	97
5.5.1 Uso do nome social	97
5.5.2 Enfretamento à transfobia.....	104
5.5.3 Uso do banheiro.....	111

5.5.4 Propostas para afirmação e acolhimento das identidades Trans na escola	117
6 COMO FOI SE TORNAR UM CARTÓGRAFO NESSA PESQUISA	122
7 PRODUTOS EDUCACIONAIS.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS: PONTA DO MAPA E INÍCIO DE OUTRAS ÓTICAS	129
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICES.....	145
APÊNDICE – A - TCLE DISCENTES.....	146
APÊNDICE – B -TCLE DOCENTES	148
APÊNDICE – C - TERMO DE ASSENTIMENTO	150
APÊNDICE - D - ROTEIRO ENTREVISTAS.....	152
APÊNDICE - E - FORMULÁRIO ONLINE	154
APÊNDICE - F – E-MAIL PARA COORDENAÇÃO DO PROFEPT	156
APÊNDICE – G - PORTARIA COMISSÃO DE COTAS PARA PESSOAS TRANS.....	158
APÊNDICE - H - ATAS DAS REUNIÕES DA COMISSÃO.....	159
APÊNDICE - I - MINUTA DA RESOLUÇÃO DE COTAS PARA PESSOAS TRANS	162
APÊNDICE - J - ARTIGO CIENTÍFICO	167
APÊNDICE - K - MANDALA DAS ESTRATÉGIAS	196
APÊNDICE - L - CASO DE ENSINO	198
APÊNDICE - M – DESPACHO DO PEDIDO FEITO PELO PROFEPT PARA A PROPRI.....	211

PRÓLOGO

Espelho, espelho meu, há alguém que seja como eu? Talvez essa seja uma pergunta comum ao olhar o sua imagem em uma superfície reflexiva. Num mundo que valoriza tanto a visão, essa oportunidade de visualizar os contornos da nossa existência é um tanto quanto enigmática. E poderia ser diferente? Quem ousa dizer que é a mesma pessoa do dia anterior ao perceber cada segundo do tempo escorrer pelo seu corpo? No enigma há uma salvação, uma oportunidade de se sujar a suposta transparência do que somos. Eis um dos feitiços da travesti Sofia Favero.

Espelhar não é repetir, o reflexo é um decalque, uma captura desestabilizada pelo olhar. E o que interfere nesse olhar? Quais bruxarias do sétimo dia, nas palavras de Linn da Quebrada, ecoam na feitiçaria das identidades? Na alquimia das humanidades construídas? Nas porções encantadas das sociedades? Nas fantasias históricas das instituições? Nas magias das instituições de ensino e seus poderes? Não há uma única resposta, porém, tem pistas e nelas sempre existiu o truque. Foi carregando o seu próprio espelho na bolsa que travestis retocaram o batom na esquina, reconheceram-se e fundaram a primeira associação de Travestis em 1992, presidida pela traviarca negra Jovanna Cardoso.

Da pista foram para outros espaços. Quais espelhos encontraram lá? Quais reflexos cindiam sobre os lugares inabitáveis até então? Que imagens além das imposições sociais rompem com a representação negativa das vidas Trans? Muitos espelhos se quebraram e pode-se pensar as estratégias oriundas dessas rupturas, como sugere a professora Luma Andrade e construir caminhos distantes da refração transfóbica, como o transfeminismo proposto pela travesti negra, professora e psicóloga Jaqueline de Jesus e a transfeminista Hailey Kass.

Cara pessoa cis, o espelho não vai lhe salvar! Os reflexos que imaginou não vão lhe proteger! A cobaia agora é outra! Como bem pontuam as professoras travestis negras Megg Rayara Gomes de Oliveira e Letícia Nascimento. A transfobia, racismo e classismo podem se interseccionar, como a luz em uma esfera convexa, por outro lado, é possível criar um arco-íris ao incidir em um prisma. Mudanças são necessárias. Nem nós somos iguais e nem os espelhos! Cada instituição social costuma demarcar quem e como pode refletir nas suas superfícies.

No espelho das escolas passam estudantes, docentes, pessoas lotadas nos setores administrativos, pessoas contratadas, familiares e comunidade externa. Entre tais, o que ocorre quando ousam encarar o seu reflexo e as adjacências que delimitam o seu entorno? Ir

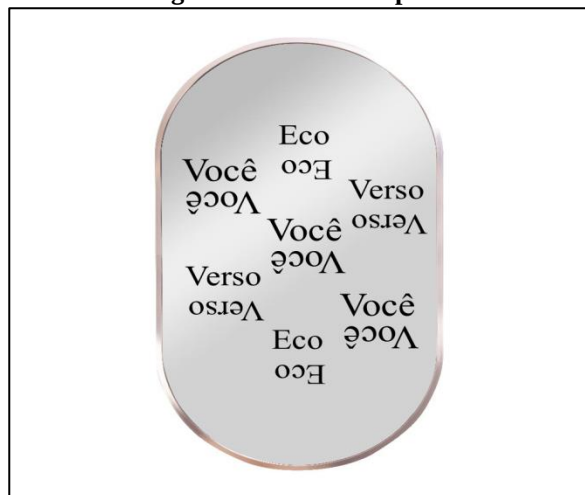
além, como proceder diante do não-refletido? Até onde o espelho alcança, essa terra não lhe define! Nem aquela que o olho não vê! Dentre tantas reflexões, convido-lhe para olhar através do espelho da educação e suas (im)possibilidades. Adentrar nas (in)visualidades da escola e construir um caleidoscópio de experiências emancipatórias das diferenças: saber-poder se afetar com as epistemologias Trans - os truques e as estratégias. Assim, entender o espelho como transição e não aprisionamento.

OLHE NO ESPELHO: NOTAS INTRODUTÓRIAS

*Dentro da cabeça
Há um mistério
Que se movimenta
Quem soul eu,
Ao me olhar no espelho?
[...]
O corpo para o pescoço
Põe o pé no chão
Traga a voz para a cabeça
A cabeça para o corpo
O corpo para o pescoço
(pense & dance – Linn da Quebrada & Ventura Profana)*

Antes de ler esse texto, convindo-lhe a pegar ou ir ao espelho mais perto de você, pode usar uma câmera ou qualquer superfície que reflita o seu rosto. Se não for possível, toque sua face e seu corpo, sinta como sua personalidade está inserida nesses traços. Esse é um exercício de experimentação da nossa corporalidade e subjetividade. Nessa dissertação essas e outras provocações estão presentes. Há mais que um reflexo e uma superfície, como sugere a figura 1.

Figura 1 – Você e o espelho



Fonte: Elaboração própria (2024).

Algumas indagações aparecem nessa travessia de escrita: quais ensinamentos e aprendizagens atuam na constituição de si? Se há essa atuação, como ela ocorre? Quais suas consequências? Essas são questões que perpassam as identidades e seus desdobramentos subjetivos. Uma das características basilares para a identidade são as expressões corporais, elas compõem demarcações sociais. O título desse trabalho deriva das transformações vivenciadas por Travestis, Mulheres e Homens Transsexuais, Transgêneras/es/os e

Transmasculinos (Trans) e sua construção de conhecimento frente aos padrões de vida cisgênero, entendidos como a atribuição do gênero feminino ou masculino ao nascer e outras limitações dessa normativa hegemônica de humanidade (Jesus, 2014).

A cisgeneridade é um conceito elaborado pelas pessoas Trans para demarcar as identidades cisgêneras, aquelas que decorrem do modelo binário de sexo-gênero: masculino-pênis, feminino-vagina (Jesus, 2014; Nascimento, 2021; Simakawa, 2015; Favero, 2020a; 2020b). Essas definições determinam até mesmo antes do nascimento as características biopsicossociais das pessoas como seus gostos, sexualidade e profissão, porque, no mundo ciscentrado, nascer cisgênero “torna-se uma imposição [...] os gostos são lidos como pessoais e inquestionáveis, [...] pensa-se ‘porque sou mulher’, ‘porque sou homem’, a ideia de mulher e homem liga-se, como um tipo de instinto, à cisgeneridade.” (Meneses, 2022, p. 28-29).

Essas limitações produzem de violências sutis a assassinatos, conforme dados do “Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023” da Associação Brasileira de Travestis e Transexuais – ANTRA (Benevides, 2024). O Brasil é, pela 15ª vez consecutiva, o país que mais assassinou pessoas Trans (Benevides, 2024). O dossiê da ANTRA de 2024, como desde sua primeira edição publicada em 2017, denunciou a crueldade que as transgeneridades estão expostas dentro e fora das instituições sociais. Esse relatório enfatiza as especificidades da letra T (Trans) da sigla LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneras/os/es, Queers, Intesexos, Assexuais, Pansexuais, não-binários e demias dissidência de gênero e sexualidade).

Uma das principais lições transfeministas (corrente feminista praticada e pensada em prol do respeito, afirmação e direitos voltados para a população Trans) está na emergência de posicionamentos antitransfóbicos de toda sociedade, não única e exclusivamente da população diretamente atingida. Nas palavras da Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus: “O transfeminismo não é aprendido apenas com leituras, se as palavras não pulsam nas veias de quem as lê” (Jesus, 2014, p. 6). Por isso, neste trabalho, trago como objeto de estudo as estratégias de afirmação da identidade de pessoas Trans na EPT, a partir das vivências de estudantes Trans, docentes e gestoras/es cisgêneras/os. A escolha desses dois grupos dialoga com a necessidade de ouvir as populações que sofrem as opressões transfóbicas e provocar a reflexão das pessoas cisgêneras sobre as demandas dessa comunidade, bem como, destacar as ações positivas realizadas.

Esse desejo se enlaça com a minha trajetória de vida. Sou a primeira pessoa do meu núcleo familiar a ter uma graduação e pós-graduação. Filho de mãe negra solteira, eu fui criado pela minha avó materna (mulher negra, feirante, professora leiga e depois merendeira)

e pelo meu avô materno (homem negro retinto, analfabeto e carroceiro) na periferia da Zona Sul de Teresina-PI. Desde a infância aprendi que não existe um único modelo de família, outrossim, tive experiências acerca das relações entre as diferenças e as desigualdades. Fui bolsista em uma escola particular no bairro Parque Piauí (2002-2012), denominada “Franklin Rocha”, onde estudei do maternal até a 8ª série (atual 9º ano) e pude me refugiar nos estudos e elaborar sonhos. Um refúgio controverso: também foi na escola que tive os primeiros contatos com as violências da/na escola, por exemplo: racismo, homofobia, discriminação de classe e outras opressões. Daí surgem os meus anseios por uma educação emancipadora.

Em 2013, ingresso no IFPI – CTZS, no curso Técnico em Edificações Integrado ao Médio. Essa foi uma realização sonhada em meados de 2010, momento em que escutei um colega vizinho de rua, numa conversa corriqueira relatar o seu desejo de “passar no CEFET”, por ser uma instituição pública de prestígio e com qualidade de ensino. A partir de então, todo dia mentalizava igualmente ser aprovado no classificatório e conseguir estudar no Instituto Federal. Minhas expectativas foram superadas. A vivência nessa escola me possibilitou aprendizados, para além dos livros e matérias trabalhadas com afinco, trouxe-me formações sociopolíticas críticas – pontes para as construções de si e de novos mundos.

Entrei na UFPI no ano de 2017, por meio da ação afirmativa de cotas raciais, onde cursei Bacharelado em Direito. A caminhada na universidade seguiu as direções construídas no IFPI. No terceiro período encontrei uma alternativa para estudar os temas que me são caros dentro do grupo de pesquisa Mudança na Ordem Privada. Esse grupo tinha a proposta, no ano de 2018, pesquisar sobre a mudança do nome civil das pessoas Trans, tema ainda em julgamento no Supremo Tribunal Federal à época. Tal encontro possibilitou a minha continuação na graduação, como diz, no livro “Olhos d’água”, a escritora e feminista negra Conceição Evaristo (2016): “O amor pedia o direito de amar, somente” (Evaristo, 2016, p. 52), descobri o direito de amar causas, vidas e os estudos das diferenças no curso de Direito – UFPI

O interesse nessa temática deriva das minhas experiências com a não-cisgeneridade no ensino médio do Instituto Federal do Piauí (IFPI) - *campus* Teresina Zona Sul (CTZS), onde também passei a me reconhecer como negro, cisgênero e pansexual, e na Universidade Federal do Piauí (UFPI) – *campus* Ministro Petrônio Portella. Decorre também das minhas leituras transfeministas, um aporte teórico que me envolve desde o Projeto de Iniciação Científica Júnior realizado em 2015 no IFPI - CTZS. Na minha formação em tais espaços, pude encontrar e (con)viver com integrantes não-cisgêneros e, a partir dessas trocas, escutei relatos de transfobia e presenciei outros. Percebi por meio desses contatos que a indignação

com a realidade excludente não pode ser resumida à individualidade, precisa ser coletiva. O exercício de ler, assistir e (con)viver com pessoas Trans é transformador, essa transformação também se incorpora nessa pesquisa.

Em um levantamento feito com o descritor “Trans” em novembro de 2023 no Observatório ProfEPT, repositório de dissertações e produtos educacionais do ProfEPT (Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica), registrou o total de 43 (quarenta e três) resultados, sendo que somente 02 (dois) trabalhos tinham relação com as transvestigeneridades - como denomina Erika Hilton, deputada federal, e Indianarae Siqueira, transativista não-binária, as identidades não-cisgêneras (Jesus, 2019).

Nos escritos encontrados, a dissertação de Érika Alburquerque (2020) estuda a transfobia no Instituto Federal do Ceará e conclui que a escola ainda é um ambiente hostil e carente de debates sobre as questões Trans. Por sua vez, Maria Conopca (2019) analisa os atos do Conselho Superior do *campus* Colatina do Instituto Federal do Espírito Santo e, na sua conclusão, indica a necessidade de atualização escolar a respeito das temáticas Trans, sugerindo a realização de pesquisas para averiguar a efetividade das políticas para afirmação das pessoas Trans dentro dos Institutos Federais. Em tal contexto escolar, também há problematizações sobre as políticas de permanência e conclusão de cursos sem a devida inserção social, porque:

[...] a posse de cursos, diplomas universitários e outras certificações, apesar de ser um requisito importante, não garante à população trans o ingresso no mercado de trabalho e nem a obtenção de um emprego na área em que se especializaram uma vez que permanecem as barreiras da invisibilidade e do preconceito do mercado de trabalho em relação a esse segmento social. (CEDEC, 2022, p. 31).

Daí a necessidade de divulgação de produções relacionadas às possíveis estratégias educativas utilizadas para a efetivação da cidadania plena dessas pessoas, marcadas pelas (im)posições da cisnormatividade (imposição de normas com base no modelo cisgênero), inclusive para além dos muros das instituições de ensino. Há um CISTema (sistema cisgênero) que determina as normas padrões das identidades de gênero com base nos discursos hegemônicos da cisgeneridade (Jesus, 2014). A desmistificação das ideologias propagadas pelo CISTema capitalista requer, por exemplo, entender que a qualificação profissional não garante a empregabilidade.

Estudos acadêmicos de travestis integram estratégias de construções epistêmicas e de sociedade, sendo referências potentes para a pesquisa, ensino, extensão e gestão da educação brasileira. Diante desse argumento, essa pesquisa referencia trabalhos de pessoas Trans para

dialogar com suas análises de dentro e de fora da academia, destacando sua formação acadêmica para enfatizar a importância de suas produções intelectuais e visibilizar outras narrativas sobre as transgeneridades.

Nesse direcionamento, a tese de Luma Andrade, na área de educação, informa que o conjunto “[...] de resistências ou de assujeitamentos foi sendo visibilizado nas narrativas das travestis e nos questionários daqueles que convivem com elas no espaço escolar – alunos(as), professores(as), gestores(as)” (Andrade, 2012, p. 246), argumento que corrobora a viabilidade de mapear as estratégias transinclusivas junto com a comunidade escolar.

Essa dissertação se debruça sobre essas proposituras e procura por suas materializações no ambiente escolar: nas resoluções sobre o nome social e suas lacunas; nos (contra)discursos produzidos por discentes Trans do ensino médio integrado ao técnico, docentes e integrantes da gestão do IFPI; nas (im)possibilidades de reconhecimento das identidades não-cisgêneras na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Assim, evidenciar as estratégias de reconhecimento para essa população.

Para encontrar as lacunas do estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, publicada em um periódico com Qualis Capes A1 (Meneses; Mesquita, 2024). As lacunas mapeadas indicam que: a) A afirmação das transgeneridades na EPT carece de medidas voltadas para o respeito à identidade de gênero de pessoas Trans, a utilização efetiva do nome social e respectivos pronomes adotados, bem como, o uso seguro do banheiro; b) o enfrentamento à transfobia requer formas de intervenção ativa, com precaução, prevenção, escuta e acolhimento de discentes Trans (Meneses; Mesquita, 2024; Santos; Amorim, 2022; Cavalcanti; Silva, 2022).

Com base no contexto em comento, suas lacunas e problematizações, tenho como pressupostos dessa pesquisa: a) As normativas aplicadas na EPT precisam dialogar com o público Trans para efetivar os seus objetivos; b) As narrativas de discentes Trans, docentes e de membros da gestão escolar podem indicar estratégias para a afirmação das identidades não-cisgêneras.

Assim, o **problema dessa pesquisa é**: como se dão as estratégias de reconhecimento das identidades Trans dentro da EPT? Nesse escopo, apresentar reflexões a partir das vivências da comunidade discente, docente e de gestão do IFPI.

A respeito dos produtos educacionais, apresento três Produtos Técnicos e Tecnológicos 1 (PTT1) – Material didático, nos formatos de: a) artigo científico (Apêndice J); b) Caso de ensino (Apêndice L) e; c) Mandala de estratégias (Apêndice K). Os PTT1 servem para a socialização e reflexão de conteúdos relacionados às transgeneridades. Há também um

Produto Técnico e Tecnológico 3 (PTT3) - Tecnologia social, onde foi feita a produção de uma minuta de resolução para incluir pessoas Trans na políticas de ações afirmativas de pós-graduação do IFPI (Apêndice I). Assim, auxiliar na desconstrução da transfobia dentro e fora da EPT.

No decorrer do trabalho, emprego conceitos e termos utilizados nos estudos Trans, para facilitar a leitura, indico referências e síntese de conceitos e termos no quadro 1.

Quadro 1 – Síntese de conceitos e termos

CONCEITO / TERMO	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIAS
Cisgeneridade	Conceito elaborado por intelectuais Trans para definir a identidade derivada do processo naturalizado de atribuição binária do gênero e sexo no nascimento, com fundamento em órgãos genitais e identidades hegemônicas, criando os trinômios: “vagina-mulher-feminino” / “pênis-homem-masculino”. Essa lógica desconsidera uma variada gama de identidades, expressões e vivências diferentes, por exemplo, as identidades Trans e Intersexo.	Caia Coelho (2020); Yuna da Silva (2019); Viviane Vergueiro Simakawa (2015); Letícia Nascimento (2021); Jaqueline de Jesus (2014).
Cisnormatividade / Cisnorma	Normalização das características cisgêneras e imposição dos seus pressupostos. Acarreta na transfobia, na deslegitimação de identidades e vivências fora dos seus padrões, consequentemente, no apagamento, discriminação e extermínio das diferenças não-cisgêneras.	Sofia Favero (2020b); Letícia Nascimento (2021); Jaqueline de Jesus (2014); Bruna Benevides (2024); Megg Rayara Gomes de Oliveira (2023)
CIStema	Termo utilizado para definir o sistema de poder ligado à cisgeneridade e cisnormatividade.	Viviane Vergueiro Simakawa (2015)
Transvestigeneridades / Transvestigêneres	Termos criados a partir dos pensamentos de Erika Hilton, deputada federal, e Indianarae Siqueira como outra forma de denominar as identidades não-cisgêneras. Aglutina os termos Trans + Travestis + Transexuais + Transgêneres, é uma estratégia de contemplar as identidades Trans na linguagem neutra e não-binária, ou seja, sem a demarcação binária de gênero (masculino/feminino)	Jaqueline de Jesus, (2019); Meneses; Nascimento (2021)
Transgeneridades	Termo usado para indicar a coletividade plural das identidades Trans.	Viviane Vergueiro Simakawa (2015); Letícia Nascimento (2021)

Essa pesquisa divide-se em Prólogo, seção de Introdução intitulada “Olhe no espelho: notas introdutórias”, seguindo para a seção 1, onde se expõe o objetivo geral e os objetivos específicos. Na seção 2, têm-se as justificativas para a construção desse trabalho de dissertação. “Espelhos e imagens: reflexões teóricas” é a seção 3, em que se destacam as principais referências e articulações teóricas usadas no corpo da pesquisa. A seção 4,

denominada “Convergências cartográficas: percursos metodológicos”, traz o detalhamento metodológico.

A exposição dos dados produzidos e a respectiva análise estão alocadas na seção 5. Falo como foi a caminhada de se tornar um pesquisador-cartógrafo, na seção 6. Na seção 7 trata acerca dos processos de elaboração, validação e aplicação dos Produtos Educacionais propostos. Por último, apresenta-se a seção “considerações finais: ponta do mapa e início de outras óticas”.

Desejo-lhe uma boa e provocativa leitura! Que possa se olhar no espelho com outros, talvez novos, elementos. Nem sempre seremos as/os mesmas/os, nós mudamos e os espelhos também.

1 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Essa dissertação tem como objetivo geral: analisar as estratégias relacionadas às transgeneridades no contexto escolar, utilizadas por discentes Trans do ensino médio integrado ao técnico e docentes do IFPI.

3.2 Objetivos Específicos

- Compreender a importância da afirmação das identidades Trans para a formação humana e integral na EPT;
- Identificar as (im)possibilidades das vivências Trans no contexto da EPT;
- Mapear as estratégias desenvolvidas por parte do corpo discente, docente do IFPI no que se refere às transgeneridades;
- Interpretar a relação entre as (im)possibilidades das vivências Trans na EPT e as estratégias de reconhecimento dessa identidade;
- Articular a implementação de políticas de ações afirmativas para pessoas Trans no IFPI;
- Desenvolver Produtos Técnico e Tecnológicos (PTT 1) para a discussão em espaços educacionais acerca da afirmação das transgeneridades.

2 JUSTIFICATIVA

*Desembainha a espada
Calcula para vencer
Feitiço e intercessão
Mata a mundo, pra não morrer
(Um Novo Nome - Ventura Profana)*

As transgeneridades (trans)formam o mundo para não morrer, criam novas epistemologias e outras maneiras de sobrevivência, como aponta a primeira travesti doutora do Piauí: Letícia Nascimento (2020). Nessas disputas históricas pela condição de uma vida humana (Butler, 2015b), nasce o transfeminismo como ferramenta de articulação da luta pelo reconhecimento das identidades trans femininas (travestis, mulheres transexuais e transgêneras).

Essa corrente do feminismo decorre de diversas produções Trans. Dentre elas, cabe destaque o trabalho da travesti Doutora em Psicologia Jaqueline Gomes de Jesus, uma das precursoras do debate do transfeminismo dentro e fora do meio acadêmico. Ressalto que o transfeminismo também traz benefícios para as pessoas cisgêneras: conscientiza sobre os (im)pactos da cisgeneridade e humaniza possíveis agressores/as (Jesus, 2014), considerando que a cisnormatividade “prejudica as próprias pessoas cisgêneras, homens e mulheres que ainda ficam enquadradas em modelos biologicistas de diferenças sexuais atribuídas aos gêneros” (Jesus; Lion; Urso, 2021, p. 192). Logo, a implementação de medidas de afirmação das vidas Trans repercute positivamente em toda teia social, em especial, quando executadas nas instituições de educação conforme as contribuições da primeira travesti mestre no estado do Piauí Jessyka Rodrigues (2020).

Nos dados do Censo Multissetorial produzido pela Gestão Káiros (2022), realizado com 26.619 profissionais, os resultados do quadro funcional indicam o total de 99,6% como pessoas cisgêneras e 0,4% como pessoas Trans, sendo 0,3% mulheres trans e 0,1% de homens trans. Essas estatísticas em conjunto com os dados do levantamento do perfil socioeconômico de estudantes de graduação, de 2019, em que somente 0,2% das pessoas graduandas se autodeclaram Trans (ANDIFES, 2019), refletem alguns problemas da participação do grupo não-cisgênero no mundo do trabalho e na educação formal.

A maioria da população Trans brasileira não encontra condições para concluir o Ensino Médio e o Ensino Superior, a transfobia é uma das principais causas das evasões (UFSC, 2019). Dentro desse contexto, Luma Andrade (2012) assevera que há uma expulsão transfóbica dissimulada, sem uma formalidade institucional e, de certa forma, há a expulsão

subjetiva, considerando a falta de percepção de acolhimento das transgeneridades nas instituições educacionais. Nesse cenário, a transfobia ganha maior robustez frente às experiências e interesses das transgeneridades. Essas movimentações opressivas também atingem os espaços educativos onde aplica-se a EPT.

Vislumbra-se aqui uma lacuna para a inserção dessas pessoas: como criar uma EPT acolhedora para as Transgeneridades em face da transfobia no ensino brasileiro, este organizado em sequências progressivas de requisitos? Para ingressar no ensino superior existe a dependência da conclusão do ensino médio e esta seria uma primeira barreira, que, ao seu modo, apresenta como requisito a finalização da educação infantil e ensino fundamental. Logo, o quantitativo de 0,2% de estudantes Trans nas instituições superiores em 2019 (ANDIFES, 2019), demonstra a grande retenção dessa parcela populacional durante o período escolar e consequente dificuldade em ingressar no mundo do trabalho, cada vez mais exigente e concorrido (Gestão Káiros, 2022).

Em 2016, quando estudava no 4º ano do ensino médio integrado ao curso Técnico em Edificações do IFPI-CTZS, convivi com dois homens Trans e ambos relatavam dificuldades comuns, desde o uso do banheiro até o nome na chamada. A organização institucional não atendia a contento às suas solicitações. Isso me gerava indignação, afetava-me como estudante e pessoa, pois eram requerimentos, feitos por outros representantes da classe estudantil, para ter a sua dignidade respeitada. Estava em uma instituição que não acolhia - nos seus trâmites e espaços - as diferenças, daí passei a questionar qual educação me foi ofertada e como poderia mudar esses impasses. Aprofundei minhas pesquisas sobre as temáticas e ingressei no curso de Direito e, com o mesmo desejo, participei de grupos de pesquisas relacionados aos Direitos Humanos.

No ano de 2020, como estagiário de direito, no Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), em uma vara do Tribunal do Júri, presenciei uma conversa transfóbica a respeito de uma solicitação de nome social de uma travesti participante de uma sessão do júri. Outra vez me questionei sobre os reflexos da educação nas estruturas sociais, inclusive no Direito, área em que atuo.

No mesmo âmbito, o resultado da solicitação do nome social do Exame Classificatório 2023.1 do IFPI, regido pelo Edital 32/2022 de 12 de setembro de 2022, dispara reflexões acerca do tema dessa pesquisa. Observa-se que nenhuma das 105 (cento e cinco) solicitações teve deferimento concedido. A resposta para o indeferimento foi a mesma: não atendimento da documentação exigida. Inexiste no resultado a indicação de qual documento estava faltando ou encontrava-se em desacordo com as normas. Interessante ressaltar a exigência da

autorização expressa dos pais ou representantes legais para solicitantes menores (inciso V do item 7.2 do referido edital), requisito positivado na Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018, do Ministério da Educação (MEC).

De início, argumento pela necessidade de reformulação da solicitação, com base na total rejeição de todos os pedidos. A situação localiza a materialidade transfóbica da burocracia e das normas institucionalizadas, tornando imperativo investigar outros modos de contemplação dos direitos dos grupos não-cisgêneros na EPT, a fim de se adequar às necessidades de quem aspira ingressar e de quem acessa aos seus serviços.

Ressalta-se que não há políticas de ações afirmativas para pessoas Trans no IFPI, diferente dos exemplos da IFBA (Instituto Federal da Bahia) e IFPR (Instituto Federal do Paraná), conforme dados apresentados na solicitação de implementação de cotas para pessoas Trans na pós-graduação encaminhada para a coordenação do ProfEPT – Parnaíba (Apêndice - F). Devido ao protocolo dessa solicitação no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), foi realizada uma reunião com o colegiado do ProfEPT - Parnaíba, seguindo para a comunicação dessa demanda junto à Pró-reitoria de Pesquisa (PROPI) do IFPI (Apêndice M), que respondeu dando anuência para a criação de uma comissão dentro do ProfEPT – Parnaíba (Apêndice G) para estudar a viabilidade dessa política. Foram realizadas duas reuniões (atas no Apêndice - H) e elaborada uma minuta de resolução para incluir as pessoas Trans nas ações afirmativas de cotas nas seleções da pós-graduação do IFPI (Apêndice I), encaminhado para a Pró-reitoria de Pesquisa do IFPI para os encaminhamentos necessários.

Logo, o IFPI ainda apresenta obstáculos para a ampliação da garantia do acesso de pessoas não-cisgêneras desde o ensino básico até a pós-graduação. As dificuldades de acesso atingem diretamente essa população. Os exemplos mencionados tratam de oportunidades de mudanças de vidas, pois são pessoas envolvidas. É fundamental analisar essas circunstâncias pelo prisma de quem está invisibilizada/o. Megg Rayara Gomes de Oliveira (2021), sobre esse ponto, menciona que

Nossa entrada na universidade, principalmente na década de 1990, se deu na condição de cobaia, de objeto de estudo. Embora discutir travestilidade e transexualidade seja necessário, também precisamos perguntar como essas pesquisas operam para questionar ou reiterar estereótipos, preconceitos. (Oliveira, 2021, s. p.).

Pesquisar, ler, analisar, publicar e outras atividades acadêmicas por si só não garantem alteração dessas realidades excludentes, precisa-se ampliar as formas de aplicação dos conhecimentos e práticas desenvolvidos, incluir as estratégias dos movimentos sociais e das

peças que vivenciam as transgeneridades. Construir novas ontologias é um dos caminhos apontados pela escritora e psicóloga doutoranda, Sofia Favero (2020a; 2020b), produzir novos mundo e novas maneiras de ser nele, pois quando uma travesti avança, toda a sociedade avança com ela (Nascimento, 2021).

Nesse cenário, vários depoimentos apontam para a mudança radical nas vivências transvestigêneras nas instituições sociais, porque “A maioria das pessoas trans passa por inúmeras situações de expulsão: de casa, do sistema formal de ensino, do mercado formal de trabalho” (Oliveira, 2021, s. p.). Essa fala de Megg Rayara Gomes de Oliveira (2021) reitera a importância de fomentar diálogos inclusivos da diferença. Para conseguir resistir e prosseguir com os estudos ela diz: “Tive que desenvolver inúmeras estratégias para continuar estudando, ainda que tivesse tomado consciência muito cedo de que o sistema educacional não me queria” (Oliveira, 2021, s. p.).

Compreender a relevância da pesquisa científica permite provocar alterações de hierarquias, pesquisador/a e participantes da pesquisa possuem papéis equiparados, principalmente nas áreas de educação e ensino (Adad, 2004; Araújo, 2012). Defendo a isonomia dos saberes proposta por Paulo Freire no livro *Pedagogia do Oprimido*: não há saber melhor ou pior, existem saberes diferentes (Freire, 2019), também entendo a relevância dos saberes locais, aqueles reprimidos pela academia por serem julgados destituídos da suposta verdade científica (Foucault, 2016). Ancorados nesses motivos surgem meus desejos de pesquisar não “sobre”, mas “com” pessoas Trans na EPT. Assim, não almejo “dar voz” e sim ouvi-las, assim como sugere a feminista negra Grada Kilomba (2019), numa perspectiva decolonial de desenvolver um fazer científico aberto para quem for visto como “o outro”.

Ancora-se ao exposto outras produções científicas, ao apontarem lacunas teóricas sobre o tema, como os escritos de Rafaela Amorim e Fábio Santos (2022), que relatam dificuldades em encontrar trabalhos que contemplassem, especificamente, pessoas Trans. No mesmo sentido, Natália Cavalcanti e Jéssica Silva (2022) ressaltam os incipientes estudos e ações pedagógicas que as considerem na formação profissional nos Institutos Federais e a escuta e participação das pessoas Trans na avaliação e construção das ações e políticas.

Assim, o produto educacional proposto aborda essas produções na elaboração do seu conteúdo próprio (textos com conceitos mais usados, datas importantes, indicações de leitura e demais materiais). Promover a socialização de trabalhos que auxiliem na afirmação das vidas Trans está nas pretensões do livro didático proposto e, para alcançá-las, as organizações civis e governamentais voltadas para políticas públicas de afirmação das

transvestigeneridades serão convidadas para validação e futura divulgação em campanhas e ações sociais.

Isto se alinha aos resultados das dissertações do ProfEPT de Albuquerque (2020) e Conopca (2019), que trazem a importância de se discutir a inserção de pessoas Trans na EPT e indicam as lacunas teóricas e práticas, assim como a tese de Luma de Andrade (2012), de onde se extrai a noção de estratégia para esse trabalho. Pois, analisar as práticas do chão da escola não sugere a circunscrição desse debate apenas nessa instituição. O reconhecimento deve surgir também nas demais instâncias da sociedade, inclusive refletir sobre as normas jurídicas educacionais.

Mediante tais assertivas, pretende-se problematizar as normas da cisgeneridade e a relação dessas normas com os mecanismos de poder inseridos na Educação e (re)produzidos por ela. Trazer o foco nas estratégias de afirmação das identidades Trans no IFPI, para mapear essas movimentações existenciais, significa reconhecer as (r)existências e reverberá-las, para constituir novos conceitos, práxis e caminhos na educação condizentes com as reivindicações de um grupo historicamente posto à margem.

3 ESPELHOS E IMAGENS: REFLEXÕES TEÓRICAS

*Não somos o problema e nem parte da solução.
Nós somos a inclusão e o futuro. E isso não tem volta.
(Indianarae Siqueira)*

Estudar a naturalização dos padrões cisgêneros que causam danos biopsicossociais para a comunidade Trans é uma atividade de reconhecimento dos movimentos de negação de existência sofrido por essa população e também uma oportunidade para visualizar estratégias afirmativas dessas vidas. Tanto as transgeneridades como as cisgeneridades tratam-se de identidades de gênero. Todavia, as pessoas cisgêneras detêm direitos com efetividade, enquanto os mesmos direitos para as transgeneridades são negados ou carecem de regulamentação para serem exercidos, como nos casos de retificação de nome civil (Meneses, 2022).

Reflito que certos modelos de existência atuam no contexto dessa pesquisa. Com isso, também se questiona a implicação da limitação da identidade à morfologia do corpo e os processos de subjetivação dela derivados (Jesus, 2014; Meneses, 2022). O preconceito de determinados fenômenos humanos pode ensejar em negligência de direitos, exclusão social e sistematização da morte (Rodrigues *et al.*, 2021). Nesse aspecto, “[...] não cabe mais perguntar 'o que somos' - mas indagar como nos tornamos miseravelmente fechados à vida” (Favero, 2022, p. 39).

Problematizar esse *status quo* de exclusão é um exercício de (re)formulações de epistemologias emancipatórias, pois “problemas são inevitáveis e nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de criá-los, a melhor maneira de tê-los” (Butler, 2015, p. 6). Nessa direção Gilles Deleuze (2012) ao analisar os pensamentos de Bergson, expõe a potência do problema: “A verdadeira liberdade está em um poder de decisão, de constituição dos próprios problemas: esse poder, 'semidivino', implica tanto no esvaziamento de falsos problemas quanto no surgimento de verdadeiros” (Deleuze, 2012, p. 11). As afirmações trazem enunciados de certo modo estáticos (ser), enquanto o problema (possibilidade de não-ser), ao evidenciar dúvida, delimita uma dada enunciação e lhe abre para a construção de outras enunciações (Deleuze, 2012). Uma das grandes contribuições do transfeminismo é trazer luz para questões não vistas, como colocado por Jaqueline Gomes de Jesus em uma entrevista. Para ela o transfeminismo

[...] é uma forma de olhar o mundo, mas ele contribui, particularmente, no campo da ação. Quando você percebe que as contribuições de pessoas trans ao longo da história, das travestis das diferentes culturas, dos diferentes nomes que se deram a pessoas trans ao longo das diferentes culturas, nos mostram de forma mais didática essa perspectiva do gênero na sua complexidade, que muitas vezes **não vendo também se tenta criar** — e essa é realmente uma característica da própria categoria gênero — criar uma idealização de quem nós somos a partir de um coletivo que não existe, que **é uma idealização e que se torna real** — essa é a grande discussão da Judith Butler e outros autores das teorias queer — se torna real a partir da performatividade. Então é repensar isso, não dizer que nós deixamos de ser quem somos instantaneamente [...] **as pessoas vão perceber que estão usando óculos para ver o mundo**, que são os estereótipos de gênero, e que elas não sabem que estão usando um óculos. Quando as pessoas entenderem que estão usando um óculos elas **podem pensar como ter outras visões ou se querem manter essa visão**, mas cientes que estão usando uma perspectiva específica de visão de mundo. É essa a contribuição do transfeminismo para o mundo contemporâneo. (Jesus; Lion; Urso, 2021, p. 192, grifos nossos).

Nesse direcionamento, Sofia Favero (2022), no livro “Psicologia Suja”, propõe, inspirada em Judith Butler, uma escrita construída a partir dos problemas. Materializar questões próprias e articuladas com suas experiências é uma estratégia usada pela autora para fugir dos essencialismos e estimular a reflexões acerca das (im)possibilidades impostas pela cisgeneridade. Segundo ela: “Falo de um tipo de problema que só se pode ser enxergado na natureza de nossas perguntas: o que faz que queiramos tanto dar resposta a isso? Somos capazes de suportar outra linguagem? Outro idioma para pensar nossas vidas?” (Favero, 2022, p. 60). Assim, trazer outros contornos para situações sequer questionáveis pelas normas de raça, classe, gênero e sexualidade (Nascimento, 2021).

Logo, indago: como viver em um mundo que lhe violenta cotidianamente ao não reconhecer seu nome, obstaculiza o uso do banheiro, dentre outros espaços públicos e lhe assassina? Resta matá-lo, construir outros mundos, uma geogênese transvestigênere (Nascimento; Meneses, 2021). Pensar o futuro de uma gêogenesis transvestigênere no abandonar a terra da cisgeneridade, perpassa uma experiência de (des)territorialização (Deleuze; Guatarri, 2010a; 2010b). Na elaboração de desenhos de outros lugares, caminhos de transintervenção. Como sugerido por Sofia Favero (2022), quando diz: “É para isso que nos serve o transfeminismo: não para incluir, mas para intervir, infeccionar. As identidades trans e travestis intervêm no modo como incorporamos uma palavra” (Favero, 2022, p. 57).

3.1 Afirmação das Identidades das Pessoas Trans e os (Im)pactos da Cisgeneridade

Percebem-se alguns resultados da luta do movimento de Travestis e Transexuais no Brasil durante as duas décadas dos anos 2000, como o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4275/DF. As ADIs são usadas para dirimir questões

constitucionais em conflito, nelas o Supremo Tribunal Federal (STF) avalia a constitucionalidade de normas jurídicas. O STF decidiu favoravelmente aos pedidos da ADI nº 4275/DF, publicada em 09 de março de 2018, no mesmo dia ocorreram manifestações comemorativas, divulgadas nas redes sociais, com a queima coletiva de laudos médicos e pareceres psicológicos, em um ato simbólico (Jornalistas Livres, 2018).

A ADI peticionava a alteração do prenome e gênero diretamente no registro civil (mudança prevista, desde 1973, pela Lei de Registros Públicos do Brasil, porém aplicada plenamente apenas para pessoas cisgêneras), sem necessidade de laudos comprobatórios de disforia de gênero e/ou modificação corporal (exigência comum nas ações judiciais sobre o tema) (Meneses, 2022). Utilizo modificação corporal ao invés de termos biologizantes da medicina que essencializam a sexualidade, a saber: redesignação, readequação, mudança de sexo. Esses termos sugerem uma suposta “transição corretiva” para “adequar”, “redesignar”, “mudar” e assim reiteram as noções de desvio e patologia dessas identidades, mediante as afirmações despatologizantes da travesti Sofia Favero (2020a). Entendo que as modificações corporais de pessoas Trans estão no mesmo patamar das realizadas por pessoas cisgêneras, que não recebem essa carga negativa ao se submeterem aos procedimentos de alteração corporal (Jesus, 2014).

Ainda há muito a ser garantido para que as vivências dessas pessoas venha a ser tratada de forma digna e sua identidade respeitada. As relações de poder nos espaços educativos através de (re)produção de saberes normativos podem usurpar as capacidades de autodeterminação de estudantes Trans. Ceú Cavalcanti (2019), a respeito do conceito de autodeterminação, assevera que pautar:

[...] autodeterminação, na medida em que nos convoca todas a entender os sinuosos meios de produção e agenciamento das verdades, reposiciona as linhas de poder que, até então, creditam ao onisciente profissional psi o estatuto de enunciar as verdades possíveis sobre pessoas trans. Seguindo o viés da autodeterminação, deslocamos esse aparato ao entender que são complexas as constituições de subjetividade e de narrativas que nos explicitem ao mundo, de modo que é desde sempre impossível categorizar as vivências trans em uma divisão binária de vivências verdadeiras ou falsas, a partir do critério eleito pela interpretação do próprio profissional de saúde. (Cavalcanti, 2019, p. 34).

Consequente, a autonomia das pessoas não-cisgêneras é limitada pelas: a) Discriminações - ao serem violentadas de diversas formas, sendo vítimas de constantes violações de direitos básicos, incluindo o direito fundamental da dignidade da pessoa humana; b) Patologizações - quando a sua identidade de gênero é tratada como doença, consequentemente, passível de cura e checagem médica; e c) Paternalismos – observado na

supervalorização das decisões de profissionais da saúde e do direito em detrimento da vontade expressa dessa população (Meneses, 2022).

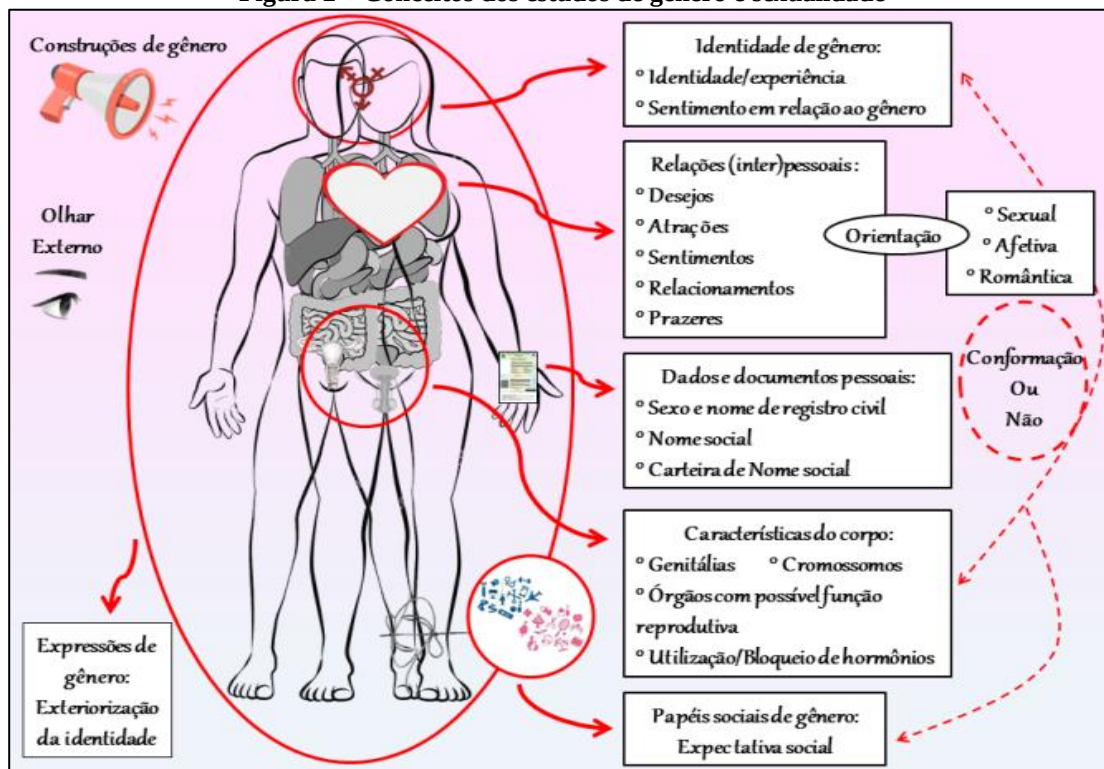
Nesse liame, para Judith Butler (2015a) as performances humanas de gênero e sexualidade são produtoras de outras possibilidades em concordância ou não com a inteligibilidade dominante. O conceito de sexualidade apresentado baseia-se nos escritos de Foucault (2018), pois trata-se de um dispositivo histórico de poder que permeia toda a teia social, com discursos, ditos e não-ditos (Meneses *et al*, 2021). Em suas manifestações, o autor questiona se a atenção à sexualidade se apresenta como função de uma preocupação elementar: "[...] assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a formas das relações sociais; em suma proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora?" (Foucault, 2018, p. 40).

Como exemplo, temos as normas sociais para a família e a regra da reprodução sexual, onde presume-se o ideal de um casal formado por um homem e mulher cisgênera, heterossexual e fértil com o propósito de procriar e gerar uma família capaz de replicar as mesmas características. Geralmente, tal fórmula é apresentada como uma matriz social, assim, negligenciando a autonomia das pessoas em interpretar tais matrizes com rearranjos que ultrapassam os padrões estabelecidos, em especial os impostos às sexualidades.

Foucault (2018) afirma que, na história do ocidente, “as proibições relativas ao sexo eram, fundamentalmente, de natureza jurídica” (p. 42), as alegações “contra natureza”, na verdade, traduziam uma forma extrema de “contra a lei”. Os discursos sobre o sexo nunca foram pacificados, sua multiplicidade semântica acarreta em usos controversos, e longe de ser unânime sua utilização, mesmo no século XXI, continua em disputa. Sexo torna-se um conceito transversal, pode assumir o significado de gênero (não-binário, feminino, masculino e outras expressões), distinção cromossômica (XXY, XY, XX e outras variações genéticas) e, usualmente, confunde-se com orientação sexual (Lésbica, Bissexual, Gay).

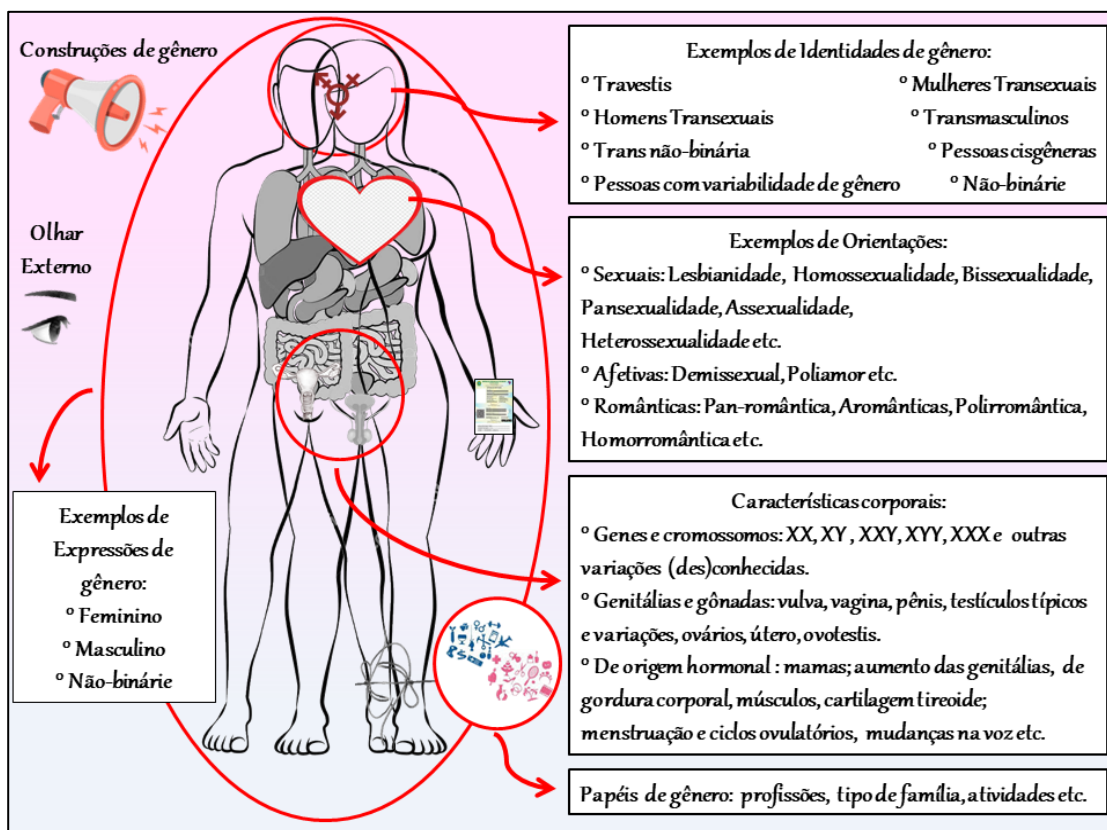
Como demonstração, elaborei os infográficos a seguir (Figuras 1 e 2), inspirados nas informações contidas no “Protocolo para o cuidado integral à saúde de pessoas trans, travestis ou com vivências de variabilidade de gênero no município de São Paulo” (SÃO PAULO, 2023). Inspira-se também nas provocações de Viviane Vergueiro Simakawa (2015), ao relatar a visualização de um livro com imagens da anatomia humana que não lhe representava, denuncia que não teve acesso a materiais didáticos fora da lógica cisheteronormativa. Por isso a inserção de corpos humanos com órgãos, na tentativa de evidenciar que as diferenças também geram encontros (Deleuze; Guattari, 2010b) e as funções dos órgãos podem fugir da organização (Deleuze; Guattari, 2010b), em especial, a organização cisheterossexista.

Figura 2 – Conceitos dos estudos de gênero e sexualidade



Fonte: Elaboração própria (2024), adaptado de São Paulo (2023).

Figura 3 – Exemplos de identidades de gênero, orientações sexuais e outras características



Fonte: Elaboração própria (2024), adaptado de São Paulo (2023).

Compreendo o sexo como potente elo analítico entre as teorias e utilizações, busco conciliá-lo e tensioná-lo com gênero e sexualidade, uma vez que esses dispositivos estão em coalisão (Meneses *et al*, 2021). A cisgeneridade também possui forte participação nessa rede de poder. Dentro dessa proposta corporal e de legitimação da vida, os campos do Direito, Biologia, Psicologia, Educação e demais áreas de conhecimento e aplicabilidade social (re)produzem práticas e saberes excludentes. Isso, para a transfeminista Caia Coelho (2020), mostra os perigos da (in)corporação do dispositivo cisgeneridade. Por conseguinte, a travesti pesquisadora da área jurídica, Yuna Vitória Santana da Silva (2019), assevera que

[...] enquanto a população cisgênera tiver acessos privilegiados por identidades reconhecidas naturalmente desde o nascimento e enquanto os espaços forem divididos por essa lógica, eu terei de ser reconhecida também dentro esse sistema-mundo generificado que não fui eu quem criou e que, portanto, não deve ter destinado a mim e somente a mim o peso de sua desconstrução.
Cisgênero é o sujeito que tem sua identidade de gênero respeitada e legitimada pela sociedade e Estado desde o nascimento. É condição sociopolítica que marca privilégios. (Silva, 2019, s.p., grifo da autora).

Em detrimento dessa contingência, propomos o foco no debate da cisgeneridade para essa pesquisa, com objetivo na visualização e problematização de suas manifestações. As pessoas cisgêneras possuem privilégios tão-somente pela força das normas sociais do sistema cisgenerificado. O conceito de cisgeneridade surge como

[...] uma resposta para identificação desse lugar que não era nominado antes das pessoas que não são trans, era muito comum se colocar que a pessoa que não era trans era “pessoa” — como se pessoas trans não fossem pessoas [...], como se não houvesse uma identidade de gênero relacionada às pessoas que não são trans. [...] as transfeministas que criaram o conceito [...]. Então, nesse sentido, é fundamental localizar para que a gente saiba como enfrentar esse privilégio que não é nominado, por isso permanece. (Jesus; Lion; Urso, 2021, p. 190).

A partir dessas contribuições, as concepções de mundo são analisadas por sua contingencialidade, ou seja, pelos contextos onde estão formuladas. O corpo é invocado para constituir a identidade ao passo que esta pode desenvolver suas próprias materialidades corporais. Nessa complexa interdependência a humanidade está inserida, (re)produzindo discursos e práticas propagadas coletivamente, em especial, nos espaços de educar.

3.2 Da Pista Para a Escola: Transvestigeneridades e a Educação

Em 2022, “A mais jovem trans assassinada tinha 15 anos, e vimos um acirramento na patrulha contra crianças e adolescentes trans, sendo inclusive vítimas de violências dentro do

ambiente escolar” (Benevides, 2023, p. 6). Por estarem intimamente ligadas ao contexto social, às instituições de educação brasileiras também são locais de transfobia (discriminação, desrespeito, apagamento, preconceito, exclusão e outras violências praticadas contra pessoas Trans).

Entrementes, a educação valoriza o padrão homem branco, cisgênero, heterossexual e cristão, o modelo ideal de vida, estruturado no ocidente, como elucida em sua tese em educação Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017). Quando existe a presença de vidas diferentes, em comparação a concepção idealizada mencionada, nota-se a dificuldade de inserção plena de alguns indivíduos nos processos educativos. Dentre essas diferenças, as transgeneridades são alvos constantes de violências nos/dos espaços de educar (Araújo, 2012).

Guacira Lopes Louro (2000) assevera sobre a escolarização do corpo, a disciplina das identidades pelos ditames sexuais e de gênero universais na escola, no que chama de pedagogias da sexualidade. A respeito dela, a autora afirma que: “As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual” (Louro, 2000, p. 11). A divisão binária dos banheiros, a chamada nominal nas aulas, a divisão por gênero nas atividades de Educação Física, exemplificam como os espaços escolares pode construir determinadas corporalidades a partir das matrizes dominantes de gênero e sexualidade.

Na obra “Vigiar e Punir”, Michel Foucault (2010) realiza uma genealogia do poder disciplinar nas instituições modernas, trazendo à baila para esse processo a função da escola na (re)produção de saberes disciplinares. Segundo o autor, o controle da população vai ser institucionalizado por marcas nos corpos e, de certo modo, por uma cooptação vinculada às engrenagens do poder, repletas de forças normativas simbólicas (nomenclaturas, arquitetura, discursos). A escola exerce, dessa maneira, o poder disciplinar, palavras como disciplina, cadeira, farda, grade curricular, prova e outras, indicam a disciplina exigida aos moldes dos hospitais e penitenciárias (Foucault, 2010). Daí a compreensão das (im)possibilidades: criar saberes-poderes contra discursivos na instituição escolar (Foucault, 2019). Dentro de tais aspectos, tem-se a estratégia de escutar a voz de quem está fora da hegemonia do dispositivo da cisgeneridade (Silva, 2019; Meneses, 2022).

Na sua tese, a travesti Luma Andrade (2012) ratifica a relevância de pesquisas com travestis nos ambientes escolares, por perceber um quantitativo elevado de produções em locais de margem social, como os espaços de prostituição. Nesse aspecto, apesar de não ser o tema central desse trabalho, cabe destacar que a prostituição deve ser entendida como um

trabalho, logo precisa ser regularizada (Andrade, 2012). Algumas pessoas realizam a prostituição por autonomia, porém, no caso do grupo Trans, em especial de travestis, ocorre também uma imposição social pela expulsão de casa, falta de emprego por transfobia, criação de estereótipos erotizados e outras problemáticas. A pesquisadora indica a relação desse enfoque com o imaginário da sociedade sobre as vivências travestis e a prostituição, direcionando essas corpos à objetificação erótica e ao inevitável trabalho sexual.

Os escritos transfeministas não abominam a prostituição, outrossim, entendem a emergência da expansão de possibilidades laborais e de sociabilidades para essa população (Andrade, 2012). Existem fatores de gênero influenciadores no mundo de trabalho e disseminam misoginia, transfobia e várias discriminações. Camargo (2021) pontua que empresas deixam de contratar profissionais de segurança do trabalho do gênero feminino para não instalarem banheiros femininos e evitar assédio no serviço, bem como, descreve relatos de pedidos de demissão de discentes Trans da EPT por transfobia no trabalho.

Pesquisas têm destacado que a segurança no uso do banheiro é um fator crucial para a percepção de segurança geral no ambiente escolar e para o bem-estar emocional e psicológico de estudantes Trans, sugerem como alternativas a construção de banheiros unissex e a garantia do uso conforme o gênero autodefinido (Huff et al., 2023; McGuire; Okrey Anderson; Michaels, 2021). Exemplificando a gravidade da situação, uma estudante Trans da cidade de Niterói-RJ foi orientada a não usar o banheiro feminino, ela narra o ocorrido:

Hoje no dia 9 de fevereiro de 2022, por volta das 8 da manhã, quando eu saía do banheiro, uma das inspetoras da escola me abordou e me perguntou se eu estava usando o banheiro feminino. Eu a respondi que sim e ela disse o que segue: ‘Não! Você não pode usar o banheiro das meninas e lá na sua matrícula diz que seu nome é outro’ (referindo-se ao meu nome de registro que ocorre de ser masculino). (O Globo, 2022, s. p.)

Segundo Sofia Favero (2022), ao refletir sobre a questão do banheiro, destaca o caráter institucional evidenciado pelas pesquisas acadêmicas. Nos últimos anos, as plataformas políticas em todas as esferas vêm discutindo o tema, Câmaras e Assembleias municipais brasileiras têm aprovado normativas que restringem o acesso de pessoas Trans a espaços públicos (Benevides, 2023). Para a autora, essa onda conservadora provém da relação intrínseca entre a cis-heterossexualidade com a intimidade (Favero, 2022). O banheiro, portanto, é visto como um território-dispositivo de legitimação da binariedade e edificação de um espaço de poder, onde os supostos segredos do sexo se mantêm ocultos e íntimos (Foucault, 2016) pelos signos masculino e feminino (Butler, 2015a)

Construir alianças para a comunidade não-cisgênera foi/é uma estratégia de (sobre)vivência (Nascimento, 2021), principalmente ao se considerar as tendências individualistas e massificadoras do CISTema (termo utilizado por Simakawa (2015) para definir o sistema de poder ligado à cisgeneridade e cisnormatividade). Ao ligar-se ao capitalismo, o CISTema apaga as diferenças e tenta desarticular as agendas sociopolíticas da comunidade Trans para a construção de um mundo sem discriminação transfóbica. Foi na pista, termo usado por travestis prostitutas para demarcar a rua, local onde vivenciam a prostituição, que se iniciaram as mobilizações sociais e formações políticas de enfrentamento à transfobia no Brasil (Odara, 2020).

Jovanna Baby, Claudia Pierra Fance, Josy Silva e Monique Du fundaram em 1992 o primeiro grupo Trans do país, a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL). Jovanna Baby, militante histórica do movimento Trans, diz que no período de fundação da ASTRAL: “[...] para nós, travestis, não era permitido andar livremente pelas ruas, durante o dia, éramos alvo de zombarias e à noite, de batidas policiais constantes e violentas” (Silva, 2021, p. 18). Da articulação da pista contra a transfobia policial, o movimento Trans brasileiro construiu uma longa trajetória de lutas e pautas, desembocando em vitórias no campo da saúde, da política e da educação, por exemplo: a eleição da primeira travesti na política brasileira, com a eleição de Katya Tapety em 1992 no cargo de vereadora do município de Colônia do Piauí-PI; as normativas do nome social; retificação de nome e gênero diretamente nos cartórios sem a obrigatoriedade de laudos patologizante.

Nessa direção, visualiza-se uma reconstrução histórica das identidades Trans, especialmente, as protagonizadas por travestis, com a construção de outras perspectivas sobre a “[...] multiplicidade de experiências relacionadas à vivência de uma identidade de gênero trans, a partir do protagonismo do próprio grupo social, que apreende seu passado, questiona o presente e constrói o próprio futuro” (Jesus, 2019, p. 259). Dado o exposto, a afirmação que a escola também é um espaço de luta e sociabilidade Trans (Rodrigues, 2023), deriva de todo um movimento histórico de conscientização sociopolítica, incorporando as construções contemporâneas para um futuro mais afirmativo para as vivências Trans (Nascimento, Adad, 2023). Por isso também se deve proclamar espaços-tempo acolhedores, especialmente, nos espaços de educar, de modo, a provocar mudanças e rupturas nas estruturas excludentes erguidas sobre os muros das instituições de ensino. A escola, em sua égide democrática e plural, representa a incorporação na sociedade, a construção de saberes coletivos e participação cidadã, logo:

Imagem 1 – Da pista para a escola



Fonte: Jornal O Pharol, Calixto (2021).

Na escola, as experimentações das subjetividades podem criar contornos mais palpáveis, com a construção de habilidades sociais, pelas interações, relacionamentos afetivos e outros tipos de contatos em sociedade. Nesse rol, as brincadeiras surgem como disparadores de questões de gênero e sexualidade, por vezes, com certa inocência e engenhosidade (Bekoff, 1984), o ato de brincar pode estabelecer laços complexos entre o que desejamos ser e os demais elementos sociais (Gane; Haraway, 2010, Fausto, 2018). Tudo isso está presente nos espaços educativos, em engenhosos jogos de ensino-aprendizagem coletivos outras realidades tornam-se possibilidades. Surge, assim, uma gama de horizontes a serem descobertos, formulando uma horizontologia (Almeida, 2019) de pedagogias abertas às vidas Trans.

3.3 Antecedentes Históricos Da EPT

Em 23 de setembro de 1909, no decreto nº 7.566, Nilo Peçanha propõe a educação profissional no Brasil para os “desfavorecidos da fortuna”, ancorado na intenção de diminuir os índices de criminalidade e ociosidade nas capitais (BRASIL, 1909). Com a ascensão do capitalismo no território brasileiro, iniciada na década de 1930, o crescimento da industrialização alinha-se à formação profissional por um viés mais econômico. Esse fenômeno resulta na elaboração das Leis Orgânicas da Educação Nacional, conhecidas como a Reforma Capanema, que inclui o Decreto-Lei nº 4.048/1942, originando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Marise Ramos (2014) indica nesse cenário a atuação mais direcionada do Estado brasileiro para a educação profissional, em especial, o ensino industrial, no rol do planejamento estratégico, pois há a demanda de mão de obra mais qualificada, culminando no

Decreto n. 47038, de 16 de novembro de 1959, que incorpora as Escolas Técnicas à rede federal de ensino técnico, todas transformadas em 1994 nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Em seguida, com o advento da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituições de educação básica, profissional e superior, multicampi e pluricurriculares. Em nível estadual, o Programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, foca nos sistemas educacionais dos entes federados, na prestação de apoio para a implantação da educação profissional e tecnológica (EPT) integrada ao ensino médio.

Diante desse histórico, o artigo 39, da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, define a EPT pautada nos objetivos da educação nacional, com integração aos diferentes níveis e modalidades educativas e às dimensões da ciência, do trabalho e da tecnologia (BRASIL, 1996). Alinha-se ao estabelecido pela Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 227, que prevê o dever do Estado, família e sociedade assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, o direito à educação, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência social, bem como proteger contra toda forma de discriminação, violência, e opressão com absoluta prioridade (BRASIL, 1988). Em contrapartida, ainda existem obstáculos a serem ultrapassados pela EPT para o êxito de seus objetivos, é o caso da oferta desse ensino frente às demandas sociais do grupo Trans.

3.4 Bases Conceituais da EPT e Categorias Analíticas: (Im)Possibilidades de Afirmação Trans

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) encontra suas raízes nos ideais gramscianos da escola unitária, um conceito que busca integrar o ensino acadêmico e técnico em um único sistema educacional (Gramsci, 2006). A escola unitária é pensada na contramão da dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual. Essa escola deve aplicar o trabalho como princípio educativo e, desse modo, promover a autodisciplina intelectual e a autonomia moral, valores fundamentais do ‘humanismo’.

Nesse interim, Maria Ciavatta (2014) descreve a história do ensino integrado no Brasil, para a autora, a formação integral e omnilateral estabelecem a educação como compreensão e “apropriação intelectual de determinado campo empírico, teórico ou simbólico. Por eles se apreendem e se representam as relações que constituem e estruturam a

produção social da existência humana” (2014, p. 202). Silva, Oliveira-Nunes e Marisa-Dantas (2021) destacam que a EPT pode ser entendida como um campo de produção de conhecimento que, além de preparar tecnicamente seus estudantes, também busca promover profundas reflexões sociais (Sales; Vasconcelos, 2016). A EPT possui características que a torna apta para a construção de um projeto contra-hegemônico (Sousa; Maciel, 2023; Ramos, 2021).

Dado o exposto, questiono: como construir um ambiente educativo de formação integral e omnilateral antitransfóbico usando o trabalho como princípio pedagógico na contemporaneidade? Não se pode pautar a omnilateralidade e integralidade na EPT sem se considerar os contextos existenciais do seu público e as estruturas atuantes no seu meio. Isso requer uma (re)feitura da EPT para essas experimentações decoloniais de corpo, gênero, raça, classe e sexualidade na sua atuação, com a interseccionalização desses eixos (Jesus, 2018; Rodrigues, 2023).

As lógicas excludentes manifestam-se em diversos meios, inclusive no mundo do trabalho, em consequência, a EPT necessita desenvolver mais estratégias para as demandas das pessoas Trans, dentro e fora das instituições de ensino (Camargo, 2021). Nessa direção, analisa-se as categorias Mundo do Trabalho, Formação Integral, Nome Social e Transfobia.

Parte das referências foram buscadas nos bancos de dados do Observatório ProfEPT, *Google Scholar* e *Web of Science*, a partir de 2019, foram selecionados os trabalhos que apresentam achados de pesquisas sobre pessoas Trans, EPT e o mundo do Trabalho, como se mostra nas seções a seguir.

3.4.1 Formação Integral e pessoas Trans

Um dos principais objetivos da EPT é estabelecer uma formação pluralista que contemple diversas abordagens teóricas, epistemológicas e metodológicas. Esta pluralidade visa preparar futuros profissionais com competências para reconhecer, enfrentar e articular as polaridades, descontinuidades e tensões que caracterizam o conhecimento atual. Em outras palavras, a EPT não se limita a transmitir conhecimento técnico, mas também procura desenvolver a capacidade crítica e reflexiva da comunidade discente, preparando-os para lidar com os desafios complexos da prática profissional (Campos; Pérez, 2022).

A formação proposta pela EPT é orientada para promover o desenvolvimento de sujeitos autônomos. Estes indivíduos são capacitados para contextualizar, concretizar e compreender a complexidade do ser humano e seu entorno. Isso significa que a EPT não só prepara os alunos para desempenharem funções técnicas específicas, mas também os capacita

a entenderem o contexto social, econômico e cultural em que estão inseridos (Oliveira; Frigotto, 2021). Assim, eles se tornam capazes de assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento e pelo desenvolvimento da comunidade à qual pertencem.

Além disso, a EPT enfatiza um enfoque ético e social em sua formação. Pereira (2022), Bernadé (2022) e Campos Pérez (2022) argumentam que é essencial que os futuros profissionais não só possuam habilidades técnicas, mas também uma forte consciência ética e social (Ramos, 2021). Isso implica em formar indivíduos que sejam sensíveis às questões de justiça social, sustentabilidade e inclusão, e que estejam comprometidos com a melhoria da sociedade como um todo.

A EPT, fundamentada nos ideais gramscianos e em uma abordagem omnilateral, busca não apenas formar profissionais competentes tecnicamente, mas também cidadãos críticos e engajados socialmente. Esta abordagem abrangente visa preparar indivíduos capazes de enfrentar os desafios do mundo moderno, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e comunitário.

Rafaela Amorim e Fábio Santos (2022) relacionam a formação humana integral com a Teoria Queer, na concepção de saberes contra hegemônicos de gênero e sexualidade para a efetivação dos direitos Trans na escola. Eles veem na EPT a possibilidade de tratar a omnilateralidade contemplando os estudos da diversidade. Héli da Carlos (2021) pensa que as desigualdades entre os sexos se expressam, socialmente, muitas vezes camufladas de diferenças. A pesquisadora cita o exemplo de Jhenifer, uma professora transexual que sofreu preconceitos e discriminações, mesmo nos espaços escolares.

Reiterando o exposto, Daniel Camargo (2021) analisou como o Programa de Inclusão e Diversidade em uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional (SENAC) pode influenciar na inserção das pessoas Trans. O autor afirma que a discussão sobre os direitos Trans não pode "morrer na escola", deve trazer a transformação também para o mundo do trabalho. Um respondente de Camargo (2021) postula que esse projeto institucional foi o pilar para o seu processo de transição e de afirmação estética e fisicamente na sala de aula. Ele sugere que os assuntos referentes à identidade de gênero devem estar presentes em todos os currículos de cursos ofertados pelo SENAC.

Por sua vez, Natália Cavalcanti e Jéssica Silva (2022) relatam que no Instituto federal do Pará (IFPA) oferta ensino médio integrado ao técnico, no qual estão inseridos muitos adolescentes em fase de formação crucial para o seu futuro e para a sua inserção no mundo do trabalho. Eles apontam a necessidade de execução de pesquisas sobre os direitos Trans.

Sobre a Formação Integral, percebe-se a falta de maiores análises contemporâneas com enfoque temático nas questões Trans, bem como o entendimento, de que a afirmação da dignidade de pessoas Trans é corolário para a efetivação dessa perspectiva nessa modalidade de ensino (Meneses; Mesquita, 2024). A EPT precisa articular as suas bases conceituais com um ensino inclusivo das diversidades de gênero e sexualidade.

3.4.2 Mundo do Trabalho e pessoas Trans

Para Frigotto (2009), o mundo do trabalho abrange muito mais do que apenas o caráter laboral ou a obtenção de um emprego. Segundo ele, o trabalho diz respeito a todas as atividades humanas que permeiam as diversas dimensões da vida. Estas atividades não se limitam apenas à produção de bens e serviços essenciais para a sobrevivência, como alimento, abrigo e vestuário, mas também incluem a promoção de aspectos culturais, éticos, políticos e sociais.

O trabalho, nesse sentido amplo, é visto como uma atividade fundamental que permite ao ser humano transformar a natureza e a si mesmo. Através do trabalho, as pessoas não apenas satisfazem suas necessidades materiais, mas também desenvolvem suas capacidades intelectuais, criativas e emocionais (Oliveira; Frigotto, 2021). Por exemplo, ao cultivar um campo ou construir uma casa, o indivíduo não apenas produz alimentos ou abrigo, mas também expressa sua criatividade, aplica seu conhecimento e se envolve em práticas que possuem significados culturais e históricos (Frigotto *et al*, 2014; Saviani, 2007).

Ademais, Frigotto (2009) destaca que o trabalho possui uma dimensão ética e política significativa. No âmbito ético, o trabalho pode ser um meio de realização pessoal e de contribuição para o bem-estar coletivo. No contexto político, o trabalho é uma arena onde se manifestam relações de poder e lutas por direitos e justiça social (Gramsci, 2006). A forma como o trabalho é organizado e distribuído na sociedade reflete e, ao mesmo tempo, influencia as estruturas de poder e as dinâmicas sociais (Mesquita *et al*, 2023).

O trabalho também desempenha um papel crucial na construção de identidades e na formação de vínculos afetivos. As profissões e ocupações que as pessoas desempenham muitas vezes estão ligadas à sua identidade pessoal e social (Ciavatta, 2004; 2005). Os ambientes de trabalho podem ser locais onde se formam relações de amizade, solidariedade e apoio mútuo, contribuindo para o desenvolvimento de redes sociais e comunitárias.

O mundo do trabalho é uma esfera complexa e multifacetada que vai muito além do simples ato de trabalhar para ganhar a vida. Ele envolve uma ampla gama de atividades que

são essenciais para a sobrevivência e o desenvolvimento humano, englobando dimensões culturais, éticas, políticas, sociais e afetivas (Saviani, 2007). Através do trabalho, os indivíduos não apenas moldam o mundo ao seu redor, mas também se transformam e constroem suas identidades, participando ativamente na vida coletiva e nas dinâmicas sociais (Gramsci, 2006). No mesmo diapasão, é possível analisar as relações entre as transgeneridades e o mundo do trabalho, visualizar as (i)materializações produzidas pelas diferenças de identidade de gênero no contexto do trabalho.

Em diálogo com o exposto, Rafaela Amorim e Fábio Santos (2022) afirmam que as travestis são as figuras proletárias do sistema de gênero, por estarem na base da pirâmide de poder. Nessa pesquisa, apresentam a identidade travesti como uma subjetividade revolucionária nas concepções do mundo do trabalho cisgenerificado. Também evidenciam a problemática da ausência de um grau escolar para a qualificação adequada e inserção no mercado de trabalho formal, deixando às margens da sociedade, muitas vezes, nas ruas e prostituição.

Eloisa Folle (2021) afirma que quando se pensa em pessoas Trans trabalhando, tem-se uma quantidade limitada de cenários, em especial, tratando-se de mulheres trans ou travestis. Ela aponta a estrutura patriarcal e machista, em que pessoas com leitura de gênero masculina têm mais chances de trabalho quando se compara às mulheres trans e travestis.

Nesse âmbito, o mundo do trabalho manifesta resistências à empregabilidade e respeitabilidade de pessoas Trans. É preciso que as vidas Trans tenham maior suporte nas invertidas contra as vulnerabilidades causadas pelas violências do/no mundo do trabalho, precariedade do trabalho (prostituição como única alternativa ou a informalidade), desemprego, pobreza e exclusão social (Meneses; Mesquita, 2024). Urge a mudança de paradigmas cisnormativos para o surgimento de novas práticas Trans inclusivas, da clientela até à administração da organização e, assim, possibilitar: o uso do banheiro conforme sua identidade de gênero; enfretamento do assédio e transfobia no emprego; respeito aos nomes sociais e aos pronomes adotados e demais possibilidades interventivas.

A EPT situa-se estrategicamente nessa empreitada, cabe a ela provocar a integração da prática com a teoria em uma práxis de desenvolvimento social contínuo, em diálogo profícuo entre educação e trabalho, logo, essa mudança paradigmática de permanência e êxito também torna-se um dos seus objetivos.

3.4.3 Nome social na EPT

Você que nem me ouve até o fim

*Injustamente julga por prazer
Cuidado quando for falar de mim
E não desonre o meu nome [...]
Não importa se eu não sou o que você quer
Não é minha culpa a sua projeção [...]
Mas não desonre o meu nome
(Me Adora - Pitty)*

Um passo importante na direção de uma educação emancipatória é o efetivo reconhecimento das identidades Trans, como o uso do nome social das pessoas transvetigêneres nos espaços de educar. A Profa. Dra. Luma Andrade responde em uma entrevista, feita por Beatriz Araújo, José Brito e Vital Neto (2022), sobre o nome social de pessoas Trans:

Esse nome ser reconhecido não é o suficiente na questão dos documentos oficiais da escola. [...] Não basta ter um dispositivo legal colocando que se deve respeitar e considerar dentro dos documentos, é preciso reconhecer a questão da sociabilidade. É necessário que não fique algo teórico, mas que se torne uma prática na vivência do chão da escola, onde as pessoas possam ser respeitadas como elas desejam. (Araújo; Brito; Vital Neto, 2022, s.p.)

Muitas definições da personalidade, incluindo a utilização de apelidos, pseudônimos e outros vocativos, começam a se manifestar no período escolar, para as transgeneridades a escola ocupar lugar importante na construção identitária (Andrade, 2012), ela reflete os desafios postos ao respeito das diversidades de gênero e sexualidade (Araújo, 2012).

A Resolução N° 1 de 19 de janeiro de 2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelece o uso do nome social para os/as estudantes Trans, inclusive aos menores de idade nas escolas públicas. Luma Andrade atuou na implementação dessa política. No entanto, essa normativa ainda encontra resistência, principalmente no âmbito familiar. Por exemplo, um jovem Trans, respondente da pesquisa de Sol Lima (2023), usa o nome social informalmente, no âmbito pessoal e em documentos extraoficiais, devido seus pais não terem lhe concedido a autorização, prevista no Art 4° da Lei N° 16.946, esse reconhecimento informal advém da sensibilidade da gestão da escola. Nesse exemplo, é possível compreender as reverberações da política do uso do nome social na escola em outros aspectos como o acesso e permanência (Lima, 2023).

De modo geral, as instituições educacionais continuam a refletir e perpetuar o binarismo de gênero em suas estruturas e práticas. Em muitos casos, isso se manifesta na criação de formulários, questionários e sistemas de cadastro que limitam as opções de gênero a apenas "masculino" ou "feminino," sem considerar e incluir outras identidades de gênero,

como as não-binárias. Essa exclusão sistemática reforça a invisibilidade das pessoas que não se enquadram no binarismo de gênero e, além disso, a persistência no uso de nomes e pronomes inadequados para se referir a essas pessoas constitui microagressões constantes. Essas microagressões, embora possam parecer insignificantes individualmente, acumulam-se e criam um ambiente hostil e desrespeitoso, que coloca as pessoas Trans em uma posição de invisibilidade e marginalização (Baros, 2022; Lima, 2023).

O impacto dessa exclusão é profundo, especialmente para aqueles que lutam para que sua identidade de gênero seja respeitada e reconhecida formalmente. Historicamente, as pessoas Trans enfrentaram uma série de barreiras burocráticas no processo de retificação de nome e gênero nos documentos oficiais, um procedimento que antes da regulamentação de 2018 exigia um processo judicial longo e muitas vezes desgastante. Em resposta a essas dificuldades, o movimento social organizado de travestis e transexuais mobilizou-se para criar uma alternativa que garantisse o reconhecimento de suas identidades de gênero no cotidiano: a Carteira de Identificação de Nome Social. Essa política foi o resultado de décadas de luta e resistência, durante as quais travestis e transexuais reivindicaram o direito de serem reconhecidos civilmente pelo nome que utilizam socialmente, em alinhamento com sua identidade de gênero (Silva, 2021).

A Carteira de Identificação de Nome Social representou um avanço significativo para a comunidade trans, fornecendo uma ferramenta para que essas pessoas pudessem afirmar sua identidade em um mundo que frequentemente lhes nega esse direito básico. Essa demanda por reconhecimento culminou em um marco importante no âmbito federal com a promulgação do Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que assegura o uso do nome social nos órgãos e entidades da administração pública. Este decreto foi um passo crucial para garantir que o nome social fosse respeitado em ambientes governamentais, oferecendo às pessoas Trans uma forma de ver sua identidade reconhecida e validada em interações oficiais.

O Decreto nº 8.727 de 2016 não apenas reconhece formalmente o direito ao uso do nome social, mas também simboliza um reconhecimento da dignidade e do respeito que devem ser garantidos a todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero. Ao garantir o uso do nome social nos órgãos públicos, o decreto estabelece um precedente importante que deve ser seguido por outras instituições, incluindo as educacionais, para criar ambientes mais inclusivos e respeitosos. No entanto, apesar desses avanços, ainda há um longo caminho a percorrer para que a inclusão plena das pessoas Trans seja uma realidade em todas as esferas da sociedade.

O reflexo do binarismo de gênero nas organizações educacionais é uma questão que precisa ser enfrentada de maneira decisiva, através de mudanças nas políticas e regulamentos, bem como, por meio de uma transformação cultural que reconheça e celebre a diversidade de identidades de gênero. A inclusão de opções referentes à identidade de gênero em formulários e a adoção de pronomes corretos são passos fundamentais para criar um ambiente educativo que seja verdadeiramente acolhedor e inclusivo para todos os estudantes. As conquistas alcançadas até agora, como a política de nome social, são resultados de um esforço coletivo e contínuo que deve ser ampliado para garantir que todas as pessoas Trans possam viver com dignidade e respeito em todos os aspectos de suas vidas.

O trabalho de Maria Conopca, Maria Ferreira e Octávio Júnior (2018) mostra o papel do reconhecimento do nome social para a efetivação do respeito a essas identidades não-cisgêneras, contudo, indica a implementação de demais ações e estratégias da gestão escolar para promover condições reais de igualdade entre discentes. Conforme relato de Pedro, entrevistado por Gláucia Xavier (2019), a utilização do nome social não era garantia que ele deixaria de ser identificado como Paula na escola. O entrevistado aponta a necessidade de maior familiaridade com os conceitos de gênero e sexualidade pela parte docente e a boa vontade não basta, pois equívocos podem acontecer, trazendo prejuízos para a intenção positiva e, por isso, as/os professoras/es devem ter vivências e experiências melhores em como abordar esses temas (Xavier, 2019).

Para a afirmação das identidades Trans na EPT, o respeito ao nome social mostra-se essencial, os constrangimentos e impasses cotidianos dentro da ambiência educacional, no trabalho e em outras localidades demonstram a falta de conhecimento e/ou empatia. Enfatizo as estratégias usadas por docentes, pela gestão escolar e por discentes Trans nas tratativas referentes a estudantes e profissionais Trans, nelas vislumbra-se a necessidade de maior efetividade das leis referentes ao nome social, desde o seu uso combinado com outras normativas (Estatuto da Criança e do Adolescente, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para maior respaldo nas justificativas, vide os casos de menores de idade sem a autorização expressa da/o responsável legal para a aplicação dessa política na escola.

Os Institutos Federais fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, desempenhando um papel fundamental no cenário educacional brasileiro. Essas instituições possuem uma ampla autonomia que abrange diversas esferas, incluindo a administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Tal autonomia permite que os Institutos Federais adaptem suas práticas e políticas conforme as necessidades específicas de suas comunidades e o contexto regional em que estão inseridos.

Entre os principais objetivos dessas autarquias estão a promoção da geração de trabalho e renda, bem como a emancipação dos cidadãos, independentemente de sua raça, etnia, gênero ou classe social (INSTITUTO CÍCLICA, 2023). Isso evidencia o compromisso da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em atender às demandas de grupos historicamente marginalizados, incluindo as reivindicações das pessoas Trans, que são tratadas com a mesma seriedade e importância nas iniciativas inclusivas dessas instituições.

É importante sublinhar que, embora os Institutos Federais façam parte de uma rede, isso não implica que todos sigam as mesmas diretrizes ou normativas de forma uniforme. Cada uma dessas autarquias tem a liberdade, dentro dos limites estabelecidos por lei, de criar e implementar suas próprias normas e regulamentos. Isso se dá através de portarias, pareceres, ofícios-circulares, regimentos e outros atos normativos. A autonomia institucional permite que cada Instituto Federal desenvolva políticas que atendam às suas especificidades locais.

No entanto, essa autonomia também significa que a implementação de certas políticas pode variar de uma instituição para outra, dependendo da discricionariedade da gestão local (Cavalcanti; Silva, 2022). Quando uma política é facultativa, sua aplicação não é garantida e pode não ser implementada em alguns campi, dependendo da decisão da gestão. Além disso, até mesmo políticas que são obrigatórias podem falhar em ser aplicadas devido a questões como improbidade, morosidade burocrática ou falta de fiscalização efetiva.

Essa falta de articulação entre os diferentes Institutos Federais pode gerar dificuldades e impasses dentro da própria Rede Federal, acentuando as diferenças entre as realidades vividas em cada campus, especialmente no que diz respeito às políticas de inclusão. Um exemplo claro disso é a abordagem ao uso do nome social. Em alguns Institutos Federais, não há uma previsão normativa específica sobre o uso do nome social, o que cria disparidades significativas entre os diferentes campi. Por outro lado, o Instituto Federal de São Paulo (IFSP) destaca-se por possuir a Portaria nº 2.102, de 2014, que assegura o direito ao uso do nome social para discentes, servidores e trabalhadores terceirizados que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (IFSP, 2021).

Essa normativa do IFSP garante que o nome social seja respeitado em diversos aspectos da vida acadêmica e administrativa, incluindo registros de frequência, provas, crachás, comunicações internas e até nomes de usuário em sistemas eletrônicos. No entanto, é importante observar que, apesar desses avanços, o nome social não é incluído em documentos oficiais como históricos escolares, declarações e diplomas, o que representa uma lacuna significativa que merece reflexão e debate. Outro ponto que diferencia o IFSP de outros Institutos Federais é a ausência de previsão para a solicitação do uso do nome social nos

processos seletivos, como os Exames Classificatórios para o ensino médio integrado aos cursos técnicos e demais vagas para cursos profissionalizantes de nível médio.

Um aspecto crucial a ser destacado é que o IFSP implementou a Portaria nº 2.102 de 2014 sem exigir a autorização expressa dos pais, baseando-se no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nos princípios da dignidade humana previstos na Constituição Federal. Essa decisão jurídica reflete uma postura progressista e alinhada com a proteção dos direitos dos estudantes trans, mesmo em face de normas que poderiam exigir a autorização parental, como a Resolução nº 1 de 19 de janeiro de 2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE). Estudos como o de Sol Lima (2023) mostram que essa abordagem jurídica tem sido adotada por outras instituições, que também têm ancorado o uso do nome social em procedimentos internos sem a exigência da autorização dos pais, destacando a crescente tendência de respeitar a identidade de gênero dos estudantes no ambiente escolar, independentemente de aprovações externas.

Assim, a realidade vivida dentro dos Institutos Federais é marcada tanto por avanços quanto por desafios no que diz respeito à inclusão e ao respeito à diversidade. A autonomia dessas instituições é um poderoso instrumento de adaptação às realidades locais, mas também pode levar a disparidades que precisam ser cuidadosamente monitoradas e corrigidas para assegurar que os direitos de todo corpo discente sejam plenamente respeitados.

3.4.4 Transfobia na EPT

Lorena, entrevistada da pesquisa de Camargo (2021), relata que, no SENAC, havia um homem que lhe assediava, passava a mão no seu corpo e não havia aplicação de qualquer medida disciplinar. O relato de Lorena se junta com outras narrativas presentes em diversas pesquisas na área de Educação e Ensino, por exemplo, as trazidas na dissertação de mestrado de Tássio Acosta, “Morrer para nascer travesti: performatividades, escolaridade e pedagogia da intolerância”, publicada no ano de 2016 (Camargo, 2021).

Assumir-se Trans é um processo pessoal, exteriorizar a sua identidade de gênero não-cisgênera assemelha-se ao “*coming out of closet*” (Zimmam, 2009), “saída do armário” em tradução popular, fenômeno geralmente associado às orientações sexuais não-heterossexuais (Velho, 2016; Souza, Nascimento, Scorsolini-Comin, 2020; Irigaray, Freitas, 2013). Muitas vezes, o início da transição de gênero e despertar para a sexualidade se dá no Ensino Médio, o que interfere na formação acadêmica-profissional, pois os espaços educacionais (Adad, Nascimento, Martins, 2020) e os organizacionais (Vasconcelos, 2022) ainda (re)produzem a transfobia.

A experiência vivida pela comunidade Trans dentro do ambiente educacional é caracterizada por uma série de desafios e violências que se manifestam de diferentes formas. Essas barreiras podem ser evidentes e diretas, como insultos ou discriminação aberta, ou podem se apresentar de maneira mais sutil e insidiosa, através de microagressões constantes que, embora possam não ser explícitas, têm um impacto profundo na vida dessas pessoas (Andrade, 2015; Rodrigues, 2023). Apesar das mudanças legais recentes que visam facilitar a alteração do registro de nome civil (Meneses, 2022) e da implementação de ações afirmativas para ampliar o acesso das pessoas Trans às instituições públicas de ensino no Brasil (TODXS, 2020), ainda há muitos obstáculos que precisam ser superados para que essas mudanças tenham um efeito significativo na vida desses estudantes.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pela comunidade Trans é a convivência dentro do ambiente escolar, que muitas vezes continua a ser um espaço marcado por ameaças ao bem-estar físico e emocional. O medo constante de ser alvo de violência ou discriminação faz com que muitos estudantes Trans hesitem em utilizar os recursos disponíveis nas instituições, como a assistência estudantil ou os mecanismos de enfrentamento à transfobia. Esse receio não é infundado, uma vez que as experiências de violência e discriminação são recorrentes, fazendo com que muitos se sintam inseguros e desamparados (Nascimento; Adad, 2023).

No entanto, é importante ressaltar que o termo "abandono escolar" pode ser inadequado para descrever a situação enfrentada por muitos estudantes Trans. Abandono sugere uma decisão autônoma e voluntária do estudante, algo que não corresponde à realidade desses jovens, que muitas vezes são forçados a deixar a escola devido à hostilidade do ambiente. Nesse sentido, a expressão "expulsão escolar" pode ser mais apropriada, uma vez que esses estudantes são, na prática, expulsos pela falta de um espaço seguro e acolhedor, onde suas identidades possam ser respeitadas e valorizadas (Andrade, 2015). As ações e omissões das instituições de educacionais têm um papel direto nesse processo, seja pela falta de políticas inclusivas, seja pela ineficácia na aplicação das políticas existentes (Oliveira, 2021).

Os espaços de ensino têm a responsabilidade na criação de ambientes que encorajem a presença e participação ativa de estudantes Trans. Isso envolve a implementação de políticas que garantam o respeito às identidades de gênero, o uso correto de pronomes e nomes sociais, e a promoção de uma cultura escolar que celebre a diversidade. Por conseguinte, é necessário que as instituições sejam proativas no combate à transfobia, oferecendo suporte adequado para quem sofre discriminação e violência. Sem essas medidas, a educação, que deveria ser

um direito universal, torna-se um espaço de exclusão e sofrimento para muitos estudantes Trans.

Conforme Natália Cavalcanti e Jéssica Silva (2022), existe a possibilidade das violências direcionadas para população Trans ter origem no histórico patriarcal da sociedade brasileira, baseado em opressões, dentre elas, a transfóbica. As instituições educacionais (re)produzem a transfobia. Nesse sentido, consideram necessária a discussão sobre sexualidade, identidade de gênero, transfobia e LGBTfobia, nos espaços de educar, familiares e na sociedade como um todo (Cavalcanti; Silva, 2022).

Por sua vez, Vênus, respondente da pesquisa de Érika Albuquerque e Elenilce Oliveira (2021), assevera que a transfobia institucional se apresenta de modo velado e sutil, através de olhares e gestos, em alguns momentos são imperceptíveis para cisgêneras/os, todavia atingem o seu dia a dia, sendo sutil, é difícil e pesado o seu enfrentamento. Para exemplificar, a participante Ágata relata que foi usar o banheiro feminino e as meninas cisgêneras ficaram com receio em vê-la no mesmo espaço. A profissional de limpeza ficou lhe acompanhando durante toda sua estadia no espaço, isso lhe causou constrangimento. Ela também relatou sua experiência no banheiro masculino, onde sofreu assédio sexual de um homem cisgênero (Albuquerque; Oliveira, 2021). Em decorrência desses casos, o banheiro apresenta-se como um local de (re)afirmação de gênero e um local com altos índices de transfobia.

As estratégias de enfrentamento à transfobia direcionam no sentido de: a) maior divulgação de conteúdos de afirmação das identidades Trans; b) intervenção e denúncia quando houver evento transfóbico, especialmente, na EPT e no trabalho. A transfobia impõe às corporalidades Trans a vigília constante, isso prejudica o desenvolvimento integral de suas potencialidades, ao se considerar os impactos físicos, psíquicos e sociais. O silêncio não enfrenta a transfobia, o silêncio não vai nos proteger, em consonância com o pensamento de Audre Lorde (2019), silenciar é legitimar e mascarar essa violência recorrente.

3.5 Trans epistemicídio: a cisnormatividade e o epistemicídio

Há uma resistência correlata a cada manifestação de poder (Foucault, 2018). A resistência das pessoas não-cisgêneras advém da resposta à imposição violenta das normas de gênero e sexualidade postas pelos padrões da cisgeneridade. A insurgência Trans frente ao mundo transfóbico é um movimento tensionador de verdades universalizadas sobre a humanidade, conforme argumenta a doutora em psicologia Jaqueline Gomes de Jesus (2014),

ao criticar o modelo de suposta imparcialidade norte-americano-cêntrico de se fazer ciência e as suas contradições paradigmáticas.

Para a autora, referência transfeminista, há teorias que não conseguem tocar o âmago dos seus defensores sem causar algum ferimento e, nessa categoria teórica encontra-se o transfeminismo, pois: “não se conhece suas premissas e consequências sem que elas passem o dedo no glacê do bolo de aniversário das nossas certezas” (Jesus, 2014, p. 5). No mesmo diapasão, ao analisar as implicações do conceito de lugar de fala, a Profa. Dra. Jaqueline de Jesus elucida a relevância da localização social de quem produz as enunciações, para assim,

[...] pensar em um lugar de fala do sujeito considerado universal, que já falei, do homem cisgênero branco que não se coloca como tal, e como mudar essa lógica para que nós ocupemos esse espaço também que é ocupado por ele que, inclusive fala de nós, geralmente nos meios de comunicação e na Academia e que nós não podemos falar do mundo, não podemos nos colocar na nossa perspectiva de mundo, esse é o grande debate [...], como trazer a partir de nossas diferentes perspectivas essa leitura de mundo. (Jesus; Lion; Urso, 2021, p. 191).

Com uma relação íntima com o feminismo negro, o transfeminismo (in)corpora determinadas proposituras analíticas, adaptando-as à outras perspectivas e também produz suas próprias. No primeiro caso pode-se citar a ótica transfeminista do conceito de outreridade (Nascimento, 2021) e epistemicídio (York; Oliveira; Benevides, 2020), enquanto cisgeneridade e identidade de gênero são elaborações conceituais trazidas pelas produções Trans (Jesus, 2014). A referência sobre epistemicídio no Brasil é a feminista negra Sueli Carneiro (2005), segundo ela,

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender. (Carneiro, 2005, p. 97).

Ademais, as transfeministas Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes de Oliveira e Bruna Benevides (2020) postulam que os movimentos históricos de pessoas Trans, através da escuta da “voz” travesti,

[...] construiriam um arquivo ou banco de memórias para desenho de uma epistemologia e, neste caso, uma trans-epistemologia. A consequência lógica apresentada é que, se existem dispositivos para a não escuta destas histórias, assim

estamos diante de um trans-epistemicídio. Via de regra, as incursões etnográficas feitas por pesquisadoras e pesquisadores brasileiras e brasileiros destacam a presença de travestis e mulheres transexuais em ‘bairros de periferia, boates, praças, pensões e territórios de prostituição’ [...], raramente no campo do conhecimento, especialmente o acadêmico. (York; Oliveira; Benevides, 2020, p. 3).

Nesse ponto encontram-se elementos integrantes da teia aglutinadora da cisgeneridade e seu aparato de apagamento. As epistemologias Trans, como apontam as autoras, surgem de diversas tensões e conduzem para a criação de outras interpretações da realidade social, a partir das experiências transvestigêneras. Essas movimentações corporificadas de teorias e práticas de conhecimento são alvos de constantes suspeitas, postas em lugares de não cientificidade, logo, deslegítimas e falsas, pois “A cisheteronormatividade é construída a partir de uma suposta naturalidade, enquanto que as travestigeneridades são compreendidas como processuais, processos inventivos, criações” (Nascimento; Meneses, 2021, p. 07).

A cisgeneridade apaga tudo aquilo que lhe demarca como tal (Simakawa, 2015; Jesus, 2014; Nascimento, 2021). Os saberes Trans não estão imunes nesse processo, daí surge o Trans epistemicídio. Faz parte do jogo transpistemicida a desconsideração de todas as complexidades das vidas diferentes do que é refletido no espelho da cisnorma. Não se questiona aquilo que o CISpelhamento reluz (Favero, 2022). Desse modo, criam-se sombras, manchas e refrações com base na imagem construída pelo molde cisgênero, conseguinte, “Por ser tão naturalizada e dada como fato universal, essa identidade ganhou status de modelo [...], cada rabisco fora de sua circunferência está passível de tentativas CISTemáticas de apagamento” (Meneses, 2022, p. 28). Entretanto, os contornos dessas molduras de vida (Butler, 2015b) não impedem as rupturas de suas arestas. Então a epistemologia travesti,

[...] a partir do conceito de cisgeneridade, volta o espelho para cisgeneridade e diz: “E você? Cara gente cis, como você se tornou uma pessoa cisgenêra? Como você se tornou esse corpo detentor de tantos privilégios dentro dessa nossa sociedade?” Isso é o que nós questionamos as pessoas cis. [...] o suposto status de naturalidade é conferido a partir de uma discursividade, é construído a partir de relações de poder. Então não é naturalmente que nós nos constituímos enquanto monstruosidades e que a cisgeneridade se constituiu enquanto norma. Há um processo de construção dessas hierarquias sociais e uma epistemologia travesti se empenha em questionar os modos pelos quais as cisgeneridades se tornaram norma. então é um processo de retornar a cisgeneridade a pergunta que eles tanto nos fazem: ‘então como se torna uma travesti?’, e nós respondemos: ‘como você se tomou uma pessoa cis?’. (Nascimento, 2020, s.p.).

Quando a autora diz: “cara gente cis”, está falando de toda uma construção identitária com uma trajetória histórica que resulta em incorporações em uma pessoa. Nisso postula-se que existe uma produção de uma identidade não-estaque, contingente (Meneses, 2022). Cada

pessoa pode viver a cisgeneridade de maneira singular, contudo, ainda são poucas as pesquisas e interesses em estudar a identidade de gênero cisgênera, há bastante a ser descortinado.

Cabe aqui problematizar essas posturas chanceladoras de verdades, típicas da Academia, e a relação desse fenômeno com o dispositivo da cisgeneridade. Descobrir-se Cis é tocar na cortina que impedia a entrada de outros ares, é permitir se analisar por esse dispositivo estruturante de subjetividades (Foucault, 2019). Assim, incluir novas ferramentas analíticas para interpretar a realidade e construir ontologias de afirmação das subjetividades Trans, por exemplo, em uma (travesti)epistemologia (York, 2020) e em pesquisas afirmativas das transgeneridades, como as transcartografias (Martins *et al*; 2024).

Diante desse contexto, Michel Foucault (2016) analisa as tendências universalizadoras da academia em classificar os saberes como científicos ou não. O filósofo põe em discussão o processo de valorização dos conhecimentos acadêmicos como os únicos legítimos para uma pretensa compreensão correta do mundo, desconsiderando e desvalorizando todos os demais saberes. Esses saberes fora da academia, localizados à margem social, nos guetos, comunidades tradicionais, grupos periféricos, vão ser denominados por Foucault (2016) de saberes localizados. Os saberes localizados de pessoas Trans, em especial de travestis, vem sendo questionados constantemente.

Viviane Vergueiro Simakawa (2015), partindo dessa realidade, destaca as características dos CISTemas acadêmicos como: a) precarização do acesso e permanência de pessoas Trans nos ambientes universitários; b) subalternizações de vozes Trans na produção de saberes; e c) limitações e problematizações epistemológicas nas utilizações de pessoas com corpos e identidades de gênero dissidentes em pesquisas e projetos na academia. A autora também descreve e critica o posicionamento de uma pesquisadora cisgênera a respeito dos usos do conceito de cisgeneridade, supondo a sua utilização para reforçar as ideias de naturalidade e biologização dos gêneros e sexualidade, nas palavras da transfeminista,

A questão não é exatamente sobre os de+méritos individuais de uma pesquisadora cis estudando questões trans (ou sobre a hipótese fantástica de podermos decidir se la “pode ou não falar sobre as pessoas trans”) eu, particularmente, percebo significativas e potentes contribuições realizadas e em andamento, apesar de todas divergências e colocações problematizáveis, mas sim acerca dos dispositivos de poder e normatização que produzem este contexto histórico em que pessoas trans* praticamente não falam sobre suas demandas políticas e conhecimentos de gênero, e os têm mediados por ‘especialistas’ cisgêneros. Neste sentido é que se colocam, em meu entendimento, os questionamentos sobre estas ausências e silêncios trans*. De todas as formas, efetivar estas críticas e ser construída como ‘inquisidora de pecados’[...], não me parecem, exatamente, formas bacanas de construir diálogos

críticos sobre o tema, de convidar ao bom debate ‘científico’. (Simakawa, 2015, p. 90).

Reiterando esses argumentos, em 18 de novembro de 2023, o Núcleo de pesquisa Pagu da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), responsável pela coordenação do periódico de estudos de gênero e sexualidade Qualis A1 “Cadernos Pagu”, lançou uma nota em favor de Richard Miskolci no aplicativo Instagram (PAGU/UNICAMP, 2023), após diversas pessoas transativistas assinarem um texto atribuindo a esse pesquisador cisgênero o título de “*persona non grata*” para o movimento Trans (Coelho, 2023).

Esse título provém de diversas manifestações consideradas transfóbicas desse pesquisador no livro “Batalhas morais: Política identitária na esfera pública técnico-midiatizada”, ao afirmar que o conceito de cisgeneridade é desprovido de cientificidade e até responsabilizar os transativismos pelo fortalecimento da extrema-direita no Brasil, culminando na eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018. Vários comentários no post do núcleo criticaram a publicação da nota, inclusive integrantes do núcleo. Trago o comentário que redigi a seguir:

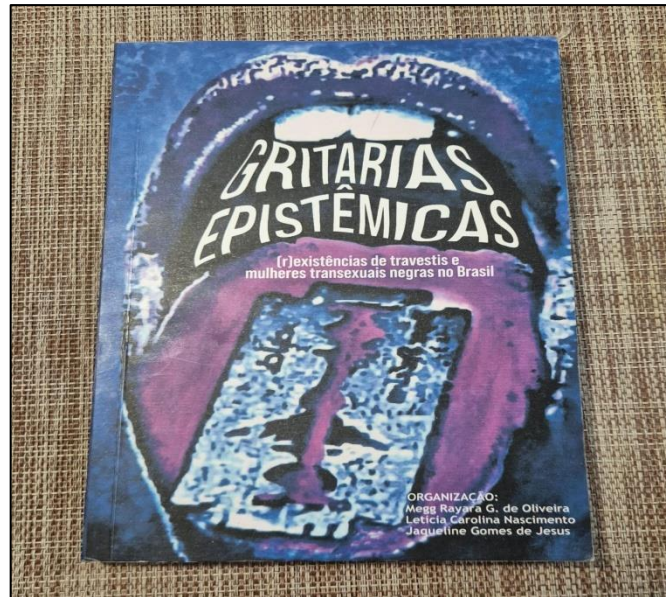
Não se está falando de diferença de ideias. Num país racializado, patriarcal, cisgênero quem sofre no corpo as diferenciações são as outriedades. O movimento de diminuir e desconsiderar produções contra hegemônicas, dizendo serem desprovidas de cientificidade, é histórico. Os conceitos de Patriarcado, Heteronormatividade e Branquitude tiveram/tem os seus ‘Richards’. Infelizmente ainda vemos a ‘catédra’ levantar a bandeira da direita de ‘liberdade irrestrita de expressão’, mesmo quando tenta desarticular lutas sociais e impulsionam violências. Os corporativismos e seus (im)pactos dos privilégios sempre naturalizam o falar sobre/sem quem vive a experiência. Como diz transativista doutoranda Viviane Vergueiro, uma das peripécias da cisgeneridade é não se demarcar como cis: esconder, camuflar, apagar tudo que evidencie o que ela é. Essa nota é mais uma manifestação prática, política, social, institucional que é objeto de análise da teoria transfeminista, a saber, as materializações do conceito de cisgeneridade. (Meneses, 2023, s. p.)

Fica nítida a contemporaneidade do Trans epistemicídio e como ele pode mobilizar diversos mecanismos para a sua manutenção. Como se destaca nessa seção, as teorias e práticas transfeministas não propagam a censura ou extinção da liberdade de expressão, outrossim, constituem estratégias de integrar nos espaços institucionais as dissidências cisgêneras e sua perspectivas para a emancipação plena da sociedade cisgenerificada. Até porque quem possui o privilégio de matar determinados conhecimentos é a própria cisgeneridade (Simakawa, 2015).

Ademais, no livro “Gritarias Epistêmicas: (r)existências de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil” articulações teóricas com os conhecimentos transfeminista

geram debates comprometidos com a realidade e mudança paradigmática (Oliveira; Nascimento; Jesus, 2022). A capa provocativa do livro traz uma língua portando uma gilete, como ilustra a Imagem 2, essa é uma tecnologia ancestral de defesa usada por travestis nas ruas, lugar com altos índices de violências e assassinatos de travestis e transexuais (Benevides, 2024).

Imagem 2 – Capa do livro Gritarias Epistêmicas



Fonte: acervo do autor (2024).

Em uma interpretação dessa simbologia, a outra gilete das travestis e mulheres transexuais é a produção de conhecimento perfuro-cortante de saberes universalizados da academia. Sua inserção acadêmica ocorre e ocorrerá, mesmo que pelo grito, berro, escândalo, numa certa pedagogia da navalha e *molotov*, nas palavras de Ayra Dias (2022): “com falas que por vezes são compreendidas como duras e agressivas, mas que são imediatamente escutadas” (Dias, 2022, p. 159).

3.6 De Trans Pra Frente: Práxis Educativa Travesti

O título dessa seção deriva do livro “De Trans pra Frente” escrito pela travesti, doutora em Psicologia Social, Dodi Leal. Também é o nome de um coletivo Trans de Salvador. Essa escolha deriva da instigação a se pensar uma mudança paradigmática nas teorias e práticas na educação. Trazer evidência às diferenças, geralmente, empurradas para a negação.

Marilda Behrens e Anadir Oliari (2017) estudam os paradigmas e suas mudanças, entendem o conjunto de valores, perspectivas, padrões regentes das teorias e práticas científicas. Os paradigmas são formados após uma maturação de conflitos surgidos pelas críticas, (re)elaboração de outros modelos paradigmáticos, assim ocorreu com o processo de formação do paradigma da complexidade a partir das contradições presentes no paradigma tradicional (Behrens; Oliari, 2017). No paradigma da complexidade a assimilação de conteúdo não é foco principal, como ocorre na corrente tradicional, nele os modos de ensinar e aprender ganham mais aberturas para se relacionarem com o contexto social, especificidades do público e criatividade nos espaços educativos. Logo,

Para que esse novo paradigma seja incorporado, então, faz-se necessário atender a novos parâmetros, novos valores e formas de interação e perspectivas. Estas poderão oferecer caminhos para uma educação eficaz, focada no desenvolvimento integral do aluno. Torna-se imprescindível valorizar o ambiente do discente e as relações que ele articula com a coletividade e com os arquétipos epistemológicos que traz consigo. O aluno deverá compreender de forma local, mas também global, a realidade, para tornar-se, como sujeito autônomo, agente de transformação social. (Pereira; Alves, 2023. p. 12).

Para Ciavatta (2005) a formação integral parte da educação que pretende ser omnilateral, no sentido de formar o ser humano em suas dimensionalidades física, mental, afetiva, espiritual, cultural e política, em suas relações com a ciência e a tecnologia. Em concordância com essa perspectiva, Frigotto *et al.* (2014) elucidam as potencialidades da EPT para transformar a realidade ao propiciar o ensino e aprendizagem críticos, ou seja, produtores de reflexões sobre o mundo em que vivemos.

Sob a perspectiva da complexidade, a EPT deve articular-se com as realidade locais, regionais e globais (Pereira; Alves, 2023). Nesse âmbito, considerar os contextos existenciais “[...] como situações vivenciadas estreitamente vinculadas às condições de vida e trabalho, às relações sociais, de classe social, entrelaçadas com idade, gênero e raça. [...] é fundamental que as experiências da vida cotidiana sejam consideradas criticamente” (Machado, 2008, p. 94). Percebe-se nesse ponto a incorporação da interseccionalidade proposta pelo feminismo negro e transfeminismo (Akotirene, 2019; Jesus, 2018; 2014).

A compreensão e aplicação do paradigma da complexidade na educação requer as implementação das demandas Trans. A construção de paradigmas que dialoguem com as transgeneridades é um passo importante para a implementação de uma pedagogia desafiadora da lógica dicotômica dos gêneros (Odara, 2020) Essas proposituras de afirmação das transgeneridades são cruciais para o desenvolvimento psicossociais de discentes da EPT

Trans e Cis, desde a percepção dos eixos opressivos circunscritos no mundo até a formulação de conhecimentos emancipatórios capazes de mudar a realidade. Isto é: construir uma formação integral de fato ao adentrar as experiências das transgeneridades na educação, trabalho e sociedade (Amorim; Santos, 2022; Ciavatta, 2005; Frigotto *et al*, 2014).

A transfobia ocorre dentro e fora da escola (York, 2020; Oliveira, 2017; 2021), isso reitera a emergência de educar para além do paradigma tradicional e das normas dominantes da sexualidade, gênero e raça, rumo à afirmação de vidas Trans. Então como trazer outras pedagogias Trans inclusivas para os espaços educativos? E quais seriam elas? A transativista Tiffany Odara (2020) elabora a formulação da pedagogia da desobediência; Jessyka Rodrigues (2020; 2023), travesti e assistente social, faz uma análise da educação pela ótica travesti; Sara Wagner York (2020) indica caminhos para uma educação (travesti)epistemologicamente assertiva; Shara Adad, Letícia Nascimento e Lucivando Martins (2020) e Valdenia Araújo (2012) propõem uma pedagogia das/com as diferenças, dentre outras veredas possíveis para um caminhar educativo antitransfóbico.

3.7 Síntese Esquemática

Apresento o Quadro 2 com a síntese de conceitos e temas abordados no referencial teórico e as respectivas referências teóricas usadas como embasamento.

Quadro 2 – Síntese esquemática de conceitos e temáticas

CONCEITO / TEMA	RESUMO	REFERÊNCIAS
Problema / Problematização	Os problemas são questões cruciais para o desenvolvimento reflexivo. Em uma perspectiva crítica, problemas bem formulados podem ser mais potentes do que formulações afirmativas.	Butler (2015); Deleuze (2012); Sofia Favero (2022).
Gênero e Sexualidade	Os estudos de gênero e sexualidade trazem ferramentas analíticas importantes para a compreensão da realidade e suas materializações. No ocidente, historicamente, a heterossexualidade foi considerada a sexualidade normal/natural/perfeita, e a identidade Homem, figurou como dominante, sendo a masculinidade a expressão de gênero com maior força nas esferas de poder. Os conhecimentos de gênero e sexualidade críticos e pós-críticos produzidos na segunda metade do século XX até a atualidade, vem (des)construindo as noções de gênero e sexualidade. Auxiliam na afirmação de identidades femininas e contra-hegemônicas e (re)elaboram relações intersubjetivas e interinstitucionais.	Butler (2015a); Foucault (2018); Louro (2000); Meneses <i>et al</i> (2021); Paul Preciado (2014); Letícia Nascimento (2021).
(Des)patologização das identidades Trans	Identidades diferentes do padrão cisgênero são consideradas desvios psíquicos e/ou biológico. Essa movimentação nosológica é uma patologização. Esse processo limita a autonomia e direitos	Sofia Favero (2020a; 2020b); Jaqueline de Jesus (2014); Céu

	fundamentais de pessoas Trans. A despatologização caminha no sentido de considerar a humanidade da transgeneridades com suas especificidades, sem atribuir noções médicas, psicológicas, biológicas e jurídicas ligadas à doença e possível cura das vidas Trans.	Cavalcanti (2019); Meneses (2022).
Transfeminismo	Corrente feminista construída por Travestis e mulheres trans. Com aproximação teórica com o feminismo negro, o transfeminismo se insere no contexto de valorização e articulação política das identidades Trans, com enfoque nas identidades Trans femininas sem invisibilizar as demandas de outras transgeneridades fora desse espectro.	Jaqueline de Jesus (2014; 2019); Jaqueline de Jesus, Lion, Urso (2021); Letícia Nascimento (2021).
Transfobia	É a ojeriza, repulsa, desrespeito e qualquer ato de desumanização e violência contra pessoas Trans. A transfobia perpassa variadas esferas, incluindo instituições e demais esferas sociais, devido a propagação de discursos e práticas preconceituosas. Ela é ensinada e reiterada pelos silenciamentos diante das discriminações e normalização da crueldade, onde a cisgeneridade é privilegiada e considerada superior em detrimento da exclusão e inferiorização das vidas Trans.	Bruna Benevides (2024); Jaqueline de Jesus (2014; 2019); Letícia Nascimento (2021); Caia Coelho (2020); Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018)
Transhomofobia	Por muito tempo, homofobia foi utilizado como termo guarda-chuva para definir as violências contra a população LGBTQUIAPN+. A inserção do prefixo Trans é uma estratégia de inserção da transfobia interseccionando com a homofobia, pois no contexto discriminatório das diferenças de gênero e sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual são confundidos. Esse fenômeno deriva da heterocisnormatividade e gera violências e apagamentos simultâneos, por exemplo: questionar a identidade de gênero de uma pessoa Trans por causa da sua orientação sexual.	Jaqueline de Jesus (2014; 2019); Sofia Favero (2020a; 2020b; 2022); Nascimento (2021)
Epistemologia Trans	Conhecimentos produzidos por pessoas Trans, desde saberes produzidos na academia, movimentos sociais e os transmitidos pela ancestralidade Trans. Trazem reflexões cruciais para o entendimento das construções históricas e sociais da humanidade até a contemporaneidade. As epistemologias Trans, como apontam as autoras, surgem de diversas tensões e conduzem para a criação de outras interpretações da realidade social, a partir das experiências transvestigêneras. São movimentações corporificadas de teorias e práticas de conhecimento. Evidencia elementos analíticos como a identidade de gênero, transição e afirmação de gênero, políticas públicas para dissidências de gênero e sexualidade, despatologização, subjetividades contra-hegemônicas, lutas sociais e (r)esistências.	Jaqueline de Jesus (2014); Sara York; Megg Rayara Gomes de Oliveira; Bruna Benevides (2020); Tiffany Odara (2020); Letícia Nascimento (2021); Sara York (2020); Megg Rayara Gomes de oliveira; Letícia Nascimento; Jaqueline de Jesus (2022)
Pessoas Trans e Educação	No contexto escolar, pessoas Trans são postas a diversas questões não vivenciadas por cisgêneras/os. Desde o uso do banheiro e nome social, além da transfobia (re)produzida nos espaços educativos. Frequentemente, a escola é o primeiro lugar onde ocorrem violências por causa de diferenças de gênero e sexualidade, ao passo que também é uma dos primeiros espaços onde se vivencia a identidade Trans. Essas questões necessitam de intervenções qualificadas e efetivas na mudança da exclusão social e ampliação de medidas inclusivas para essa população, pois a formação da personalidade de pessoas Cis e Trans também perpassa a missão educativa. A Educação é um direito fundamental que não pode ser negligenciado em consequência da marginalização das identidades Trans.	Luma Andrade (2012); Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017); Jessyka Rodrigues (2020; 2023); Letícia Nascimento, Adad (2023); Tiffany Odara (2020); Sara York (2020); Mesquita (2019); Araújo (2018); TODXS

		(2020)
EPT	Modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Possui como bases conceituais o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e a formação integral e omnilateral. Compreende a relação intrínseca entre a educação e o mundo do trabalho, direcionando para a emancipação pela práxis. Para além do ensino de ofícios técnicos para funções empregatícias, a EPT busca ofertar uma educação crítica e contextualizada dos modos de produção social, enfrentando a alienação de classes. De modo a construir uma práxis contra-hegemônica aos movimentos opressivos econômicos-sociais derivados da exploração capitalista.	Frigotto <i>et al.</i> (2014); Ciavatta (2004; 2005); Saviani (2007); Ramos (2014); Pereira (2022); Oliveira; Frigotto (2021); Campos; Pérez (2022); Bernadé (2022); Sales; Vasconcelos (2016); Sousa; Maciel (2023)
EPT e Pessoas Trans	Por está imbricada com o contexto social onde é aplicada e ter como objetivo a emancipação das opressões de gênero, sexualidade, raça e de classe pela educação, a EPT é uma alternativa estratégica para as pessoas Trans, grupo marginalizado, com baixos índices de empregabilidade e inserção social. Ressalta-se que na EPT há maiores possibilidades de formação acadêmica e profissional qualificada, aumentando as oportunidades nas produções científicas e de renda. Contudo, as vivências Trans também podem enfrentar dificuldades no acesso, permanência e êxito nessa modalidade de ensino, devido a (re)produção da transfobia, oriunda da cisnormatividade.	Meneses; Mesquita (2024); Conopca (2019); Camargo (2021); Cavalcanti, Silva (2021); Conopca; Ferreira; Octávio Júnior (2018); Xavier (2019); Albuquerque; Oliveria (2018)

Fonte: elaboração própria (2024).

4 CONVERGÊNCIAS CARTOGRÁFICAS: PERCURSOS METODOLÓGICOS

*Entre o fundo do poço
E a profundidade do posso
É no silêncio do passo
Que eu ouço [...]
Me encontre lá
Onde a fonte se esconde
Na linha do Orí-zonte
(Onde – Linn da Quebrada)*

Para alcançar os objetivos propostos, utilizo uma metodologia qualitativa, na modalidade descritiva e analítica, conforme classificação de Gil (2008), a análise e construção dos dados foram feitas através da cartografia, inspirada nos pensamentos de Deleuze & Guatarri (2010a; 2010b), Suely Rolnik (2016; 2021) e Passos, Kastrup e Escócia (2009). Essa escolha se ancora na necessidade de mapeamentos de subjetividades, conceitos e afetos envoltos em dispositivos que demandam análises minuciosas por conta de sua complexidade e profusão de territórios.

Diante desse contexto, essa pesquisa com/entre pessoas Trans, busca concomitantemente trazer à baila a cisgeneridade (Oliveira, 2023), por isso exigiu a produção de estratégias de contato e produção de dados, maneiras de capturar a vitalidade dos processos pela aproximação (Rolnik, 2021). Em consonância, a professora Luma Andrade (2012) tinha proximidade com as participantes travestis da sua pesquisa etnográfica de doutoramento por ser travesti, porém, também estava distante, ao se considerar a singularidade das jovens travestis pesquisadas. A autora assevera que: “Compreender e dar visibilidade à diversidade cultural delas nos revela que há diversas possibilidades para suas vidas” (Andrade, 2012, p. 24).

A minha aproximação socioafetiva com pessoas Trans se iniciou durante o ensino médio integrado ao curso técnico de Edificações do IFPI *Campus* Teresina Zona Sul. Lá tive as primeiras amizades com estudantes Trans. Outra aproximação se deu durante a pesquisa do Programa de Iniciação Científica Júnior (PIBIC Jr) no ano de 2014, quando participei do Projeto de Pesquisa “Cinema *Queer*: a diversidade na tela da escola”. A minha orientadora de PIBIC Jr, Profa. Dra. Valdenia Sampaio, apresentou-me os primeiros textos produzidos por acadêmicas Trans, veio daí minha aproximação teórica-acadêmica.

Dentre os distanciamentos se dá pela possível interdição promovida pela cisgeneridade compulsória (Nascimento, 2021; Simakawa, 2015), que me impôs desde a infância me reconhecer como homem cisgênero sem outras opções. Digo possível porque, pessoalmente,

não consigo delimitar nem encerrar nitidamente os desdobramentos desse processo. Talvez faça parte da minha opacidade subjetiva, aquilo escapável às catalogações sociobiopsíquicas (Favero, 2022). Por outro olhar, esse processo interditório me aproxima das pessoas cisgêneras respondentes. Ressalto igualmente o afastamento de ambos os grupos de participantes pelo critério etário. Produzo esse trabalho entre meus 24 e 25 anos, isso gera uma diferença etária média de 10 anos, aproximadamente, com as demais pessoas integrantes dessa pesquisa.

O contato com o método ocorre da mesma forma que as epistemologias Trans, pelo Pibic Jr. A Profa. Dra. Valdenia Sampaio me apresentou o livro “Pistas do método da cartografia” (Passos; Kastrup; Escócia, 2009), indicação de leitura do seu grupo de pesquisa de doutorado em Educação da UFPI, coordenado pela Prof. Dra. Shara Jane Adad. A leitura, densa e inspiradora, fez-me mudar paradigmas sobre a produção da pesquisa científica. Sobre esse ponto, o método cartográfico

[...] visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção. De saída, a ideia de desenvolver o método cartográfico para utilização em pesquisas de campo no estudo da subjetividade se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim. A cartografia é sempre um método ad hoc. (Passos; Kastrup; Escócia, 2009, p. 23).

Nesse caminho, a cartografia surge como proposta-tessitura para a análise dos processos onde os conceitos e contextos que perpassam o objeto da pesquisa se manifestam, pois é preciso ter uma atenção à espreita, com a detecção de signos e “forças circulantes, ou seja, de pontas do processo em curso. A detecção e a apreensão de material [...], de cenas e discursos, requerem uma concentração sem focalização” (Passos *et al.*, 2009, p. 33).

Como material construído e analisado, tem-se: a) as narrativas obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes Trans; b) formulários *online* respondidos por docentes, nesse grupo também há participantes da gestão escolar; c) diários de intinerância desses processos, produzidos pelo pesquisador. Como produtos educacionais foram produzidos: a) um artigo de revisão de literatura; b) um caso de ensino; c) uma mandala de estratégias; e d) uma tecnologia social para a implementação de cotas para pessoas Trans no IFPI. Essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa gerando o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 75527423.7.0000.8050 e parecer de aprovação nº 6.551.833.

4.1 Estratégias De Produção De Dados

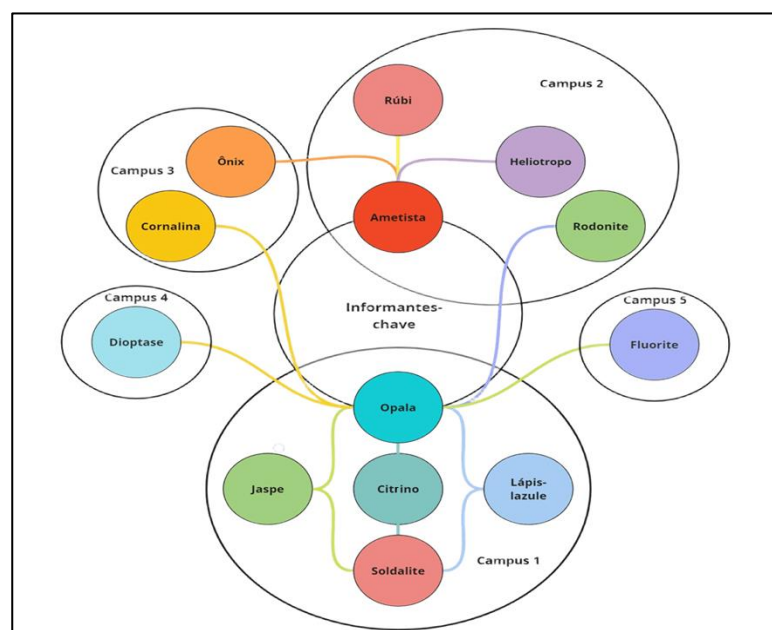
Esta pesquisa cartográfica analisa as estratégias de afirmação da identidade das pessoas Trans, estudantes do ensino médio integrado ao Técnico do IFPI, desenvolvidas por discentes Trans, docentes e gestão escolar do IFPI, através das narrativas produzidas em entrevistas semiestruturadas, formulários online e nos diários de intinerância, comentados em seguida.

4.1.1 Ecomapa Bola de Neve

Ao mencionar meu projeto de pesquisa em um evento sobre consciência negra em um campus do IFPI, as docentes Ametista e Opala se dispuseram a participar da pesquisa e indicar possíveis discentes Trans para as entrevistas e docentes para responder os formulários. Daí seguiu-se a indicação de outros participantes, inspirado na técnica Bola de Neve (*snowballsampling*) (Mesquita, 2019).

Para ilustrar as indicações das informantes-chave e as relações entre os *campi* e as pessoas participantes, foi escolhido a ferramenta do ecomapa. Utilizado para interpretar e avaliar as conexões entre sujeitos e comunidade, os escomapas são recursos lúdicos que representam os vínculos familiares, ambientais e sociais. Eles “[...] permitem abarcar a complexidade e dinamicidade da estrutura, função e relações” (Barbosa; Zanetti; Souza, 2021, p. 2). Segue a Figura 4 com o ecomapa das indicações para participação da pesquisa.

Figura 4 – Ecomapa de participantes da pesquisa



Fonte: elaboração própria (2024).

Nessa proposta, não se buscou caracterizar a intensidade dos vínculos, mas sim, apontar as indicações e o lócus de cada participante. Os *campi* 1 e 2 são onde encontram-se a maioria do corpo de participantes da pesquisa, com 5 (cinco) e 4 (quatro) integrantes, respectivamente.

4.1.2 Entrevistas semiestruturadas

Para participar das entrevistas semiestruturadas foram convidadas/os estudantes Trans regularmente matriculados no ensino médio integrado ao técnico, localizados a partir de indicações prévias das professoras Ametista e Opala (informantes-chave). Para respondentes menores de idade, foi exigido o consentimento prévio de um dos pais ou responsável legal com a assinatura do Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TCLE) – Apêndice A, explicando o teor da pesquisa, tratamento de dados, riscos e benefícios e demais características pertinentes e a assinatura da pessoa menor do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) – Apêndice C.

A entrevista semiestruturada foi realizada por vídeo conferência, via *Google Meet*, respeitando a conveniência dos/as partícipes e do pesquisador e do contexto sanitário da localidade. Foi desenvolvida por meio de questões-guias que direcionaram as perguntas realizadas em blocos temáticos, sem prejuízo ao surgimento de outras perguntas durante o seu desenvolvimento.

Começou com perguntas para identificar a pessoa respondente (idade, raça, gênero, curso, campus, etc.); seguindo para a questões sobre a sua identidade de gênero (início da transição, casos de transfobia); posteriormente, perguntou-se acerca da vivência como estudante dentro do IFPI (porque a escolha da instituição, escolha do curso, aspirações acadêmicas, dificuldades). Por fim, foi questionado quais as estratégias usadas para ter reconhecimento da identidade Trans (nome social, uso do banheiro, aula de educação física/esportes, casos de enfrentamento da transfobia), como demonstra o Apêndice F. Além dessas questões comumente descritas na literatura, no decorrer das entrevistas, surgiram outras indagações pertinentes, pois os territórios emergidos nas entrevistas são múltiplos (Tedesco; Sade; Calimen, 2013).

As entrevistas virtuais provocaram encontros potentes. Deleuze & Guatarri (2010a) discutem a virtualidade e suas implicações com o devir, a multiplicidade e a

(des)territorialização, pois o virtual recai na produção de subjetividades e na imanência pelas experiências dos sentidos ativados.

4.1.3 Formulários online

Foram convidadas/os para responder os formulários online oito docentes, sendo três com cargos de gestão no seu *campus* de lotação. Utilizou-se como critério de inclusão: docentes lotados em *campus* do IFPI com estudantes Trans regularmente matriculados no ensino médio integrado ao técnico. Os critérios de exclusão foram: docentes com contrato temporário; docentes não indicados pelos discentes Trans entrevistados ou pela professoras Ametista e Opala (informantes-chave). Para a seleção das/os participantes foi realizado o contato inicial.

Esse instrumento de produção de dados foi feito pelo *Google Forms* com perguntas abertas e fechadas, respondidas anonimamente. No formulário online constou um link disponibilizando o TCLE (Apêndice B) correspondente.

4.1.4 Diários de Intinerância do Pesquisador

Os diários de intinerância podem ser entendidos como “[...] cadernos de nossas vidas que, escritos por nós, nos revelam e nos declaram. Lá estão contidas nossas lembranças, vivências e experiências dos momentos experienciados” (Araújo, 2012, p. 81). Esse instrumento serviu para que minhas memórias, vivências, questões e reflexões surgissem no texto e incorporassem na escrita minha vida, suas dores e delícias.

Foram construídos pelo pesquisador a partir da investigação das presenças e ausências, criações e apagamentos, uma vez que não se trata de mapear um espaço conhecido, “mas de produzir conhecimento ao longo de um percurso de pesquisa, o que envolve a atenção e, com ela, a própria criação do território de observação” (Passos *et al.*, 2009, p. 45). Esses territórios se movimentam em cada encontro, experiência e pensamento, conseguinte a atenção deve percorrer as conexões das subjetividades.

4.2 Questões éticas, legais e benefícios

O presente estudo respeita todos os procedimentos éticos, conforme as normas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), com fulcro nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (BRASIL, 2016). Essa

pesquisa é considerada uma investigação com riscos e desafios. O projeto de dissertação foi encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário (HU) da Universidade Federal do Piauí e teve sua aprovação antes de sua realização.

A presente pesquisa discute e analisa um tema de alta relevância social, em especial para as áreas da Educação, Direito e Ciências Sociais. Assim, elaborar compreensões acerca da humanidade e suas peculiaridades, de modo a construir conhecimentos emancipatórios aplicáveis na sociedade como um todo. Almeja-se que esse estudo perpassasse o desenvolvimento acadêmico de outras pesquisas e provoque movimentações positivas na luta pelo êxito de direitos humanos da população Trans, especificamente a sua dignidade humana, o direito de ir e vir livremente e o direito à educação.

4.3 Riscos e desafios da pesquisa

As pessoas envolvidas nessa pesquisa, respondentes (discentes Trans, docentes e gestão acadêmico-administrativa) e pesquisador, ao rememorarem determinadas experiências de violência, exclusão, estresse, conflito e desentendimento no âmbito escolar e social, ficaram passíveis de vivenciar algum desconforto psíquico. A partir dessa possibilidade, o pesquisador buscou parceria com o coletivo que acolhe pessoas travestis e transexuais (ACOLHETRANS) e o Núcleo de Pesquisa sobre Gênero, Raça e Classe da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) com apoio de psicólogas/os para dar suporte e acolher o pesquisador e as/os participantes da pesquisa que manifestarem o desejo de um atendimento profissional, concomitantemente, seria acionado o setor de saúde de campus para que também preste atendimentos psicológicos especializados. Não houve nenhum incidente que necessidade dos encaminhamentos supracitados.

Sobre os riscos relacionados a emergências sanitárias, o contato com as pessoas participantes se deu na modalidade remota, por *Whastapp* e *Google Meet*, circunstância que não necessitou de medidas sanitárias específicas. Houve ainda a possibilidade de interrupção imediata da entrevista diante de qualquer solicitação da pessoa respondente, facultada a continuar sua participação em outro momento ou não. Nenhuma solicitação dessa natureza ocorreu no decorrer da pesquisa.

4.4 Algumas Pistas Analíticas

Os relatos metodológicos de Luma Andrade (2012) destacam as especificidades subjetivas presentes nas investigações científicas com pessoas Trans, onde a contingência é

uma característica marcante. Em relação a isso, de acordo com a fase arqueológica do filósofo Michel Foucault, cada experiência tem uma descontinuidade em relação ao que foi vivido anteriormente (Santana, 2022). Essa concepção ajuda a compreender as variações das subjetividades e a complexidade da relação entre os participantes e o pesquisador.

O referencial teórico serviu para criar rearranjos e aprofundar os existentes, porque as subjetividades se mostram cambiantes, em (des)construção, como sugere Derrida (2018). A cartografia mergulha nessas mudanças em busca das diferenças, dessas atualizações, pelas máquinas desejantes entre objeto-natureza-sujeito (Deleuze; Guattari, 2010a; 2010b), caminha em busca de novos paradigmas ético-estéticos (Guattari, 2012). Cartografar é uma brincadeira séria de aproximação e afastamento, um jogo de rato-gato-cão-pessoa em buscar de ser outra coisa (Gane; Haraway, 2010; Deleuze, Guattari, 2010a; 2010b). Nesse (des)caminho, Também há uma inspiração na antropofagia: se expropriar, apropriar, desovar e devorar, numa transvaloração de sentidos, afetos, pensamentos e, assim, escolher que composições de linguísticas possibilitam a passagem das intensidades (Rolnik, 2016; 2021).

Destarte, as operações das tecnologias de si (Foucault, 2004) permitem projetar um corpo pesquisador junto com a pesquisa. Desterritorializar os padrões de sexualidade e gênero do CISTema, a partir da criação de outros territórios, rompendo imanentemente os limites discursivos dos saberes-poderes (Foucault, 2019) cisheteronormativos (Simakawa, 2015). Esta se demonstra um terreno fértil para potentes produções subjetivas experienciáveis: cartografar essas (cri)ações enquanto elas nos (des)fazem.

4.5 Produção dos Produtos Educacionais

Foram desenvolvidos um artigo (Meneses; Mesquita, 2024) (Apêndice J); um caso de ensino (Apêndice L); uma mandala dos saberes (Apêndice K); uma proposta de resolução para a inclusão de pessoas Trans na Política de ação afirmativa da pós-graduação do IFPI (Apêndice I).

Publicado na revista Boletim de Conjuntura (Qualis Capes A1), o artigo trata-se de uma revisão narrativa de literatura realizado no intervalo de 5 (cinco) anos (2018-2023), na base de dados do *Google Scholar*. Foram selecionados 10 trabalhos, com base nos protocolos *Joanna Briggs Institute* e *Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analyses* do ano de 2020. Ademais, o caso de ensino é inspirado nos relatos de discentes Trans participantes da entrevistas e outros depoimentos de estudantes Trans.

Por sua vez, a madala de estratégias de afirmação de estudantes Trans é uma representação “[...] simbólica que visa apresentar, a partir de uma abordagem sistêmica, a proposta pedagógica de articulação, integração e interação de saberes escolares e saberes locais, entre a escola e a comunidade, para a busca e a efetivação da Educação Integral” (EDUCAÇÃO INTEGRAL, s.d.). As estratégias contidas na mandala são oriundas dos resultados das entrevistas e formulários *online* realizados na pesquisa.

Derivada das provocações teóricas e políticas dos materiais utilizados no referencial teórico do artigo de revisão narrativa de literatura, surgiu a proposta de resolução para inclusão de cotas para estudantes Trans na pós-graduação do IFPI. A articulação se iniciou com o envio um e-mail junto à coordenação do ProfEPT-IFPI (Apêndice F), que, por sua vez, encaminhou para a Pró-reitoria de Pesquisa (PROPI) do IFPI, a resposta da administração indicou a autorização para a criação de uma comissão para o estudo da demanda, o que culminou na proposta normativa (Apêndice I).

5 CARTOGRAFIAS DAS ESTRATÉGIAS DE AFIRMAÇÕES TRANS

Cartografar estratégias de reconhecimento das identidades Trans na escola é um exercício de humanidade, é adentrar nos territórios da subjetividade humana (Meneses, 2022; Passos; Kastrup, 2009), (re)conhecer-nos e experienciar como construímos nossas identidades (Favero, 2020a, 2020b; Jesus, Lion, Urso, 2021). Assim, sentir as dores e delícias da produção desse mapa-pesquisa, como escrevo no seguinte diário de intinerância:

Diário de intinerância 04/12/23

Acabei de ser informado sobre a aprovação do CEP a respeito do Projeto de pesquisa de mestrado. Um misto de entusiasmo, felicidade e (in)seguranças. Considero estar em uma caminhada interessante, porém, não sei quais os rumos ela pode levar. A burocracia de protocolar uma vasta documentação, conseguir as respectivas assinaturas, para iniciar um começo, meio e começo como diz Nego Bispo, falecido nessa semana. Essa é uma pesquisa começo, meio, começo. Esse é o primeiro de outros diários dessas intine(r)râncias, como sugere Valdenia Sampaio. Reflito que a educação também surge entre erros e acertos e sempre será possível criar significados, por isso, um (re)começo.

Nesse mapeamento, promover encontros com as diferenças para uma educação antitransfóbica. As contribuições das/os respondentes possibilitou a análise de conceitos e suas materializações, em plano de imanência (Deleuze; Guattari, 2010a). Dentro desse escopo, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas, aplicados os formulários *online* e produzidos os diários de intinerância, expostos a seguir.

5.1 Contornos das Pessoas Participantes

Foram feitas 5 (cinco) entrevistas com discentes Trans de três campi do IFPI e 8 (oito) docentes responderam o formulário *online*, sendo duas pessoas integrantes da gestão, totalizando 13 (treze) participantes dessa pesquisa. Utilizo o nome de pedras preciosas como pseudônimo.

A escolha de pedra preciosas ocorreu por se tratarem de minerais diversos, provenientes das movimentações do planeta terra. Cada pedra possui suas singularidades, sua composição e formas de origem. É uma lida ilusão cisgênera pensar as pessoas Trans como iguais, bem como, percebe-se como detentora de um modelo único (Favero, 2023). Paralelamente, as pedras, apesar de possuir o estado sólido como um elemento identificador, são frutos de processos tectônicos diversos, sempre passíveis de transformações. Solidez aqui não se trata de permanência, é a capacidade de resistir às adversidades, (trans)formar-se e ter

a existência como materialização. Na primeira entrevista escrevi o seguinte diário de intinerância:

<i>Diário de intinerância 22/01/2024</i>
Hoje realizei a primeira entrevista. Mais um marco dessa pesquisa, mais um passo como pesquisador-aprendiz. Sinto-me alegre por isso, acredito que o trabalho científico também deva ser um ato de felicidade, mesmo que as implicações que lhe percorram provoquem algumas sensações negativas. O processo de entrevistar estudantes Trans acionou em mim certa alteridade afetiva: eu já fui estudante do IFPI, poderia vir a responder essas questões. Trago essa percepção não como reflexo egoísta - de se importar somente com aquilo relacionado ao eu, mas sim pela afetação deleuze-spinozana de se conectar com as diferenças, pelos devires, encontros e territórios.

Ora, as subjetividades humanas também cambiam nos territórios da terra (Deleuze; Guatarri, 2010a). Num processo esquizoanalítico “[...] ter sensibilidade para as rochas, os metais, para a água e as plantas, captar em si mesmo, como num sonho, toda criatura da natureza” (Deleuze; Guatarri, 2010b, p. 12).

5.1.1 Discentes Trans

O quadro 3 apresenta alguns dados sobre as pessoas Trans respondentes e data e duração da entrevista. Não há menção do curso técnico para garantir o anonimato, porque há cursos que só existem em determinados *campus* ou somente em uma unidade do IFPI.

Quadro 3 – Dados discentes Trans

Pseudônimo	Idade	Pronomes	Autodeclaração étnico-racial	Data da entrevista	Duração da entrevista	Campus
 Lápis-lazule	16 anos	Ele/dele	Pardo	22/01/2024	39 minutos e 10 segundos	Campus 1
 Jaspe	16 anos	Ele/dele	Pardo	31/01/2024	27 minutos e 21 segundos	Campus 1

 Citrino	15 anos	Ele/dele	Preto	01/02/2024	48 minutos e 40 segundos	<i>Campus 1</i>
 Rúbi	18 anos	Ela/dela	Preta	07/04/2024	42 minutos e 25 segundos	<i>Campus 2</i>
 Ônix	25 anos	Ele/dele	Branco	08/04/2024	38 minutos e 40 segundos	<i>Campus 3</i>

Fonte: elaboração própria (2024), imagens do site Gemas e Cristais (2024).

As entrevistas semiestruturadas, realizadas entre 22 de janeiro e 08 de abril de 2024, foram gravadas, as gravações serviram para a transcrição das falas. Após escutas e leituras sucessivas, os trechos mais significativos foram destacados e analisados.

5.1.2 Docentes e integrantes da gestão escolar

As pessoas docentes participantes foram indicadas por estudantes Trans e outros docentes. No quadro 4, apresenta-se dados sobre o corpo docente respondente e a data do envio das respostas.

Quadro 4 – Dados docentes

Pseudônimo	Idade	Pronomes	Autodeclaração étnico-racial	Data do envio das respostas	Cargo / Função / Campus
 Rodonite	37 anos	Ele/dele	Branco	14/07/2024	Docente / <i>Campus 2</i>
 Cornalina	37 anos	Ela/dela	Parda	17/07/2024	Docente / Coordenadora NAPNE / <i>Campus 3</i>

 Fluorite	35 anos	Ela/dela	Parda	22/07/2024	Docente / <i>Campus 4</i>
 Opala	49 anos	Ela/dela	Branca	26/07/2024	Docente / <i>Campus 1</i>
 Ametista	35 anos	Ela/dela	Parda	30/07/2024	Docente / <i>Campus 2</i>
 Heliotropo	49 anos	Ele/dele	Pardo	30/07/2024	Docente / Diretor de Ensino / <i>Campus 2</i>
 Diopase	49 anos	Ele/dele	Branco	12/08/2024	Docente / <i>Campus 5</i>
 Soldalite	51 anos	Ele/ela dele/dela	Pardo	12/08/2024	Docente / Diretor Geral / <i>Campus 1</i>

Fonte: elaboração própria (2024), imagens do site Gemas e Cristais (2024).

A participação do corpo docente se deu por meio de formulários *online*, elaborados no *Google Forms*. O link do formulário *online* foi encaminhado via *WhatsApp*. Os envios ocorreram entre 14 de julho e 12 de agosto de 2024. Foram destacadas e analisadas as respostas mais significativas.

5.2 Desenhos da Identidade de Gênero

Entende-se que identidade de gênero traz elementos de como a pessoa quer ser reconhecida, como ela deseja ser (Nascimento, 2021). Por isso, perguntei nas entrevistas e formulários como as/os partícipes definiam esse conceito. Uma das entrevistadas foi Rúbi, a entrevista ocorreu em 07 de abril de 2024, possuía 18 anos de idade e se autodeclara preta, usa os pronomes ela/dela. Ao responder a pergunta: Para você o que é identidade de gênero? Diz:

Pra mim identidade de Gênero é... (pausa) **é como... uma Skin!** Vamos supor. É como eu me identifico, como eu vou me mostrar para as pessoas, **como eu vou transitar em meios.** Para mim identidade de gênero é isso, é como eu quero ser e mostrar para as pessoas como eu quero ser vista. (Rúbi, entrevista realizada em 07/04/24, grifo nosso)

É interessante a metáfora empregada por ela. O termo “*skin*” significa “pele” em inglês, é comum o seu uso para indicar vestimentas, características e acessórios de personagens em jogos eletrônicos (avatars), as *skins* conferem traços de personalidade e determinados poderes ao avatar do *game*. A identidade de gênero, segundo Rúbi, demonstra o seu querer. Ao comparar com as *skins*, o conceito ganha mais elementos, pois nos jogos podem incluir poderes, além de trazer à superfície características da personalidade. Nas vivências Trans, a identidade de gênero pode ser um feitiço desobediente aos padrões cisnormativos (Meneses, 2022; Favero, 2020a; Odara, 2020).

Processo semelhante também é relatado por Lápis-lazule, entrevistado em 22 de janeiro de 2024, com 16 anos de idade e autodeclarado pardo. O entrevistado responde o que seria identidade de gênero e indica o ato de se olhar no espelho e se identificar, para ele:

Identidade de gênero é como você se identifica, como se vê no mundo, **olhar no espelho e identificar que é você ali.** (Lápis-lazule, entrevista realizada em 22/01/2024, grifo nosso)

O espelho pode refletir a nossa identidade ou não. No contexto ocidental, onde o sentido da visão é hipervalorizado, o espelho traduz como somos vistas/os e interpretadas/os socialmente. Refletir aquilo que desejamos ser é um caminho de autodescoberta tanto para pessoas Trans como para pessoas Cis (Jesus; Lion; Urso, 2021). Visualizar nossa imagem diferente do que somos ou queremos ser é uma experiência que gera conflitos, trata-se de uma

das complexidades da subjetividade. Sobre essas questões, reflito no seguinte diário de intinerância:

<i>Diário de intinerância 25/06/2024</i>
No dia 04 de junho de 2023, acordei de manhã e fui escovar os dentes, quando fui cuspir percebi que o lado esquerdo do meu lábio estava paralisado. Foi o espelho quem refletiu a minha imagem paralisada. Tive uma crise de riso ao perceber a distorção, achei engraçado no primeiro momento. Depois me veio à mente ser permanente; não conseguir sorrir plenamente, vê minha imagem em discordância do que era no dia anterior. Foi um processo de 20 dias, entre fisioterapias, corticoides, ficar horas me olhando no espelho. Sabia que iria me acostumar se fosse algo definitivo, não possuo o privilégio de não ser resiliente. O que me causou pavor no começo foi a desconexão da imagem que tinha de mim. Isso foi uma paralisia facial causada por uma síndrome de Bell, que pode ter diversas causas, até por uma gripe, qualquer pessoa pode passar por isso. O espelho nos confidencia boa parte dos nossos medos, desejos e sonhos. Vê e sentir o processo de readaptação do meu rosto fez-me pensar o quão complexo pode ser os caminhos da identificação. O quão difícil é e na mesma direção gratificante conseguir entender e alcançar nossos anseios de imagem. Isso envolve toda a pressão estética, principalmente no contexto do Brasil, um dos países que mais gasta com cosméticos de beleza. Também se insere na autoimagem e aceitação, 'quando o corpo encontra a alma' nas palavras de Berenice Bento ao se referir a identidade de gênero Trans. São questões que perpassaram os mitos gregos de Narciso e a teoria freudiana do ego, não menos que o abebé de Oxum e Yemanjá.

Esses padrões estéticos derivam da aglutinação de outras regras sociais, incluindo raça, classe, gênero e identidade de gênero (Akotirene, 2019). Sobre isso, Jaspe, entrevistado em 31 de janeiro de 2024, com 16 anos de idade, autodeclarado pardo, ao ser questionado o que seria identidade de gênero, descreve a sua relação com os padrões:

Eu acho que é quando você consegue entender quem você é dentro dos padrões da sociedade.
<i>Por quê?</i>
Porque eu comecei a me entender... acho que por volta de 2018, 2017... eu consegui entender quem eu era e, em algum momento, eu percebi que eu não era o que as pessoas falavam. Eu acho que a gente acaba entrando em algum padrão que a sociedade aplica para a gente, independente de você se identificar com aquilo ou não. Você vai ter que encarar um padrão. (Jaspe, entrevista realizada em 31/01/2024, grifo nosso)

Na captura da identidade pelos padrões sociais, os enquadramentos limitam as expressões subjetivas (Butler, 2015b). É preciso encarar os padrões cisnormativos (Simakawa, 2015), para não se ter uma vida despotencializada pelos agenciamentos

ontológicos, de como se deve ser (Guattari, 2012). Essas limitações impõem definições fechadas de sexo e gênero. Logo, trazer a questão “o que é identidade de gênero” na opinião de docentes Cis, desemboca nas seguintes reflexões:

Diário de intinerância 20/03/2024

Ao entrevistar estudantes Trans, pergunto o que é identidade de gênero na opinião de cada um. Resta-me refletir também sobre esse conceito. A primeira vez que ouvi o termo estava no segundo ano do ensino médio (IFPI), tinha uma professora que estava explicando sua pesquisa de doutorado com o tema de Travestis na universidade. No momento, fiquei curioso sobre o, até então, assunto novo. Fiquei surpreso com a quantidade e qualidade de teóricas/os especializados na área. Inclusive foi nesse diálogo que soube das produções e lutas da Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus, uma das travestis negras precursora do transativismo dentro da academia. Parte dessa minha surpresa derivou da ignorância a respeito de pessoas Trans acadêmicas, pois elas não foram mencionadas no meu ensino fundamental e nem na TV. Na televisão, via os noticiários de assassinatos e matérias transfóbicas de casos de travestis prostitutas denunciando a falta de pagamento pelos seus serviços nas delegacias. Naquela época, não havia assistido nenhuma aula ou matéria sobre Jovanna Baby, Kátia Tapety, João Nery, Luma Andrade e outras referências Trans. Naquele momento não pude ser mais o mesmo, saí da caverna, como escreveu Platão. Descobri que a imposição de padrões de gênero sofridas e reproduzidas por mim tinham raízes na cisgeneridade. Parafraseando o escritor trans Anderson Herzer, foi uma queda para o alto!

Sobre essas descobertas, a professora Fluorite (35 anos de idade, autodeclarada parda e mulher cisgênera), a professora Opala (49 anos de idade, autodeclarada branca e cisgênera) o professor Heliotropo (49 anos de idade, autodeclarado pardo e homem cisgênero) e o professor Rodonite (37 anos de idade, autodeclarado branco e homem cisgênero) explicam em suas palavras o que seria identidade de gênero:

Como a pessoa se identifica em relação ao sexo. Uma pessoa pode nascer com sexo biológico feminino ou masculino e não se identificar com o mesmo quando cresce e tem **entendimento das coisas**. (Fluorite, resposta enviada em 22/07/2024, grifo nosso)

Identidade de gênero é como a pessoa se reconhece intimamente, podendo ser feminino, masculino, **ambos ou nenhum destes**. Esse reconhecimento **pode ser ou não de acordo com o sexo que lhe foi atribuído no seu nascimento**. (Opala, resposta enviada em 26/07/2024, grifos nossos)

Identidade de gênero se refere ao gênero que a pessoa se identifica. Não sendo necessariamente o **gênero advindo da concepção biológica**. (Heliotropo, resposta enviada em 30/07/2024, grifo nosso)

É a forma como você se identifica com o seu corpo, seu gênero **a partir das referências culturais, biológicas e sociais**. (Rodonite, resposta enviada em 14/07/2024, grifo nosso)

Ao indicar os elementos culturais, biológicos e sociais ao conceito de identidade de gênero, Rodonite indica a complexidade conceitual da questão. Fluorite, ao mencionar o “entendimento das coisas”, e Opala, quando responde “como a pessoas se reconhece intimamente”, corroboram com a discursividade das questões do sexo (Foucault, 2018) e gênero (Butler, 2015a). Opala relaciona a identidade de gênero com os espectros feminino e masculino, bem como, ambos ou nenhum deles, sua resposta se aproxima das movimentações subjetivas frente aos determinismos biológicos e binarismos de sexo-gênero (Jesus, 2014). A resposta de Heliotropo relaciona o conceito de gênero com as concepções biológicas. Destaco que sexo e gênero são conceitos em coalisão (Meneses; Barreto; Nascimento, 2021). Comumente a identidade de gênero é confundida com a orientação sexual, essa troca é percebida na resposta de Soldalite (51 anos, autodeclarado pardo e homem cisgênero):

A maneira pela qual a pessoa se identifica enquanto sua sexualidade. Essa identidade está relacionada à orientação sexual e não aos aspectos biológicos anatômicos. (Soldalite, resposta enviada em 12/08/2024)

Didaticamente, sexo pode ser associado como as características sexuais provenientes das características cromossômicas (XX, XY, XXY, dentre outras manifestações da intersexualidade) e gênero relacionado à identidade pessoal e social, desde expressões de gênero (feminino, não-binário, masculino, gênero fluído e outras expressões) à identidade de gênero (pessoas Trans, Cis, não-binária) (Nascimento, 2021). No campo da sexualidade encontra-se a orientação sexual, ligada ao território do desejo afetivo-sexual-romântico (homossexualidade, lesbianidade, bissexualidade, pansexualidade, poliamor, heterossexualidade etc.).

Embora Soldalite indique aspectos da identificação, ele trata identidade de gênero como orientação sexual, misturar os dois conceitos ainda é um erro comum. Isso deriva de concepções heterocisnormativas ao desconsiderar os rearranjos fora dos seus regramentos (Araújo, 2018). Exemplificando, um homem trans se identifica com espectro da masculinidade e ter atração por pessoas masculinas, ele pode ser um homem trans gay, e sua orientação sexual ser homossexual, o mesmo com travestis e mulheres trans que podem ser lésbicas e ter outras orientações sexuais.

Outro mito proveniente da heterocisnormatividade é que pessoas Trans, ao se identificarem com o gênero oposto ao atribuído ao nascimento, necessariamente sentem atração por pessoas de gênero diferente, na lógica binária da heterossexualidade compulsória de atração entre homem-mulher / masculino-feminino (Butler, 2015a). Ser uma pessoa Trans gay, lésbica, bissexual, pansexual ou outra orientação sexual não-heteronormativa não diminui, nem invalida a sua identidade de gênero. Assim como pessoas Cis não deixam de ser Cis por causa da sua orientação sexual. Esse equívoco também ocorre porque tanto os conceitos de gênero, sexo e sexualidade são usados para definir o que é ser mulher/homem e feminino/masculino (Butler, 2015a; Foucault, 2018), de modo a apagar outras características corporais como a intersexualidade (Favero, 2022) e de gênero, por exemplo, identidades não-binárias (Simakawa; 2015).

Nesses processos de entendimento, autodefinição e negociação com o exterior social, Ônix, entrevistado em 08 de abril 2024, com 25 anos de idade e autodeclarado branco, descreve qual a sua definição de identidade de gênero:

Eu acho que é a forma como a gente se percebe no mundo e se coloca também. É a forma como a gente se percebe e quer ser percebido pelo mundo, pelo exterior, pela sociedade.
<i>Por quê?</i>
Eita! Eu pensava mais sobre isso no início da transição. Vou confessar que com o passar do tempo eu fui ficando preguiçoso para pensar sobre gênero e tudo mais (<i>sic</i>). Mas eu acho que é como a gente exterioriza (pausa) quem a gente é de fato. As nossas visões, os nossos ideais e o que a gente quer para nós mesmos. (Ônix, entrevista realizada em 08 de abril de 2024, grifo nosso)

Transicionar é um processo de (des)identificação com o gênero, quando se deixa ou não reconhece a identificação com o gênero imposto socialmente e se inicia a identificação pelo gênero ao qual se deseja, trata-se de uma negociação (Nascimento, 2021). O processo de se identificar com o gênero convencionado socialmente é naturalizado nas vivências cisgêneras, ao ponto de não ser analisado como um fenômeno circunstancial, contingente e volátil (Favero, 2020b), visto como um movimento universal de toda a humanidade (Jesus, 2018). Outras vivências não-cisgêneras explicitam a processualidade da identidade de gênero e como essas pessoas se entendem dentro da sociedade. Coadunando com o exposto, Citrino, entrevistado em 01 de fevereiro de 2024, 15 anos de idade e autodeclarado preto, diz nunca ter pesquisado o que seria identidade de gênero, nas suas palavras:

Eu não tenho muito estudo sobre, **nunca fui pesquisar...** Acho que é como a pessoa se identifica, como ela se entende como uma pessoa, como um ser humano dentro da sociedade. (Citrino, entrevista realizada em 01 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

Destaco a resposta de Citrino em afirmar que não pesquisou sobre. Comumente, pessoas Trans recorrem à pesquisas em sites, livros, revistas e outros meios para tentar compreender os processos que estão passando e buscarem possíveis respostas para sua identidade (Carlos, 2021). Pessoas cisgêneras também possuem dúvidas sobre suas identidades e sexualidade, principalmente no período da puberdade, onde mudanças de personalidade e corporais ocorrem com frequência. Tal questão insere-se na interdição de conteúdos sobre gênero e sexualidade nos espaços educativos, incluindo o ambiente familiar (Favero, 2022), especialmente o escolar (Louro, 2000). A censura moral desses temas, conceitos e experiências, acarreta em diversos prejuízos, dentre eles, o desconhecimento da própria fisiologia corporal humana, como relata Rúbi ao responder sobre a importância de se discutir gênero e sexualidade na escola:

Então, acho que no ensino, é tipo: tinha muitas perguntas, matérias - por exemplo, Biologia - criar momentos para você falar assim: **como é o corpo Trans? Como é que surge a questão dos hormônios nas meninas Trans? Como é que acontece essas alterações de hormônio? Eu sentia muita falta disso! Porque também é conhecimento!** Eu via muitos relatos que meninas cis perguntavam para mim: ‘amiga, eu não sei como te falar isso, mas eu tenho essa dúvida’, **perguntavam se eu menstruava!** (voz enérgica) Entendeu!? Então a gente vê que até **as pessoas cis podem até não conhecer o seu próprio corpo!** Por conta de falta de conhecimento mesmo! (Rúbi, entrevista realizada em 07 de abril de 2024, grifos nosso)

Judith Butler (2015a) questiona os discursos biológicos que definem características fisiológicas a partir de noções de gênero, como pensar o cromossomo X uma gameta sexual passiva em relação ao cromossomo Y, criando uma lógica biológica misógina e excludente das dissidências de gênero e sexualidade (Araújo, 2018). A falta de discussões sobre as transgeneridades nos espaços formais de educar são reflexos da sociedade (Louro, 2000).

Sobre esse ponto, refletindo como as noções binárias de gênero ocorrem nas instituições, Viviane Vergueiro Simakawa (2015) descreve uma memória de sua infância, em que lia um livro sobre anatomia humana com ilustrações de corpos humanos e seus variados: “[...] CISTemas e funções ilustrados em pares de desenhos. Eu me lembro, em um momento de raiva, de ter rabiscado duas páginas inteiras deste livro, e escrito ‘Eu quero morrer’ sobre seus sistemas esqueléticos” (Simakawa, 2015, p. 64). Ao relatar o acontecido, a autora não o

classifica como “sintoma de transexualismo”, em recusa da epistemologia cisgênera patologizante e também pelas incertezas envoltas do ocorrido, em contrapartida diz: “[...] eu prefiro compreendê-la como um exemplo de como a binariedade estrutura nossas in+compreensões sobre corpos e identidades de gênero humanas” (Simakawa, 2015, p. 64).

Essas reflexões de discentes e docentes auxiliam no desenvolvimento de conhecimentos sobre a identidade de gênero e seus processos. Trata-se de uma identificação complexa e envolta em variadas questões. As subjetividades de estudantes e professoras/es influencia no cotidiano escolar, respeitar cada identidade, com suas singularidades, faz parte da missão educacional, em especial, na EPT, onde há a proposta contra-hegemônica de contextualização das produções humanas (Ciavatta, 2005; Frigotto *et al.*, 2014; Ramos, 2021).

5.2.1 Reflexos das identidades de gênero

Deu meia noite
Era quase meio dia
Xica Manicongo que destrave sua língua
A saia rodava e sua boca remexia
Que a contradição nos banhe com sua feitiçaria
(Linn da Quebrada – Amor Amor)

Foi realizada uma pergunta a respeito de quando as/os partícipes da pesquisa começaram a se perceber como uma pessoas Trans ou Cis. Essa questão foi usada tanto para estudantes não-cisgênero como para quem se identificou cisgênero/o, pois entende-se a presença da contingencialidade dessa identificação, não sendo a identidade de gênero uma característica vivida exclusivamente por pessoas Trans (Jesus, 2014; Simakawa, 2015; Silva; 2019; Favero, 2020a, Nascimento, 2021).

Por conseguinte, Lápis-lazule indica uma memória com a sua avó, nela lembra uma identificação com um personagem homem trans:

Teve um momento bem específico, eu não sabia direito o que era. Eu estava assistindo a novela “A força do querer” com a minha avó. Aí passou o Ivan na tela, naquela parte que ele está tendo uma crise disfórica de cortar o cabelo e tal. Ali eu fiquei meio... eu fiquei... eu meio que me identifiquei com ele.
<i>Se lembra qual era a sua idade?</i>
Olha... eu tinha uns 10 anos (risos), foi bem cedo! (Lápis-lazule, entrevista realizada em 22/01/2024, grifo nosso)

“A Força do Querer”, foi uma telenovela produzida pela emissora Globo, uma das maiores e mais populares empresas de telecomunicações do Brasil, exibida pelo mesmo canal

no ano de 2017, com estreia em 3 de abril e encerramento em 21 de outubro. Escrita e criada por Glória Perez, a telenovela trouxe características típicas do gênero como a ficcionalização do dia-a-dia das famílias médias brasileiras e de seus dramas domésticos, de maneira a oferecer elementos para se discutir a própria sociedade (Lima, 2021). Ademais,

Destaca-se o arco narrativo de Ivana/Ivan (Carol Duarte), personagem que vive uma jornada de autodescoberta e atravessa um longo processo de transição de gênero. Além de alcançar seus objetivos, Ivan tem um desfecho romântico positivo, ao lado de Cláudio, seu antigo namorado. O tema causou controvérsia entre conservadores, que, antes mesmo da estreia, se mobilizaram para pedir para que a Rede Globo não exibisse o tema. (Lima, 2021, p. 172)

Essa foi a primeira personagem Trans em uma telenovela brasileira com grande destaque e enredo detalhado em torno da transgeneridade. Infelizmente, não há pessoas Trans no elenco dessa produção da Rede Globo, o que aumentaria a representatividade da população Trans, grupo este com baixos índices de empregabilidade (Vasconcelos, 2022; Folle, 2021; Gestão Káiros, 2022; CEDEC, 2022). Em que pese a trama apresentar pessoas cisgêneras interpretando pessoas Trans (prática denominada de *transfake*), a obra apresentou diversas cenas tocantes sobre a não-cisgeneridade, transfobia e identidade de gênero. Com frequência as aparições de Ivan ocorriam defronte o espelho, conforme ilustra a Imagem 3.

Imagem 3 – Cena da telenovela ‘A Força do Querer’



Fonte: Globo Play (2024).

Várias dessas cenas diante do espelho foram seguidas de crises devido à aparência. Citrino narra que também passou por crises na transição:

10 anos de idade. Não, como eu fui criado em uma família super... não tão religiosa, mas não tão liberal também, mas eu comecei a me identificar quando... Quando eu era chamado pelo nome de registro eu me sentia um pouco... incomodado. Quando tinha coisas de educação física e dividia entre meninas e meninos, eu sempre ficava meio confuso, ficava no meio confuso, porque eu não me identificava com nenhum dos dois. **Eu achava muito estranho aquela divisão.** Foi quando eu comecei a me... foi no caso... na puberdade (pausa), eu comecei a ficar... (pausa) comecei a ter uma crise... quando o meu corpo estava desenvolvendo. Eu me sentia bastante incomodado, então eu sempre buscava esconder meu corpo. **Eu sempre buscava ser “masculino”, entre aspas.** Sempre buscava uma aparência mais masculina, não sei... (Citrino, entrevista realizada em 01/02/2024, grifo nosso)

O entrevistado relata o seu desconforto com a binariedade e aponta para a busca de ser “masculino”. Essas aspas colocadas por Citrino sugerem o questionamento de uma masculinidade hegemônica, dentro do padrão binário de masculinidade/feminilidade. Em direção convergente, Simakawa (2015) afirma que as transgeneridades questionam a divisão universal em dois lados indissolúveis, rumo à transitoriedade entre e além dos gêneros femininos e masculinos. Essa suposta masculinidade única é uma idealização perigosa, principalmente quando se destaca a realidade patriarcal e misógina onde as identidades femininas e dissidências de gênero e sexualidade são subalternizadas (Butler, 2015a; Araújo, 2018). Entender esses processos é um movimento de deslegitimar os conflitos impostos pela cisnormatividade desde o nascimento (Silva, 2019) e ter autonomia para vivenciar seus desejos.

Por isso, perguntei no formulário *online* quando as pessoas respondentes passaram a se identificar como Cis, de maneira a provocar reflexões acerca das suas próprias identidades de gênero. Respondendo essa questão, Soldalite e Dioptase (35 anos, autodeclarado branco e homem cisgênero) dizem:

[...] foi no decorrer de todo o processo de socialização, desde muito cedo, **como absorção dessa educação social.** (Soldalite, resposta enviada em 12/08/2024, grifo nosso)

Entendo que essa questão de gênero é percebida com a consciência do ser humano. Portanto a partir do momento que **começo a ter consciência de meu corpo, de como me enxergo, me percebo cis ou trans.** No meu caso, na época não entendia, mas comecei a ter atração por meninas muito cedo. Cerca de 5 anos. (Dioptase, resposta realizada em 12/08/2024, grifo nosso)

Quando Soldalite fala de educação social é possível a aproximação com os escritos de Foucault (2016) ao mencionar a pedagogia social, essa grande educação promotora de ensinamentos e aprendizagens de como agir socialmente e, de certa forma, como ser no mundo, em um processo de ontologização. Os papéis de gênero, estereótipos e outras características cisgenerificantes são (re)produzidos sociohistoricamente (Butler, 2015a), não há uma originalidade do ser, um ideal universal, o gênero é sempre a cópia da cópia (Nascimento, 2021). A absorção dessa educação social, sugerida por Soldalite, pode ser lida como as constantes negociações internas e externas das questões de gênero e sexualidade (Meneses, Barreto, Nascimento, 2021)

Na sua resposta, Dioptase menciona a conscientização acerca do gênero em sua resposta, entretanto, evidencia a sua heterossexualidade para abordar o início da sua identificação como cisgênero, mesclando identidade de gênero com orientação sexual. A identidade de gênero imbrica-se, no senso comum transhomofóbico, às sexualidades contrahegemônicas (Oliveira, 2017; 2018). É recorrente a vinculação discriminatória de mulheres trans, travestis, transexuais e homens trans às identidades homossexuais, apagando a composição do gênero ao aglutiná-la à orientação sexual (Jesus, 2014). Para Opala,

Não sei precisar ao certo, mas um talvez um período que pode significar essa percepção foi **no início da adolescência onde pude começar a escolher minha própria indumentária sem interferência materna**. A escolha foi por vestes que fazem parte do universo dito feminino. Oferecia resistência a roupas que não estivessem de acordo com esse cenário social. Acredito que foi nesta época em que me percebi mulher/feminina/cisgênero. (Opala, resposta enviada em 26/07/2024, grifos nossos)

No início da sua adolescência a identidade de gênero de Opala foi se significando com maior autonomia, a figura materna reaparece na imposição dos gostos de um universo binário entre masculino e feminino, situação semelhante ocorrida com a personagem Trans da telenovela “A força do querer” (Lima, 2021). Dentro desse cenário cissexista, machista e transhomofóbico violências são produzidas na infância (Favero, 2020a). Os relatos de Citrino, Soldalite, Dioptase e Opala me levaram a refletir sobre as imposições e incômodos relacionados ao gênero e a sexualidade na minha infância e de outras crianças, lembrei do cantor e performer Getúlio Abelha (2017), no videoclipe “Ele não conseguiu mudar os meus braços” (Imagem 4), em que declama:

Quando eu era criança o meu punho era bem fininho, meu braço bem magrinho. Eu adorava colocar a mão na cintura, dançar, fazer gesto... Aí uma vez um homem me falou assim: 'Ei menino! Por que tu tá andando desse jeito hein!? Tu é veadado é!? Tu não é nem mulher para andar com o braço desse jeito!'. Se eu pudesse, eu arrancava meus dois braços. Imagina só eu criança ouvindo um negócio desse. Eu fiquei sem chão! Era como se os meus braços tivessem dormente, assim... Eu não sabia o que que eu fazia com meu braço, onde colocar ele. Eu fiquei paralisado naquele dia **[somente naquele dia]**. (Abelha, 2017, grifo do autor).

Imagem 4 – Não conseguirão mudar meus braços!



Fonte: Getúlio Abelha (2017).

Esse cisheteroterrosismo (Adad, Nascimento, Martins, 2020) inicia desde o nascer. Desde muito cedo eu fui incomodado a ter ojeriza da minha corporalidade mais afeminada, isso com justificativas na não aceitação familiar e social da minha, até então suposta, homossexualidade (no início dos anos 2000 ainda muito associada às identidades Travesti e Transexual). Tal ansiedade hetero-cisnormativa de interditar o quanto antes as vivências fora dos seus padrões gera inúmeros sofrimentos.

As crianças são sexualizadas precocemente, antes de iniciar a autodescoberta da sexualidade, ao serem expostas em conflitos e questões inapropriadas para essa fase de desenvolvimento, provocando danos que podem se prologar por toda a vida (Favero, 2020a). Compartilho a seguir um diário de intinerância no mesmo território instigado por Citrino e Getúlio Abelha (2017).

<i>Diário de intinerância 17/04/2024</i>
--

Tinha 4 anos de idade, se não me falha a memória. Era uma tarde, saí da sala e entrei em um cômodo escuro mais perto da entrada da minha casa. Desci alguns degraus, ao lado da porta tinha um cesto de roupas sujas, já havia visto ele antes, sempre me causava curiosidade. Não sabia onde estava a minha mãe naquela ocasião, mas se encontrava longe o suficiente para eu
--

fazer algo que não podia. Fui tirando as roupas do cesto, veio uma calça do meu avô, era grande demais e opaca. Peguei um blusa da minha avó, achei bonita e coloquei sobre o meu pequeno corpo vendo como ficaria em mim, gostava mais daquela roupa nela. Até que toquei um tecido diferente, volumoso e colorido. Era uma saia rodada, aproveitei a oportunidade e pus meus pés dentro da abertura do cós. Primeiro pensei em brincar de tenda, era muito pano para ser usado. Coloquei o elástico até o pescoço, a peça ainda tocava no chão. Desci o elástico até meu tórax nu, na minha cabeça estava perfeito. Contemplei a roupa cobrindo às minhas pernas e short sem graça que usava. E girei, girei, girei. Foram não mais de 15 segundos brincando de ser "menina" e dançando com a saia de minha mãe. Fiquei em êxtase, um sôfrego de liberdade naquele cômodo escuro, não podia ser melhor. Era/foi meu segredo, minha desobediência de gênero, tão minha, tão disruptiva para minha infância veada. Nessa idade já era exortado a não ser veado, não gostar de coisas de meninas e não "quebrar a mão". Perdi as contas de quantas chineladas e tapas levei na mão por ela estar relaxada e inclinada para o chão enquanto o cotovelo estava flexionado em 90°. Por isso, parei de girar, acordei do meu delírio infantil e me despi rapidamente daquela saia e guardei todas aquelas roupas no cesto novamente. Tinha medo da minha mãe ou algum outro parente me ver. Sabia que aquilo podia ser pior que a "mão de veado", este era um movimento involuntário, o uso da saia não. Eu queria, desejei, performei para a minha plateia imaginária. Fui eu, mesmo que por 15 segundos.

Quando criança, sempre ficava em conflito quando me diziam na escola e em casa: “quer ser mulherzinha?!” em tom irônico e inquisidor, no meu entendimento infantil não imaginava o quão ruim poderia ser mulher. A minha avó, minha mãe e professora do ensino fundamental também eram mulheres. Como ser igual ou semelhante às figuras potentes e muito importantes, que me ensinavam, cuidavam e inspiravam, podia ser algo tão amaldiçoado?

Na terna infância já somos bombardeados com discursos misóginos, transfóbicos, lesbofóbicos e homofóbicos. Tentam exterminar um mal fundado sobre ilusões, tão-somente mentiras reiteradas alçadas a um patamar de verdade inquestionável. É aterrorizante a autopreservação de pessoas Cis frente à dissidência (Favero, 2022; Adad; Nascimento; Martins, 2020). Para o susto de alguns e assombro de outros nossas crianças não morreram! Nós não vamos morrer! Entoo as palavras de Letícia Nascimento (2020a):

Eu não vou morrer! Como anuncia Ventura Profana (2020): “Entre as mortas, não devia procurar!”. Eu não estarei entre elas, mesmo que parte de mim morra cada vez que um dos meus e das minhas morre, nós vivemos sempre na resistência coletiva dos nossos. Ventura Profana(2020) ainda proclama “Em calunga somos eternos!”, entendendo que a morte não é o fim na cosmopercepção afrodiáspórica, somos centelhas da mesma energia criadora do universo. Sou travesti negra e gorda e viver é um ato de rebeldia contra estruturas cis/hetero/branco/magro/normativasque me querem morta. Por isso, eu decreto: eu não vou morrer!.. (Nascimento, 2020a, p. 20)

A traviarca (termo derivado de “matriarca” e “patriarca” na perspectiva travesti) Jovana Baby Cardoso costuma dizer: “Eles combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer!”, é preciso viver para desobedecer e deseducar as práticas de extermínio das diferenças, nas palavras de Thiffany Odara (2020). As diferenças corporais não podem ser sentenças das identidades, justificativas para a imposição de regras cisnormativas (Nascimento, 2021; Jesus, 2014; Meneses, 2022). Cada pessoa possui uma corporalidade única. As experiências corporais individuais podem ser enunciadas para compor identidades coletivas, contudo, não devem ser utilizadas como matriz opressiva para exclusão de outras vivências (Oliveira, 2018). No mesmo diapasão, a professora Fluorite indica que foi na sua primeira menstruação que teve mais compreensão da sua identidade de gênero, em seu relato menciona:

Quando observei meu corpo se transformando, principalmente após a menarca, passei a gostar de como eu era e me identificar também. 12 anos. **Transformação do meu corpo, mas precisamente quando se torna adolescente.** (Fluorite, resposta enviada em 22/07/2024, grifos nossos)

Comumente a puberdade figura como disparador para identificação ou não com o próprio corpo, porém, não é o único. Outros momentos geram mudanças na identificação com os gêneros, não há uma idade definida e/ou ponto crucial e definitivo (Favero, 2020a). Por exemplo, Ônix fala como iniciou sua transição de gênero:

Eu estava no final do ensino médio, lá no Instituto Federal. Eu sempre tive (pausa) esse questionamento com o meu gênero. Eu sempre fui muito questionador em relação a gênero, a padrões sociais. Sempre fui bastante questionador em relação a isso. E aí, depois de um tempo, eu namorava com uma menina, e ela chegou para mim e disse: ‘Vamos fazer uma brincadeira?’, eu já tinha comentado com ela sobre essas questões de gênero, que eu não me percebia necessariamente como um homem, mas também não me percebia como uma mulher. Ela então falou: ‘Vamos fazer uma brincadeira!’, a gente consumia muito Natáli Nery, e ela namora um homem trans. E aí ela disse: ‘Escolhe um nome, e aí hoje à noite, eu te apresento como o meu namorado e te trato no masculino’. Quando a gente saiu, aconteceu de forma muito tranquila, o nosso grupo de amigos foi muito para frente como essas pautas. E aí, quando a gente volta para casa, eu virei para ela e falei: **‘Eu acho que eu não quero que acabe agora essa brincadeira, a gente pode continuar!’**, ela: ‘Enquanto você quiser, a gente continua essa brincadeira’ (riso). E aí eu fui me aprofundando nas pautas, indo atrás, entender de fato que era. Ela também me deu muita ajuda! E foi basicamente isso! **Foi uma brincadeira!** (riso). (Ônix, entrevista realizada em 08/04/2024, grifo nosso)

A brincadeira pode ser definida de diversas formas, segundo os estudos do étologo Mark Bekoff (1984), dentre suas várias funções ela pode “[...] estabelece[r] ou reforça[r] laços sociais em uma díade ou coesão social em grupo” (Bekoff, 1984). Para o autor existe uma certa inocência e engenhosidade na brincadeira, isso reforça o seu caráter duplo: fazer isto desejando significar aquilo (Fausto, 2018). Para Bekoff (1984), “[...] a brincadeira oferece aos seus participantes a oportunidade de descobrir, em um ambiente seguro, como agir diante uns dos outros, inclusive na resolução de conflitos” (Fausto, 2018, p. 24). Assim, brincar também é uma atividade séria (Gane; Haraway, 2010), o relato de Ônix demonstra como as brincadeiras servem como plataformas de interações sociais e pontes entre a imaginação e a materialidade, semelhante a uma tecnologia de si (Foucault, 2004).

Ademais, nas relações afetivas com parceiras/os ou com amizades, as pessoas Trans se sentem mais confortáveis para expressarem quem desejam ser, mesmo que seja na “brincadeira”. Rúbi também menciona que foi junto com seu ciclo de amizades o início da sua percepção enquanto Trans, segundo a entrevistada:

Ah! Foi muita... muito engraçado... (riso) não engraçado assim... (riso) mas foi muito assim... (pausa). Aqui perto tem uma BR muito movimentada né, eu costumava muito caminhar com as minhas amigas (pausa) e um dia a gente tava (sic) voltando e eu parei pra pensar assim: ‘Nossa! (pausa) Eu queria tanto poder usar shorts! Eu queria tanto poder usar Cropped!’ E aí eu fiquei com aquilo, mas... aí passou. Mas aí (sic) foi chegando a um ponto que eu já... me olhava no espelho não me identificava com as roupas que eu usava, não me identificava com o meu corpo. E aí eu neguei por um certo tempo, mas eu vi que era o que eu era! (Rúbi, entrevista realizada em 07/04/2024)

As respostas de discentes e docentes confluem ao indicar a identificação com sua identidade de gênero com maior confiança no período da adolescência. É nessa fase onde se inicia o Ensino Médio, ensino crucial para a formação humana e profissional (Ciavatta, 2005). A adolescência é uma fase de descobertas, desafios e autoconhecimento, em que jovens estão explorando quem são e como se relacionam com o mundo ao seu redor. Nesse contexto, o Ensino Médio desempenha um papel essencial, pois não é apenas um momento de preparação acadêmica para futuros estudos ou carreiras, mas também uma fase importante para o amadurecimento emocional e social de discentes (Frigotto *et al*, 2014; Sales; Vasconcelos, 2016). É neste ambiente em que adolescentes buscam (re)afirmar sua personalidade e encontrar espaços de pertencimento e aceitação.

A escola, como um dos principais espaços de socialização, tem a responsabilidade na criação de um ambiente onde seus estudantes possam experimentar suas identidades sem medo de discriminação ou preconceito. Nesse período as questões de gênero e sexualidade são mais afloradas e a escola integra o rol de espaços de (re)afirmação da personalidade (Louro, 2000; Araújo, 2012; Rodrigues, 2020). As questões de gênero e sexualidade se tornam especialmente relevantes, pois as/os estudantes estão em uma fase de intensa busca por compreensão e validação de quem são. Quando a escola promove um ambiente respeitoso e com participação diversa, ela facilita o desenvolvimento acadêmico e contribui para a saúde mental e o bem-estar emocional estudantil, permitindo que se sintam vistas/os, respeitadas/os e apoiadas/os. Daí a importância de fomentar espaços educativos acolhedores para o livre desenvolvimento da personalidade de adolescentes Trans e Cis, ao desmistificar noções preconceituosas sobre as dissidências sexuais e de gênero.

5.3 Retratos da Transfobia Dentro e Fora do IFPI

Benevides (2023) define a transfobia como uma profunda aversão, repulsa e desrespeito que se manifestam em atos de desumanização e violência contra pessoas Trans. Essa definição abrange desde atitudes hostis e preconceituosas até agressões físicas e psicológicas, destacando a gravidade e o impacto dessa discriminação. A transfobia se expressa de diversas maneiras, variando desde microagressões cotidianas até a violência extrema, como os assassinatos de pessoas Trans, que infelizmente ainda são uma realidade alarmante no Brasil (Nascimento; Adad, 2023).

O Brasil, tragicamente, continua a ocupar a posição de país que mais mata pessoas não-cisgêneras no mundo. Esses homicídios são reflexos diretos de uma sociedade que, em muitos aspectos, ainda legitima e perpetua a transfobia. A violência contra a população Trans não se limita aos assassinatos, embora estes sejam a expressão mais extrema dessa intolerância. A transfobia também se manifesta em outras formas de violência cotidiana, que impactam profundamente a vida das pessoas Trans e afetam seu bem-estar físico, mental e emocional (Benevides, 2024).

Insultos e agressões físicas são outras manifestações cotidianas da transfobia que, embora possam parecer menores em comparação com os assassinatos, têm um impacto cumulativo devastador na vida das pessoas Trans. Essas agressões, que podem ocorrer em espaços públicos ou privados, criam um ambiente de medo constante (Rodrigues *et al*, 2021),

limitando a liberdade de expressão e de locomoção das pessoas Trans e comprometendo sua segurança e bem-estar.

Nessas manifestações de desrespeito, determinados lugares apresentam maior incidência, por serem ambientes de socialização e convívio coletivo, é o caso dos espaços escolares. No IFPI, aconteceram alguns exemplos de transfobia contra estudantes Trans, Lápis-lazule descreve um:

<i>Já sofreu algum caso de transfobia? Caso se sinta confortável, cite alguns exemplos.</i>
Já sofri, na escola inclusive. Uma vez (pausa), assim... porque eu não me assumir para minha mãe eu fui tirado do armário! Por uma pessoa da escola (pausa). Uma pessoa da escola entrou em contato com a minha mãe e disse pra ela. Foi uma bagunça danada na época, lembro que eu fiquei bem (pausa, suspiro), bem triste mesmo!
<i>Quem foi essa pessoa? Técnico, professor ou discente?</i>
Foi uma aluna, só que ela não estuda mais lá não. Não era da minha turma, era do 3º ano. Era uma pessoa que já tinha estudado comigo e ela estudava lá. Ela já me conhecia, conhecia meus parentes. (Lápis-lazule, entrevista realizada em 22/01/2024, grifo nosso)

Lápis-lazule sofreu uma externalização forçada de sua identidade de gênero. Os autores Souza, Nascimento e Scorsolini-Comin (2020) destacam que, apesar das maneiras mais variadas de expressar a sexualidade e o gênero nos dias de hoje, o processo de "assumir-se" ainda pode ser desafiador para muitas pessoas. Isso ocorre porque as dissidências de gênero e sexualidade continuam sendo retratadas de forma negativa na sociedade, frequentemente enfrentando isolamento social e violências. O receio de sofrer discriminações cria uma barreira para que algumas pessoas se sintam à vontade para revelar a sua identidade de gênero, pois temem ser rejeitadas por familiares e amigos, o que pode resultar em dificuldades psicológicas e na hesitação em externar sua própria identidade de gênero e/ou orientação sexual (Zimmam, 2009; Irigaray; Freitas, 2013).

O processo de assumir-se é também chamado em inglês de “*coming out of closet*” ou simplesmente “*coming out*”, popularmente traduzido para o português como “saída do armário”. Comumente é associado com o movimento de “revelação” da orientação sexual de gays, lésbicas e bissexuais em espaços públicos e privados de forma espontânea ou forçada. Para aqueles que optam por revelar ou tem exposta por outrem a sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, há riscos de sofrer retaliações físicas e isolamento social, além do sofrimento psíquico derivado da circunstância, relatado por Lápis-lazule. No entanto, o processo de "sair do armário" também traz benefícios, como uma melhora na saúde mental e

na autoestima, por permitir que essas pessoas vivam de forma mais autêntica (Velho, 2016; Zimmam, 2009).

O uso deliberado de pronomes contrários à identidade de gênero autodefinida de uma pessoa Trans é outra forma de violência verbal que reforça a exclusão e subalternização (Camargo, 2021). Quando alguém insiste em utilizar pronomes que não correspondem à identidade de gênero de uma pessoa Trans, isso não é apenas uma questão de insensibilidade; é uma forma de negar e deslegitimar sua existência e identidade (Meneses, 2022). Doravante, questionado se já sofreu transfobia no IFPI, Citrino responde:

Já, mas não foi tão forte, já sofri não como um insulto, mais como uma provocação. A pessoa fazia questão de me chamar pelo nome morto.
<i>Onde ocorreu?</i>
Foi dentro do Instituto, por uma colega de turma, ainda estudo com ela.
<i>Como se sentiu a respeito disso?</i>
Não foi (pausa) algo tão... fiquei surpreso, meio angustiado, por ela ter me chamado pelo nome morto e pronome feminino. Desde então... eu nunca busquei... corrigir os pronomes e a forma certa de me chamar, porque ela é... como eu poderia dizer?! É como se pra ela fosse uma maldição , entende?! Outras vezes, que ela vai se referir a mim, ela fala no masculino. (Citrino, entrevista realizada em 01/02/2024, grifo nosso)

O desrespeito ao nome social e aos pronomes utilizados por estudantes que não se identificam com o gênero ao qual lhes foi atribuído no nascimento é uma das manifestações recorrentes de transfobia ocorridas no ambiente educacional. Essa atitude, que pode parecer trivial para algumas pessoas cisgêneras, na verdade, perpetua a marginalização e a exclusão desses estudantes, afetando negativamente sua experiência escolar e seu bem-estar emocional (Conopca; Ferreira; Octávio Júnior, 2018; Xavier, 2019). Quando docentes, colegas ou demais integrantes da comunidade acadêmica se recusam a utilizar o nome e os pronomes corretos, isso não só nega a identidade de gênero do estudante, mas também reforça um ambiente hostil e inseguro para ele (Andrade, 2012).

Esse tipo de comportamento transfóbico pode gerar uma série de consequências graves, desde o desenvolvimento de problemas de autoestima até o aumento do risco de abandono escolar. Além disso, essa prática viola direitos básicos de dignidade e respeito, impedindo que esses estudantes se sintam aceitas/os e integradas/os no ambiente educacional. Coadunando ao exposto, Rúbi, ao ser indagada se já sofreu transfobia, diz que:

Já, assim... Tem um exemplo, assim... que é muito pesado! Mas eu não costumo dizer ele porque (pausa) me causa alguns gatilhos. Mas eu vou falar
--

uns mais leves, assim é... **sempre passei (pausa) na escola, querendo ou não. A escola sempre é o primeiro ambiente onde a gente tem esses contatos**, querendo não. Mas, assim... quando eu transicionei é (pausa) na escola. E é muito difícil! [...] no primeiro ano, quando eu entrei no IFPI [...], estava ainda no começo da transição e tudo mais... [...] teve a questão da chamada... ainda tinha **os erros da chamada; [...] os professores me tratam muito no masculino**. E teve até um professor, que era professor de sociologia – que ele é um querido! No final de tudo... [...] **a gente conseguiu se encontrar e se respeitar**, e deu tudo certo! Mas naquele... daquela minha experiência, foi como tipo... eu estava na sala de aula, e ele estava tendo um discurso... eu acho que era exatamente sobre isso: masculinidade, alguma coisa assim do tipo. **E aí ele virou para mim falou assim: a tua família nunca pediu para tu cortar teu cabelo e virar homem não?** E aí tipo assim... A sala toda se calou, porque todo mundo já se conhecia, porque querendo ou não era... foi a época que ainda estava na pandemia e era aquela coisa de sistema híbrido: que era alguns alunos iam para a escola, outros ficavam no EAD, outros iam... E aí Todo mundo que estava na turma me conhecia.

Como você reagiu?

Eu fiquei assim... muito... não sei! Eu acho que eu esperava (pausa), **quando eu entrei eu esperava muito mais! Assim, porque é um Instituto Federal, e eu pensei que eu não poderia passar por aquilo, naquele momento**. Mas foi uma coisa que, naquela primeira visão, **eu fiquei um pouco decepcionada e triste!** Mas foi algo que com o tempo foi se ajustando. (Rúbi, entrevista realizada em 07/04/2024, grifos nossos)

A organização dos espaços pedagógicos carecem de espaços voltados para o diálogo sobre as dificuldades no atendimento ao corpo discente Trans, de modo a articular ferramentas de prevenção à transfobia. No caso posto por Rúbi, a burocracia da chamada nominal, não pode ensejar e justificar o desrespeito ao direito fundamental da dignidade humana (Lima, 2020), e a falta de sensibilidade, ao levantar debates sobre identidade de gênero e orientação sexual, precisa ser desconstruída com espaços formativos para profissionais da escola. A respeito dessa discussão Ametista relata:

No seu ponto de vista o IFPI respeita a identidade de gênero Trans? Cite exemplos.

No ponto de vista institucional sim. **Mas entre a comunidade existe muito preconceito e desconhecimento sobre**. Já ouvi comentários do tipo "o pai não bateu suficiente", "eu respeito, mas não é de Deus" e "modinha de Tv". Sobre "proibir o uso de banheiro". A falta de informação sobre ser opção e escolha, **confundir identidade de gênero com sexualidade**. Confundir com perversão sexual e pedofilia. (Ametista, resposta enviada em 30/07/2024)

Ao mencionar a comunidade do IFPI, a resposta de Ametista corrobora a necessidade de atenção na atividade e manifestações de profissionais de dentro do IFPI. Os setores com contato inicial com estudantes com matrícula recente, como as coordenações de disciplina e

pedagógica e o controle acadêmico, devem intervir preventivamente nos primeiros contatos com discentes Trans e estarem com atenção a quaisquer movimentações transfóbicas por parte de demais colegas de trabalho.

Além disso, como apresentado por Ametista, as dúvidas e equívocos sobre os corpos e vivências Trans por parte da cisgeneridade provocam situações transfóbicas. Inquirir uma pessoa sobre sua identidade a fim de diagnosticar, catalogar e limitar é uma das ferramentas da vontade de saber usada no dispositivo da sexualidade (Foucault, 2018). Em que pese o caráter pedagógico das provocações feitas por docentes para fomentar reflexões pessoais, o valor ético é um princípio educacional inegociável. Dessa forma, a educação arcaica e inflexível ainda é aplicada nos espaços de ensino-aprendizagem, em contrapartida, a educação para/com as diferenças de gênero e sexualidade é vista como menor (Adad, Nascimento, Martins, 2020).

Qualquer questão inquisidora e passível de gerar constrangimento não deve ser realizada em sala de aula, mesmo que venha a ter suposto vínculo ao conteúdo ministrado. A contextualização proposta pela EPT visa criar ambientes reflexivos e emancipatórios (Ciavatta, 2004; 2005), não opressões disfarçadas de didática. No mesmo bojo, complementando a sua resposta sobre os casos sofridos de transfobia, Lápis-lazule foi alvo de questionamentos constrangedores, semelhante ao ocorrido com Rúbi:

Você já sofreu transfobia dentro do IFPI? Se sim, citar alguns exemplos.

Sim, dessa parte que eu lhe falei da menina né (sic), que entrou em contato com os meus pais. E uma vez que eu tava passando com a minha colega... e simplesmente eu ouvi um comentário de uma pessoa... se questionando... (pausa) tipo (sic), é uma coisa que eu vou falar aqui, mas eu ouvi a pessoa falando que... **perguntando para a pessoa que estava do seu lado se eu era tesoura com tesoura** (pausa). Eu fiquei... gente! (voz de espanto) eu fiquei assim né... meio... desconfortável com aquilo. **E geralmente são só os meninos cis.** (Lápis-lazule, entrevista realizada em 22/01/2024, grifos nossos)

Usando um termo para referir-se a lesbianidade de forma pejorativa, a pergunta proferida pelo estudante cisgênero reflete a visão homotransfóbica que vincula a identidade de gênero das pessoas Trans à orientação sexual (Jesus, 2014), apesar de serem dois aspectos distintos. Ao associar Lápis-lazule a uma orientação sexual lésbica, apaga-se sua identidade de gênero e se desconsidera a sua autodeterminação referente à sua orientação sexual, podendo ser heterossexual ou qualquer outra.

Por sua vez, Citrino e Ônix dizem não terem sofrido transfobia dentro ou fora do IFPI, porém Citrino menciona se sentir inseguro na rua por causa da sua identidade de gênero:

<i>Mencionou que se sente mais inseguro na rua. Por quê?</i>
Porque eu sei dos riscos que a gente acaba correndo na rua. As pessoas não estendem que estamos no espaço que elas estão e que a gente... é gente também . Independente de aceitarem ou não, a gente tem que circular nos lugares que eles estão e acaba sendo muito perigoso, isso traz insegurança. Eu tenho o exemplo de um dia, saí com uma menina na rua e uma moça ficou olhando estranho para mim, eu fiquei sem entender nada. Acaba trazendo receio. (Jaspe, entrevista realizada em 31/01/2024, grifo nosso)

Os espaços públicos oferecem riscos para quem exterioriza algum traço de diferença frente à cisnormatividade (Benevides, 2023; 2024), intersecciona-se a esse fenômeno a raça, Citrino fica exposto ao racismo e à transfobia (Jessyka *et al*, 2020). O olhar de estranhamento denuncia o descontentamento provocado pela presença das transgeneridades negras (Nascimento, 2020a; 2020b).

Faz-se necessário construir redes interdisciplinares e intersetoriais com a finalidade de se desenvolver atividades direcionadas ao acolhimento das transgeneridades na EPT ofertada pelo IFPI. Por estar presente dentro e fora da instituição de ensino, a questão da transfobia requer o enfrentamento em diversas frentes. Na escola, a comunidade escolar deve dialogar com o movimento social organizado de pessoas Trans e construir espaços formativos, especialmente, para docentes, público que tem contato direto e constante com estudantes Trans e podem (re)produzir transfobia em sala de aula por descuido, desinteresse, falta de ética, desinformação e silenciamento (Louro, 2000).

5.4 Espelhos do IFPI na Vivência de Estudantes Trans

Insere-se nas propostas da EPT a articulação política e didático-pedagógica com os contextos onde é aplicada. Isso requer a aproximação com o seu público-alvo, ter espaços e tempos para escuta e acolhimento. A escola também é um lugar de refúgio, onde vivências dissidentes podem ter mais liberdade para se expressarem. Para estudantes Trans conseguir afirmar suas identidades nos espaços educacionais é um passo importante no desenvolvimento da sua personalidade e autoconfiança. Também nesse espaço são propícias as construções de amizades, habilidades sociais, ensinos e aprendizagens em coletividade e o desenvolvimento das afetividades.

No escopo institucional, Conopca, Ferreira e Cavalari Junior (2018) afirmam no seu estudo que cabe aos Institutos Federais: “[...] garantir o processo sistemático de formação profissional numa perspectiva de educação que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho, como condição de garantia da cidadania plena a todas e todos” (Conopca; Ferreira; Cavalari Junior, 2018, p. 166). Em direção convergente, apesar de enfrentar complicações, Citrino indica o IFPI como um local de acolhimento, Lápis-lazule e Jaspe também apresentam a mesma afirmativa e respondem porque escolheram a instituição:

<i>Você é/foi acolhido no IFPI?</i>
Assim... fui bastante (pausa), mas assim... não foi fácil! Foi um processo um pouco complicado. (Citrino, entrevista realizada em 01/02/2024)

<i>Tem algum local que você se sinta mais aceito, se sinta melhor?</i>
IFPI (risos)... apesar dos pesares é o IFPI.
<i>Porque você escolheu estudar no IFPI?</i>
Bom, eu sempre tive um incentivo dos meus parentes, sempre as pessoas falaram que era uma escola boa, que era uma escola que... já ia dá um curso, para a pessoa já sair do ensino médio com um curso. E diziam que as qualidades de ensino eram boas também. Aí eu resolvi fazer a prova. (Lápis-lazule, entrevista realizada em 22/01/2024)

<i>Onde você se sente mais aceito?</i>
Na escola, no instituto.
<i>Por quê?</i>
As pessoas são muito acolhedoras. Todo mundo é acolhedor lá.
<i>Porque você escolheu estudar no IFPI?</i>
Eu escolhi o IFPI pelo curso e eu acho que pelo meu pai ter estudado lá... me deu vontade de estudar lá também. (Jaspe, entrevista realizada em 31/01/2024)

Citrino menciona que o processo de acolhimento teve dificuldades, evidenciando a necessidade de maiores ações institucionais nesse sentido. Em contrapartida, a influência familiar é um dos elementos predominantes nas respostas acerca da escolha do IFPI. Esse apoio da família sugere o respaldo social e o legado desse Instituto Federal na realidade local e regional do estado do Piauí. Lápis-lazule menciona a possibilidade de concluir o ensino médio integrado a um curso técnico um fator atrativo, assim como a oferta qualificada de ensino.

Na minha experiência pessoal, a escolha do IFPI também derivou de influência de amigos e familiares. Para mim o IFPI era/foi/é uma linha de fuga (Deleuze; Guattari, 2010a). Essa instituição perpassou meu imaginário desde meus 10 anos, como uma alternativa de

fugir de todo um histórico opressivo e violento do meu contexto social, de certo modo fui um dos “desfavorecidos da fortuna” nas palavras de Nilo Peçanha (Ramos, 2014) a recorrer aos braços da educação profissional para tentar (sobre)viver e ter minhas diferenças acolhidas.

Rúbi aponta igualmente a influência da família e de suas amizades:

<i>Porque você escolheu estudar no IFPI?</i>
Acho que foi muito por influência. Até o curso também foi por influência.
<i>De quem?</i>
Muito da minha família, de alguns amigos que eu tinha lá.
<i>Você se sentia acolhida no IFPI?</i>
Demais, demais, demais! Antes mesmo da pandemia acabar, teve a professora que... [...] Ela foi quem me ajudou em tudo basicamente lá! Ela me ajudou na questão de colocar meu nome social nas chamadas ; sempre batia na tecla quando a chamada não estava com o meu nome social; me botou em programa que davam bolsas; me ajudou em questão de médico , para eu procurar me hormonizar... Sempre me ajudou em tudo! Quando eu falar para ela: Tia, infelizmente eu acho que eu vou ter que para com a terapia hormonal, porque eu estou sem dinheiro. Ela me ajudava financeiramente. Então, foi uma pessoa que me ajudou em basicamente tudo! (Rúbi, entrevista realizada em 07/04/2024, grifos nossos)

Rúbi descreve como o acolhimento de uma professora lhe ajudou dentro do IFPI. Essas interlocuções afetivas para além da sala de aula repercutem na sensação de pertencimento e integração com o ambiente escolar, gera sentimentos felizes. Possibilitar espaços educativos alegres é uma arma potente frente à subalternização das transgeneridades, pois a alegria de pessoas Trans “[...] é uma máquina de guerra pela afirmação da vida (des)territorializada em novos caminhos” (Martins *et al*, 2024). Ter sua escuta respeitada e receber apoio são ações valiosas para estudantes Trans, pois isso demonstra o comprometimento de profissionais da educação em fazer uma instituição democrática e, no contexto da EPT, compromissada com a formação integral (Ciavatta, 2005; 2004; Ramos, 2021; Oliveira; Frigotto, 2021). Rúbi, ao falar sobre a sua presença e de uma amiga Trans no IFPI, relata que:

Querendo ou não, é uma inclusão muito grande, de um peso muito grande! Porque quando era eu e minha amiga na escola, [...] duas mulheres trans no IFPI. Então, essa inclusão das identidades Trans é o peso que dá! É tipo: meu Deus! Eu estou ali! Ela está ali! Ela está transitando nesse meio! Entendeu!? Então, tipo (sic), dá aquela coisa assim: eu também posso ser falada! Eu também posso ser vista! Entendeu!? Então, é isso que a gente quer! A gente quer ser vista! A gente quer ser incluída! A gente quer ser pessoas normais! (voz enérgica) A gente quer trabalhar como pessoas normais! Porque as pessoas... muitas das vezes, a gente não é tratada como
--

peças normais! A gente é tratada como uma (pessoa) entre parênteses! Entendeu!? Então para mim poderia ser... tirar esses parênteses! Colocar a gente realmente no meio das pessoas! (Rúbi, entrevista realizada em 07/04/2024)

Rúbi menciona que somente a presença dela e sua amiga gera um impacto no IFPI. As corporalidades Trans provocam essas reações da cisgeneridade, porém, é uma visibilidade que deve ser acompanhada de respeito, nesse sentido que a entrevistada pede a retirada dos “parênteses”. Pessoas Trans estudantes, trabalhadoras, artistas, crianças, jovens, na terceira idade, em fim, com vida plena e cheias de possibilidades, não (pessoas), “pessoas”, com a limitação do é “Trans mas...”, como reflete Beatriz Baglagli no prefácio do livro *Psicologia Suja* (Favero, 2022). O rompimento desses parênteses percorre a construção de subjetividades Trans positivas (Nascimento, 2021) e com autonomia para viverem livres, como “travas-sem-trava”, pessoas Trans com vida em abundância (Nascimento, 2020a).

Ademais, os fatores humanos são essenciais para a construção das instituições, as estruturas sociais são edificadas por pessoas, o estrutural permeia ações individuais em uma coletividade. Nesse sentido, a falta de respeito e (re)produção de violências contra pessoas negras, Trans, LGB+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais e outras dissidências sexuais) não ancora-se em uma estrutura estanque, fixa e impessoal, sem uma historicidade e intermedeio de agentes humanos. A justificativa de erros na expressão popularizada: “foi estrutural”, camufla a responsabilidade individual e coletiva na questão ao direcioná-la para o nível das estruturas. Essa reflexão não intenciona desconsiderar a responsabilidade institucional, conseguinte, aponta o caráter intersubjetivo e interpessoal presente no mérito.

Nesse enfoque institucional, Ônix, questionado sobre o acolhimento no IFPI, diz:

<i>Você se sentiu acolhido dentro do IFPI?</i>
Sim, sim! Eu passava o dia inteiro lá! Porque eu sentia... ainda que a minha transição tivesse bem no começo, eu sentia que a galera de lá era muito mais aberta para conversar sobre isso, a buscar a entender . As amizades que eu tinha... os professores sempre foram mais receptivos nesse assunto.
<i>Comente sobre as suas amizades e inimizades.</i>
Era muito tranquilo! É sempre fui o aluno que saía e demorava para voltar, porque estava conversando com todo mundo, sabe!? E ia à sala da Coordenação Pedagógica e pegar um cafezinho e conversava junto com os pedagogos (riso), ia na Coordenação de alunos; assistia uma aula de um professor que eu gostava, dentro de outra sala, essas coisas (riso).
<i>A escola respeita as diferenças de gênero e sexualidade?</i>
Eu acho que depende muito (pausa longa) de quem constrói a escola. Se, por exemplo, a gente tem uma coordenação, que ela é mais rígida, eu acho que esse respeito não vai existir! E se existir vai ser muito aos trancos e

barrancos! (sic). Mas, por exemplo, quando no Instituto Federal a gente tinha uma maior liberdade, **eu me sentia mais acolhido lá do que, por exemplo, na minha própria casa!** Então, acho que para se criar um ambiente seguro, principalmente para pessoas Trans, a gente precisa ter uma coordenação que entenda das pautas, que a acolha as pautas. (Ônix, entrevista realizada em 08/07/2024)

Os relatos de Ônix ratificam a relevância das pessoas integrantes da comunidade escolar na formação de uma instituição acolhedora. Normas, protocolos, burocracias, programas e sistemas ainda são elaborados e executados por pessoas (Lima, 2021). As instituições devem servir aos seus propósitos sem se afastar do seu público-alvo. No caso, a estrutura escolar deve atentar-se ao corpo discente e quem possa participar de suas atividades, cabendo ao grupo de servidores e profissionais que a compõe propiciarem o desenvolvimento adequado das atividades.

São comuns os depoimentos de estudantes que preferem estar na escola a estar em casa. Quando era estudante do IFPI, no primeiro ano, ia para escola para realizar trabalhos por falta de internet e computador com as configurações exigidas em casa. Era, na escola, onde tinha contato com adolescentes da minha idade, passando pelos mesmos processos formativos e de desenvolvimento da personalidade, típicos da idade. Nesse período, ouvia relatos de estudantes que passavam dificuldades variadas na esfera doméstica, desde financeiras à violências físicas, até abusos sexuais. O IFPI torna-se uma linha de fuga de toda a sorte de mazelas que esperam por seu corpo estudantil fora das dependências escolares. Tal contexto intensifica-se pelos Institutos Federais serem instituições de ensino públicas, consequentemente, atender o público de baixa renda (Ramos, 2014).

Os espelhos do IFPI refletem um espaço potente para as vivências de estudantes Trans. Apesar de ainda existirem percalços a serem superados, as respostas nas entrevistas direcionam para o entendimento que o IFPI acolhe as pessoas Trans e sinalizam a presença de profissionais da educação abertos para a escuta, diálogo e apoio. Esses são dados esperançosos para a continuidade na construção de uma EPT que oferte uma formação integral e acolhedora para pessoas Trans. Rumo esse que aponta para a maior propagação de estratégias de afirmação das transgeneridades a fim de melhorar o atendimento do IFPI para o seu público como um todo.

5.5 Estratégias de Afirmação das Identidades Trans

Nessa seção, dividida em 5 (cinco) subseções, apresento e analiso algumas estratégias mapeadas e, assim, fomentar a divulgação e discussão de ações, atividades, mecanismos e recursos utilizáveis na afirmação das identidades Trans.

5.5.1 Uso do nome social

A identidade perpassa elementos individuais desde a imagem corporal até o nome usado. Cada estudante relatou a sua experiência de uso do nome social dentro do IFPI, enquanto o corpo docente respondeu como buscaram atender a essa demanda. Muitas pessoas Trans deixam de retificar o seu nome e gênero nos registros públicos pela burocracia (Meneses, 2022), no contexto dessa pesquisa, alguns respondentes ainda não fizeram a retificação por serem menores de idade e ainda estarem no início de suas vivências Trans.

Nas vivências de pessoas Trans, o nome utilizado para se identificar é uma autoafirmação estratégica, por trazer o marcador de gênero (Lima, 2021). Essa demarcação ocorre também com pessoas cisgêneras, porém, o seu uso é respeitado socialmente, ao passo que pessoas não-cisgêneras são alvo de constantes constrangimentos (Silva, 2019). Nesse diapasão, Ônix responde:

Qual a importância de ser chamado pelo nome ao qual você identifica?

O nosso nome é meio que a nossa marca! Se você me chama pelo nome que não é meu, eu não vou entender! Você não vai estar falando comigo! E aí a gente não consegue ter um diálogo! **Quando a gente respeita o nome de alguém, de uma pessoa Trans, no caso, a gente consegue estabelecer uma relação de respeito! E a partir disso, construir narrativas.** ‘Ah! Beleza! (sic) Não acho que isso seja o certo!’, ‘Mas aí é minha opinião!’. ‘Eu não vou não pegar as suas dores! O que você faz com a sua vida é o que você faz com a sua vida!’. ‘Respeito, mas não quero muita proximidade!’, **quando você respeita o nome de uma pessoa Trans, você (pausa) dá essa oportunidade de conhecer uma nova narrativa!** Entender o processo daquela pessoa e trata-la com dignidade, **como uma pessoa digna de respeito! E, minimamente, de afeto!** E você não muda as suas crenças! **Você só está sendo uma pessoa respeitosa!** (riso) (Ônix, entrevista realizada em 08/07/2024, grifos nossos)

Nas respostas de Ônix, observa-se como o debate do nome social de pessoas Trans deve ser conduzido, trata-se de respeito, dignidade e construção de diálogo. O afeto é um potente elo intersubjetivo, pessoas Trans são dignas de afeto! A afetividade aproxima e

constrói ligações com/entre as transgeneridades, basta se dispor ao encontro e se dispir da transfobia (Araújo, 2018).

Respeitar a identidade de outra pessoa é um corolário da cidadania, o desrespeito é uma violação do direito de ser reconhecido como lhe convém, ancorados no artigo 5º, caput, da Constituição brasileira e na Lei de Registros Públicos de 1973. Nas palavras do entrevistado, respeitar o nome de pessoas Trans é uma oportunidade de contato com outras narrativas, outros modos de reconhecer as outreridades (Nascimento, 2021). A imagem 5, traz exemplos dos pronomes mais usuais.

Imagem 5 – Quais os seus pronomes?



Fonte: Apply Brasil (2024).

A respeito da utilização de pronomes na afirmação das identidades não-cisgêneras dentro da escola, “Se você perguntar em qualquer sala de aula hoje por quais pronomes os estudantes preferem ser chamados, bom, faça o teste. Essa é uma vitória nossa” (Favero, 2022, p. 22). Tanto o nome social quanto os pronomes de tratamento correspondentes são elementos indispensáveis no atendimento e acolhimento respeitoso de estudantes Trans. Adentrando nesse assunto, Rúbi mencionou entrar na escola já usando o seu nome social e isso lhe evitou problemas no IFPI.

Na escola, como eu já entrei com nome social, todas as pessoas me conheciam como *Rúbi*. Então, (pausa) eu nunca tive que ter que falar por qual nome eu tinha que ser chamada. E socialmente, em questão familiar, eu sempre intervia! Falava que não me identificava mais com aquele nome que esse era meu nome: falava o meu nome, que é *Rúbi*. Sempre foi uma coisa assim... muito bem discutido, sempre tentei conversar muito para deixar tudo bem certo e evitar qualquer tipo de transtorno. (Rúbi, entrevista realizada em 07/04/2024)

Rúbi enfatiza que sempre recorre ao diálogo para evitar maiores problemas, não se intimida ao fazer intervenções para ser reconhecida como deseja. Jaspe expõe a importância de ter seu nome social reconhecido na escola:

<i>Para você qual é a importância de ser chamado pelo nome pelo qual se identifica?</i>
Eu acho que é de muita importância! Porque acaba tendo... criando um vínculo do aluno com a escola, faz a pessoa se sentir mais acolhida na escola , faz a pessoa se sentir mais confortável naquele lugar. Por exemplo, eu: se eu passo a ser chamado pelo nome morto na escola, eu iria odiar aquele lugar.
<i>Quais estratégias você utiliza para ter esse reconhecimento?</i>
Quando o professor entra na sala, no primeiro dia, eu já falo logo com ele. Eu falo: ‘professor, então... eu uso nome social’. Eu explico pra eles, eles falam que está tudo bem e usam meu nome social sempre. (Jaspe, entrevista realizada em 31/01/2024, grifos nossos)

Quando Jaspe diz “eu iria odiar aquele lugar”, explicita como a escola pode ser um ambiente hostil para quem traz marcadores identitários da diferença (Oliveira, 2017; Araújo, 2012; 2018). Durante a escuta dessa resposta na entrevista, de imediato lembrei do texto “Me chamaram de macaco e eu nunca mais fui à escola” de Henrique Cunha Júnior (2008). Recordo outra vez minhas experiências na escola:

<i>Diário de intinerância 13/07/2024</i>
Já me xingaram e xinguei bastante na escola, as ofensas puramente racistas não me atingiam tanto como as transhomofóbicas que se interseccionavam com a raça. Isso talvez derive de conviver com um avô materno e mãe mais retintos, bem como a negritude não ser pautada como uma inferiorização no ambiente familiar, diferente da transhomofobia. Durante o ensino fundamental, chamavam-me de Vera Verão como insulto, logo eu! Que conhecia, admirava a intrépida ousadia e ria das piadas de Jorge Lafond, era uma figura emblemática para mim, uma criança reprimida. Tão-somente por isso me sentia extremamente ofendido: Vera Lafond, Jorge Verão, representava a figura-persona que eu jamais poderia ser segundo as pressões sociais que vivenciava na infância-adolescência; uma besha preta afeminada. “O diabo em forma de gente”, nas palavras da travesti Profa. Dra. Megg Rayara Gomes de Oliveira. Também me chamavam injuriosamente de ex-BBB Dicésar, maquiador e drag queen, por conta da minha dislalia, kkkk. Permitam-me o riso, ficou preso por muito tempo, não trata-se de homofobia recreativa e sim de rir como cura e crítica, como contradiscurso foucaultiano. O riso também faz parte do processo de cura e posicionamento reflexivo, na perspectiva de Butler. Inspirado em Donna Haraway, esse é um dos meus jeitinhos de brincar com minhas dores e criar outras coisas: “Êpaaaa! Homem não! Eu sou uma quase...”. Viva Vera Verão! Viva Jorge Lafond! Foi uma honra ser nominado assim, hoje (re)conheço a sua magnitude. Até hoje, a escola me traz aprendizados e bons risos.

Não se espera ser discriminado em uma ambiência que deve promover a cidadania pela educação. Cunha Júnior (2008), refletindo acerca das manifestações do racismo nas instituições de ensino, enfatiza a necessidade de intervenções pedagógicas comprometidas com a prevenção e conscientização dos prejuízos da discriminação. Odiar a escola ao ponto de não querer frequentá-la é um reflexo da (re)produção da exclusão social das diferenças, provoca por desconfortos e inseguranças. Na escola, muitas memórias são criadas, elas podem influenciar todo o resto das vidas de estudantes, não somente no campo acadêmico-profissional, outrossim, na esfera pessoal e afetiva, como ter confiança ao se apresentar:

<i>Você se identificava pelo nome social quando ingressou no IFPI?</i>
Sim, mas quando eu entrei... eu me apresentei pelo outro nome. Quando eu fui me apresentar para a turma eu fiquei um pouco nervoso e... eu não consegui me apresentar como <i>Citrino</i> , mas... com o tempo eles foram meio que (<i>sic</i>) esquecendo. Até porque todos do IFPI me conhecem como <i>Citrino</i> , até os professores também.
<i>Quais estratégias sugere a respeito do nome social?</i>
Ignorar tudo que você acha que vai acontecer de ruim naquele momento e sempre buscar corrigir certos pensamentos sobre você e como você se identifica. (Citrino, entrevista realizada em 01/02/2024)

O relato de Citrino reitera a importância de se construir espaços educacionais seguros para as transgeneridades, onde possam se apresentar sem receios e medos. Também é preciso ignorar os impasses para se seguir adiante, enfrentar o nervosismo e ter coragem para seguir vivendo (Nascimento, 2020a) e confrontar as limitações institucionais (Dias, 2023). Ao seu modo, Ônix relata como se deu sua vivência no fim do ensino médio integrado ao curso técnico no IFPI e Citrino descreve como avalia a recepção do seu nome social no IFPI:

<i>Vou focar nesse ponto, a sua transição iniciou no fim do ensino médio. Mas você ainda utilizava o nome morto na sala?</i>
Sim, eu era uma figura mais andrógena, no final do ensino médio, até porque eu entendo que a transição é muito gradual, ela é muito lenta demorada. Então eu nunca fui do time que chegou e: ‘Agora eu sou Ônix, meus pronomes são ele/dele’, não!, ‘Se você não me entende como uma mulher: (<i>lança beijo com a mão</i>) beijo pra tu vida! Não vou perder meu tempo batendo cabeça com você!’. Mas eu sabia que no Instituto, se eu entrasse com requerimento seria tranquilo! Eu ainda estava no início, entendendo tudo, por isso também que eu não dei esse <i>start</i> . Mas eu sabia dessa possibilidade de usar o nome social e tudo mais. (Ônix, entrevista realizada em 08/04/2024, grifo nosso)

<i>A escola respeita seu nome social?</i>

Considero que sim, porque todas as pessoas que tive liberdade suficiente para me assumir me respeitam como uma pessoa Trans.
<i>Para você qual é a importância de ser chamado pelo nome que se identifica?</i>
Simplesmente é a melhor coisa que tem. A importância de ser aceito naquele certo local. Então, você se sente mais confortável, se sente mais agradável com aquele lugar.
<i>Quais estratégias você utiliza para ter seu nome reconhecido?</i>
A estratégia é simplesmente eu falar. No começo, eu tinha mais receio de falar. Agora como eu já tenho mais confiança, mais pessoas que me conhecem, que me apresentam com meu nome social, que me ajudam nessa ocasião.
<i>Você acha que o IFPI lhe ajudou nesse processo de confiança?</i>
Sim. (Citrino, entrevista realizada em 31/01/2024, grifos nossos)

Ônix e Citrino consideram que no IFPI existe a liberdade de usar o nome social. Citrino diz sentir-se respeitado e menciona que ter seu nome reconhecido lhe deixa mais confortável e torna o ambiente escolar mais agradável, demonstrando a relevância da construção de uma educação antitransfóbica (Nascimento, 2022; Rodrigues, 2023; Araújo, 2018). Citrino também indica a ajuda de pessoas que lhe conhecem durante a sua apresentação, confirmando as assertivas de Jesus (2014), Yuna Silva (2019) e Simakawa (2015) ao considerar fundamental o comprometimento de pessoas cisgêneras no enfrentamento e na articulação de estratégias de desmonte da transfobia.

Essa mobilização por pessoas não-trans na afirmação das transgeneridades é um exercício de cidadania e reconhecimento da dignidade. Assim como nas questões feministas e raciais, homens e pessoas brancas devem aliar-se aos movimentos reivindicatórios que não tratam diretamente das suas identidades, porém, figuram como agentes nessas relações de poder. Todavia, essa inserção engajada precisa, necessariamente, dialogar com as demandas sem comprometer a titularidade da luta e representatividade de identidades com participação sociopolítica precária (Nascimento, 2021). Ainda com relação à aliança com pessoas Cis aliadas, Rúbi exemplifica o quão importante foi apoio que recebeu dentro do IFPI:

<i>Você usava nome social na escola?</i>
Sim, usava sim.
<i>Essa utilização chegava na chamada? Os professores respeitavam? como é que você solicitou esse nome social?</i>
Como eu falei antes, eu tive o suporte da gestora, ela me ajudou na questão de troca. Foi trocado em tudo, no sistema, na chamada. Teve reunião com os professores sobre a questão. Então, foi muito bom para mim! Porque me ajudou em muita coisa! E eu acho que quando eu desanimava

era isso que me animava! Querendo ou não, eu saber que teve uma pessoa que me ajudou a continuar!

Então você avalia que a escola respeitava o uso do nome social?

Sim, exatamente! Até então, a minha amiga também, quando ela começou a transicionar - porque ela transicionou um pouco depois de mim - eu que fui com ela, falei com ela o que deveria fazer. Ela falava com o setor pedagógico, o setor pedagógico (pausa) eles ajudavam em tudo! Eram muito empático, ajudavam em tudo que se precisava! **Quando eles não sabiam, não tinham o conhecimento, eles buscavam.** Então não teve dificuldade nenhuma nessa questão do nome social. (Rúbi, entrevista realizada em 07/04/2024, grifos nossos)

Por levantar esse ponto, perguntei: você indica como estratégia fazer no início a solicitação do nome social na escola?

Sim, e caso você comece a transição na escola e transicione depois de estar na escola, também tem a questão (pausa) do diálogo! **Eu vejo que o diálogo é um principal fator de mudanças,** entendeu!? O diálogo na minha transição foi o que mais me fez alavancar e evitou muitas coisas, muitas coisas ruim de acontecerem mesmo! Eu acho que na questão da minha família e tanto na escola também. Eu sempre prezei muito pela questão do diálogo. Eu acho que foi o que resolveu muitas coisas para mim! (Rúbi, entrevista realizada em 07/04/2024, grifo nosso)

Guacira Lopes Louro (2000) apresenta reflexões sobre a escolarização do corpo, a disciplina das identidades pelos ditames sexuais e de gênero universais na escola, no que chama de pedagogias da sexualidade. A respeito dela, a autora afirma que: “As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual” (Louro, 2000, p. 11).

A divisão binária dos banheiros, a chamada nominal nas aulas, a divisão por gênero nas atividades de Educação Física, exemplificam como os espaços escolares pode construir determinadas corporalidades a partir das matrizes dominantes de gênero e sexualidade (Araújo, 2018; Nascimento; Adad, 2023). Nesse sentido, construir diálogos para afirmar as identidades Trans, como sugere Rúbi e Luma Andrade (2012), é uma estratégia importante para a construção de um espaço educativo acolhedor para as transgeneridades. Em consonância ao exposto, Lápis-lazule responde:

A escola respeita a utilização do seu nome social?

Sim, por parte dos professores e dos alunos, porque já dá **Coordenação é um pouco mais complicado porque não tem aquela convivência.** Aí sempre a pessoa vem me chamando... pelo nome morto.

<i>O quê você sugere para melhorar esse diálogo com a coordenação?</i>
O que poderia melhorar tanto da minha parte, [...] porque eu tenho tipo um medo, [...] eu não consigo corrigir quando a pessoa me trata assim. [...] a pessoa ter aquela consciência de perguntar, porque a pessoa olha para mim, ver o jeito que eu me visto , o jeito que os meus amigos... até do meu lado, quando eu tô falando com alguém da coordenação, meus amigos estão ali fora comigo, estão ali tratando pelo masculino, estão me chamando pelo meu nome e a pessoa percebe, mas não (pausa), não trata , entende?!
<i>Então você acha que também falta um pouco de sensibilidade?</i>
Sim.
<i>Para você qual é a importância de ser chamado pelo nome pelo qual se identifica?</i>
Eu acho que eu me sinto mais confortável. Eu me sinto confortável, eu me sinto muito bem quando a pessoa me chama pelo meu nome, me trata do jeito que eu que eu peço. Porque durante muitos anos eu fui uma pessoa que eu... que não era eu. (pausa) Então para mim (pausa) eu acho maravilhoso! (riso)
<i>Você mencionou a questão de vez em quando ter que corrigir ou indicar como você gostaria de ser reconhecido, mas fora o contato direto, quais outras estratégias você utiliza para ter esse reconhecimento?</i>
Eu sempre coloco... eu me identifico na chamada, até porque tem alguns professores que não sabem que o meu nome não é o da chamada. Aí eu sempre coloco o meu nome da chamada, mas logo em seguida eu coloco o meu nome social . (Lápis-lazule, entrevista realizada em 22/01/2024, grifos nossos)

Ficou nítido nos relatos que o respeito do nome social deixa a convivência escolar mais agradável e que, em termos gerais, o IFPI busca reconhecer o nome e pronomes usados por pessoas Trans, com algumas exceções. A falta de leituras das questões de gênero e sexualidade, sobretudo, de conhecimentos acerca da identidade de gênero e a ausência de convivência com pessoas Trans, são barreiras para a cisgeneridade construir uma relação harmoniosa com estudantes Trans. Essa situação se agrava quando se insere no contexto de gestão escolar. Integrantes de cargos administrativos do IFPI devem se inteirar dessas questões para, além de somarem com a cidadania social e não (re)produzirem violências transfóbicas, exercerem as funções a contento e prestarem um atendimento ao público digno.

Nas respostas, destaca-se que o cansaço de ter que ficar corrigindo e o medo das reações de outras pessoas são sentimentos recorrentes da comunidade Trans. Lápis-lazule fala que a pessoa no cargo de coordenação do seu curso não respeita o seu nome social, apesar da utilização dos pronomes masculinos por pessoas conhecidas na presença da/o coordenador/a.

A falta de sensibilidade é um dos impasses que induz na implementação de medidas práticas e preventivas em relação à transfobia, principalmente as direcionadas à gestão do *campus*. Conopca (2019) e Albuquerque (2020) afirmam em suas pesquisas há falta de

engajamento de gestoras/es dos Institutos Federais com as demandas Trans, apesar da abertura, muitas medidas acabam por ficar “no papel” e não se materializam em uma práxis acolhedora.

Nesse caminho, o respeito do nome social, ao ser uma forma de tratamento de utilização diária e constante, é fundamental para a afirmação e acolhimento das pessoas Trans dentro da EPT. As estratégias direcionam para: a) diálogo com colegas, docentes e gestão; b) recorrer ao apoio de pessoas conhecidas e aliadas; c) indicação do nome social ao lado do nome de registro na chamada; d) perguntar como a pessoa deseja ser chamada.

5.5.2 Enfretamento à transfobia

Andrade (2012) destaca esses aspectos da transfobia na escola e fora dela, mostrando como essas formas de discriminação permeiam todos os aspectos da vida das pessoas Trans. A transfobia não se limita a uma questão de preconceito individual, mas um problema que está profundamente enraizado nas normas sociais, culturais e políticas do país. Combatê-la requer não apenas mudanças nas atitudes individuais, mas também reformas sistêmicas que garantam a proteção e o respeito pelos direitos das pessoas Trans em todas as esferas da sociedade (Nascimento; Meneses, 2021).

<i>Você já presenciou algum tipo de transfobia?</i>
Sim. Durante minhas aulas. Procuro sempre inibir a prática e conversar com quem cometeu procurando conscientizá-lo (a).
<i>O que você faz/faria para enfrentar a transfobia no IFPI?</i>
Procuro sempre que possível discutir o tema de forma transversal, procurando trazer informações e conscientizando todos os demais discentes. (Dioptase, resposta enviada em 12/08/2024)

Dioptase é professor de Educação Física, essas aulas envolvem atividades físicas e divisão de equipes/grupos por gênero. No seu fazer docente, o respondente busca provocar a conscientização de discentes para intervir em atos transfóbicos e inibir futuras discriminações. Essas ações alinham-se aos pressupostos da EPT, ao buscar o desenvolvimento completo e integral (Ciavatta, 2005). A EPT se caracteriza pelo fazer docente reflexivo e atento às especificidades de cada turma, pelo contexto local, regional e pessoal de cada estudante, sem deixar de considerar a coletividade (Sousa; Maciel, 2023).

Sousa e Maciel (2023) apontam, entre outras abordagens, a transdisciplinaridade como corolário para se concretizar a EPT. Assim, para que as práticas didático-pedagógicas venham a trazer contribuições “[...] com a proposta da EPT [...], [faz necessário que] sejam

desenvolvidas e executadas na perspectiva integradora, ou seja, que oportunizem aos sujeitos o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões” (Sousa; Maciel, 2023). Nesse sentido, a discursão do “tema de forma transversal” proposta por Dioptase é compatível com uma prática didático-pedagógica contextualizada.

Diante do exposto, Rúbi traz as suas reflexões de enfrentamento à transfobia no IFPI:

<i>O que você faria/fez para enfrentar a transfobia no IFPI?</i>
Eu acho que de primeira eu tentaria conversar. Se não conversasse, eu acho que eu iria (pausa) na questão da direção mesmo, para tentar resolver. Se não resolvesse, eu denunciaria na polícia! [...] Eu acho que, eu não sei assim... as minhas coisas assim, na minha transição, nunca tive um momento assim que eu precisasse, tipo... ter que partir para agressão, alguma coisa assim. [...] Acho que eu sou uma pessoa, como eles falaram, que eu intimidava muito! Então acho que eu meio que (sic)... eu não dava meio que brechas (sic) pra isso acontecer [...] No IFPI eu sempre falava muito o que eu queria! Era aberta no que eu queria me posicionar. Então eu acho que isso, querendo ou não, quando você é muito aberta no que você fala, isso intimida as pessoas! Então, nunca teve essa questão! Então o que pudesse acontecer, eu acho que eu resolveria no diálogo, e se não resolver isso eu iria mais para frente! (Rúbi, entrevista realizada em 07/04/2024, grifos nossos)

Tais relatos remontam à Pedagogia da navalha e *molotov* (Dias, 2023), Rúbi utiliza sua personalidade forte ao seu favor, relata sempre se posicionar quando estava incomodada e indica o diálogo como estratégia para enfrentar a transfobia. A atitude de Rúbi pode ser lida como intimidadora, contudo, era ouvida e não precisou “partir para agressão”.

Ficar em silêncio diante da transfobia não é uma forma eficaz de enfrentá-la; na verdade, o silêncio serve para perpetuar essa opressão, como reflete o pensamento de Audre Lorde (2019). De acordo com a feminista negra, quando optamos por não falar, estamos, na prática, legitimando as agressões e violências diárias. Ao calarmos, permitimos que essas injustiças se mantenham invisíveis, mascarando a gravidade e a recorrência dessas ações.

Portanto, o silêncio, longe de ser uma proteção, acaba sendo uma ferramenta que fortalece as estruturas de opressão, tornando-se cúmplice da continuidade da transfobia. Confrontar essa violência exige que levantemos nossas vozes e nos posicionemos de forma clara e ativa, desafiando a normalização do preconceito e promovendo ambientes de respeito e acolhimento. Em direção próxima à adotada por Rúbi, Ônix menciona sua maneira de enfrentar a discriminação tranfóbica no IFPI, ele apresenta uma postura conradiscursiva (Foucault, 2019) ao ser questionado a respeito:

Devolver o constrangimento! Partindo disso, você se coloca numa posição de igual para igual! Se você me constrange eu vou te constranger de volta! Independente do seu cargo: se você é só um aluno! Se você é o diretor geral! **Se você me constranger, eu vou te constranger de volta!** (Ônix, entrevista realizada em 08/04/2024)

Desconstruir a relação de poder pela devolutiva do constrangimento é uma estratégia sofisticada, pois é preciso estar à espreita das engenhosidades das forças de poder (Foucault, 2010). Edificar linhas de fuga dos agenciamentos opressivos (Deleuze, Guattari, 2010a) da cisnormatividade (Jessyka *et al*, 2021). Nas respostas de Ônix, foi possível perceber como o humor ácido, ironia e inversão de questões são usadas para desestabilizar noções e incursões transfóbicas em sua direção. São essas e outras ferramentas aqui mapeadas que provocam as rupturas paradigmáticas no bloqueio cisnormativo diante das vivências Trans, cada brecha demonstra as fragilidades da rigidez inventada das identidades de gênero e sexualidade hegemônicas. Perguntado se considerava isso uma estratégia, responde:

Eu acho que sim! **Foi uma forma de autodefesa, que eu fui construindo ao longo do tempo.** Porque (pausa) eu acredito que **a transfobia não é um problema das pessoas Trans! É um problema cis! E aí não sou eu que tenho que resolver esse problema! Eu não sou cis!** Quem tem que resolver é quem é! Então devolver esse constrangimento ou mostrar para a pessoa que **ainda que ela tente me desvalidar, desacreditar, ela não vai conseguir! Porque eu sou muito maior que ela!** É só uma opinião burra (sic), que entra em um ouvido e sai pelo outro! O que ela pensa ou deixa de pensar sobre não faz diferença na minha vida! A cisgeneridade está tão acostumada a colocar a gente numa posição de inferior, que quando a gente rebate de alguma forma, seja reagindo de forma violenta, gritando... enfim, ou quando você não reage; trata como f*****! (palavrão), como se você fosse superior à cisgeneridade, ela dá um: ‘Êpa! Aqui eu eu já não posso botar minhas garrinhas! (sic) Aqui já tem uma outra história!’. **A gente vai criando mecanismos.** (Ônix, entrevista realizada em 08/04/2024, grifos nossos)

Ayra Dias (2022) também menciona o enfretamento à transfobia pela reação, mesmo ela venha a ser lida como violenta. Yuna Silva (2021) discorre como a cisgeneridade construiu instituições pensadas para lhe servir e não considerar outras vivências. Na escola, esses mecanismos são importantes, porque o cotidiano escolar pode ser excludente (Cunha Júnior, 2008). Inverter a lógica hierarquizante da cisnorma lhe põe em xeque, como sugere Ônix, suas “garras” encolhem, pelo menos momentaneamente. Em níveis institucionais, essas estratégias precisam ser incorporadas no dia-a-dia escolar, assim, construir meios de afirmação das identidades Trans.

Aos seus modos, Citrino afirma não “quebrar cabeça com isso” e ignoraria a transfobia, a depender do caso, Lápis-lazule recorreu à denúncia quando teve sua identidade de gênero exposta e Jaspe diz como procederia caso precisasse:

Você já realizou alguma denúncia de transfobia dentro da escola?

Sim, sobre esse caso da pessoa que entrou em contato com a minha mãe. Já falei com o pessoal... com a coordenação e só não... não foi muito pra frente.

A qual coordenação você se encaminhou?

Foi a coordenação do meu curso. **A coordenadora tentou fazer de tudo. Ela tentou, ela falou com a Direção, mas não teve um retorno e nem nada.** E eu vejo que agora não adianta mais correr atrás (sic) porque a pessoa já até saiu. (Lápis-lazule, entrevista realizada em 22/01/2024)

Bom... (pausa), eu nunca passei por isso mas... eu tenho alguns colegas que passaram e... eu acho que sentaria para conversar com a pessoa, se não resolvesse, eu iria atrás de alguém do IFPI: da diretoria, coordenador, alguém que pudesse dizer o que a gente poderia fazer. (Jaspe, entrevista realizada em 31/01/2024)

Os relatos de Lápis-lazule revelam problemas significativos na forma como a gestão escolar lida com denúncias de transfobia, evidenciando falhas graves que comprometem o sentimento de segurança e o bem-estar de estudantes Trans. Ele detalha a ineficácia da administração em tomar providências concretas diante da denúncia recebida, bem como a falta de transparência na comunicação das medidas que supostamente foram adotadas. Essa falta de ação e clareza não só deixa o corpo estudantil desamparado, como precariza a confiança na capacidade da instituição em proteger discentes Trans.

Ademais, Jaspe propõe um caminho que privilegia o contato verbal inicial com a pessoa envolvida antes de recorrer às instâncias administrativas. Esse conselho sugere uma abordagem mais direta. Outrossim, ressalta a importância de uma estrutura administrativa pronta para agir de maneira rápida e eficaz quando necessário. Essa dupla abordagem reforça a necessidade crucial de uma gestão escolar que esteja plenamente equipada para lidar com situações de transfobia, especialmente dentro do ambiente dos Institutos Federais. Nessa questão, Soldalite e Opala dizem:

Ampliar a discussão sobre a visibilidade trans, instigar atividades acadêmicas com essa finalidade. Ainda **não presenciei nenhum evento transfóbico no campus** e nem relatos de ter havido algum evento desta natureza. (Soldalite, resposta enviada em 12/08/2024)

Sendo Diretor Geral do *campus* 1, a resposta de Soldalite se relaciona com as proferidas por Lápis-lazule e Jaspe. É possível que a denúncia de Lápis-lazule feita à coordenação do seu curso não tenha sido encaminhada para a Direção Geral, bem como, existe a falha institucional na fiscalização de casos de transfobia. O relato de Jaspe corrobora o papel fundamental da gestão na mediação de eventos transfóbicos.

Logo, a inexistência de uma comunicação clara e de ações tangíveis não só desmoraliza a administração, como também desestimula a construção de atividades voltadas para o combate à transfobia. A gestão escolar, ao não agir de maneira transparente e decisiva, arrisca ser vista como parte do problema, em vez de uma aliada na luta pela igualdade e pelo respeito aos direitos de discentes Trans. Esse cenário sublinha a urgência de uma reavaliação das práticas administrativas para garantir que a gestão escolar possa cumprir seu papel de forma eficaz e restaurar a confiança dos estudantes e da comunidade acadêmica como um todo (Conopca, 2019; Albuquerque, 2020). Para Ametista:

E como o IFPI pode dificultar o reconhecimento de estudantes Trans?

Principalmente não reprimindo as ações de transfobia. Os processos administrativos são pedagógicos para servidores e as medidas de ajuste de conduta discente também. E também a **insistência na visibilidade do tema**. (Ametista, resposta enviada em 30/07/2024)

A gestão escolar desempenha um papel fundamental no enfrentamento da transfobia, sendo indispensável para criar um ambiente seguro e acolhedor para estudantes, independentemente de sua identidade de gênero. No entanto, quando falha em comunicar claramente as ações que toma ou não toma nenhuma ação concreta, a credibilidade da gestão fica severamente comprometida. Essa inação pode ser percebida como um obstáculo, dificultando o desenvolvimento de iniciativas que visam combater a transfobia dentro do IFPI. Nesse âmbito, Fluorite narra sua reação ao presenciar falas e piadas transfóbicas na escola e descreve as dificuldades de utilização do banheiro por uma estudante Trans:

O que você faz/faria para enfrentar a transfobia no IFPI? Possui algum relato? Se sim, descreva.

Tento esclarecer colegas e alunos mediante algumas falas e piadas. A situação do banheiro, uma aluna trans ficava constrangida em usar o banheiro masculino porque só tinha meninos e ela se vestia como mulher, e também não podia usar o banheiro feminino porque as meninas e muitos pais dessas não aceitavam.

Você desenvolve(u)/utiliza(ou) alguma estratégia para incluir discentes Trans na escola? Se sim, cite exemplos.

Sim. Pela a experiência que tive, chamo o aluno pelo nome social, tento tratá-lo sem diferença dos demais [...] e incentivo o respeito entre os alunos, **pois somos todos diferentes.** (Fluorite, resposta enviada em 22/07/2024)

Ao intervir tentando elucidar as questões Trans, Fluorite promove a conscientização de colegas e estudantes. A falta de informações e conhecimentos antitransfóbicos induz a formação de espaços excludentes. Difundir atividades temáticas e ações voltadas para essas demandas são estratégias imperativas para uma EPT emancipatória e integradora (Conopca, 2019). Trazendo mais elementos para análise, Lápis-lazule também disse achar que não haveria autorização da coordenação para a realização de uma proposta de atividade para enfrentar a transfobia:

Uma coisa que eu tenho em mente, mas... mas eu acho que a coordenação não iria autorizar... mas no caso, **o mês da visibilidade transgênero é agora em janeiro.** Aí no caso, quando a gente voltar, assim, em fevereiro, **o colégio podia fazer... tipo uma semaninha falando sobre isso.** Fazendo tipo uma semana inteira falando sobre, espalhando cartazes, explicando as identidades, tendo palestras também. **Seria bem legal!** (Lápis-lazule, entrevista realizada em 22/01/2024)

Ignorar essa realidade é um ato de cumplicidade, é como sujar as mãos de sangue ao deixar de reconhecer e agir contra a violência e discriminação que pessoas Trans enfrentam diariamente. Na imagem 6 há o registro de uma faixa que faz alusão ao Dia da Visibilidade Trans, mencionado por Lápis-lazule, uma data de extrema importância celebrada no dia 29 de janeiro. Esse dia é uma data simbólica, carrega consigo a memória e a luta de uma comunidade que, por muito tempo, foi invisibilizada e silenciada.

Imagem 6 – Basta de Transfobia!

Fonte: Robson B. Sampaio, A verdade (2024).

O Dia da Visibilidade Trans foi instituído em referência ao lançamento da campanha “Travesti e Respeito”, um marco na história dos direitos Trans no Brasil. Essa campanha foi um divisor de águas, pois trouxe para o centro do debate nacional as questões que envolvem o respeito e a dignidade das pessoas travestis e transexuais.

Foi em 29 de janeiro de 2004, que pela primeira vez na história do Brasil, líderes do movimento de travestis e transexuais estiveram presentes no Congresso Nacional para discutir suas realidades e reivindicar seus direitos. Esse evento foi um marco de visibilidade e reconhecimento para a comunidade Trans, sendo um passo crucial na luta por igualdade e respeito. A presença de líderes no Congresso foi um ato necessário e potente, pois enfrentaram preconceitos arraigados e desafiaram as normas sociais para exigir que suas vozes fossem ouvidas.

A campanha “Travesti e Respeito” não foi um evento isolado, mas o início de uma série de ações que buscaram sensibilizar a sociedade e as instituições sobre a imperatividade de garantir direitos básicos às pessoas Trans. Esse dia passou a ser lembrado anualmente como um momento para refletir sobre os avanços conquistados, mas também sobre os desafios que ainda persistem. A faixa registrada na imagem é um símbolo desse contínuo esforço para tornar visíveis as lutas e as existências que muitas vezes são ignoradas ou rejeitadas pela sociedade.

Não enfrentar essa realidade, não reconhecer a importância das lutas do movimento social organizado de travesti e transexuais é perpetuar a violência e a exclusão. É compactuar com um sistema que historicamente nega direitos e dignidade a uma parcela significativa da população. A memória desse dia deve servir como um constante lembrete da necessidade de continuar a luta por um mundo mais justo e antitransfóbico.

As estratégias de enfrentamento à transfobia na EPT mapeadas foram: a) realizar e promover eventos relacionados às identidades Trans dentro do IFPI; b) Recorrer ao apoio de pessoas aliadas, colegas e docentes; c) dialogar abertamente sobre situações transfóbicas; d) denunciar para a gestão escolar; e) debater o tema de maneira transversal e interdisciplinar; f) promover a conscientização entre a comunidade escolar.

5.5.3 Uso do banheiro

A discriminação enfrentada por pessoas Trans gera danos diários que comprometem sua qualidade de vida e dignidade. Um exemplo nítido disso é a restrição ao uso de banheiros públicos, onde as pessoas Trans muitas vezes são impedidas de usar o banheiro que corresponde à sua identidade de gênero, forçando-as a situações humilhantes e excludentes. Essa violação básica de seus direitos humanos é apenas uma das muitas formas de marginalização que enfrentam. Nesse aspecto, Opala detalha um constrangimento ocorrido por causa do banheiro:

A minha prática pedagógica se volta para o respeito da dignidade da pessoa humana e isso inclui respeitar na totalidade a individualidade e a existência das pessoas trans dentro da ambiência escolar. Um exemplo que me toca profundamente é de um aluno trans que estava precisando urinar urgentemente, mas o banheiro masculino que ele queria utilizar estava sendo lavado e não permitiram a entrada dele. Ele saiu à minha procura para me pedir ajuda e no trajeto urinou na roupa. Ao me encontrar ele estava todo molhado e visivelmente constrangido. Rapidamente o levei a um banheiro seguro, emprestei um uniforme esportivo que havia na escola para ele e o tranquilizei, acolhendo-o para minimizar o seu sofrimento. Após tudo isso, fui até a Diretoria Geral exigir providências para que este episódio ultrajante não ocorresse mais. Só de relatar aqui este episódio eu tenho vontade de chorar... (Opala, resposta enviada em 26/07/2024)

Tal caso se junta a diversos outros relatos de pessoas Trans que evitam e deixam de usar os banheiros nas escolas, a ida só acontece em casos extremos. Uma estratégia é utilizar os sanitários quando há poucas pessoas ou nenhuma e, assim, tentar diminuir as chances de constrangimentos. Aliado ao exposto, Lápis-lazule compartilha como é a sua experiência no banheiro da escola:

<i>Você usa qual o banheiro na escola?</i>
O feminino.
<i>Como você avalia a utilização do banheiro na escola?</i>

É assim... desconfortável . Mas, infelizmente, é a única maneira que a gente tem. Porque se for em um é de um jeito se for no outro é pior.
<i>Já aconteceu algum caso de transfobia dentro do banheiro, algum comentário?</i>
Já aconteceu os olhares (suspiro), quando eu tô (sic) no banheiro lá e quando eu estou de moletom e eu estou com... binder . Aí as pessoas ficam olhando de um jeito assim... de um jeito diferente, eu fico bem (pausa) bem desconfortável!
<i>Você usa alguma estratégia para usar o banheiro?</i>
É que raramente eu vou no banheiro da escola. É bem difícil eu ir, justamente por isso.
<i>Você tem algum sugestão em relação ao uso do banheiro?</i>
Eu acho que talvez o banheiro unissex seria uma solução . Mas eu tenho em mente o país que a gente vive também. Infelizmente, eu tenho... ao mesmo tempo que eu tenho muita vontade de que o banheiro unissex seja uma coisa alcançada... mas eu penso que o Brasil não teria estruturas para isso. Então eu acho que a única solução seria o banheiro unissex. Ou talvez uma consciência por parte da coordenação de... como eu falei... através do diálogo e das palestras alertar sobre o uso dos banheiros para as pessoas trans . Porque é bem desconfortável a gente... ficar tendo esses olhares no banheiro e a gente não poder usar o banheiro que é para a gente usar, que no meu caso, é o masculino. (Lápis-lazule, entrevista realizada em 22/01/2024, grifos nossos)

Devido à possibilidade de exposição indevida, a constante ameaça de violências e situações desconfortáveis o uso de banheiros em escolas por discentes Trans é frequentemente uma atividade que demanda cuidado e estratégias. Essa necessidade de planejamento não surge de uma preocupação trivial, mas sim de um temor real e fundamentado, uma vez que os banheiros, que deveriam ser espaços neutros e seguros, muitas vezes se tornam locais de vulnerabilidade extrema para pessoas Trans.

Pesquisadores têm destacado que a segurança no uso do banheiro é um fator crucial para a percepção de segurança geral no ambiente escolar e para o bem-estar emocional e psicológico dos estudantes Trans (Huff et al., 2023; McGuire; Okrey Anderson; Michaels, 2021). Sentir-se seguro ao utilizar o banheiro, algo que é um dado adquirido para a maioria dos estudantes cisgêneros, contudo, é um privilégio que nem sempre está ao alcance de estudantes Trans, principalmente em um contexto onde a violência e o preconceito estão presentes e não são enfrentados. Fluorite apresenta uma exemplo da questão:

No IFPI, eu tive uma aluna trans no *campus* 4 no ano de 2019, ela cursava o 3º ano, e as pessoas comentavam sobre a forma de ser da aluna, vestimenta, cabelo e em relação ao banheiro que ela usava, eu dizia que **não me importava se ela quisesse usar o banheiro feminino** e que cada um tinha que ser feliz e se vestir como preferisse. (Fluorite, resposta enviada em 22/07/2024, grifo nosso)

No seu fazer docente Fluorite e Opala buscam naturalizar o uso do banheiro por estudantes Trans, trata-se de uma espaço destinado à necessidades fisiológicas. Diariamente, muitas situações seriam evitadas se os banheiros não seguissem uma divisão binária e pudessem ser usados livremente. Trago outro exemplo ocorrido comigo no seguinte diário de intinerância:

<i>Diário de intinerância 10/07/2024</i>
Estava em uma concessionária de veículos e fui ao banheiro masculino lavar às mãos, estava ocupado. Um funcionário me indicou a localização de outro banheiro, só que este estava sendo limpo. Uma mulher negra, que trabalha nos serviços gerais da loja, solidarizou-se comigo ao escutar o diálogo e confirmou a manutenção do outro sanitário. Eu informei que só queria lavar às mãos, ela de pronto abriu as portas do banheiro feminino e disse que poderia usá-lo, nas suas palavras: 'não tinha problema nenhum!'. De pronto agradei a sua solicitude e refleti ainda mais sobre às dificuldades impostas ao uso de uma cabine higiênica por causa de normas de gênero. Era pra ser só um banheiro. Infelizmente, até um simples lavar de mãos é interditável.

Em território brasileiro a situação é ainda mais complexa, uma vez que não existe uma norma jurídica específica que regule o uso de banheiros por pessoas Trans. Em vez disso, o que predomina são convenções sociais baseadas em uma divisão binária entre masculino e feminino, amplamente adotada tanto por instituições públicas quanto privadas. Essa divisão binária não apenas ignora a existência de identidades de gênero que não se encaixam nas categorias tradicionais de homem e mulher, mas também perpetua um ambiente de exclusão e discriminação. A ausência de regulamentação explícita deixa os estudantes Trans em uma situação precária, onde sua segurança e dignidade dependem, muitas vezes, da compreensão e da boa vontade de indivíduos ou da administração das escolas. Reiterando essas assertivas,

<i>Você usa Qual o banheiro na escola?</i>
O da quadra, às vezes eu uso o masculino, depende de como o banheiro masculino se encontra, na maioria das vezes eu uso o feminino. Mas o da escola mesmo eu uso o feminino, porque eu acho... eu não tenho a licença... eu nem sei se tem a licença para usar o banheiro masculino, mas eu não tenho.
<i>Licença?</i>
Não sei... já me falaram sobre esse papel, não sei se era só brincadeira ou algo do tipo. Mas uma vez, falaram sobre eu fazer o pedido de usar o banheiro masculino. Mas eu não me sinto tão desconfortável no banheiro feminino. Até porque eu não uso muito o banheiro.
<i>Fiquei curioso sobre essa licença? Quem foi que mencionou isso para você?</i>

Foi um aluno mesmo, também fiquei curioso também. Nunca fui saber... acho que era só brincadeira por parte da pessoa.

<i>Nas normativas, não há impedimento, é pela identidade que a pessoa se reconhece. Não tem uma licença específica pra isso. Não tem que pedir autorização. É mais pela a sua autonomia mesmo. E se ocorrer, pode ser um documento considerado ilegal, caso venha ocorrer. Aliás, é só uma informação que eu estou lhe passando: essa licença é uma fake news (risos). (Entrevista com Citrino realizada em 01/02/2024)</i>

A discussão em torno do uso de banheiros por pessoas Trans também é frequentemente contaminada por noções equivocadas e preconceituosas. Um dos argumentos mais persistentes e infundados é a ideia de que permitir que pessoas Trans utilizem o banheiro correspondente à sua identidade de gênero representaria um risco para a segurança das pessoas cisgêneras, especialmente das mulheres cis. Esse medo é exacerbado nos banheiros femininos, onde se espalham mitos sobre o risco de agressões sexuais cometidas por mulheres trans contra mulheres cis. No entanto, não há registros de ocorrências dessa natureza no contexto brasileiro, evidenciando que tais preocupações não têm fundamento na realidade (Benevides, 2023). Sobre essa questão, Citrino pontua:

<i>Como você avalia a utilização do banheiro na escola?</i>

É muito de boas! A primeira vez que eu usei o banheiro masculino foi muito legal. Uma vez, uma professora me perguntou se eu usava o banheiro masculino, eu falei que não. Aí eu fui tentar, né! Foi legal, mas não gostei muito da experiência, porque é totalmente diferente do banheiro feminino. Eu me sinto um pouco mais confortável no feminino. Talvez pelo estado ele que se encontra na maioria das vezes, porque as mulheres são mais “organizadas”, entre aspas. E também tipo... eu prefiro muito usar o feminino. E geralmente, quando eu uso, ele sempre está mais desocupado, então é de boa (sic). (Citrino, entrevista realizada em 02/01/2024)

Citrino prefere usar o feminino por ser mais vago, porém, menciona o maior desconforto quando têm um número maior de estudantes. Dentro desse contexto a respeito do uso do banheiro, é amplamente documentado que pessoas Trans são frequentemente vítimas de violências física, moral e psicológica quando tentam utilizar banheiros públicos, inclusive em instituições de ensino. Essa realidade é um dos fatores para o desconforto mencionado nas respostas de estudantes Trans do IFPI. Jaspe também menciona se sentir desconfortável ao ir ao banheiro, pois na sua avaliação fala que:

É um pouco ruim.

Por quê?

Eu me sinto um pouco desconfortável quando vou no feminino. Quando têm muitas meninas, é pior ainda, é muito estranho.
<i>Você usa alguma estratégia para usar o banheiro?</i>
Eu tento observar se têm pouca gente dentro e, normalmente, quando eu vou... eu levo alguma colega minha para não ir só.
<i>Você tem alguma sugestão em relação ao uso do banheiro?</i>
Eu acho que talvez... talvez criassem um banheiro que fosse somente uma cabine e qualquer pessoa pudesse entrar. Seria um pouco melhor. (Jaspe, entrevista realizada em 31/01/2024, grifo nosso)

Recorrer às amigas para usar o banheiro é uma estratégia de pessoas Trans para se sentirem mais confiantes e seguras. No IFPI, perguntei várias vezes se um amigo Trans queria entrar no banheiro junto comigo. A presença de alguém aliado é um mecanismo de aliança para enfrentar e prevenir casos de transfobia dentro dos espaços sanitários. Infelizmente, o banheiro não é um lugar seguro para as transgeneridades, mesmo dentro das escolas. Um exemplo disso é o caso de uma estudante trans no Colégio Estadual Liceu Nilo Peçanha, em Niterói-RJ, que sofreu violência e cuja história foi reportada pelo portal O Globo (2022). Destaca-se o nome da unidade escolar, Nilo Peçanha foi um dos percussores da educação profissional no Brasil (Ramos, 2014).

Esses incidentes refletem a profunda desigualdade e a exclusão que pessoas Trans enfrentam em espaços que são utilizados cotidianamente por pessoas cisgêneras sem o menor receio. O banheiro, que para muitos é um local de passagem e de funções básicas, transforma-se em um espaço de risco para pessoas Trans, evidenciando a marginalização e a discriminação sistêmica que enfrentam. A presença desses tipos de violência dentro do ambiente escolar é um indicador claro de como a sociedade, em geral, enxerga e trata as transgeneridades. Além disso, isso denuncia a necessidade urgente de intervenções nas instituições de ensino para que estas possam realmente cumprir seus objetivos, entre os quais se destacam a emancipação e a formação cidadã integral, como preconiza a Educação Profissional e Tecnológica (INSTITUTO CÍCLICA, 2023).

Por sua vez, Rúbi e Ônix descrevem que usavam o banheiro independente dos comentários e reações transfóbicas:

<i>Você usava qual o banheiro na escola? Como avalia essa experiência?</i>
Eu usava o feminino. Assim, tinha muitas pessoas que eu vi que não gostavam. Um tanto de mulheres cis que eu já soube de questões, só que era o meu direito e eu não ia abrir mão do meu direito!
<i>Se você utilizou alguma estratégia para usar o banheiro na escola?</i>
Não, eu só (riso) sentia que pertencia naquele banheiro e eu ia! (riso)

<i>Atendia ao chamado da natureza né?! (risos)</i>
É, ia!
<i>Você tem alguma sugestão com relação ao banheiro?</i>
Na questão do banheiro, eu acho que... eu não sei assim falar, porque era uma coisa tão natural assim para mim! (pausa) que eu não sei realmente! (Rúbi, entrevista realizada em 07/04/2024, grifo nosso)

<i>Usava qual banheiro?</i>
Eu não tinha disso! Se, por exemplo, eu entrava no feminino (pausa) e a galera me via como uma mulher, sem problema! E se entrasse no feminino e estivesse cheio, eu ia masculino! E se alguém me peitasse (sic), eu: ‘(faz gesto de beijo) Ótimo! Calado!’ Eu sempre fui muito descarado! Eu sempre fui muito: ‘Tá Bom! (sic) Você pode reclamar, faça uma denúncia formal, aí a gente resolve! Você não vai tirar a minha paciência! Não vai tirar a minha paz! ’. (Ônix, entrevista realizada em 08/04/2024, grifos nossos)

Nessas entrevistas percebi que Rúbi e Ônix tratam o uso do banheiro com certa naturalidade, apesar das circunstâncias adversas. E por que não? Por que sempre deve haver uma justificativa ou resposta para algo que não devia ser um problema? A imposição de perguntas e inquisição de respostas é um conflito cisnormativo, por isso a questão da cisgeneridade pode ser ética (Favero, 2022). Quantas violências surgem por causa desses padrões? Quais sofrimentos deixariam de existir se pudéssemos transitar livremente por/com/entre/sem gêneros? São algumas provocações transfeminista, pois : “O gênero, mais que um dado, é uma informação imbuída de querer sobre os seres humanos” (Jesus, 2014, p .13). Essa forma de lidar com a questão do banheiro pode ser considerada uma estratégia de afirmação Trans, logo que, desconsideram as noções transfóbicas da cisgeneridade e não se privam do acesso a um espaço público destinado à necessidades fisiológicas.

Promover um ambiente escolar seguro e inclusivo, onde estudantes Trans possam usar o banheiro sem medo de violência ou discriminação, é fundamental para garantir que todos os estudantes possam se concentrar em seu aprendizado e desenvolvimento pessoal. Isso requer não apenas a implementação de políticas específicas, mas também uma mudança cultural dentro das escolas, que deve começar com a educação sobre diversidade de gênero e a desconstrução dos preconceitos arraigados. A emancipação e a formação integral, mencionadas como princípios da EPT, só podem ser alcançadas em um ambiente onde todas/os as/os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero, sejam tratadas/os com dignidade e respeito (Conopca; Ferreira; Cavalari, 2018). Portanto, a criação de um espaço verdadeiramente acolhedor para todas as identidades de gênero deve ser uma prioridade inegociável para todas as instituições de ensino.

Nesse ponto, as estratégias mapeadas sugerem: a) utilização do banheiro conforme sua identidade sem receio; b) recorrer à companhia das amizades; c) incentivar estudantes Trans a usar o banheiro; d) banheiros com cabines individuais e unissex.

5.5.4 Propostas para afirmação e acolhimento das identidades Trans na escola

Os espaços educativos têm a responsabilidade fundamental de reconhecer e acolher as diversas identidades de gênero que compõem a comunidade escolar. Para isso, é imprescindível que essas instituições atuem como agentes ativos na promoção da cidadania, criando condições que afirmem e valorizem as identidades dissidentes, especialmente daqueles que pertencem a grupos historicamente marginalizados.

A promoção de um ambiente inclusivo e seguro deve ser um objetivo central, onde cada pessoa, independentemente de sua identidade de gênero, sinta-se respeitada, aceita e valorizada. Essa acolhida legitima as diferenças e contribui para a construção de um espaço de ensino-aprendizagem onde o diálogo entre diferentes perspectivas é incentivado e cultivado. Nesse cenário, os docentes responderam a seguinte questão: no seu ponto de vista, como o IFPI pode ajudar no reconhecimento da identidade das pessoas Trans?

Trabalhando essas questões em sala de aula de maneira interdisciplinar/ conscientizando a comunidade escolar da importância do aluno trans / trazendo palestras e seminários que tragam mais informações sobre **o universo trans** (Dioptase, resposta enviada em 12/08/2024, grifos nossos)

A portaria de reconhecimento do nome adotado pela pessoa trans é um grande marco para reconhecimento da identidade das pessoas trans dentro do IFPI. Acredito que outras ações efetivas poderiam fortalecer e humanizar esse reconhecimento como: a implementação de banheiros unissex; uso do nome social no cotidiano dos/as adolescentes que são alunos/as do IFPI **(mesmo não retificado nos documentos em virtude de serem menores de idade)**; pautar esse diálogo nas disciplinas escolares; realização de eventos científicos em que esta temática fosse tratada de forma específica. (Opala, resposta enviada em 26/07/2024, grifo nosso)

Mais conversas sobre o assunto em sala de aula e no ambiente escolar, **palestras esclarecedoras (inclusive com pessoas trans) sobre a temática para servidores e alunos, facilitar a adoção do nome social**, atividades educativas sobre educação sexual, tornar o ambiente escolar mais acolhedor e menos preconceituoso, **ter banheiro sem gênero definido**. (Fluorite, resposta enviada em 22/07/2024, grifos nossos)

Formação docente e discente. A maioria desse tipo de formação é de escolha. Então só participa quem já tem uma formação para o respeito. (Amestista, resposta enviada em 30/07/2024, grifo nossos)

Dioptase reitera as estratégias mencionadas nas seções anteriores e indica momentos de formação sobre o universo Trans, esse universo pode ser compreendido como aquele pensado e experienciado, sobretudo, por e para pessoas Trans (Meneses, Nascimento, 2021), com abertura de vidas para além da cisnormatividade. Como sugere Opala, as instituições de ensino precisam desenvolver e implementar políticas objetivas e eficazes que protejam os direitos de todo o corpo discente, independente da idade. Isso inclui a criação de práticas pedagógicas e administrativas que considerem as particularidades de cada identidade de gênero, desde o uso de nomes e pronomes corretos até a garantia de acesso a espaços seguros, como banheiros e vestiários, de acordo com a identidade de cada indivíduo, em consonância com a resposta de Fluorite.

Aliado ao exposto por Ametista, enfatizo que é crucial que os educadores e demais profissionais da educação sejam devidamente capacitados para lidar com questões relacionadas à identidade de gênero, de modo que possam atuar como facilitadores na construção de uma cultura escolar que valorize a diversidade. Essa formação deve incluir não apenas o conhecimento técnico, mas também o desenvolvimento de uma sensibilidade que permita reconhecer e combater atitudes e práticas discriminatórias, promovendo assim um ambiente onde a igualdade de oportunidades seja uma realidade irrestrita.

O respeito também pode ser ensinado, parafraseando Nelson Mandela: não nascemos sabendo odiar, se podemos ser ensinados a odiar, podemos aprender a amar. Segundo Nascimento (2021), bem como, Butler (2015a; 2015b), não se nasce ciente de todos os discursos e nem contendo materialidades pré-discursivas, sempre há um agenciamento de inserção de como se deve ser, não existe um ser original, sempre sujeitos cópia da cópia. Cabe-nos criar formas de se apropriar desse processo de (re)produção subjetiva e nas palavras de Paulo Freire (2019) importar-se com os usos dessas (re)produções, principalmente na educação.

Ressalto a importância de estudantes Trans para a escola mencionada por Dioptase. Logo que, a promoção da cidadania, nesse contexto, passa pela afirmação positiva das identidades de gênero, o que significa reconhecer essas identidades, valorizar e celebrar a diversidade como um elemento enriquecedor para toda a comunidade escolar. A construção de ambientes antitransfóbicos é, portanto, uma tarefa contínua e coletiva, que exige o

comprometimento de todos os atores envolvidos no processo educativo. As ações a serem realizadas, conforme Soldalite, inclui:

Acrescentar atividades acadêmicas, disposta no calendário acadêmico, que fortaleçam a identidade de gênero em sua multiplicidade e diversidade. (Soldalite, resposta enviada em 12/08/2024)

Pensar alternativas para a afirmação de pessoas Trans na EPT induz a promoção de diversas propostas. Lápis-lazule, Jaspe e Ônix trazem algumas delas, primeiramente, indicam o que fariam se fossem diretores gerais e depois quais medidas executariam como reitores do IFPI:

O que você faria se fosse o diretor do campus para melhor atender às pessoas Trans?

Eu iria fazer uma semana também para falar sobre isso, eu **faria palestras para trazer pessoas Trans que já passaram pelo IFPI**, que já tinha... mas eu acho que tem, porque eu vejo muita gente lá, inclusive no terceiro ano [...], agora que ele saíram. Poderia ir atrás dessas pessoas para elas falarem as experiências delas. [...]

E se você fosse reitor do IFPI?

Eu acho que eu realmente me esforçaria muito para tentar **abordar esse tema [...] de várias formas**, tanto como cartazes no IFPI, fazer uma semana. (Lápis-lazule, entrevista realizada em 22/01/2024, grifos nossos)

Ouvir a experiência de egressos é de extrema importância para a avaliação contínua da EPT, aprender com os desafios enfrentados, êxitos, acertos e erros no processo pedagógico. Soma-se ao contexto, a baixa visibilidade de pessoas Trans em espaços de educar. Fomentar espaços de escuta das vivências de pessoas Trans enriquece o debate escolar e aumenta o leque da participação social da instituição. Por sua vez, Jaspe pontua:

O que você faria se fosse o diretor do campus para melhor atender às pessoas Trans?

Utilizar o nome social das pessoas nas documentações que o campus emite, no SUAP e coisas do tipo. Eu acho que adotar o nome social no lugar do nome de batismo da pessoa. Porque assim... a gente só pode colocar com a autorização dos pais, quando é menor de idade, eu acho isso um pouco chato.

E se você fosse reitor do IFPI?

Eu acho que **criaria mais políticas para incluir mais ainda as pessoas Trans**. Como eu disse, a criação de **banheiros de cabine separada e unissex**, porque acaba criando menos constrangimento, porque, às vezes... as pessoas Trans acabam tendo medo de... mesmo se elas utilizarem os banheiros respectivos às suas identidades de gênero. Poder usar o nome na

chamada sem precisar da autorização dos pais, porque têm pais que não entendem e acabam sendo transfóbicos a cada palavra que fala. (Jaspe, entrevista realizada em 31/01/2024)

No tocante às propostas de Jaspe sobre o nome social, o Instituto Federal de São Paulo (IFSP) adota a Portaria nº 2.102 desde 2014, a qual estabelece a permissão do uso do nome social para servidoras/es, discentes e funcionárias/os terceirizadas/os que se identifiquem como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (IFSP, 2021). Essa normativa busca garantir uma política de inclusão que se estenda a diferentes aspectos do cotidiano acadêmico e administrativo da instituição. Nessa direção, Ônix responde:

<i>O que você faria se fosse o diretor do campus para melhor atender às pessoas Trans?</i>
Ah muita coisa! (riso) Eu eu ia dar uma favorecida na galera! (sic) (riso) Não vou mentir! Ia puxar a sardinha para o meu lado! Eu acho que criação de políticas públicas (pausa), de palestras, ainda que a galera ache que palestra já é uma coisa furada (sic), eu acho que trazer pessoas Trans para falar sobre suas vivências ali dentro, para falar sobre empregabilidade . Incentivar fazer parcerias com empresas, chegar e dizer assim: ‘Poxa! A gente tem uma pessoa Trans, os índices são esses de empregabilidade: são baixíssimos! A grande maioria precisa apelar para o trabalho informal! Então vamos fazer uma parceria! Para que essas pessoas sejam empregadas! Para você saber o que a gente entrega e ter oportunidade de conhecer sabendo que a gente sempre entrega com excelência!’. Seriam mais ou menos essas minhas medidas.
<i>E se fosse reitor?</i>
Criação de cotas! Com toda certeza! Criação de cotas! Implementação de cotas para pessoa Trans, para que a gente possa ter acesso a esses espaços de uma forma mais prática. (Ônix, entrevista realizada em 08/04/2024, grifos nossos)

A empregabilidade ainda é um obstáculo socioeconômico para pessoas Trans (Vasconcelos, 2022), a proposta de Ônix se aproxima dos objetivos da EPT de formar profissionais de excelência conscientes das engrenagens do mundo do trabalho. O dilema é como ter a aprendizagem prática sem o convívio com o trabalho formal, a vivência de pessoas Trans em estágios também é conturbada pelas normas transfóbicas (Camargo, 2021). A conversa hipotética, descrita por Ônix, indica como um diretor geral de um *campus* do Instituto Federal pode conduzir a parceria com gestores de organizações públicas e privadas para aumentar a empregabilidade de egressos da EPT. Pode-se acrescentar nessa medida o acompanhamento preventivo da parceria, para avaliar e desenvolver um ambiente de trabalho antitransfóbico.

Outro ponto levantado por Ônix foi a criação de cotas para estudantes Trans. Essas políticas também visam aumentar a qualificação profissional desse grupo, ampliando suas perspectivas de desenvolvimento acadêmico e inserção no mundo do trabalho. Esse movimento de inclusão e reconhecimento das transgeneridades dentro das instituições de ensino públicas tem ganhado força e visibilidade, especialmente a partir de 2019, refletindo uma crescente conscientização sobre a importância de uma educação mais plural e equitativa. Ao criar cotas para pessoas não-cisgêneras, essas instituições ampliam o acesso à educação e desempenham um papel importante na promoção da justiça social, combatendo preconceitos e contribuindo para a construção de espaços formativos para/com as diferenças de identidade de gênero (York, 2020; TODXS, 2020).

Em suma, para que a EPT realmente cumpra seus objetivos de formar pessoas conscientes e responsáveis (Ramos, 2021; Oliveira; Frigotto, 2021), é essencial que se tornem lugares onde a diversidade de gênero é plenamente acolhida e respeitada, em que cada estudante se sinta com segurança para expressar sua identidade e contribuir para a construção de um mundo mais respeitoso e que não amaldiçoe às diferenças (Oliveira, 2017).

6 COMO FOI SE TORNAR UM CARTÓGRAFO NESSA PESQUISA

*E se trans for mar, eu rio
E se trans for mar, água de torneira
E se trans for mar, eu rio
Contra a correnteza
Pra me lavar
Eu matei o Júnior
Eu matei*

(Eu matei o Júnior – Linn da Quebrada & Ventura Profana)

Certas transformações encontram nos seus rios: correntezas, margens e cachoeiras. Nessas águas e em outros elementos a presente pesquisa navegou e eu mergulhei. A cartografia me acompanha desde o Ensino Médio Integrado no IFPI, sempre fico no encalço de suas pistas, restos, retalhos, sobras para fazer meu próprio-coletivo-incompleto mapa-cartográfico. No TCC (Meneses, 2022) percorri o Direito com a proposta cartográfica. Entre a sorte e a oportunidade, pude realizar outra produção com essa transmetodologia (Passos; Kastrup, 2009).

Em um espaço formativo sobre eventos científicos no IFPI *campus* Avançado do Dirceu, a professora doutora Vera Lúcia Cruz, da Universidade Federal da Paraíba, disse que não se termina trabalhos científicos, mas sim se desiste! Porque sempre há algo a ser melhorado/acrescentado, não contive o riso quando escutei essa reflexão. De fato não tem um “término”, existe um porvir, devir, vir a ser. Nos caminhos que percorro de devir cartógrafo sempre busco por encontro nos territórios. Cada seção é uma vereda aberta em diferentes direções, a sua delimitação é apenas textual.

O plano de imanência, onde os conceitos se materializam nas experiências (Deleuze; Guattari, 2010a), são rizomas interconectados. Essa pesquisa-rizoma está aberta a outras aproximações, nas assertivas de Ônix:

Para você com a importância de reconhecimento das identidades Trans no contexto escolar?

Quando a gente reconhece a existência dessa galera, porque, primeiro, **a gente também é muito invisibilizado!** Então, tem gente que nem sabe dessa possibilidade! Quando a gente reconhece que essas pessoas existem, que a gente está aqui, que a gente faz parte dessa sociedade, a gente começa a enxergar o outro com um respeito! **Quando a gente reconhece a existência de alguém, a gente abre uma porta para ela! Então, reconhecer aproxima! Se você não conhecesse pessoas Trans, você provavelmente, não estaria fazendo mestrado sobre essas questões! Agora que você**

conhece, você tem convivência, você quer entender como você pode fazer para ajudar essa galera! Acho que partindo disso, abre-se portas! (Ônix, entrevista realizada em 08/04/2024, grifos nossos)

Durante a escuta dessa resposta de Ônix, pude renovar minhas expectativas e confirmar as justificativas pessoais, profissionais e gerenciais dessa pesquisa. No início, tive o receio de realizar as entrevistas, senti aquele frio na barriga ao descer na primeira ladeira da montanha-russa. Sabia que iria escutar falas repletas de experiências potentes, com relatos negativos e positivos. Assim foi. Não me arrependo, desceria de novo em cada encontro, até em domingos pela manhã (risos). Elas me fizeram ter mais coragem e preparo para dialogar com as outreridades. Afinal, uma boa conversa ocorre quando as pessoas participantes estão dispostas a ofertar uma escuta sensível em momentos onde se narra a sua história, os seus pensamentos e sonhos. Tive a pretensão de criar esse espaço-tempo nesses encontros.

Pensei os formulários para conseguir as respostas de docentes, profissão já sobrecarregada com cargas horárias e responsabilidades funcionais. Daí a ideia de criar formulários online, acessíveis em qualquer hora e flexíveis à disponibilidade de quem fosse responder. O encontro com docentes foi diferente, depois do contato inicial com a apresentação da pesquisa e envio do formulário, tive a conexão com as respostas em outro momento. Diante de cada linha escrita, pude sentir as nuances que envolvem a docência e, mais uma vez, pude me inspirar em profissionais do IFPI, mais uma vez, agradeço a quem compõe o quadro de docentes desta instituição de ensino, nas pessoas de quem respondeu aquele formulário. Vocês são parte fundamental de uma instituição de ensino pública comprometida com uma educação gratuita de qualidade. Esse mapa-pesquisa deriva de todo ensino-aprendizado mediado por docentes, ressalto aqui, as interlocuções com o quadro do ProfEPT-IFPI.

É nessa ciência que acredito: a de pesquisas encarnadas, sejam elas qualitativas ou quantitativas, onde as implicações entre pessoas pesquisadoras-objeto de estudo-participantes promovam encontros virtuais e/ou presenciais, tão-somente afetivos. A suposta formalidade da impessoalidade e assepsia moral é mera vaidade acadêmica, quando não alinhadas ao contexto social, à finalidade última daquela pesquisa, no mais são supérfluos, na mesma medida em que julgam as outras formas de se produzir conhecimento.

Cada diário de intinerância contém fluxos que misturam minhas experiências, leituras e pensamentos, trazê-los foi um processo terapêutico, inspirado na escrita de Sofia Favero (2022), um certo despejo de violências sofridas e presenciadas, uma libertação de poemas presos, parafraseando Viviane Mosé (2007). Podem não ser de uma leitura fácil, pelo menos a

escrita não foi, parei muitas vezes o fluxo de escrita-pensamento para chorar, em outros momentos, ria. (Re)produzi nesse instrumento-terapia toda a contrariedade inseridas nas minhas identidades de pessoa e pesquisador em (des)feitura. Desejo manter as portas sempre abertas para as minhas diferenças e de outrem, desenhar mapas-pesquisas promotores de existências outras, pela convivência, conexão, resultados imanentes. Assim, pensar a felicidade como uma conquista coletiva e a vida uma dádiva histórica.

7 PRODUTOS EDUCACIONAIS

As ideias de produtos surgiram da vontade de produzir algo que atenda os avanços tecnológicos, diminua as limitações geográficas e possa ser aplicado em âmbito nacional. A comodidade e instantaneidade ainda são valorizadas na sociedade contemporânea, por isso, as publicações em periódicos e eventos científicos com textos voltados para a afirmação de pessoas Trans pode maximizar a socialização desses conteúdos, muitas vezes inacessados devido à falta de catalogação das temáticas e organização especializada.

Ao indicar trabalhos associados à Educação Profissional e Tecnológica e pelas informações importantes para o reconhecimento das identidades Trans dentro e fora do IFPI, esse produto vincula-se aos objetivos de um ensino-aprendizado contextualizado com as realidades locais e regionais (Ramos, 2021; Oliveira. Frigotto, 2021; Ciavatta, 2004; 2004). Esse produto educacional estabelece contato entre as produções e os interesses da sociedade, que poderá acessá-lo e aplicar seus conteúdos nos mais diversos contextos individuais e coletivos, desde atividades dentro dos espaços formais e não-formais da EPT e outras modalidades de ensino (pesquisas acadêmicas, projetos de extensão etc.) até dinâmicas para interação coletiva e desenvolvimento pessoal.

Foram desenvolvidos um artigo (Meneses; Mesquita, 2024) (Apêndice J); um caso de ensino (Apêndice L); uma mandala das estratégias (Apêndice K); uma proposta de resolução para a inclusão de pessoas Trans na Política de ação afirmativa da pós-graduação do IFPI (Apêndice H). A respeito do alinhamento teórico-metodológico com a pesquisa da dissertação, os produtos elaborados foram confrontados com as teorias, estudos, experiências e resultados da pesquisa. Os produtos artigo científico, Caso de ensino e Mandala das estratégias de afirmação de estudantes Trans são classificados como Produtos Técnicos e Tecnológicos 1 (PTT1) do tipo material didático/instrucional é possível criar materializações onde venha a ser utilizado.

Publicado na revista Boletim de Conjuntura (Qualis Capes A1), o artigo trata-se de uma revisão narrativa de literatura realizado no intervalo de 5 (cinco) anos (2018-2023), na base de dados do *Google Scholar*. Foram selecionados 10 trabalhos, com base nos protocolos *Joanna Briggs Institute* e *Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analyses* do ano de 2020.

Dentre os resultados encontrados na revisão narrativa de literatura temos: a) inserção não-cisgênera na EPT, o respeito ao nome social mostra-se essencial no reconhecimento das transgeneridades; b) No enfrentamento à transfobia, as estratégias direcionam no sentido da

maior difusão de espaços de divulgação de assuntos relacionados às subjetividades Trans, denúncia e intervenção quando houver evento transfóbico; c) O mundo do trabalho manifesta resistências à empregabilidade e respeitabilidade de pessoas Trans; d) Sobre a Formação integral, há o entendimento, nos trabalhos analisados, de que a inclusão de pessoas Trans é corolário para a efetivação dessa perspectiva.

Por sua vez, o estudo de caso é baseado em relatos de estudantes Trans que participaram das entrevistas para a dissertação, assim como, em depoimentos adicionais de outras pessoas Trans sobre suas experiências no espaço escolar. O foco central do estudo é acompanhar a trajetória de Nestor, um adolescente trans que passa pelo processo seletivo para ingressar no Instituto Federal do Piauí (IFPI).

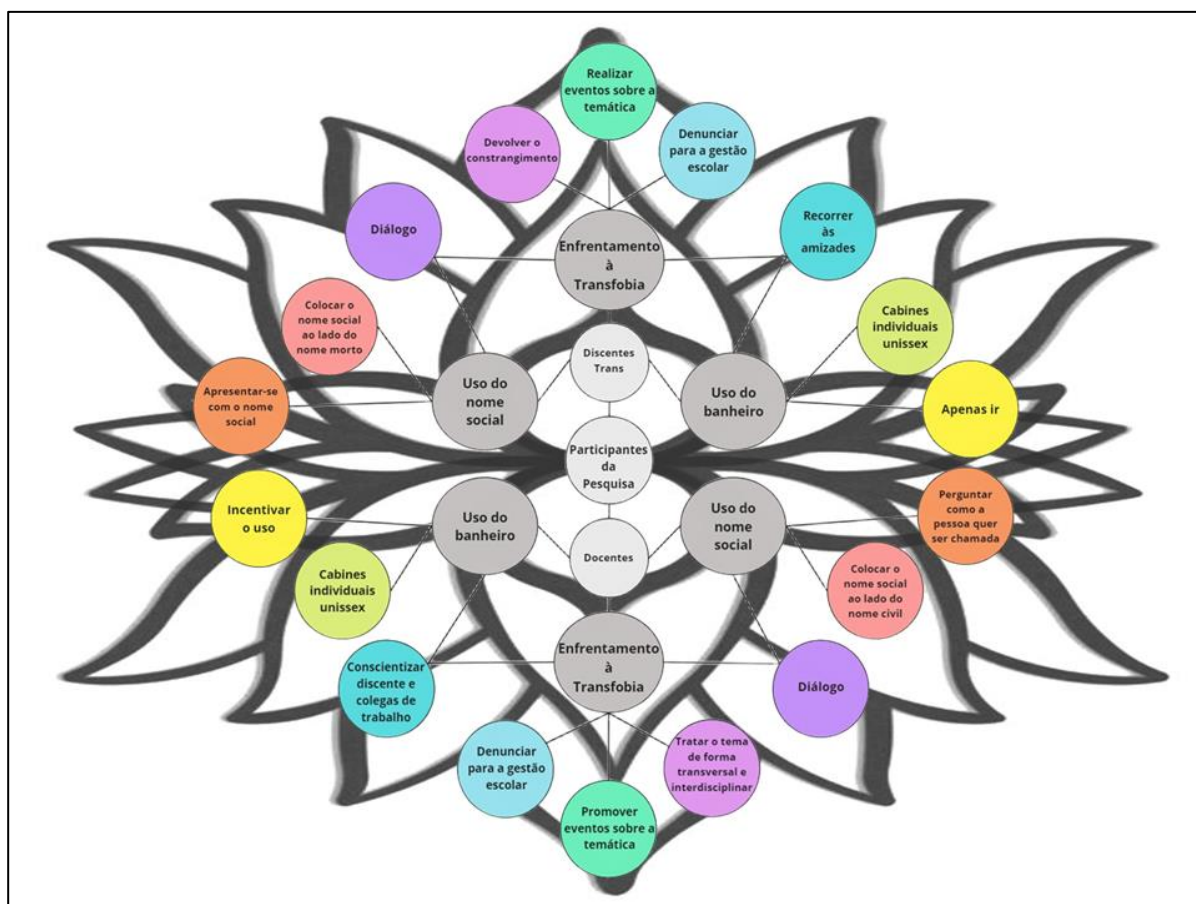
O trabalho explora uma série de dilemas enfrentados por Nestor ao longo de sua jornada. Esses desafios incluem desde o momento da inscrição para o exame classificatório, realização das provas, a espera pelo resultado e, finalmente, os procedimentos de matrícula. Cada etapa do processo revela os problemas que um candidato trans pode enfrentar, tanto no que diz respeito à burocracia e regulamentação quanto em relação às questões de identidade de gênero e respeito à sua identidade social.

Também é oferecida pelo caso de ensino uma reflexão crítica sobre os obstáculos e barreiras sistêmicas que continuam a dificultar o acesso e a permanência de pessoas Trans em ambientes educacionais. No intuito de promover práticas mais acolhedoras, ao final do texto são sugeridas bibliografias e sugestão de atividades para serem realizadas tanto em salas de aula quanto em outros espaços educacionais. Essas sugestões buscam sensibilizar e provocar um processo de ensino-aprendizagem relacionado às transgeneridades e a EPT.

O artigo de revisão narrativa de literatura passou por validação científica por pares, de forma anônima, sendo duas avaliações *ad hoc*, que deram seus pareceres favoráveis à publicação mediante correções.

A ideia da mandala de estratégias (Figura 5) é inspirada na mandala de saberes, surgiu na visita ao site Centro de Referências em Educação Integral (educacaointegral.org.br), nele há diversos materiais de apoio sobre estratégias didáticas com aproximação da educação integral. Propomos a utilização desse recurso didático em formações e aulas relacionadas às afirmações de estudantes Trans. É uma proposta lúdica e de fácil reprodução, potencializadora de atividades de discussões e formações pedagógicas, as orientações com a proposta de utilização da mandala estão descritas no Apêndice - K. As estratégias são oriundas dos resultados das entrevistas e formulários *online* realizados na pesquisa.

Figura 5 – Mandala das estratégias

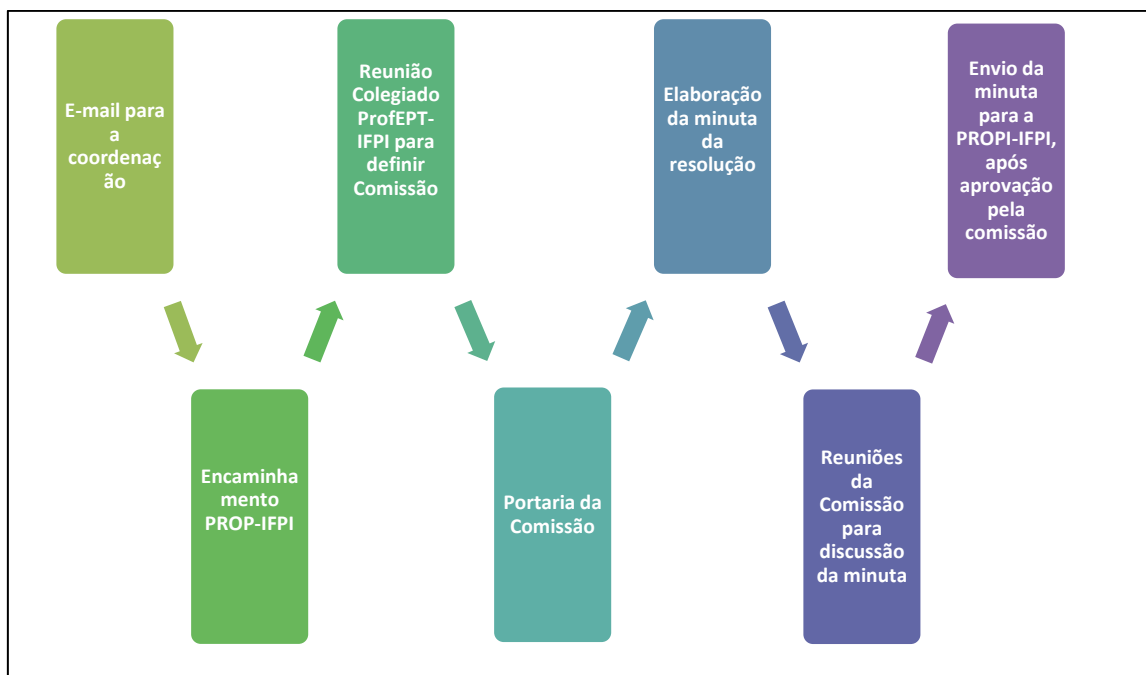


Fonte: elaboração própria (2024).

Partindo das provocações teóricas e políticas dos materiais utilizados no referencial teórico do artigo de revisão narrativa de literatura, a proposta de resolução para inclusão de cotas para estudantes Trans na pós-graduação do IFPI, passou por alguns processos administrativos. Trata-se de uma minuta de norma vinculada à educação. Inicialmente, foi enviado um e-mail junto à coordenação do ProfEPT-IFPI (Apêndice F), que, por sua vez, encaminhou para a Pro-reitoria de Pesquisa do IFPI, a resposta da administração indicou a autorização para a criação de uma comissão para o estudo da demanda. Após considerável tempo, foi publicada em 9 de abril de 2024 a portaria nº 1171/2024 (Apêndice G), formalizando a criação da comissão.

Em seguida, foi elaborada a minuta da proposta de alteração da Resolução CONSUP/IFPI nº 01/2020 e a Política de ações afirmativas para negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência (PCD) nos cursos de Pós-Graduação do Instituto Federal do Piauí (IFPI) para a inclusão de pessoas Trans. A figura 6 ilustra as etapas do processo de articulação.

Figura 6 - Fluxograma da Proposta de Ação Afirmativa para pessoas Trans



Fonte: elaboração própria (2024).

A minuta foi apresentada em duas reuniões para a comissão, realizadas nos dias 5 e 12 de setembro de 2024 (atas das reuniões no Apêndice H), com a presença e anuência dos membros presentes, realizou-se o encaminhamento para a PROPI do IFPI para os futuros encaminhamentos administrativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PONTA DO MAPA E INÍCIO DE OUTRAS ÓTICAS

Pensar a pesquisa como um mapa, na perspectiva cartográfica, indica que sempre há algo a ser desenhado, as extremidades não são fins, são recortes. Aqui encaminho para a ponta dessa dissertação, a ponta do mapa aqui cartografado em direção a outras linhas, meridianos e paralelos, sobretudo, dimensões diferentes.

Nas cartografias das estratégias de afirmação de estudantes Trans consta um caleidoscópio de experiências de discentes, docentes e do pesquisador. A aquarela dessas memórias desenha espaços-tempo complexos e contingentes. Construir esse texto foi um processo dividido em vários caminhos, cada seção encaminhou-se para territórios diferentes, porém, inter-relacionados. Perpassar essa trajetória projetou diversas reflexões e culminou em materializações acadêmicas, resultados importantes no desenvolvimento contínuo do trabalho científico. Essa pesquisa-mapa apresenta algumas provocações e direcionamentos, apresentados a seguir.

Na seção “Desenhos da identidade de gênero” percebe-se como a identidade de gênero é percebida pelo grupo de participantes. Discentes Trans trazem elementos alinhados com as epistemologias não-cisgêneras, desde o entendimento da construção do gênero nas relações sociais ao conhecimento das limitações impostas pela cisnormatividade. Por sua vez, as pessoas docentes respondentes da pesquisa, em sua maioria, indicaram ter ciência do conceito de identidade de gênero e sua vinculação à conformação ou não às expectativas sociais generificantes, impostas desde a concepção humana. Contudo, nos formulários *online*, algumas respostas associam a identidade de gênero à orientação sexual. Essa é uma confusão ainda persistente no senso comum.

Em “Reflexos das identidades de gênero”, as narrativas indicam que a exteriorização da identidade de gênero acontecem com maior confiança durante a adolescência. Esse é o período em que os jovens iniciam o Ensino Médio, uma etapa fundamental tanto para o desenvolvimento pessoal quanto para a formação acadêmica e profissional. Durante esses anos, as questões relacionadas a gênero e sexualidade tendem a emergir com mais intensidade, fazendo parte da construção da identidade e da personalidade de discentes e docentes.

Esses dados ajudam a aprofundar o conhecimento sobre as questões relacionadas à identidade de gênero e os processos envolvidos em sua construção. A identidade de gênero é uma área de identificação complexa e envolta em múltiplas camadas de questões, muitas das quais são influenciadas por fatores sociais, culturais, biológicos e psicológicos. No ambiente

escolar, as subjetividades tanto de discentes quanto de docentes têm um impacto significativo no cotidiano educacional.

Reconhecer e respeitar as transgeneridades, valorizando suas singularidades e características, é fundamental para criar um ambiente de ensino-aprendizado plural, democrático e acolhedor. Isso é particularmente importante na Educação Profissional e Tecnológica, onde a abordagem educacional visa não apenas transmitir conhecimentos técnicos, mas também promover uma visão crítica e reflexiva sobre as produções humanas e o contexto social em que estão inseridas. A EPT propõe uma perspectiva contra-hegemônica, buscando ir além das opressões de classe, raça e gênero estabelecidas, consequentemente, deve acolher e respeitar o público não-cis.

Durante a seção “Retratos da transfobia dentro e fora do IFPI” a transfobia é um problema que se manifesta tanto dentro quanto fora do Instituto Federal do Piauí (IFPI), seu enfrentamento exige uma abordagem multifacetada e abrangente. No contexto escolar, é crucial que toda a comunidade educativa se engaje em um diálogo contínuo e produtivo com os movimentos sociais organizados que defendem os direitos das pessoas Trans. Essa colaboração é essencial para construir espaços formativos e educativos, destinados principalmente ao corpo docente, que interage de forma direta e constante com estudantes Trans.

Docentes desempenham um papel central no cotidiano escolar e, portanto, têm uma influência significativa na experiência dos alunos. São responsáveis pela transmissão de conhecimento acadêmico e participam da gestão escolar, logo, podem criar um ambiente de sala de aula que seja inclusivo e acolhedor, bem como, uma instituição melhor nas tratativas administrativas. No entanto, por uma série de razões que podem incluir: a) falta de conhecimento; b) desatenção; c) ausência de sensibilidade e/ou ética e d) preconceitos, educadoras/es podem, inadvertidamente ou de forma intencional, contribuir para a (re)produção de comportamentos e atitudes transfóbicas. Tais ações podem se manifestar de diferentes maneiras, como através do uso incorreto de pronomes, comentários desrespeitosos ou a não-intervenção diante de situações de discriminação.

Portanto, a formação continuada de docentes e demais profissionais da educação é fundamental para equipá-los com as ferramentas e o entendimento necessário para lidar de maneira apropriada com as questões de gênero e sexualidade. É preciso promover treinamentos que abordem temas como: a) respeito às diferenças, uso correto de nome social e pronomes; b) estratégias para a afirmação de estudantes Trans e c) a importância de intervir ativamente contra qualquer forma de transfobia.

Tratando diretamente sobre o acolhimento do IFPI em relação às transgeneridades, a seção “Espelhos do IFPI na vivência de discentes Trans” aponta que a instituição reflete um espaço promissor para as experiências e vivências de estudantes Trans. Embora ainda existam desafios significativos no atendimento à pessoas não-cisgêneras a serem enfrentados, as respostas obtidas nas entrevistas realizadas indicam que o IFPI se demonstra um ambiente acolhedor para pessoas Trans. Esses relatos destacam a presença de docentes e profissionais dispostos a ouvir, dialogar e oferecer apoio, criando um clima de respeito e compreensão.

Esses indicadores são encorajadores e apontam para a continuidade dos esforços na construção de uma EPT que se comprometa a oferecer uma formação integral e democrática, especialmente voltada para atender exitosamente às pessoas Trans. Esse cenário positivo reflete a possibilidade de uma maior difusão de estratégias que afirmem e respeitem as transgeneridades. Ao promover esses acolhimentos e afirmações, o IFPI pode melhorar ainda mais o atendimento a todo o corpo estudantil, reforçando o seu compromisso institucional com o contexto social, acadêmico e profissional. Dessa forma, o IFPI contribui para o fortalecimento do acolhimento e da valorização das identidades de gênero Trans dentro de seus espaços educativos e serve como um modelo para outras instituições de ensino que buscam criar ambientes antitransfóbicos.

No recorte “Estratégias de Afirmação das Identidades Trans” são apresentadas 5 (cinco) subseções, abordando estratégias para: a) o uso do nome social; b) enfrentamento à transfobia; c) uso do banheiro e; d) propostas de afirmação e acolhimento de pessoas Trans na escola, apresentadas em seguida.

O uso do nome social, sendo uma forma cotidiana e regular de tratamento, desempenha um papel crucial na afirmação e inclusão das pessoas Trans no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). As estratégias para promover esse respeito incluem: a) estabelecer diálogos abertos com colegas, professores e a administração escolar; b) contar com o apoio de pessoas próximas e aliadas; c) adicionar o nome social junto ao nome de registro nas listas de chamada; d) perguntar como a pessoa deseja ser chamada.

No enfrentamento à transfobia, as estratégias mapeadas foram: a) organizar e incentivar eventos que abordem questões relacionadas às identidades Trans no âmbito do IFPI; b) buscar apoio de pessoas aliadas, colegas, docentes e demais profissionais da escola; c) dialogar abertamente sobre a transfobia; d) denunciar junto à administração da escola; e) discutir o tema de forma integrada e interdisciplinar; f) fomentar a conscientização e a sensibilização dentro da comunidade escolar.

Quanto à utilização do banheiro, as estratégias são: a) utilizar o banheiro que corresponda à sua identidade de gênero sem medo; b) contar com o apoio de amigos ao utilizar o banheiro; c) encorajar os estudantes Trans a fazer uso do banheiro; d) disponibilizar banheiros com cabines individuais e opções unissex.

Por sua vez, a seção “Propostas para afirmação e acolhimento das identidades Trans” direciona para medidas possíveis de implementação na EPT. As instituições de ensino devem desenvolver e implementar política eficazes que assegurem os direitos de estudantes, independentemente de sua idade, promovendo uma cultura de respeito e dignidade. Isso envolve a criação de práticas pedagógicas e administrativas que levem em consideração as particularidades de cada identidade de gênero. É fundamental que educadores e outros profissionais da educação sejam devidamente capacitados para lidar com questões de identidade de gênero, atuando como facilitadores na promoção de um ambiente escolar que valorize as diferenças de gênero e sexualidade.

A construção de espaços livres de transfobia deve ser um esforço contínuo e coletivo, exigindo o comprometimento de todos os participantes no processo educativo. Ademais, a parceria com gestores de organizações públicas e privadas pode ajudar a aumentar a empregabilidade dos egressos da EPT. Outra possibilidade indicada foi a criação de cotas para pessoas Trans. Ao estabelecer cotas para pessoas não-cisgêneras, essas instituições ampliam o acesso à educação e promovem a justiça social, ao enfrentar preconceitos e contribuir para a criação de espaços educacionais que respeitem e valorizem as diferenças de identidade de gênero.

Entrementes, sugere-se que outras pesquisas utilizem outros instrumentos de produção de dados como oficinas e rodas de conversas. Essas interações mais próximas com o grupo de participantes possibilitam encontros potentes e inspiradores para o desenvolvimento da pesquisa e externalização de outras estratégias de afirmação das transgeneridades. Também podem permitir a experimentação das diferenças de modo lúdico e criativo.

No que tange a sugestões para futuras pesquisas sobre o tema, recomenda-se pesquisar: a) As experiências de crianças e adolescentes Trans nos primeiros anos da educação básica; b) Os desafios e limitações na aplicação da ADI nº 4275 em serviços de cartórios de registro civil; c) O uso do Estatuto da Criança e do Adolescente para assegurar o reconhecimento das identidades Trans de menores de idade; d) Jurisprudências relacionadas à autodeterminação das transgeneridades no contexto educacional; e) A importância dos transativismos para os avanços nas políticas públicas educacionais; f) A conexão entre o reconhecimento das identidades Trans e o princípio da dignidade humana; g) As

possibilidades de diálogo entre movimentos sociais e a comunidade acadêmica para a construção de políticas públicas voltadas para a população Trans; h) (Im)possibilidades da gestão escolar e das normativas institucionais no tratamento das questões de gênero e sexualidade. Investigações nessas áreas têm o potencial de enriquecer o debate, apresentando outras abordagens e/ou reforçando estratégias existentes para se afirmar as vidas de pessoas Trans.

Vivi essa pesquisa com esperança de promover territórios mais afirmativos para as questões de gênero e sexualidade, especialmente, nas tratativas acerca da identidade de gênero. Espero que ela ecoe em quem a possa ler e seguir a rosa-dos-saberes desse mapa-pesquisa. Assim, (r)elaborar espelhos que venham refletir presentes-futuros melhores para as vidas de pessoas Trans, conseqüentemente, para todo o mundo.

REFERÊNCIAS

- ABELHA, Getúlio. Ele não conseguiu mudar os meus braços. **Youtube**, publicado em 8 ago. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ekbinO7lSNw>. Acesso em: 01 ago. 2024.
- ADAD, Shara Jane Holanda Costa. **Jovens e educadores de rua: itinerários poiéticos que se cruzam pelas ruas de Teresina**. Tese (Doutorado em Educação Brasileira). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2004.
- ADAD, Shara Jane Holanda Costa; NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do ; MARTINS, Lucivando Ribeiro . Aprendizagens em educação e as diferenças - resistências ao heteroterrorismo cultural: que só os beijos te tapem a boca. **Research, Society And Development**, v. 9, p. 1-24, 2020.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALBUQUERQUE, Érika Fabíola de Araújo Ribeiro e. **Transfobia na educação: os desafios de estudantes transgênero feminina no cotidiano acadêmico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, campus de Fortaleza**. 2020. 128f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Ceará, 2020.
- ALMEIDA, Fernanda Lopes de. **A fada que tinha ideias**. 39 ed. São Paulo: Editora Ática, 2019.
- AMORIM, R. S.; ARAÚJO, F. A. dos S. A Teoria Queer no combate à transfobia escolar: contribuições da Educação Profissional na perspectiva de uma Formação Humana Integral. **Confluence, Rivista di Studi Iberoamericani**, v. 14, n. 2, p. 188–202, 2022.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 279f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 02 maio. 2023.
- APPLY BRASIL. **Qual a necessidade de apontar sinalizar nossos pronomes em reuniões e assinaturas de e-mail?**. Publicado em 28 jun. 2024. Disponível em: <https://applybrasil.net/qual-a-necessidade-de-apontar-sinalizar-nossos-pronomes-em-reunioes-e-assinaturas-de-e-mail/>. Acesso em: 01 ago. 2024
- ARAÚJO, Beatriz; BRITO, José; VITAL NETO. Cresce 300% o uso de nome social nas escolas públicas na última década. **CNN**, publicado em 13 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cresce-300-o-uso-de-nome-social-nas-escolas-publicas-na-ultima-decada/>. Acesso em: 05 maio 2023.
- ARAÚJO, Valdenia Pinto de Sampaio. **Educação e diversidade(s): qual a cor da homofobia no arco-íris da escola?**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2012.
- ARAÚJO, Valdenia Pinto de Sampaio. Um corpo potente fazendo das dores possibilidades de asas: TRANSformando os modos de educar e de resistência na Universidade. 128 f. Tese

(Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES. **Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais**. Brasília: ANDIFES, 2019.

A VERDADE. Lutar contra a transfobia é lutar contra o capitalismo. **A verdade**, publicado em 8 de jan. 2024. Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/01/lutar-contr-a-transfobia-e-lutar-contr-a-capitalismo/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BAROS, J. N. Linguistically Invisible: The Experiences of Transgender Students in Spanish Language Courses. **Journal of Homosexuality**, v. 69, n. 13, p. 2326–2347, 2022. Disponível em: <https://doi-org.ez17.periodicos.capes.gov.br/10.1080/00918369.2021.1938465>. Acesso em: 11 mai. 2024.

BEHRENS, M. A.; OLIARI, A. L. T. A evolução dos paradigmas na educação: do pensamento científico tradicional à complexidade. **Diálogo Educacional**, v. 7, n. 22, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/4156>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BEKOFF, M. 1984. Social play behavior. **Bioscience**, v. 34, n. 4, p. 228-233.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília-DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília-DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BERNABE, Irvin Rodolfo Tapia. Las expectativas laborales en estudiantes de la educación profesional técnica. **Rev. latinoam. estud. educ.**, Cidade do México, v. 52, n. 2, p. 93-119, ago. 2022. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-878X2022000200093&lng=es&nrm=iso. acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <https://www.foar.unesp.br/Home/ComissoeseComites/CEP/resolucao-510-16.pdf>. Acesso: 21 dez. de 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

CALIXTO, Bruno. Transfobia nas escolas: como agem educadores e alunos com o diferente em sala de aula. **Jornal O Pharol**. Publicado em 20 dez. 2021.

CAMARGO, Daniel. Programa de Inclusão e Diversidade do Senac São Paulo: identidade de gênero e educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 21, p. e13158, 2021. DOI: 10.15628/rbept.2021.13158.

Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13158>. Acesso em: 30 abr. 2023.

CAMPOS, Martín Alonso Saavedra; PÉREZ, Ricardo Arturo López. La conexión epistémica entre formación humanista y educación profesional universitaria. **Sophia, colección de Filosofía de la Educación**, n. 32, p. 275-297, 2022.

CARLOS, Héli da Rodrigues de Lima. **A biografia de uma professora transexual em Brasilândia/MS: diálogos formativos e percursos sobre a diversidade sexual**. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese (Doutorado em Educação, na área de Filosofia da Educação), FEUSP, São Paulo, 2005.

CAVALCANTI, Céu. Patologizações, autodeterminações e fúrias – uma breve carta de amor. In: SOUSA, Ematuir T. de; AMARAL, Marília dos Santos; SANTOS, Daniel K. dos. (Orgs). **Psicologia, travestilidades e transexualidades: compromissos ético-políticos da despatologização**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019.

CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; SILVA, Jéssica Marcela Pedreira da. O enfrentamento à transfobia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-Campus Belém: percepções sobre a Resolução 363/2017 CONSUP. **Vértices** (Campos dos Goitacazes), v. 24, n. 2, p. 659-679, 2022.

CAVANAUGH, K. M.; LUKE, M. M. Transgender College Student Identity Development: A Narratology of Intermediating Experiences. **Journal of Humanistic Counseling**, v. 60, n. 2, p. 137-156, 2021. Disponível em: <https://doi-org.ez17.periodicos.capes.gov.br/10.1002/johc.12161>. Acesso em: 11 mai. 2024.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA – CEDEC. **Mapeamento das pessoas Trans no município de São Paulo**. Relatório de Pesquisa. 2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Relatorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf. Acesso em: 07 maio 2023.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, n. 3. Rio de Janeiro: UFF, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 25 nov. 2023.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. por que lutamos?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 5 maio 2023.

COELHO, Caia. Transfeminicídio: a insubordinação ao sistema de gênero. In: BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da**

violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

COELHO, Caia. **Dia 7 de novembro de 2023, Richard Miskolci foi declarado como persona non grata...** . 2023. Instagram: caiacaia. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Czbe5lvONkl/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFlZA==. Acesso em: 25 nov. 2023.

CONOPCA, Maria do Carmo. **Caminhos da gestão: o nome social como ferramenta para a identidade de gênero dos discentes transexuais na educação profissional e tecnológica do Ifes – campus Colatina a partir do decreto 8.727/2016.** 2019. 81f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Espírito Santo, 2019.

CONOPCA, M. do C.; FERREIRA, M. J. de R.; JUNIOR, O. C. O nome social como fator de inclusão de estudantes transexuais e travestis na EPT. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 12, n. 19, 2018.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Me chamaram de macaco e eu nunca mais fui à escola. In: GOMES, Ana Beatriz Souza; CUNHA JÚNIOR, Henrique (org.). **Educação e afrodescendência no Brasil.** Fortaleza: EdUFC, 2008, p. 229-240.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo.** São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?**. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2010a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrênia** 1. São Paulo: Editora 34, 2010b.

DERRIDA, Jacques. **Força da lei.** São Paulo. WMF Fontes Martins, 2018.

DIAS, Ayra Cristina Souza. Pedagogia da navalha e molotov. In: OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; NASCIMENTO, Letícia Carolina; JESUS, Jaqueline Gomes de (Orgs.). **Gritarias Epistêmicas: (r)existências de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil.** Salvador: Devires, 2022.

EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Práticas Pedagógicas: articulando saberes e estratégias.** [s.d.]. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/especiais/praticas-pedagogicas/mandala/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** Rio de Janeiro: Pallas; Biblioteca Nacional, 2016.

FAUSTO, Juliana. Brincar, matar, comer: sobre moralidade e direitos animais. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 4, p. 2422-2438, 2018.

FAVERO, Sofia. **Crianças Trans: infâncias possíveis.** Porto Alegre: Devires, 2020a.

FAVERO, Sofia. **Pajubá-terapia: ensaios sobre a cisnorma.** Porto Alegre: Nemesis Editora, 2020b.

FAVERO, Sofia. **Psicologia Suja**. Porto Alegre: Devires, 2022.

FOLLE, Eloisa Cunha. **Precariedade e informalidade**: uma perspectiva sobre a empregabilidade trans no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito da UFRGS, 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. 38ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Paz & Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 9 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. Tecnologias de si. **Verge**, n. 6, p. 321-360, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 84 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M.; GOMES, C. **Produção de conhecimentos sobre ensino médio integrado**: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas. Introdução. p. 11-18, 2014. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/producao-de-conhecimento-de-ensino-medio-integrado-dimensoes-epistemologicas-e>. Acesso em: 27 out. 2023.

GANE, Nicholas; HARAWAY, Donna. Se nós nunca fomos humanos, o que fazer?. **Ponto Urbe**, v. 6, 2010.

GESTÃO KÁIROS. **Diversidade, Representatividade e Percepção**: Censo Multissetorial da Gestão Kairós 2022. Disponível em: <https://gestaokairos.com.br/publicacoes/diversidade-representatividade-e-percepcao-censo-multissetorial-da-gestao-kairos-2/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GEMAS E CRISTAIS. Pedras Preciosas. *Online*. Disponível em: <https://www.gemasecristais.com/pedras-preciosas/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HUFF, M.; EDWARDS, K. M.; MAUER, V. A.; LITTLETON, H.; LIM, S.; SALL, K. E. Gender-neutral bathrooms on campus: a multicampus study of cisgender and transgender and gender diverse college students. **Journal of American College Health**, p. 1–5, 2023. Disponível em: <https://doi-org.ez17.periodicos.capes.gov.br/10.1080/07448481.2023.2239358>. Acesso em: 11 mai. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO (IFSP). **IFSP assegura o uso do nome social para alunos, servidores e terceirizados**. 2021. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/3146-ifsp-assegura-o-uso-do-nome-social-para-alunos-servidores-e-terceirizados>. Acesso em: 28 fev. 2024.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma ético-estético. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo**: teorias & práticas. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismos contemporâneos e interseccionalidades. **REBEH**, v. 1, n. 1, p. 5-24, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 1, p. 250–260, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/41817>. Acesso em: 26 nov. 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes de; LION, Antonio Ricardo Calori de; URSO, Graziela Schneider. Entrevista com Jaqueline Gomes de Jesus. **Albuquerque: revista de história**, vol. 13, n. 26, jul. - dez. de 2021.

JORNALISTAS LIVRES. **Ativistas trans fazem ato simbólico após decisão do STF**. 2018. Facebook: Jornalistas Livres. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/jornalistaslivres/videos/1720656314649035/>. Acesso em: 04 maio 2023

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. São Paulo: Cobogó, 2019.

LIMA, Almeida Rodrigues. Telenovela e controvérsias: públicos mobilizados em torno de “A Força do Querer”. **Tríade**, Sorocaba, SP, v. 9, n. 21, p. 168-195, ago. 2021.

LIMA, Sol Alves de. **“Me chame pelo meu nome, me deixa mais feliz”**: etnografia sobre jovens travesti e homem trans no cotidiano escolar a partir da política do nome social. Monografia - Curso de Antropologia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira, Redenção, 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACHADO, Maria Inês de Matos. Identidades e formação nos percursos de vida de jovens e adultos trabalhadores: desafios ao Proeja. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. v. 1, n. 1, p. 83-97, jun, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf. Acesso em: 25 nov. 2023.

MARTINS, R.; JANE HOLANDA COSTA ADAD, S.; PINTO DE SAMPAIO ARAÚJO, V.; RIBEIRO MARTINS, L.; CAROLINA PEREIRA DO NASCIMENTO, L.; MODESTO BATISTA, P. V. Transpornografias: performances transeróticas a partir do documentário Bixa Travesty. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 7, n. 22, 2024.

Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/16234>. Acesso em: 23 jun. 2024.

MCGUIRE, J. K.; OKREY ANDERSON, S.; MICHAELS, C. “I don’t think you belong in here.” The impact of gender segregated bathrooms on the safety, health, and equality of transgender people. **Journal of Gay & Lesbian Social Services**, v. 34, n. 1, p. 40–62, 2022. Disponível em: <https://doi-org.ez17.periodicos.capes.gov.br/10.1080/10538720.2021.1920539>. Acesso em: 11 mai. 2024.

MENESES, Rafael Martins de. **Feitiços do corpo**: cisgeneridade e autonomia das pessoas Trans na jurisprudência do STJ após a ADI 4275. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Bacharelado em Direito. Centro de Ciências Humanas e Letras - Departamento de Ciências Jurídicas. Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2022.

MENESES, Rafael Martins de. Não se está falando de diferença de ideias... . Publicado em 16 de nov. 2023. **Instagram**. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CzwwEMxv9EB/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 25 de nov. 2023.

MENESES, Rafael Martins de; BARRETO, Tiago Alves; NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. O poder punitivo e as tecnologias de gênero: leituras pós-estruturais. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 1, p. 198-212, 2021.

MENESES, Rafael Martins de; MESQUITA, Rafael Fernandes de. Las personas Trans y la educación profesional y tecnológica: una revisión narrativa de la literatura. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 18, n. 54, p. 272–298, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.13161584. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/4953>. Acesso em: 6 ago. 2024.

MESQUITA, Rafael Fernandes de. **Corpos invisíveis**: identidades transgêneras femininas no mercado formal de trabalho. 2019. Tese (Doutorado) – Administração de Empresas, Universidade Potiguar - UnP, Natal, 2019.

MESQUITA, R. F. D.; LARSIMONT, A. D. S. M. C.; XAVIER, A. M.; MATOS, F. R. N. Peasant women and the gendered inequalities in the industry of mining. **Revista Katálisis**, vol. 26, p. 255-266, 2023.

MOSÉ, Viviane. **Pensamentos chãõ**. 2 ed. São Paulo: Record, 2007.

NASCIMENTO, L. C.; ADAD, S. J. H. C. Trans*referenciando o currículo:: cartografias desejanter de jovens transvestigêneres. **Revista Temas em Educação**, v. 33, n. 1, p. e-rte331202407, 2023.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. EU NÃO VOU MORRER: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], v. 3, n. 28, p. c21581, 2020a. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21581>. Acesso em: 10 nov. 2023.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. Epistemologias (Trans)feministas: a liberdade é uma agonística. *In: Mesa 2 - Subjetividades e Práticas de Liberdade. II Encontro Nietzsche e Foucault: diálogos. Subjetividades e Práticas de Liberdade - Letícia Carolina, Lucas Dilacerda, Regiane Collares e Caio*, 22 mai. 2020b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zz2gZnGyLNk>. Acesso em: 15 nov. 2023.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do; MENESES, Rafael Martins de. Geogênese do novo mundo travestigênere: agonística, direitos e heterotopias da liberdade. **Revista Reflexões**, Fortaleza-CE, Ano – 10, n. 19, jul.- dez. 2021.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO (PAGU/UNICAMP). **Nota do Núcleo de Estudos de Gênero...**. 2023. Instagram: pagu.unicamp. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CzwvEMxv9EB/?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igshid=MzRIODBiNWFIZA. Acesso em: 25 nov. 2023.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: travestilizando a educação. Salvador: Devires, 2020.

O GLOBO. **Estudante trans diz ter sido orientada a não usar banheiro feminino de escola...**. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/estudante-trans-diz-ter-sido-orientada-nao-usar-banheiro-feminino-de-escola-em-niteroi-por-conta-desse-tipo-de-atitude-muitas-deixam-de-estudar-1-25388292>. Acesso em: 28 fev. 2024.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. A cobaia agora é você! Cisgeneridade branca, como conceito e categoria de análise, nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, v.36, n.1, jan./jun. 2023.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; NASCIMENTO, Letícia Carolina; JESUS, Jaqueline Gomes de (Orgs.). **Gritarias Epistêmicas**: (r)existências de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil. Salvador: Devires, 2022.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *In: BECKER, Clara. 'É preciso romper com a transfobia estrutural no serviço público'.* [online] **Nexo**. Entrevista com Megg Rayara Gomes de Oliveira. Publicado em 14 de mar de 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/profissoes/2021/03/14/%E2%80%98preciso-romper-com-a-transfobia-estrutural-no-servi%C3%A7o-p%C3%ABlico%E2%80%99>. Acesso em: 03 maio de 2024.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 190 f. Tese de Doutorado apresentada à ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça?: reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **SUR**, v.15 n.28, p. 167 – 179, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-megg-rayara-gomes-de-oliveira.pdf>. Acesso em: 03 maio 2023.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de; FRIGOTTO, Gaudêncio. As bases da EPT em sua relação com a sociedade brasileira: concepções e práticas em disputa. In: SILVA, Cláudio Nei Nascimento da; ROSA, Daniele dos Santos. **As bases conceituais da EPT**. 1. ed. Brasília – DF : Grupo Nova Paideia, 2021.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PEREIRA, Diógenes Oliveira; ALVES, Gilcean Silva. Educação profissional: do paradigma fragmentado a uma pedagogia da integração. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 19, p. e10117, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10117>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PEREIRA, M. T. Sustentabilidade como práxis pedagógica para a transdisciplinaridade na educação profissional e tecnológica (EPT). **Educação em Revista**, v. 38, p. e35849, 2022.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. Educação profissional e tecnológica: (re) conceituando a (contra)hegemonia. In: SILVA, Cláudio Nei Nascimento da; ROSA, Daniele dos Santos. **As bases conceituais da EPT**. 1. ed. Brasília – DF : Grupo Nova Paideia, 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. 1 ed. Coleção Formação Pedagógica, vol. 5. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RODRIGUES, Jessyka da Silva. **Travestilidades negras**: descolonizando a escola. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2023.

RODRIGUES, Jessyka da Silva; NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do; MENESES; Rafael Martins de Meneses, ARAÚJO, Valdenia Pinto de Sampaio. Vidas Precárias de Travestis Negras: Uma Geografia do Machismo e da Transfobia em Parnaíba-PI. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 39-55, jul./dez. 2021.

RODRIGUES, Jessyka. **Sem Rótulos, Por Favor!** Gênero e sexualidade em ambientes educacionais. 1. ed. Porto Alegre: Nova Práxis, 2020.

SALES, Celecina Veras. VASCONCELOS, Maria Aurilene de Deus Moreira. Ensino Médio Integrado e Juventudes: desafios e projetos de futuro. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 69-90, jan./mar. 2016.

SÃO PAULO. **Protocolo para o cuidado integral à saúde de pessoas trans, travestis ou com vivências de variabilidade de gênero no município de São Paulo**. 2ª ed. Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação da Área Técnica de Saúde Integral da População LGBTQIA+. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Protocolo_Trans_Travesti_Viv_variab_genero_2a_ed2023.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

SANTANA, Ana Souza. Noções de continuidade e descontinuidade em Michel Foucault e Reinhart Koselleck. **Revista Humanidades em Diálogo**, v. 11, p. 210-224, 2022.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152–180, 2007.

SILVA, Elison Victor Braga da; OLIVEIRA-NUNES, Albino; MARISA-DANTAS, Josivânia. O enfoque CTS na educação profissional e tecnológica: uma revisão do campo entre os anos 1995 e 2020. **Rev. Fac. Cienc. Tecnol.**, Bogotá, n. 50, p. 237-256, dez. 2021.

SILVA, Jovanna Baby Cardoso. **Bajubá Odara**: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis no Brasil. Piauí: Picos, 2021.

SILVA, Yuna Vitória Santana da. **Se eu não entro, ninguém entra!**. Publicado em 5 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://medium.com/@yunavitria/se-eu-n%C3%A3o-entro-ningu%C3%A9m-entra-3de131363f03>. Acesso em: 05 maio de 2023.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, 244 f.

SOUZA, D. A.; NASCIMENTO, G. C. M.; SCORSOLINI-COMIN, F. Revelar-se homossexual: percepções de jovens adultos brasileiros. **Ciências Psicológicas**, v. 14, n. 2, p. e-2229, 2020.

SOUSA, Jailton Rodrigues de; MACIEL, Emanoela Moreira. Planejamento de práticas pedagógicas integradoras para a educação profissional e tecnológica. **Educação em Revista**, v. 39, p. 36869, 2023.

ROLNIK, Suely. **Antropofagia Zumbi**. São Paulo: N-1 Edições, 2021

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2 ed. Porto Alegre: Sulina; Editora UFRGS, 2016.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMEN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica. **Fractal Rev. Psicol.**, v 25, n. 2, p. 299-322, mai-ago 2013.

TODXS. **Manual de implementação de ações afirmativas para pessoas Trans na pós-graduação**. 2020. Disponível em: <https://todxs-site.s3.amazonaws.com/manual-de-implementacao-de-aco-es-afirmativas-para-pessoas-trans-na-pos-graduacao.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **‘Trans e travestis estão revolucionando e produzindo conhecimento’, diz pesquisadora**. 2019. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2019/07/ufsc-na-midia-trans-e-travestis-estao-revolucionando-e-produzindo-conhecimento-diz-pesquisadora>. Acesso em: 13 jun. 2023.

VASCONCELOS, Caê. **Transresistência: pessoas trans no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Livros, 2022.

VELHO, R. R. C. **O coming out dos jovens gays aos pais e mães**. Instituto Universitário de Lisboa (Dissertação de Mestrado). Lisboa: 2016.

XAVIER, G. do C. Transexualidade no Ensino Médio: desafios e possibilidades. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 79–95, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/31931>. Acesso em: 1 maio. 2023.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. e75614, 2020.

YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação**. 2020. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE – A - TCLE DISCENTES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA: ENSINOS E APRENDIZAGENS TRANSINCLUSIVAS: ESTRATÉGIAS DE RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE PESSOAS TRANS NA EPT

Página 1/2

Prezada/o discente,

Você está recebendo um convite para participar voluntariamente de uma pesquisa denominada “ENSINOS E APRENDIZAGENS TRANSINCLUSIVAS: ESTRATÉGIAS DE RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE PESSOAS TRANS NA EPT”. O presente estudo busca compreender como se dão as estratégias de reconhecimento da identidade Trans (Travestis, Transexuais e Transgêneros), em face das (im)possibilidades de vivência não-cisgênera dentro da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) a cerca dessa demanda. Esta pesquisa está sob responsabilidade do Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita (ProfEPT-IFPI), participação do mestrando Rafael Martins de Meneses (ProfEPT-IFPI), da Mestranda Adriana Kirley Santiago Monteiro (PPGP-UFPI), enfermeira do Hospital Universitário – UFPI.

O objetivo geral consiste em Analisar as estratégias de reconhecimento da identidade de estudantes Trans, em face das (im)possibilidades de vivências não-cisgêneras dentro da EPT, desenvolvidas por discentes Trans, docentes e gestão escolar do IFPI. Nesse sentido, os objetivos específicos propõem: 1) Compreender a importância do reconhecimento das identidades Trans para o êxito da EPT; 2) Identificar as (im)possibilidades das vivências Trans no contexto da EPT; 3) Mapear as estratégias de reconhecimento da identidade das pessoas Trans estudantes da EPT, por parte do corpo docente, discente e gestão acadêmica-administrativa da instituição de ensino; 4) Interpretar a relação entre as (im)possibilidades das vivências Trans na EPT e as estratégias de reconhecimento dessa identidade; 5) Desenvolver um livro didático com casos de ensino para a discussão em espaços educacionais acerca do reconhecimento das transgeneridades.

A pesquisa utilizará a abordagem qualitativa, o instrumento para a coleta de dados a ser utilizado na pesquisa, será a entrevista semiestruturada, com perguntas abertas (que possam contemplar a opinião das/os entrevistadas diante dos questionamentos) e fechadas (com respostas diretas e objetivas). As entrevistas ocorrerão de forma individual e por vídeo conferência ou presencialmente, a depender da conveniência da/o partícipe e do pesquisador, terão a duração de aproximadamente uma hora, no máximo uma hora e meia. O procedimento para a análise e construção dos dados será através da cartografia, método inspirado nos pensamentos de Deleuze & Guatarri (O que é a Filosofia?, 2010) e de Passos, Kastrup e Escócia (Pistas do método da cartografia, 2009). Essa escolha se ancora na necessidade de mapeamentos de subjetividades, conceitos e afetos envolvidos em dispositivos que demandam análises minuciosas por conta de sua complexidade.

Após a autorização, a pesquisa será realizada através de entrevistas previamente agendadas e gravadas, para que seja garantida uma maior qualidade das informações registradas para posterior análise. Esta pesquisa possui como finalidade, contribuir com subsídios para construção de práticas educacionais para o enfrentamento da evasão e que garantam a permanência da população Trans, historicamente marginalizada e alijada dos processos educacionais. Esse estudo pode ocasionar desconfortos psicológicos no pesquisador e partícipes a qualquer momento durante a produção de dados, pois serão abordada questões que rememoram violências, conflitos, estresses e violações de direitos da comunidade não-cisgênera na escola, assim como riscos relacionados a emergências sanitárias, nesse último ponto, serão utilizados máscaras, luvas, álcool em gel e demais utensílios sanitários necessários conforme recomendações das instituições de saúde locais, nacionais e internacionais. A depender da situação sanitária, o afastamento social será respeitado e as entrevistas prosseguirão exclusivamente por vídeo conferência. Portanto, buscou-se parcerias com o Acolhe Trans . (movimento que acolhe pessoas travestis e transexuais e do Núcleo de Pesquisa sobre Gênero, Raça e Classe (NEGRAC) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFdPAR) que dispõem de psicólogas/os para eventual necessidade de atendimento, bem como encaminhamento para o setor de saúde do campus para atendimento psicológico especializado.

Pesquisador Responsável

Participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
TÍTULO DA PESQUISA: ENSINOS E APRENDIZAGENS DO CORPO: ESTRATÉGIAS DE
RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE PESSOAS TRANS NA EPT

Página 2/2

Haverá ainda a possibilidade de interrupção da entrevista diante de qualquer solicitação da pessoa respondente, sendo-lhe facultada a possibilidade de continuar ou não sua participação em outro momento.

Como toda pesquisa, há risco direto ou indireto de identificação do participante, para minimizar esses riscos serão utilizados pseudônimos e omitidas quaisquer informações que possam acarretar na perda do anonimato. Ressalta-se que existe o direito de pleitear indenização em caso de danos decorrentes da participação nessa pesquisa e o direito de ressarcimento em caso de despesas ocasionadas pela participação. Não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela participação na pesquisa. Está garantida a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa, bem como dos dados coletados (conforme itens III.2.0, IV.4.c, V.3, V.5 e V.6 da Resolução CNS 466/12). As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente os pesquisadores terão acesso a essas. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo por, pelo menos, cinco anos, conforme disposto na Resolução 466/12 e orientações do CEP/HU-UFPI.

Desse modo, tendo deixado nítida a finalidade deste estudo, se houver a concordância em participar, solicito que assine em duas vias (uma que ficará com a/o participante e a outra com o pesquisador) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o documento em questão visa assegurar seus direitos como participante, o registro do consentimento estará disponível sempre que solicitado o acesso. Após seu consentimento, assine todas as páginas no local indicado, o mesmo procedimento também será realizado pelo pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveite para esclarecer todas as suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, você poderá esclarecê-las com o pesquisador responsável pela pesquisa através do telefone: +55 (86) 99839-0521, ou se preferir pelo e-mail: rafael.fernandes@ifpi.edu.br.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí-HU-UFPI, no endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, SG 07, s/n - Ininga, Teresina - PI, 64049-550, Telefone - (086) 3228-5235, e-mail: comitedeeticadohupi@gmail.com. O Comitê de Ética em Pesquisa é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e na dissertação/tese. Desde já, manifesto meus sinceros agradecimentos por sua importante contribuição à pesquisa.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

- () Autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação, filmagem e/ou fotos;
 () Não autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação e/ou filmagem.
 () Autorizo apenas a captação de voz por meio da gravação.

Assinatura da(o) participante

_____ (PI), ____ de _____ de 2024.

Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita
 Pesquisadora Responsável

Mestrando Rafael Martins de Meneses
 Membro Pesquisador do Projeto

CONTATOS - Pesquisador Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita: Fone: +55 86 99839-0521, e-mail: rafael.fernandes@ifpi.edu.br **CEP-HU-UFPI:** HU-UFPI, Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, SG 07, s/n - Ininga, Teresina - PI, 64049-550, Telefone - (086) 3228-5235, e-mail: comitedeeticadohupi@gmail.com

APÊNDICE – B -TCLE DOCENTES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA: ENSINOS E APRENDIZAGENS TRANSINCLUSIVAS: ESTRATÉGIAS DE RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE PESSOAS TRANS NA EPT

Página 1/2

Prezada/o docente e integrante da gestão escolar,

Você está recebendo um convite para participar voluntariamente de uma pesquisa denominada “ENSINOS E APRENDIZAGENS TRANSINCLUSIVAS: ESTRATÉGIAS DE RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE PESSOAS TRANS NA EPT”. O presente estudo busca compreender como se dão as estratégias de reconhecimento da identidade Trans (Travestis, Transexuais e Transgêneros), em face das (im)possibilidades de vivência não-cisgênera dentro da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) a cerca dessa demanda. Esta pesquisa está sob responsabilidade do Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita (ProfEPT-IFPI), participação do mestrando Rafael Martins de Meneses (ProfEPT-IFPI), da Mestranda Adriana Kirley Santiago Monteiro (PPGP-UFPI), enfermeira do Hospital Universitário – UFPI.

O objetivo geral consiste em Analisar as estratégias de reconhecimento da identidade de estudantes Trans, em face das (im)possibilidades de vivências não-cisgêneras dentro da EPT, desenvolvidas por discentes Trans, docentes e gestão escolar do IFPI. Nesse sentido, os objetivos específicos propõem: 1) Compreender a importância do reconhecimento das identidades Trans para o êxito da EPT; 2) Identificar as (im)possibilidades das vivências Trans no contexto da EPT; 3) Mapear as estratégias de reconhecimento da identidade das pessoas Trans estudantes da EPT, por parte do corpo docente, discente e gestão acadêmica-administrativa da instituição de ensino; 4) Interpretar a relação entre as (im)possibilidades das vivências Trans na EPT e as estratégias de reconhecimento dessa identidade; 5) Desenvolver um livro didático com casos de ensino para a discussão em espaços educacionais acerca do reconhecimento das transgeneridades.

A pesquisa utilizará a abordagem qualitativa, o instrumento para a coleta de dados a ser utilizado na pesquisa, será o formulário online, com perguntas abertas (que possam contemplar a opinião das/os entrevistadas diante dos questionamentos) e fechadas (com respostas diretas e objetivas). Os formulários online serão respondidos de forma individual, através de link de acesso, terão a duração de aproximadamente 10 minutos, no máximo 30 minutos. O procedimento a ser utilizado para a análise dos dados é a análise e construção dos dados será feita através da cartografia, método inspirado nos pensamentos de Deleuze & Guatarri (O que é a Filosofia?, 2010) e de Passos, Kastrup e Escócia (Pistas do método da cartografia, 2009). Essa escolha se ancora na necessidade de mapeamentos de subjetividades, conceitos e afetos envolvidos em dispositivos que demandam análises minuciosas por conta de sua complexidade.

Após a autorização, a pesquisa será realizada através de preenchimento de formulário online, as respostas serão gravadas em um banco de dados, para que seja garantida uma maior qualidade das informações registradas para posterior análise. Esta pesquisa possui como finalidade, contribuir com subsídios para construção de práticas educacionais para o enfrentamento da evasão e que garantam a permanência da população Trans, historicamente marginalizada e alijadas dos processos educacionais. Esse estudo pode ocasionar desconfortos psicológicos no pesquisador e partícipes a qualquer momento durante a produção de dados, pois será abordada questões que rememoram violências, conflitos, estresses e violações de direitos da comunidade não-cisgênera na escola. Portanto, buscou-se parcerias com o Acolhe Trans (movimento que acolhe pessoas travestis e transexuais e do Núcleo de Pesquisa sobre Gênero, Raça e Classe (NEGRACT) - Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFdPAR) que dispõem de psicólogas/os para eventual necessidade de atendimento, bem como encaminhamento para o setor de saúde do campus para atendimento psicológico especializado. Haverá ainda a possibilidade de interrupção da entrevista diante de qualquer solicitação da pessoas respondente, sendo-lhe facultada a possibilidade de continuar ou não sua participação em outro momento.

Pesquisador Responsável

Participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TÍTULO DA PESQUISA: ENSINOS E APRENDIZAGENS TRANSINCLUSIVAS:
ESTRATÉGIAS DE RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE PESSOAS TRANS NA EPT**

Página 2/2

Como toda pesquisa, há risco direto ou indireto de identificação do participante, para minimizar esses riscos serão utilizados pseudônimos e omitidas quaisquer informações que possam acarretar na perda do anonimato.

Ressalta-se que existe o direito de pleitear indenização em caso de danos decorrentes da participação nessa pesquisa e o direito de ressarcimento em caso de despesas ocasionadas pela participação. Não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela participação na pesquisa. Está garantida a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa, bem como dos dados coletados (conforme itens III.2.0, IV.4.c, V.3, V.5 e V.6 da Resolução CNS 466/12). As respostas serão armazenadas em arquivos digitais, mas somente os pesquisadores terão acesso a essas. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo por, pelo menos, cinco anos, conforme disposto na Resolução 466/12 e orientações do CEP/HU-UFPI.

Desse modo, tendo deixado nítida a finalidade deste estudo, se houver a concordância em participar, solicito que assine em duas vias (uma que ficará com a/o participante e a outra com o pesquisador) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o documento em questão visa assegurar seus direitos como participante, o registro do consentimento estará disponível sempre que solicitado o acesso. Após seu consentimento, assine todas as páginas no local indicado, o mesmo procedimento também será realizado pelo pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveite para esclarecer todas as suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, você poderá esclarecê-las com o pesquisador responsável pela pesquisa através do telefone: +55 (86) 99839-0521, ou se preferir pelo e-mail: rafael.fernandes@ifpi.edu.br.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí-HU-UFPI, no endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, SG 07, s/n - Ininga, Teresina - PI, 64049-550, Telefone - (086) 3228-5235, e-mail: comitedeeticadohupi@gmail.com. O Comitê de Ética em Pesquisa é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e na dissertação/tese. Desde já, manifesto meus sinceros agradecimentos por sua importante contribuição à pesquisa.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

 Assinatura da(o) participante

 _____ (PI), ____ de _____ de 2024.

 Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita
 Pesquisadora Responsável

 Mestrando Rafael Martins de Meneses
 Membro Pesquisador do Projeto

CONTATOS - Pesquisador Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita: Fone: +55 86 99839-0521, e-mail: rafael.fernandes@ifpi.edu.br **CEP-HU-UFPI:** HU-UFPI, Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, SG 07, s/n - Ininga, Teresina - PI, 64049-550, Telefone - (086) 3228-5235, e-mail: comitedeeticadohupi@gmail.com

APÊNDICE – C - TERMO DE ASSENTIMENTO

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA: ENSINOS E APRENDIZAGENS TRANSINCLUSIVAS: ESTRATÉGIAS DE RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE PESSOAS TRANS NA EPT

Página 1/2

Prezada/o discente,

Você está recebendo um convite para participar voluntariamente de uma pesquisa denominada “ENSINOS E APRENDIZAGENS TRANSINCLUSIVAS: ESTRATÉGIAS DE RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE PESSOAS TRANS NA EPT”. O presente estudo busca compreender como se dão as estratégias de reconhecimento da identidade Trans (Travestis, Transexuais e Transgêneros), em face das (im)possibilidades de vivência não-cisgênera dentro da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) a cerca dessa demanda. Esta pesquisa está sob responsabilidade do Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita (ProfEPT-IFPI), participação do mestrando Rafael Martins de Meneses (ProfEPT-IFPI), da Mestranda Adriana Kirley Santiago Monteiro (PPGP-UFPI), enfermeira do Hospital Universitário – UFPI..

O objetivo geral consiste em Analisar as estratégias de reconhecimento da identidade de estudantes Trans, em face das (im)possibilidades de vivências não-cisgêneras dentro da EPT, desenvolvidas por discentes Trans, docentes e gestão escolar do IFPI. Nesse sentido, os objetivos específicos propõem: 1) Compreender a importância do reconhecimento das identidades Trans para o êxito da EPT; 2) Identificar as (im)possibilidades das vivências Trans no contexto da EPT; 3) Mapear as estratégias de reconhecimento da identidade das pessoas Trans estudantes da EPT, por parte do corpo docente, discente e gestão acadêmica-administrativa da instituição de ensino; 4) Interpretar a relação entre as (im)possibilidades das vivências Trans na EPT e as estratégias de reconhecimento dessa identidade; 5) Desenvolver um livro didático com casos de ensino para a discussão em espaços educacionais acerca do reconhecimento das transgeneridades.

A pesquisa utilizará a abordagem qualitativa, o instrumento para a coleta de dados a ser utilizado na pesquisa, será a entrevista semiestruturada, com perguntas abertas (que possam contemplar a opinião das/os entrevistadas diante dos questionamentos) e fechadas (com respostas diretas e objetivas). As entrevistas ocorrerão de forma individual e por vídeo conferência ou presencialmente, terão a duração de aproximadamente uma hora, no máximo uma hora e meia. O procedimento a ser utilizado para a análise dos dados é a análise e construção dos dados será feita através da cartografia, método inspirado nos pensamentos de Deleuze & Guatarri (O que é a Filosofia?, 2010) e de Passos, Kastrup e Escócia (Pistas do método da cartografia, 2009). Essa escolha se ancora na necessidade de mapeamentos de subjetividades, conceitos e afetos envoltos em dispositivos que demandam análises minuciosas por conta de sua complexidade.

Após a autorização, a pesquisa será realizada através de entrevistas previamente agendadas e gravadas, para que seja garantida uma maior qualidade das informações registradas para posterior análise. Esta pesquisa possui como finalidade, contribuir com subsídios para construção de práticas educacionais para o enfrentamento da evasão e que garantam a permanência da população Trans, historicamente marginalizada e alijadas dos processos educacionais.

Esse estudo pode ocasionar desconfortos psicológicos no pesquisador e partícipes a qualquer momento durante a produção de dados, pois será abordada questões que rememoram violências, conflitos, estresses e violações de direitos da comunidade não-cisgênera na escola, assim como riscos relacionados a emergências sanitárias, nesse último ponto, serão utilizados máscaras, luvas, álcool em gel e demais utensílios sanitários necessários conforme recomendações das instituições de saúde locais, nacionais e internacionais. A depender da situação sanitária, o afastamento social será respeitado e as entrevistas prosseguirão exclusivamente por vídeo conferência. Portanto, buscou-se parcerias com o Acolhe Trans (movimento que acolhe pessoas travestis e transexuais e do Núcleo de Pesquisa sobre Gênero, Raça e Classe (NEGRACT) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFdPAR) que dispõem de psicólogas/os para eventual necessidade de atendimento, bem como encaminhamento para o setor de saúde do campus para atendimento psicológico especializado.

Pesquisador Responsável

Participante

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
TÍTULO DA PESQUISA: ENSINOS E APRENDIZAGENS DO CORPO: ESTRATÉGIAS DE
RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE PESSOAS TRANS NA EPT

Página 2/2

Haverá ainda a possibilidade de interrupção da entrevista diante de qualquer solicitação da pessoas respondente, sendo-lhe facultada a possibilidade de continuar ou não sua participação em outro momento. Como toda pesquisa, há risco direto ou indireto de identificação do participante, para minimizar esses riscos serão utilizados pseudônimos e omitidas quaisquer informações que possam acarretar na perda do anonimato.

Ressalta-se que existe o direito de pleitear indenização em caso de danos decorrentes da participação nessa pesquisa e o direito de ressarcimento em caso de despesas ocasionadas pela participação. Não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela participação na pesquisa. Está garantida a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa, bem como dos dados coletados (conforme itens III.2.0, IV.4.c, V.3, V.5 e V.6 da Resolução CNS 466/12). As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente os pesquisadores terão acesso a essas. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo por, pelo menos, cinco anos, conforme disposto na Resolução 466/12 e orientações do CEP/HU-UFPI.

Desse modo, tendo deixado nítida a finalidade deste estudo, se houver a concordância em participar, solicito que assine em duas vias (uma que ficará com a/o participante e a outra com o pesquisador) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o documento em questão visa assegurar seus direitos como participante. Após seu consentimento, assine todas as páginas no local indicado, o mesmo procedimento também será realizado pelo pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveite para esclarecer todas as suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, você poderá esclarecê-las com o pesquisador responsável pela pesquisa através do telefone: +55 (86) 99839-0521, ou se preferir pelo e-mail: rafael.fernandes@ifpi.edu.br.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí-HU-UFPI, no endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, SG 07, s/n - Ininga, Teresina - PI, 64049-550, Telefone - (086) 3228-5235, e-mail: comitedeeticadohupi@gmail.com. O Comitê de Ética em Pesquisa é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e na dissertação/tese. Desde já, manifesto meus sinceros agradecimentos por sua importante contribuição à pesquisa.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

- () Autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação, filmagem e/ou fotos;
 () Não autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação e/ou filmagem.
 () Autorizo apenas a captação de voz por meio da gravação.

Assinatura da(o) participante

Assinatura representante legal

_____(PI), ____ de _____ de 2024.

Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita
 Pesquisadora Responsável

Mestrando Rafael Martins de Meneses
 Membro Pesquisador do Projeto

CONTATOS - Pesquisador Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita: Fone: +55 86 99839-0521, e-mail: rafael.fernandes@ifpi.edu.br **CEP-HU-UFPI:** HU-UFPI, Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, SG 07, s/n - Ininga, Teresina - PI, 64049-550, Telefone - (086) 3228-5235, e-mail: comitedeeticadohupi@gmail.com

APÊNDICE - D - ROTEIRO ENTREVISTAS

INSTRUMENTO 1 – roteiro semiestruturado para discentes Trans

Bloco 1 – Dados pessoais

- 1 – Qual a sua idade?
- 2 – Onde você nasceu?
- 3 – Qual sua expressão de gênero: feminino, masculino, não-binária?
- 4 – Você usa quais pronomes?
- 5 – Como você se autodeclara étnico-racialmente: preta(o), parda(o), indígena, branca(o), amarela(o)?
- 6 – Qual o seu campus?
- 7 – Qual o seu curso técnico integrado ao médio?
- 8 – Qual seu endereço? Com quem você mora? Quanto tempo você demora para chegar ao campus?

Bloco 2 – Identidade de gênero

- 1 – Para você, o que é identidade de gênero? Por quê?
- 2 – Você possui pessoas Trans como referência? Se sim, quais e por quê?
- 3 – Quando você se percebeu Trans? Lembra qual a idade e/ou momento?
- 4 – Você já sofreu algum tipo de transfobia? Se sim, caso se sinta confortável, pode citar alguns exemplos? Como você reagiu?
- 5 – Você se sente pouco aceita(o) em algum local? Qual seria? E onde se sente mais aceita(o)?

Bloco 3 – Vivência dentro do IFPI

- 1 – Por que você escolheu estudar no IFPI? Por que escolheu esse curso?
- 2 – Você é ou foi acolhida(o) no IFPI? Se sim, caso se sinta confortável, pode citar alguns exemplos? Como se deu esse acolhimento? Se não, por quê?
- 3 – Como é sua vida social dentro da escola? Suas amizades, inimizades...
- 4 – No seu ponto de vista a escola respeita as diferenças de gênero e sexualidade? Poderia citar exemplos?
- 5 – Você já sofreu transfobia dentro do IFPI? Se sim, cite exemplos. Qual a sua reação?
- 6 – Você já realizou alguma denúncia de transfobia dentro da escola? Se sim, como foi? Se não, se precisasse, o que você faria?
- 6 – Você já recebeu atendimento psicológico na escola? Se sim, como você o avalia?
- 7 – Quais as suas aspirações acadêmicas? E profissionais?
- 8 – No seu ponto de vista, como o IFPI pode lhe ajudar nesses objetivos? E como o IFPI pode dificultar esse processo?
- 9 – Você já participou de programa de bolsa estudantil? Se sim, qual e como foi?
- 10 – Na sua opinião, o que dificulta a sua permanência no IFPI? Qual a sua maior dificuldade dentro do IFPI?

Bloco 4 – Estratégias de reconhecimento

- 1 – Você usa nome social na escola? Se não, por quê?
- 2 – A sua escola respeita o uso do nome social? Cite exemplos.
- 3 – Para você qual a importância de ser chamada(o) pelo nome que se identifica?
- 4 – Quais estratégias você usa para ter seu nome reconhecido?
- 5 – Você usa qual banheiro na escola? Como você avalia essa experiência?
- 6 – Quais estratégias você desenvolveu para usar o banheiro na escola? Alguma sugestão?
- 7 – Como é sua participação nas aulas de Educação Física? Como você avalia essas aulas? Alguma sugestão?
- 8 – Participou de alguma competição esportiva? Se não, por quê? Se sim, como foi a experiência?
- 9 – O que você faz/faria para enfrentar a transfobia no IFPI? Possui algum relato?

10 – Já presenciou ou soube de alguma atitude de docente ou técnico administrativo em prol das pessoas Trans? Defesa pública, estratégia de proteção, inclusão?

11 – O que você faria se fosse a diretor/a do campus para melhor incluir as pessoas Trans? E se fosse reitor/a?

APÊNDICE - E - FORMULÁRIO ONLINE

INSTRUMENTO 2 – Formulário online

Bloco 1 – Dados pessoais

- 1 – Qual a sua idade?
- 2 – Onde você nasceu?
- 3 – Como você se autodeclara étnico-racialmente: preta(o), parda(o), indígena, branca(o), amarela(o)?
- 4 – Qual o seu gênero?
() Feminino () Masculino () Outro: _____
- 5 – Qual a sua orientação sexual?
() Heterossexual () Gay () Lésbica () Bissexual () Pansexual
- 6 – Qual a sua identidade de gênero?
() Cisgênero () Trans (Travesti, Transexuais, Transgênero)
- 7 – Qual sua área de atuação dentro do IFPI?
() Técnico administrativo Setor e Cargo (se houver): _____
() Docente Área e Cargo (se houver): _____
- 8 – Qual o seu campus? _____

Bloco 2 – Identidade de gênero

- 1 – Para você, o que é identidade de gênero? Por quê? _____
- 2 – Você possui pessoas Trans como referência? Se sim, quais e por quê? _____
- 3 – Quando você se percebeu Cisgênero ou Trans? Lembra qual a idade, momento? _____
- 4 – Você já presenciou algum tipo de transfobia? () Não () Sim, Se sim, cite exemplos. Como você reagiu? _____

Bloco 3 – Vivência no IFPI

- 1 – No seu ponto de vista o IFPI respeita a identidade de gênero Trans? Cite exemplos: _____
- 2 – No seu ponto de vista, como o IFPI pode ajudar no reconhecimento da identidade das pessoas Trans? _____
- 3 - E como o IFPI pode dificultar nesse reconhecimento? _____
- 4 – Na sua opinião, o que dificulta a permanência de pessoas Trans dentro IFPI? _____
- 5 - Qual a sua sugestão de melhoria? _____

Bloco 4 – Estratégias de reconhecimento

- 1 – Você adota o nome social dos discentes na escola? () Sim () Não, Se não, por quê? _____
- 2 – O seu campus respeita o uso do nome social? () Sim () Não, Cite exemplos. _____
- 3 – Para você qual a importância de ser chamada/o pelo nome que se identifica? _____
- 4 – Você desenvolveu alguma estratégia para incluir discentes Trans na escola? () Não () Sim, Se sim cite exemplos. _____
- 5 – Tem alguma sugestão para a melhoria desse reconhecimento? _____
- 9 – O que você faz/faria para enfrentar a transfobia no IFPI? Possui algum relato? () Não () Sim, Se sim exemplifique _____
- 10 – Já teve, presenciou ou soube de alguma atitude de docente ou técnico administrativo em prol das pessoas Trans? Alguma defesa pública, estratégia de proteção, afirmação? () Não () Sim, Se sim descreva _____
- 11 – O que você faria se fosse a diretora ou diretor do campus para melhor acolher as pessoas Trans? _____ E se fosse reitor/a? _____
- 12 – Existem ensinamentos que você aprendeu/aprende com estudantes Trans? Se sim, quais e por quê?

13 - Se houver algo que deseje acrescentar, sinta-se livre.

APÊNDICE - F – E-MAIL PARA COORDENAÇÃO DO PROFEPT

À Coordenação Local do ProfEPT/IFPI – Campus Parnaíba,

Alguns dados coletados em um levantamento bibliográfico sobre pessoas Trans e Educação Profissional e Tecnológica, para o projeto de pesquisa do mestrado do discente “Rafael Martins de Meneses”, que assina este documento, apontam a carência de formação educacional dessa comunidade, frequentemente retida no longo itinerário formativo brasileiro. A seguir, apresenta-se reflexões sobre esse cenário na pós-graduação.

No contexto piauiense, várias pesquisas indicam a **necessidade de inclusão no acesso e permanência de pessoas Trans** (Travestis, Transexuais e Transgêneros) **nos espaços acadêmicos e profissionais**, como: as conduzidas pelas travestis Letícia Nascimento e Jessyka Rodrigues; a tese do Prof. Rafael Fernandes (IFPI), que assina este documento, a dissertação do Prof. Lucivando Martins (UESPI) e a tese da Profa. Vadenia Sampaio (IFPI), estes dois últimos trabalhos realizados pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFPI, conceito 5, conforme avaliação da CAPES.

Nessa direção, **cerca de 30 (trinta) universidades públicas**, implantaram políticas de ação afirmativa de **cotas destinadas a população não-cisgênera**, com o objetivo de **diminuir as desigualdades de acesso e aumentar a qualificação profissional**, movimento crescente desde 2019, conforme Manual de Implementação de Ações Afirmativas para pessoas Trans na Pós-Graduação, organizado pela ONG TODXS em 2020.

Inclusive o ProfEPT, com 40 (quarenta) Instituições associadas (IAs), possui normativa que regulamenta a possibilidade dessa modalidade de acesso, conforme estabelece o Regimento Geral do ProfEPT de 2022 no seu artigo 22, § 4º, a saber: “**As cotas para** pretos/pardos, indígenas, **pessoas trans/travestis** e portadores de deficiências serão ofertadas **conforme regulamentação de cada Instituição Associada** e, quando não houver, de acordo com o estabelecido pela Instituição Sede”. Entretanto, **somente as IAs dos Institutos Federais da Bahia e Paraná** ofertaram cotas para pessoas Trans no edital unificado do Exame Nacional de acesso (ENA) de 2022.

Por sua vez, o Regimento Interno de 2022, da IA IFPI – Campus Parnaíba, no seu artigo 23, caput, diz que: “**No caso das cotas, quando houver**, poderão concorrer os candidatos que obedeçam às regras sobre o tema, definidas em edital”. Doravante, no artigo Art. 24, caput e § 2º, do Regimento em comento, temos que: “**A admissão de discentes** ao ProfEPT se dá por meio do Exame Nacional de Acesso, previsto por edital de seleção, **que definirá regras** sobre inscrição e isenção da mesma e **características**, além de aplicação e correção do exame. § 2º A seleção dos discentes aprovados se dá pela classificação dos candidatos no Exame Nacional de Acesso, **consideradas separadamente as ofertas de vagas para cada IA**”.

Dado o exposto, percebe-se que há possibilidade de inclusão do grupo Trans na política de ação afirmativa e cotas, **condicionada à sinalização positiva da IA ofertante da vaga** destinada para essa modalidade de acesso no edital do ENA correspondente, a exemplo das IAs localizadas nos estados da Bahia e Paraná. Por se tratar de um Programa de âmbito nacional, compreende-se as especificidades de cada IA, suas políticas e organização, todavia, vislumbra-se, na abertura para a adesão à essa política, uma oportunidade de inclusão crucial para a mudança da realidade de parte dessa população marginalizada, bem como o aumento da diversidade no corpo discente do ProfEPT.

Assim, como docente e discente do ProfEPT/IFPI – Campus Parnaíba que assinam este documento, sugerimos o início da discussão dentro do programa, ou mesmo com apoio externo em Comissão própria, objetivando a inclusão de cotas para pessoas Trans no quadro de vagas reservadas para as ações afirmativas. Ademais, nessa oportunidade, colocamo-nos à disposição da Coordenação Local para participação de futuras reuniões sobre essa proposta, possível composição de uma Comissão específica e demais deliberações correlatas.

Respeitosamente,
Mestrando Rafael Martins de Meneses e Professor Rafael
Fernandes de Mesquita.

Documento Digitalizado Público

Texto do requerimento

Assunto: Texto do requerimento

Assinado por: Rafael Mesquita

Tipo do Documento: Requerimento

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Rafael Fernandes de Mesquita, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 01/08/2023 09:30:40.

Este documento foi armazenado no SUAP em 01/08/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 372401

Código de Autenticação: 0e8f77fc73



APÊNDICE – G - PORTARIA COMISSÃO DE COTAS PARA PESSOAS TRANS

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

PORTARIA 1171/2024 - GAB/REI/IFPI, de 9 de abril de 2024.

A REITORA SUBSTITUTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Processo nº 23054.000229/2023-19,

RESOLVE:

Designar os servidores **Rafael Fernandes de Mesquita**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, SIAPE nº 1682727, **Jeferson Luís Marinho de Carvalho**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, SIAPE nº 1481818, **Emanoela Moreira Maciel**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, SIAPE nº 1838264, **Márcio Aurélio Carvalho de Moraes**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, SIAPE nº 2305015, **Ana Keuly Luz Bezerra**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, SIAPE nº 2155232, **Clayton Robson Moreira da Silva**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, SIAPE nº 3007484, **Joselma Ferreira Lima e Silva**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, SIAPE nº 1787750, e **Rafael Martins de Meneses** (Discente - Matrícula: 20231PROFEPT0024), para, sob a presidência do primeiro, comporem grupo de discussões sobre oferta de cotas para pessoas não-cisgênero.

LARISSA SANTIAGO DE AMORIM

Reitora Substituta do IFPI

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Larissa Santiago de Amorim, REITOR(A)** - REI-SUB - REI-IFPI, em 09/04/2024 15:04:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/03/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 257126

Código de Autenticação: 21baa5b460



APÊNDICE - H - ATAS DAS REUNIÕES DA COMISSÃO



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí IFPI - CAMPUS AVANÇADO
DIRCEU ARCOVERDE
R. Dona Amélia Rubim, S/N, Renascença, TERESINA / PI, CEP
64.006-245 Fone: None Site: www.ifpi.edu.br

ATA 2/2024 - COCADM/CADIR/CATCE/IFPI

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE DISCUSSÕES SOBRE OFERTA DE COTAS PARA PESSOAS NÃO-CISGÊNERO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ, IFPI.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte quatro, teve início, às oito horas e dez minutos, a reunião com os membros do grupo de discussões sobre oferta de cotas para pessoas não-cisgênero, realizada de forma virtual, pelo Google Meet, com a seguinte pauta: apresentação e discussão da minuta para reformulação das normas relacionadas às ações afirmativas de cotas para pessoas não-cisgênero na pós-graduação do IFPI. Estiveram presentes os membros: Profa. Ana Keuly Luz Bezerra, Prof. Clayton Robson Moreira da Silva, Prof. Jeferson Luís Marinho de Carvalho, Profa. Joselma Ferreira Lima e Silva, Prof. Rafael Fernandes de Mesquita e o discente Rafael Martins de Meneses. Ausentes o Prof. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes e a Profa. Emanoela Moreira Maciel. O presidente Prof. Rafael Fernandes iniciou a reunião dando boas-vindas a todos os integrantes presentes, em seguida, repassou informações sobre a proposta do grupo e a minuta, produto educacional do seu orientando do ProfEPT-IFPI, Rafael Martins, ao qual concedeu a fala para apresentação da proposta. Em seguida, Rafael Martins iniciou sua fala cumprimentando os membros presentes, apresentou a proposta de minuta, mencionando que a iniciativa surgiu a partir do estudo de literatura para a produção de um artigo científico sobre pessoas Trans (travestis, Transexuais e Transgêneros) e Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Nesse trabalho, identificou-se que os Institutos Federais da Bahia (IFBA) e do Paraná (IFPR) apresentavam cotas para pessoas Trans na pós-graduação, inclusive com oferta de vagas reservadas para esse grupo no Exame Nacional de Acesso (ENA) para o ProfEPT de 2022. Prosseguiu a exposição indicando os princípios da EPT e embasamentos jurídicos que respaldam a reformulação proposta, bem como destacou as alterações textuais da Resolução CONSUP/IFPI nº 01/2020 e a Política de ações afirmativas do IFPI. O mestrando Rafael Martins mencionou que usou como base a resolução Resolução CONSUP/IFPR nº 36, de 01 de outubro de 2021, onde consta a desobrigação de heteroidentificação para candidaturas de pessoas Trans que

apresentem documentos que comprovem a retificação de nome e gênero, como carteira de identidade, CPF, carteira de nome social e outros documentos reconhecidos legalmente, assim, em conformidade com os requisitos da norma do IFPR, a proposta apresentada não prevê o processo de heteroidentificação. Encerrou a apresentação descrevendo o Anexo referente à autodeclaração para pessoas Trans concorrerem às vagas de cotas. Em ato contínuo, o Prof. Rafael Fernandes reiterou que a minuta de resolução trata-se de um produto educacional derivado da dissertação do mestrando Rafael Martins e facultou a palavras aos presentes para discutirem a proposta. O Prof. Jeferson Luís pediu a fala e questionou acerca da ausência do processo de heteroidentificação, pois ele, a seu ver, ampliaria o acesso de pessoas Trans que não possuem seus documentos retificados e se alinharia com os princípios de inclusão e acesso democrático da EPT, ao maximizar as possibilidades à população Trans, vulnerabilizada socialmente. Dando continuidade a discussão, o discente Rafael Martins menciona que a ausência da heteroidentificação se dá como estratégia de simplificação do trâmite de seleção e que a autodeclaração é um instrumento hábil para indicar a identidade de gênero das pessoas Trans. Por sua vez, o Prof. Clayton Robson solicita a fala e diz corroborar com os pontos expostos pelo Prof. Jeferson Luís e aponta a questão das pessoas não-binárias e sugeriu a consulta sobre o processo de inscrição e heteroidentificação de pessoas Trans em outras instituições que adotam cotas para essa comunidade. Seguindo com a fala, o mestrando Rafael Martins diz concordar com os posicionamentos anteriores, apesar de considerar que a restrição do público externo no último ENA e a inexistência de pessoas Trans no quadro funcional do IFPI dificulta ainda mais o acesso dessa população no ProfEPT, também menciona que é possível acrescentar mais informações sobre a retificação dos documentos e/ou carteira social no anexo de modelo da autodeclaração, assim como a menção da minuta do processo de heteroidentificação conforme outras resoluções vigentes em instituições de ensino superior, a ser apresentada na próxima reunião. O Prof. Rafael Fernandes consultou a disponibilidade de agenda dos membros do grupo para outra reunião, que ficou marcada para o dia doze de setembro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas. O presidente do grupo de discussão agradeceu a participação de todas as pessoas presentes e declarou encerrada a sessão às nove horas e dez minutos, e, lavrada a presente ata que, após lida, será assinada por todos os membros presentes.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Rafael Fernandes de Mesquita**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 09/09/2024 17:23:48. **Ana Keuly Luz Bezerra**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 09/09/2024 17:29:32.
- **Clayton Robson Moreira da Silva**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 09/09/2024 18:15:35. **Jeferson Luis Marinho de Carvalho**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 09/09/2024 19:26:09. **Joselma Ferreira Lima e Silva**, PROFESSOR ENS

Este documento foi emitido pelo SUAP em 09/09/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 290467



**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE DISCUSSÕES SOBRE OFERTA
DE COTAS PARA PESSOAS NÃO-CISGÊNERO DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ, IFPI.**

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte quatro, teve início, às nove horas e dez minutos, a reunião com os membros do grupo de discussões sobre oferta de cotas para pessoas não-cisgênero, realizada de forma virtual, pelo Google Meet, com a seguinte pauta: apresentação e discussão da minuta para reformulação das normas relacionadas às ações afirmativas de cotas para pessoas não-cisgênero na pós-graduação do IFPI. Estiveram presentes os membros: Profa. Ana Keuly Luz Bezerra, Prof. Clayton Robson Moreira da Silva, Prof. Jeferson Luís Marinho de Carvalho, Profa. Joselma Ferreira Lima e Silva, Prof. Rafael Fernandes de Mesquita e o discente Rafael Martins de Meneses. Ausentes o Prof. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes e a Profa. Emannela Moreira Maciel. O presidente Prof. Rafael Fernandes iniciou a reunião dando boas-vindas a todos os integrantes presentes, em seguida, concedeu a fala ao mestrando Rafael Martins, para apresentação da proposta. Rafael Martins iniciou sua fala cumprimentando os membros presentes, apresentou a proposta de minuta, com as alterações sugeridas na reunião anterior, incluindo um rol maior de documentos comprobatórios e indicação o processo de heteroidentificação para as candidaturas que por alguma razão não apresente os documentos de comprovação listados. Prosseguiu a exposição mencionando que a normativa alterada tem como base o Projeto de Lei que dispõe sobre reservas de vagas para pessoas Trans (travestis, transexuais e transgêneros) em concursos públicos, apresentado pela deputada federal Erika Hilton, primeira travesti negra eleita na câmara federal. Em ato contínuo, o Prof. Rafael Fernandes reiterou que a minuta de resolução trata-se de um produto educacional derivado de pesquisas das normativas de diversas instituições de ensino e faz parte do produto educacional da dissertação do mestrando Rafael Martins e facultou a palavras aos presentes para discutirem as alterações. O Prof. Jeferson Luís disse concordar com a nova proposta, pois se alinha com as discussões anteriores e aos princípios democráticos, ao deixar o processo mais abrangente e incluyente. Dando continuidade, o Prof. Clayton Robson anuiu com a proposta e disse estar de acordo. Seguindo com a fala, a Profa. Ana Keuly manifestou sua anuência com a minuta apresentada. Em seguida, a Profa. Joselma Ferreira anuiu com as alterações e comentou que a proposta atende às múltiplas situações e sana às limitações de documentações, ao deixar o processo mais amplo. O presidente do grupo de discussão, Prof. Rafael Fernandes, consultou a anuência dos membros e, tendo unanimidade na aprovação da minuta de resolução, agradeceu a participação de todas as pessoas presentes e declarou encerrada a sessão às nove horas e vinte e dois minutos, e, lavrada a presente ata que, após lida, será assinada por todos os membros presentes.

APÊNDICE - I - MINUTA DA RESOLUÇÃO DE COTAS PARA PESSOAS TRANS



Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
AV. JÂNIO QUADROS, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO NORMATIVA CONSUP/IFPI Nº ___, DE ___ DE _____ DE 2024

Altera a Resolução [CONSUP/IFPI nº 01/2020](#) e a Política de ações afirmativas para negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência (PCD) nos cursos de Pós-Graduação do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução nº 001, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de setembro de 2009, considerando o Processo nº _____ e deliberação em reunião do dia ___ de _____ de 2024, e ainda considerando:

- a) que as políticas de ações afirmativas no Brasil, compreendidas como medidas que têm como escopo a reparação ou compensação da desigualdade social e enfrentamento a preconceitos ou discriminações não são concessões do Estado, mas deveres que se extraem dos princípios constitucionais, incluindo o objetivo de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” e “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Incisos III e IV do Artigo 3º. da Constituição da República Federativa do Brasil), a igualdade material (Artigo 5º. Caput da Constituição da República Federativa do Brasil) e a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Artigo 206º., Inciso I, Constituição da República Federativa do Brasil);
- b) que o Instituto Federal do Piauí vem adotando, uma série de ações para a inclusão por meio da adoção de uma política de ações afirmativas. São reservadas 50% das vagas à inclusão social por sistema de cotas no IFPI para candidatos que tenham cursado todo o Ensino Fundamental e Médio em escolas da rede pública de ensino.
- c) que essa política de ações afirmativas e reserva de vagas vem sendo adotada para os cursos de graduação, definida na Lei 12.711/2012 e regulamentada pelo Decreto 7.824 de 11 de outubro de 2012, que explicitamente coloca em seu Art. 5º, § 3º, que “as instituições federais de educação poderão, por meio de políticas específicas de ações afirmativas, instituir reservas de vagas suplementares ou de outra modalidade”, respeitando assim um

princípio constitucional mais amplo que assegura que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Artigo 207, caput, Constituição da República Federativa do Brasil);

d) que o ingresso no Serviço Público Federal para exercer cargos profissionais também passou a obedecer, nos termos da Lei 12.990/2014, uma reserva de 20% (vinte por cento) das vagas aos/às negros/as, sugerindo fortemente que a adoção de políticas de ações afirmativas no nível da graduação não é suficiente para reparar ou compensar efetivamente as desigualdades sociais resultantes de passivos históricos ou atitudes discriminatórias atuais;

e) que a admissão de discentes para os cursos de pós-graduação deve, sem prejuízo da qualidade acadêmica e científica, atender ao mandamento estatutário da democratização da educação no que se refere à igualdade de oportunidade de acesso e condição para a permanência – e com a socialização de seus benefícios;

f) que diversos programas de Pós-Graduação do IFPI se beneficiariam academicamente da adoção de uma política de inclusão, aumentando a diversidade étnica e cultural em seu corpo discente, entendendo-se que esses benefícios poderiam ser expandidos a todos os programas do IFPI ao ampliar, de forma explícita e institucional, sua inserção social, conforme diretrizes das diferentes Áreas de Avaliação da CAPES;

g) que outros Institutos Federais no Brasil já vêm adotando, há alguns anos, reserva de vagas para pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros) e outras políticas de ações afirmativas em alguns de seus cursos de Pós- Graduação; obedecendo à PORTARIA NORMATIVA No. 13, DE 11 DE MAIO DE 2016, que dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. Esse contexto, cria demandas por uma maior qualificação profissional e acadêmica, sendo importante que haja, portanto, continuidade de políticas e ações no nível da pós-graduação, uma vez que, em muitos casos, as ações afirmativas na graduação podem não ter sido suficientes para compensar integralmente as desigualdades;

h) a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;

i) a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Superior (CNE/CES) nº 07, de 11 de dezembro de 2017, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de Pós-graduação stricto sensu;

j) a Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de Pós-graduação lato sensu;

k) a Portaria nº13 de 11 de maio de 2016, da Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), que dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação e dá outras providências;

l) a necessidade de desenvolver atividades de Pós-Graduação de acordo com os princípios e finalidades da Educação Profissional e Tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

m) a constitucionalidade da política de cotas (reserva de vagas) étnico-raciais no ensino superior, mediante posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF), cuja decisão

consignada na ADPF nº 186/2014 determina: a) que as Ações Afirmativas são Constitucionais; b) que a Autodeclaração é Constitucional; c) que criar comissões para averiguar e evitar fraudes é Constitucional.

RESOLVE:

Art. 1º A [Resolução Normativa CONSUP/IFPI nº 01/2020](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Aprovar a política de ações afirmativas para a inclusão e a permanência da população negra (pretos e pardos), indígenas, pessoas com deficiência (PCD) e pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis) nos cursos de Pós-Graduação do Instituto Federal do Piauí - IFPI.”

Art. 2º A [política de ações afirmativas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência \(PCD\) na pós-graduação do IFPI](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Consideram-se negros (incluindo pretos e pardos), indígenas, conforme os quesitos cor, raça e etnia utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros), para os fins desta Resolução, os candidatos que se autodeclararem como tal, em documento de autodeclaração preenchido no ato da inscrição no processo seletivo.

(...)

§ 3º No caso de candidatura de pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros), é preciso apresentar os documentos que comprovem a retificação de nome civil e gênero (certidão de nascimento de inteiro teor ou número de protocolo do processo administrativo para retificação ou documento emitido pelo cartório onde foi realizada a retificação) e/ou apresentação de documentos com nome social (carteira de nome social, carteira de identidade profissional, crachás, carteira de estudante, cartão do vale transporte, CNH, Cartão Nacional de Saúde, entre outros), bem como quaisquer outros documentos que comprovem o uso de nome social de acordo com a legislação vigente no âmbito federal, estadual e/ou municipal. Na ausência desses documentos comprobatórios, as candidaturas deverão ser analisadas e validadas por comissão de heteroidentificação institucional, formadas por especialistas na temática.”

(...)

“Art. 4º O número de vagas oferecidas em cada processo seletivo será fixado no edital, observando-se, em qualquer caso, que pelo menos 20% (vinte por cento) das vagas serão reservadas para pretos, pardos, indígenas e pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros), dentre as vagas devem ser destinada, no mínimo, 1 (uma) vaga por categoria, conforme a disponibilidade do seletivo e a realidade local.

1§ 1º Os candidatos pretos, pardos, indígenas e pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros) concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo.

§ 2º Os candidatos pretos, pardos, indígenas ou pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros) classificados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

§ 3º Em caso de desistência de candidato preto, pardo, indígena ou pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros) aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato preto, pardo, indígena ou pessoa trans posteriormente classificado.

§ 4º Na hipótese de não haver candidatos pretos, pardos, indígenas ou pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros) aprovados em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência, sendo preenchidas pelos demais candidatos aprovados observada a ordem de classificação.”

(...)

“Art. 7º Os candidatos à reserva de vaga farão sua opção no período da inscrição conforme edital do processo seletivo ou utilizando formulário (ANEXO I, ANEXO II ou ANEXO IV) e indicando a modalidade de reserva de vagas.”

(...)

“Art. 12 O Colegiado ou órgão compatível de cada programa de pós-graduação e cada curso de pós-graduação lato sensu será responsável pela implementação e acompanhamento da política de ação afirmativa.

§ 3º Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPEGES) de cada Campi caberá dar o suporte necessário aos colegiados na tarefa de que trata o caput.”

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO IV

EDITAL _____ N.º _____ DE ____ DE _____ DE _____

AUTODECLARAÇÃO PESSOAS TRANS (TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS)

À Comissão Organizadora do Processo Seletivo regido pelo Edital nº _____ para _____ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

Nome:	
Nº de Inscrição:	RG:
CPF:	Vaga Pretendida:
E-mail:	Telefone:

Declaro que sou uma pessoa trans (travesti, transexual e transgênero), para o fim específico de atender ao Item ____ do Edital _____ N.º _____, bem como estou ciente de que se for detectada falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste Processo Seletivo, em qualquer fase, e de anulação de minha matrícula caso tenha sido realizada matrícula após procedimento regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá na pena criminal do art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente ao registro acadêmico, em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de meu registro no Instituto Federal do Piauí, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (art. 9º, Portaria Normativa MEC nº 18/2012).

_____, ____ de _____ de ____.
(cidade/estado) (dia) (mês) (ano)

Assinatura da pessoa candidata à vaga reservada

APÊNDICE - J - ARTIGO CIENTÍFICO

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 18 | Nº 54 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.13161584>

LAS PERSONAS TRANS Y LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA: UNA REVISIÓN NARRATIVA DE LA LITERATURA

Rafael Martins de Meneses¹

Rafael Fernandes de Mesquita²

Resumen

Los conceptos de Educación Profesional y Tecnológica y los conceptos involucrados con Travestis, Transexuales y Transgéneros necesitan ser socializados en espacios educativos formales y no formales, dado que la transfobia es recurrente en Brasil. Esta investigación pretende responder a la pregunta de cómo están las producciones académicas que abordan la temática Trans en el ámbito de la Educación Profesional y Tecnológica. Así, el objetivo de este estudio es analizar la producción científica sobre la Educación Profesional y Tecnológica y las personas trans de 2018 a 2023. Se utilizó una metodología cualitativa de revisión narrativa de la para desarrollar análisis actualizados de los temas, utilizando la base de datos Google Scholar e el protocolo PRISMA 2020. En las discusiones de los textos seleccionados se encontraron las categorías Formación Integral, Mundo del Trabajo, Nombre Social y Transfobia. Dado lo anterior, se observa que las publicaciones sobre el tema de la Educación Profesional y Tecnológica y las personas trans estimulan la vinculación con una praxis más humana e integral en los procesos de formación e integración al mundo del trabajo. Entre los hallazgos, algunas propuestas apuntan a la relevancia y emergencia de estos estudios en la búsqueda de la continuidad del desarrollo de la Educación Profesional y Tecnológica y de la inclusión exitosa de las personas trans en la sociedad brasileña.

Palavras-chave: Educación Profesional y Tecnológica; Personas Trans; Revisión Narrativa de la Literatura; Trabajo; Transfobia.

Abstract

The concepts of Professional and Technological Education and the concepts involved with Transvestites, Transsexuals and Transgender people need to be socialized in the spaces of education, formal and non-formal, considering that in Brazil transphobia is recurrent. This research intends to answer how are the academic productions that address Trans issues in the field of Professional and Technological Education. Thus, the objective of this work is to analyze the scientific productions on Professional and Technological Education and Trans people in the years 2018 to 2023. A qualitative methodology of narrative literature review was used for the development of updated analyzes on the themes, the Google Scholar database was adopted and the PRISMA 2020 protocol. The categories Integral Formation, World of Work, Social Name and Transphobia were found in the discussions of the selected texts. Given the above, it can be seen that the publications with the theme of Professional and Technological Education and Trans people stimulate articulations for a more human and integral praxis in the processes of education and insertion in the world of work. Among the findings, some proposals direct to the relevance and emergence of these studies in the search for the continued development of Professional and Technological Education and the successful insertion of transgender people in Brazilian society.

Keywords: Narrative Literature Review; Professional and Technological Education; Transphobia; Trans People; Work.

¹ Estudiante de maestría en Educación Profesional y Tecnológica en el Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). E-mail: rafaelmartins@ufpi.edu.br

² Profesor del Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Doctor en Administración por la Universidad Potiguar (UNP). E-mail: rafael.fernandes@ifpi.edu.br

INTRODUCCIÓN

Los conceptos de Educación Profesional y Tecnológica (EPT) y los conceptos involucrados con Travestis, Transexuales y Transgéneros (Trans) necesitan ser socializados en espacios educativos formales y no formales, dado que la transfobia es recurrente en Brasil (BENEVIDES, 2023). Por lo tanto, es pertinente preguntarse cómo las producciones académicas están abordando las cuestiones trans en los ámbitos educativos, especialmente en el campo de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT), ya que ésta tiene un vínculo íntimo con el ejercicio de las profesiones y con la inserción de los graduados en el mundo del trabajo a través de la formación integral (CIAVATTA, 2014).

Teniendo esto en cuenta, el problema de esta investigación es: ¿cómo se caracteriza la investigación académica brasileña sobre EPT y personas trans? El objetivo de este estudio es analizar la producción científica sobre EPT y personas trans de 2018 a 2023. La justificación de este planteamiento se fundamenta en la necesidad de una mayor inclusión y difusión de estos temas en las plataformas de socialización académica, dentro de las instituciones educativas y otros espacios donde efectivamente se manifiestan estos estudios.

Temas como el uso de los nombres sociales y el uso de los baños en las instituciones educativas son aún poco discutidos en las aulas y otros espacios de formación educativa. Existen muchas lagunas en los procesos de solicitud del nombre social, desde el normativo hasta el de gestión. Con relación a los baños, las personas trans pasan vergüenza diariamente en Brasil debido a la falta de respeto a sus identidades de género, lo que causa daños psicológicos y físicos, dada la privación de necesidades básicas y fisiológicas debido a la exclusión social.

Se utilizó una metodología cualitativa de revisión narrativa de la literatura para desarrollar análisis actualizados de los temas, utilizando la base de datos Google Scholar. Las categorías Formación Integral, Mundo del Trabajo, Nombre Social y Transfobia fueron encontradas en las discusiones de los textos seleccionados, se seleccionaron 10 (diez) trabajos sobre personas trans y EPT, escritos por 15 (quince) autoras/es. De esta forma, el análisis cualitativo básico es compatible con la investigación de revisión bibliográfica, ya que es un método con flexibilidad para encontrar patrones y significados relacionados con el problema que desencadenó la investigación.

En el año 2020 no se identificó ningún estudio, mientras que en 2021 se alcanzó el máximo de producción durante el período, con un total de cuatro (4) estudios. Tanto 2019 como 2023 cuentan con una publicación cada uno. Es importante señalar que los datos de 2023 abarcan únicamente los primeros seis (6) meses del año, dejando un vacío en los meses siguientes que podría ser llenado en futuras revisiones bibliográficas.

Se observa que las publicaciones sobre el tema de la Educación Profesional y Tecnológica y las personas trans estimulan la vinculación con una praxis más humana e integral en los procesos de formación e integración al mundo del trabajo. Entre los hallazgos, algunas propuestas apuntan a la relevancia y emergencia de estos estudios en la búsqueda de la continuidad del desarrollo de la Educación Profesional y Tecnológica y de la inclusión exitosa de las personas trans en la sociedad brasileña.

A través de la revisión narrativa de la literatura, se logró examinar las producciones académicas vinculadas a los temas y clasificar los datos recopilados. Entre los resultados, se identificaron varias direcciones que destacan la importancia y el surgimiento de estos estudios para continuar el desarrollo de la EPT y asegurar la inclusión exitosa de las personas trans en la sociedad brasileña.

MARCO TEÓRICO

El 23 de septiembre de 1909, en el Decreto nº 7.566, Nilo Peçanha propuso la enseñanza profesional en Brasil para los "desfavorecidos de fortuna", anclada en la intención de reducir los índices de criminalidad y ociosidad en las capitales (BRASIL, 1909). En este escenario, Marise Ramos (2014) señala la mayor focalización del Estado brasileño en la educación profesional, especialmente industrial, como parte de la planificación estratégica, que culminó con el Decreto 47038, de 16 de noviembre de 1959, que incorporó las Escuelas Técnicas a la red federal de enseñanza técnica, todas ellas transformadas en 1994 en los Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Luego, con el advenimiento de la Ley nº 11.892, del 29 de diciembre de 2008, se estableció la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica, con la creación de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología, instituciones de enseñanza básica, profesional y superior, multicampus y multicurriculares. En el ámbito estatal, el Programa Brasil Profesionalizado, establecido por el Decreto nº 6.302, del 12 de diciembre de 2007, se centra en los sistemas educativos de las entidades federadas, proporcionando apoyo para la implantación de la educación profesional y tecnológica (EPT) integrada a la enseñanza media.

Esta ley añadió una nueva dimensión a la discusión sobre lo que es la EPT y la fortaleció, la ley define como EPT los cursos de educación superior en tecnología, pregrado, licenciatura e ingeniería, así como los cursos de posgrado lato sensu de perfeccionamiento y especialización y los cursos de posgrado stricto sensu de maestría y doctorado, cubriendo así todos los niveles de la educación nacional (PEREIRA, 2022).

A nivel global, los procesos de formación de personal calificado en el ámbito de la educación profesional se desarrollan sobre la base de tecnologías pedagógicas modernas y proyectos educativos actuales (CAMPOS; PÉREZ, 2022; OCDE; ITAÚ SOCIAL, 2021). Es fundamental mejorar la calidad de la formación de especialistas competitivos, adaptando los requisitos de cualificación profesional nacional de los países a los estándares internacionales (MANSURJONOVICH; DAVRONOVICH, 2023).

Sobre este punto, las investigaciones indican la influencia positiva de la EPT en las trayectorias de sus alumnos: los alumnos que concluyeron la EPT tienden a tener mejor capacidad de lectura en las evaluaciones (OCDE; ITAÚ SOCIAL, 2021); a tener salarios 20% (veinte por ciento) más altos en comparación con los que concluyeron la educación regular (ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO, 2021); a conseguir vacantes en empleos de mejor calidad, con 77% (setenta y siete por ciento) de alumnos o graduados con buena inserción en el mundo del trabajo y en áreas económicas de mayor valor agregado (REGO; ROSAS; PRADO, 2021). Sin embargo, la importancia de los cursos técnicos y tecnológicos para la formación profesional y personal de los individuos y para el progreso de la nación es una realidad indiscutible (PEREIRA, 2022; BERNABÉ, 2022).

La EPT, que hunde sus raíces en los ideales gramscianos de la escuela unitaria y basa sus concepciones en los supuestos teóricos que defienden una educación omnilateral o politécnica, puede entenderse como otro campo de producción de conocimiento que también busca promover reflexiones sociales (SILVA; OLIVEIRA-NUNES; MARISA-DANTAS, 2021). Son sus objetivos establecer una opción que contemple una formación pluralista en términos teóricos, epistemológicos y metodológicos, con el foco de desarrollar en los futuros profesionales competencias para reconocer, enfrentar y articular las polaridades, discontinuidades y tensiones que caracterizan el conocimiento actual y, por extensión, la práctica profesional (CAMPOS; PÉREZ, 2022). Se trata de una formación orientada a promover el desarrollo de un sujeto autónomo, capacitado para contextualizar, concretar y comprender la complejidad del ser humano y su entorno, y que sea capaz de asumir la responsabilidad de su propio desarrollo y el de la comunidad a la que pertenece, con un enfoque ético y social (PEREIRA, 2022; BERNABÉ, 2022; CAMPOS PÉREZ, 2022).

Según datos del Censo Multisectorial, elaborado por Gestão Káiros (2022), en un estudio realizado a 26.619 profesionales, los resultados de la fuerza laboral muestran que el 99,6% de las personas se declararon cisgénero y el 0,4% se declararon mujeres Trans (0,3%) u hombres Trans (0,1%). Esta estadística, sumada a los datos de 2019 de la encuesta de perfil socioeconómico de estudiantes de pregrado, donde solo el 0,2% de los estudiantes de pregrado se declaró Trans (ANDIFES, 2019), refleja la problemática de la participación de este segmento en el mundo laboral y en la educación formal.

Por lo tanto, la implementación de políticas de acción afirmativa en la educación para las personas trans es una herramienta importante para reparar este *modus operandi*, ya que el avance socioeconómico a través de la educación universitaria es una ganancia fundamental para esta población, especialmente teniendo en cuenta que en su mayoría son desempleados o informales, e incluso pueden estar sin hogar (TODXS, 2020).

Además, sobre la transfobia en el mercado laboral Cockayne (2024) explora cómo la hegemonía sexual influye y moldea las prácticas económicas y las relaciones laborales, especialmente para las personas Trans. La transfobia en el lugar de trabajo conduce a la marginación y exclusión (JOHNSON; OTTO, 2022), provocando diferencias salariales significativas en comparación con colegas cisgénero. La falta de políticas y prácticas que apoyen la inclusión y protección de trabajadores trans contribuye a mantener barreras significativas al acceso a empleos de calidad y a la progresión en la carrera profesional (COCKAYNE, 2024).

La protección insuficiente contra la discriminación y la aceptación social en el trabajo también son factores que afectan las experiencias laborales de las personas no cisgénero, quienes necesitan buscar seguridad emocional (MILLS; OSWIN, 2024). Cabe destacar la interseccionalidad entre raza, clase e identidad de género, lo que resulta en marginalizaciones específicas enfrentadas por trabajadores Trans de color (MCENTARFER; RICE, 2024), subrayando las complejidades adicionales que estos grupos pueden enfrentar.

Baptista, Costa y Gonçalves (2023) ofrecen un análisis comparativo de las disparidades en el empleo, la precariedad y el trabajo decente entre personas Trans y cis en Portugal. Aunque la aceptación social de las personas Trans ha avanzado, la discriminación sigue siendo prevalente en los entornos profesionales. La investigación enfatiza la necesidad de eliminar la discriminación para garantizar la inclusión de todas las personas y examina la interconexión entre la precariedad y la identidad de género, considerando la literatura que sugiere altos niveles de desempleo entre personas trans (BAPTISTA; COSTA; GONÇALVES, 2023; COCKAYNE, 2024; MILLS; OSWIN, 2024; MCENTARFER; RICE, 2024). En la misma línea, Carolina Johnson y Kathleen Otto (2022) destacan la importancia de reducir los prejuicios de la cisgeneridad y abordar las tareas ilegítimas (actividades que violan las expectativas aceptables de los empleados) como obstáculos a la igualdad trans en el lugar de trabajo.

Por su parte, Thoroughgood, Sawyer y Webster (2020) afirman que las personas Trans frecuentemente enfrentan estigma y discriminación, hostilidad de otros empleados y presión para "gestionar" sus identidades en entornos sociales, incluido el lugar de trabajo. Estas experiencias transfóbicas pueden desencadenar una serie de respuestas psicológicas que tienen consecuencias devastadoras para la satisfacción laboral, las intenciones de rotación y el bienestar emocional de los

individuos Trans (THOROUGHGOOD; SAWYER; WEBSTER, 2020; BAPTISTA; COSTA; GONÇALVES, 2023; COCKAYNE, 2024; MILLS; OSWIN, 2024; MCENTARFER; RICE, 2024; JOHNSON; OTTO, 2022).

Las personas trans siguen enfrentando altos niveles de exclusión sociolaboral (MESQUITA, 2019) y, a pesar de ello, son pocos los estudios que examinan esta cuestión desde la perspectiva de las medidas y acciones políticas implementadas (HERNÁNDEZ-MELIÁN, 2023; MONTEIRO; MESQUITA; MATOS, 2023). La mayoría del grupo Trans brasileño no logra completar la educación secundaria y básica, y la transfobia es una de las principales causas de deserción (UFSC, 2019). Desde esta perspectiva, Luma Andrade (2012) postula una expulsión transfóbica velada, sin una formalidad institucional, de alguna manera, hay deserción subjetiva, los estudiantes Trans no se sienten bienvenidos en las instituciones educativas (HORTON, 2023). Brasil es el país que más personas trans mata en el mundo desde hace 14 años consecutivos, según el dossier 2023 sobre violencia y asesinatos de la Asociación Nacional de Travestis y Transexuales (ANTRA), organizado por Bruna Benevides (BENEVIDES, 2023).

Por los escritos de Senhoras y Senhoras (2021) también se puede observar cuando el contexto brasileño se inserta internacionalmente, que es la nación más letal para la población de travestis y transexuales. Por lo tanto, discutir las demandas de los estudiantes y profesionales trans es un reto y una necesidad para la sociedad. La inclusión de personas Trans en el mundo del trabajo depende necesariamente de la oportunidad que se dé a cada individuo para desarrollar su formación educativa (KEENAN, 2022). Esto sólo es posible con el esfuerzo de directivos, profesores y personal técnico-administrativo en la realización de acciones que favorezcan su integración y les animen a permanecer en el entorno enseñanza (MARTINO; KASSEN; OMERCAJIC, 2022; HORTON, 2023; DRURY *et al.*, 2023).

Por ello, es pertinente traer a colación algunas nociones analíticas importantes, como el concepto de Identidad de Género. Este concepto se entiende como la vivencia interna e individualmente sentida del género de cada persona, se corresponda o no con el sexo asignado al nacer, desde cambios en la apariencia o función corporal hasta otras expresiones de género (DHNET, 2007). Todas las personas tienen una identidad de género, las diferenciaciones se basan en si aceptan o no las imposiciones de masculino/femenino asignadas al nacer, por motivos biológicos (MENESES, 2022). Cisgénero es la persona que se siente perteneciente a esta atribución y Trans es la comunidad que se siente diferente a esta convención social (ETXEBARRIA-PEREZ-DE-NANCLARES *et al.*, 2023; HORTON, 2023).

Viviane Vergueiro (2015) y Letícia Nascimento (2021) señalan que, debido a su

naturalización, la cisgeneridad es incuestionable y, en consecuencia, inhibe todas y cada una de las manifestaciones

contrarias a sus determinaciones. En este escenario, la transfobia se fortalece frente a las experiencias e intereses transgénero. Estos movimientos opresivos también afectan a los espacios educativos, incluidos aquellos en los que se aplica la EPT. Personas con identidades sexuales y de género disidentes, debido a que son considerados un grupo minoritario dentro del sistema educativo, teniendo que luchar constantemente por derechos y garantías, así como por una mayor representatividad para ganar espacios sociales de inclusión y respeto (OLIVEIRA; NÓBREGA, 2023).

Aquí vemos una brecha crucial para la inclusión de estas personas: ¿cómo crear una EPT acogedora de las diferencias Trans frente a la transfobia estructural de la educación brasileña organizada en secuencias progresivas? Porque para acceder a la enseñanza superior es necesario haber terminado la enseñanza media, que tiene como requisito la enseñanza básica (ARAÚJO, 2018). Así, la cifra de 0,2% de estudiantes Trans en instituciones de educación superior en 2019 (ANDIFES, 2019), expone la gran retención de esta comunidad durante su escolaridad y consecuente dificultad de acceso al mundo laboral más competitivo y exigente (GESTÃO KÁIROS, 2022), con fuertes estereotipos de género, velados y presentes en diversos frentes (BRAGA; SANTOS, 2024; MESQUITA *et al.*, 2023).

MÉTODOS

278

En la investigación científica, el método debe ser adecuado al objeto de investigación, contener fundamentos teóricos para el análisis y ser operativamente viable (MINAYO; SANTOS, 2019). De esta forma, la revisión bibliográfica narrativa surge para auxiliar en los procesos analíticos de publicaciones académicas que abordan temas comunes, utilizando descripciones analíticas para formar cuadros holísticos de los fenómenos (MORAES; DIAS; OLIVEIRA, 2023) y, así, destacar las particularidades de sus narrativas (ANDRADE *et al.*, 2024). En esta investigación el análisis será sobre Personas Trans y EPT.

En esta revisión bibliográfica descriptiva narrativa, se utilizaron los pasos delineados por Genário dos Santos, Maria Coelho y Sérgio Fernandes (2020), a saber: 1 - definición y elección del tema, objetivos y problema; 2 - búsqueda de trabajos en la literatura, con parámetros de inclusión y exclusión; 3 - caracterización y evaluación de los estudios incluidos en los resultados; 4 - definición de criterios de categorización de los hallazgos; 5 - discusión de los resultados.

La base de datos elegida fue Google Scholar, debido a su amplitud y acceso público abierto, característica que facilita la indexación de la mayoría de las producciones académicas brasileñas, especialmente las del área de Educación y Enseñanza. Karla do Nascimento, Lia Fialho y Cristine

Brandenburg (2021) señalan que los índices de las plataformas *Web of Science* y *Scopus*, a pesar de su relevancia debido a su cuidadosa selección, sólo consideran sus bases para establecer parámetros de mantenimiento de las revistas y no son accesibles a la mayoría de las revistas brasileñas. Después de definir Google Scholar como base de datos, se realizó una búsqueda utilizando los operadores booleanos de adición "and" y eliminación "-" y el marco temporal de 2018 a junio de 2023 (fecha correspondiente al día en que se realizó la investigación) para refinar los resultados. La estrategia de búsqueda utilizada fue: "Personas Trans" y "educación profesional" -SUS, la supresión del término "SUS" se debe a la importante cantidad de trabajos en el área de la salud relacionados con las personas Trans y el Sistema Único de Salud (SUS).

Una vez realizada la búsqueda, se evaluó individualmente la información básica (título, resumen, año, autor, lugar de publicación) de los estudios encontrados, con base en los criterios de inclusión y exclusión propuestos. El proceso de selección de publicaciones para la revisión bibliográfica narrativa se llevó a cabo de acuerdo con las recomendaciones contenidas en la declaración PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analyses*) de 2020 (PAGE *et al.*, 2021). Los temas PRISMA utilizados fueron: 1) identificación, 2) selección, 3) elegibilidad y 4) inclusión (TRICCO *et al.*, 2018; PAGE *et al.*, 2021), mostrados en detalle en la Figura 1.

Los datos se extrajeron e incluyeron cuando se ajustaban a los objetivos y al problema de investigación de este estudio. Para ello, se utilizó un formulario de extracción de datos (Cuadro 1), en formato de hoja del *software Microsoft Excel®* (versión 2405). Este formulario se inspiró en el modelo del *Joanna Briggs Institute* (JBI) aplicable a las revisiones bibliográficas (AROMATARIS; MUNN, 2020) y fue adaptado por los autores. Estos datos fueron sometidos a dos revisiones independientes por diferentes personas para reducir las posibilidades de errores y sesgos. Además, se utilizaron los JBI Levels of Evidence para comprobar el nivel de evidencia de los estudios incluidos: Nivel 1 - Revisión sistemática cualitativa o de métodos mixtos; Nivel 2 - Síntesis cualitativa o de métodos mixtos; Nivel 3 - Estudio cualitativo único; Nivel 4 - Revisión sistemática de opinión de expertos; Nivel 5 - Opinión de especialistas (JBI, 2013).

A continuación, se adoptaron los siguientes criterios de inclusión: trabajos escritos en portugués; investigaciones publicadas entre 2018 y abril de 2023; trabajos completos y gratuitos; relación directa con los términos de búsqueda. Los criterios de exclusión fueron: trabajos en idioma extranjero; trabajos incompletos; libros; publicaciones en capítulos de libros; tangencia o evasión de los temas investigados, como investigaciones con alcance temático en la comunidad LGBTQIA+ (Lesbianas, Gays, Bisexuales, Travestis, Transexuales, Transgéneros, Queers, Intersexuales, Asexuales y otras disidencias de género y sexualidad), corte mayor que el alcance establecido para esta investigación.

Una vez seleccionados y leídos los artículos, pasamos a analizar la información encontrada, como se muestra en la Cuadro 1.

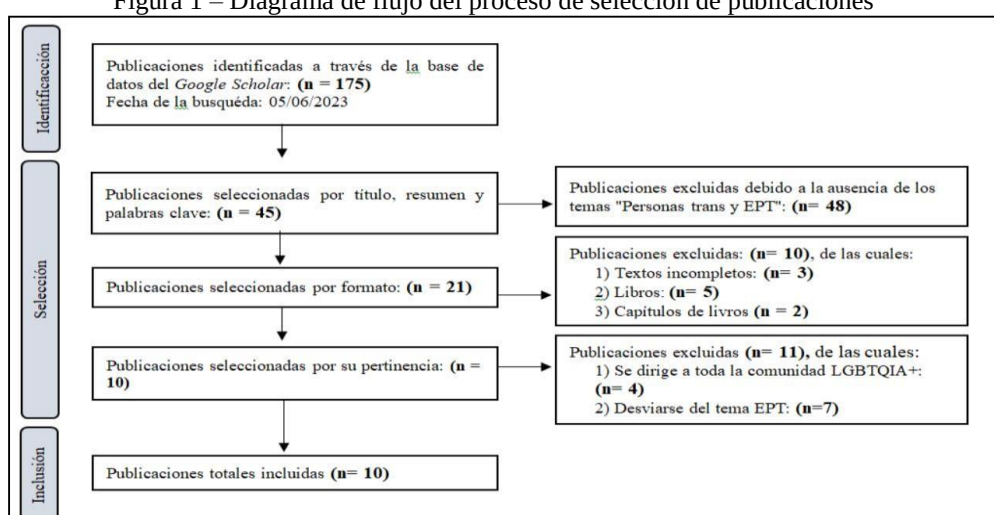
Tabla 1 - Formulario de extracción de datos

Elemento	Acción
Título de la publicación	Identifique el título de la publicación.
Tipo de estudio	Indique si se trata de un artículo, un trabajo de fin de carrera, una tesina o una tesis.
Año de publicación	Identifique el año de publicación.
Título	Indique el título de los autores del estudio.
Género	Identifique el sexo de los autores del estudio.
Vinculación	Identifique los vínculos institucionales de los autores del estudio.
Lugar de publicación	Indique dónde se publicó el estudio: nombre de la revista, repositorio, periódico, etc.
Tipo de investigación	Identifique el tipo de investigación descrita por el autor.
Nivel de evidencia	Evalúe según los Niveles de Evidencia del JBI.
Resultados	Describa los principales resultados del estudio.
Lagunas	Indique posibles lagunas en el estudio.

Fuente: Elaboración propia.

En esta fase se identificó la repetición de términos en los títulos, por lo que se elaboró un radar de palabras (Gráfico 1) que muestra la incidencia de estas apariciones. De acuerdo con la representación de la Figura 1, se realizó una búsqueda de las publicaciones analizadas en esta revisión bibliográfica narrativa. Tras el proceso de búsqueda filtrada en Google Scholar, se encontraron previamente 175 (ciento setenta y cinco) publicaciones. Al inicio del proceso de cribado, se seleccionaron 45 (cuarenta y cinco) trabajos por título, resumen y palabras clave. A continuación, 21 (veintiún) estudios cumplían los criterios de inclusión en cuanto al formato. Por último, tras una lectura atenta, se seleccionaron 10 (diez) trabajos sobre personas trans y EPT, escritos por 15 (quince) autoras/es.

Figura 1 – Diagrama de flujo del proceso de selección de publicaciones



Fuente: Elaboración propia.

Para analizar los datos cuantitativos se utilizó estadística descriptiva simple (frecuencias relativas y absolutas), mediante el *software Microsoft Excel®* (versión 2405). El contenido de los artículos seleccionados se analizó categorizando el contenido de los textos. Las categorías se elaboraron a posteriori, tras sucesivas lecturas e identificación de temas recurrentes.

Según Pollock *et al.* (2023), el contenido cualitativo de las revisiones puede utilizar el abordaje básico, con organización previa del contenido, categorización de los resultados y posterior elaboración de una síntesis de los resultados mapeados. De esta forma, el análisis cualitativo básico es compatible con la investigación de revisión bibliográfica, ya que es un método con flexibilidad para encontrar patrones y significados relacionados con el problema que desencadenó la investigación.

RESULTADOS

La Tabla 2 muestra algunas de las informaciones mapeadas: títulos, autoría, año de publicación, lugar de publicación, tipo de investigación y nivel de evidencia, en orden cronológico ascendente. En 2020 no se encontró ningún estudio, mientras que en 2021 se registró el pico de producción en el período, con un total de cuatro (4) estudios. 2019 y 2023 tienen una publicación cada uno. Cabe destacar que los datos de 2023 se limitan a los seis (6) primeros meses del año, existiendo un vacío en los meses posteriores, que podrá ser actualizado en futuras revisiones bibliográficas.

Cuadro 2 - Datos de los textos seleccionados

Título	Autoría	Año	Publicación / tipo de investigación / nivel de evidencia / n° citaciones
1 - Transexualidade no Ensino Médio: desafios e possibilidades	Gláucia Xavier	2019	CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE / Investigación cualitativa / Nivel 3 / 3
2 - Precariedade e informalidade: uma perspectiva sobre a empregabilidade trans no Brasil	Eloisa Folle	2021	REPOSITÓRIO UFRGS / Investigación bibliográfica / Nivel 2 / 2
3 - O nome social como fator de inclusão de estudantes transexuais e travestis na EPT	Maria Conopca; Maria Ferreira; Octavio Junior	2018	BAGOAS / Investigación documental / Nivel 2 / 1
4 - Programa de Inclusão e Diversidade do Senac São Paulo: identidade de gênero e educação profissional e tecnológica	Daniel Camargo	2021	REVISTA BRASILEIRA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA / Investigación cualitativa / Nivel 3 / 1
5 - O enfrentamento à transfobia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-Campus Belém: percepções sobre a Resolução 363/2017 CONSUP	Natália Cavalcanti; Jéssica Silva	2022	VÉRTICES / Investigación cualitativa e cuantitativa / Nivel 3 / 1
6 - A Teoria Queer no combate à transfobia escolar: contribuições da Educação Profissional na	Rafaela Amorim; Fábio Santos	2022	CONFLUENZE / Investigación sobre el Estado del conocimiento / Nivel 1 / 1

7 - “Me chame pelo meu nome, me deixa mais feliz”: etnografia sobre jovens travesti e homem trans no cotidiano escolar a partir da política do nome social	Sol Lima	2 0 2 3	REPOSITÓRIO UNILAB / Investigación etnográfica / Nivel 3 0
8 - O papel da Educação Corporativa na inclusão de pessoas transgêneras nas organizações	Samuel Ramos Neto	2 0 1 8	REPOSITÓRIO SENAC / Investigación bibliográfica / Nivel 2 / 0
9 - A biografia de uma professora transexual em Brasilândia/MS: diálogos formativos e percursos sobre a diversidade sexual	Hélida Rodrigues deLima Carlos	2 0 2 1	REPOSITÓRIO UFMS / Investigación biográfica / Nivel 3 / 0
10 - Transfobia na educação: os desafios de estudantes transgênero feminino	Érika Albuquerque; Elenilce Oliveira	2 0 2 1	RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT / Investigación cualitativa / Nivel 3 / 0

Fuente: Elaboración propia.

Se observa que la mayoría de los trabajos son artículos científicos publicados en revistas indexadas. Hay 3 (tres) monografías escritas por Sol Lima (2023), Eloise Folle (2021) y Samuel Ramos Neto (2018) y una disertación de Hélida Lima (2021). Esto demuestra la importancia de las revistas científicas para la circulación de las producciones académicas, totalizando el 64% de las publicaciones.

En cuanto al nivel de evidencia: 60% de los estudios fueron clasificados como estudios cualitativos individuales con nivel de evidencia 3; las publicaciones consideradas como síntesis cualitativas o de métodos mixtos totalizaron 30%; y un estudio (10%) fue clasificado como revisión sistemática cualitativa o de métodos mixtos, con nivel de evidencia 1. Además, el cuadro 3 indica el vínculo institucional, titulación y el género de las personas autoras de los estudios.

Cuadro 3 - Datos de los autores de los estudios seleccionados

Autoría	Vínculo	Titulación	Género
1 - Maria Conopca; Maria Ferreira; Octavio Junior	IFES	Maestría en Educación Profesional y Tecnológica PROFEPT - IFES; Doctorado en Educación - UFES; Doctorado en Enseñanza de Ciencias y Matemáticas por Universidad de Cruzeiro do Sul	Feminino; Feminino; Masculino
2 - Samuel Ramos Neto	SENAC	Especialista en Educación Empresarial – SENAC	Masculino
3 - Gláucia Xavier	IFMG	Doctora en Lingüística y Lengua Portuguesa por la PUC-MG	Feminino
4 – Hélida Rodrigues de Lima Carlos	UFMS	Maestría en Educación por PPGED/UFMS	Feminino
5 - Érika Albuquerque; Elenilce Oliveira	IFCE	Maestría en Educación Profesional e Tecnológica por IFCE; Doctorado en Educación por Universidade Federal do Ceará	Feminino; Feminino
6 - Eloisa Folle	UFRGS	Graduada en Ciencias Jurídicas y Sociales por la UFRGS	Feminino
7 - Daniel Camargo	UNISANTOS	Maestría en Educación por PPGED/UNISANTOS	Masculino
8 - Natália Cavalcanti; Jéssica Silva	IFRN/IFPA	Doctora en Historia por PPGH/UFPE; Especialista en Conocimientos, Lenguajes y Prácticas Educativas en la Amazonía por IFPA.	Feminino; Feminino
9 - Rafaela Amorim; Fábio Santos	IFRN	Estudiante de Maestría en Educación Profesional en PPGE/IFRN; Doctora en Educación por la UFRN y Doctora en Educación por la UFPI.	Feminino; Masculino

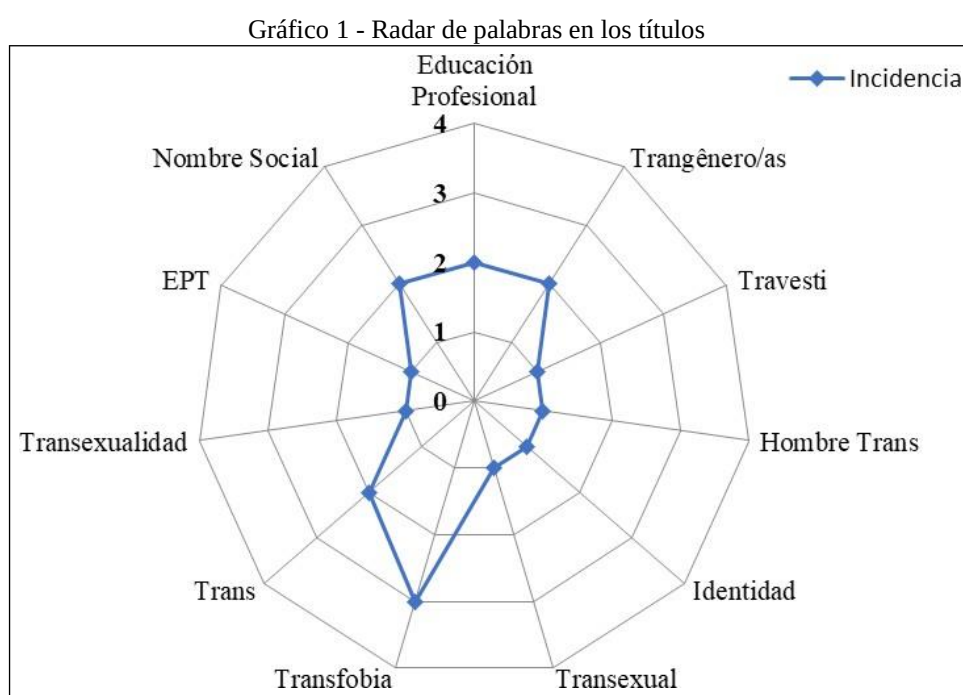
10 - Sol Lima	UNILAB	Estudiante de Maestría en Antropología Social por la UFRN	Femini no
---------------	--------	---	--------------

Fuente: Elaboración propia.

El género se identificó por el nombre inicial y la inflexión gramatical utilizada en femenino o masculino en la información sobre la autoría al principio de los trabajos. Estos datos demuestran la presencia significativa de mujeres en los estudios sobre formación profesional y personas trans. La presencia del trabajo escrito por la travesti Sol Lima (2022), supervisado por la Prof. Dra. Luma Andrade, muestra que la comunidad trans también tiene producción académica, lo que resalta la necesidad de ampliar las oportunidades para este grupo comúnmente marginado e invisible.

Otro punto importante para el análisis de estas producciones es la afiliación institucional de los autores en el momento de la publicación. De las 10 (diez) publicaciones, 8 (nueve) son de instituciones educativas federales. Las instituciones que ofrecen Educación Profesional y Tecnológica, Institutos Federales y el Servicio Nacional de Aprendizaje Comercial (SENAC), representan el 63,64% de los vínculos de los investigadores.

Por tratarse de instituciones públicas federales, multicampus, que ofrecen desde la enseñanza básica hasta programas de doctorado, los Institutos Federales están estratégicamente situados en el desarrollo científico de Brasil. Así, los estudios de EPT y de este tipo de educación reflejan la construcción del proceso educativo por medio de la investigación. Desde esta perspectiva, dado el enfoque dado a las personas trans, estos trabajos ayudan a formar análisis prácticos y teóricos aplicables al cambio de paradigmas transfóbicos dentro de la formación profesional y otros espacios educativos. Estas afirmaciones son corroboradas por los datos del Gráfico 1 a continuación.



Fuente: Elaboración propia.

Aunque sólo 3 (tres) títulos contienen las palabras "EPT" o "Educación Profesional", en los resúmenes de las publicaciones es posible localizar la relación con este tipo de educación. "Nombre social" e "Identidad" aparecen dos veces, ambas haciendo referencia a los derechos de esta población que muchas veces son desatendidos en escuelas, universidades y otros lugares de educación: el respeto al nombre social y a la identidad de género.

Mientras tanto, la palabra "Transfobia" aparece tres (3) veces. Una justificación plausible para la mayor incidencia del término podría ser la marcada presencia de investigaciones que denuncian la transfobia, lo que sugiere que todavía hay resistencia a la inclusión de las personas Trans, especialmente teniendo en cuenta la fecha reciente de publicaciones con esta palabra en los títulos (en los años 2021 y 2022).

DISCUSIÓN

Tras sucesivas lecturas y la identificación de temas recurrentes se elaboraron cuatro (4) categorías (SANTOS; COELHO; FERNANDES, 2020): Formación integral y mundo del trabajo, definidas por su relevancia para la EPT (CIAVATTA, 2014) y su mayor incidencia en las obras seleccionadas; Nombre social y Transfobia, consideradas categorías relevantes para el debate sobre las personas Trans y su inclusión en la educación (ANDRADE, 2012; BENEVIDES, 2023; NASCIMENTO, 2021). A continuación se presenta una visión general de cada categoría encontrada, tal como se presenta en los textos seleccionados, con el recurso de citar momentos de discursos importantes presentes en las discusiones desarrolladas en los textos originales bajo análisis.

Formación Humana Integral

Según Ciavatta (2012), la formación humana integral orienta las prácticas educativas hacia la comprensión de la sociedad y sus formas de producción, situando así el contexto sociohistórico de los conocimientos enseñados con las técnicas utilizadas en el mundo del trabajo. La formación humana integral engloba teoría y práctica en el proceso de emancipación de la opresión, especialmente de la opresión de clase, proponiendo una praxis educativa vinculada a la realidad social y a sus posibilidades de transformación de la humanidad.

Rafaela Amorim y Fábio Santos (2022) relacionan la formación humana integral con la Teoría Queer, en la concepción de conocimientos contrahegemónicos de género y sexualidad para la realización de los derechos Trans en la escuela, viendo en la EPT la posibilidad de lidiar con la omnilateralidad al contemplar los estudios de diversidad. Daniel Camargo (2021) afirma que la

discusión no puede "morir en la escuela", también debe llevar la transformación al mundo del trabajo, y sugiere que las cuestiones relativas a la identidad de género estén presentes en todos los currículos de los cursos ofrecidos por el Servicio Nacional de Aprendizaje (SENAC). "Morir en la escuela" podría ser una analogía para que la discusión también salga del ámbito escolar, contribuyendo a un cambio social necesario y urgente en el contexto brasileño, donde el transfeminicidio, el asesinato de personas Trans como resultado de la transfobia y las relaciones de género, muestra las tasas globales más altas desde 2008 hasta 2022 (BENEVIDES, 2023).

Natália Cavalcanti y Jéssica Silva (2022) señalan que aunque la escuela, en los discursos de profesores y gestores, reconozca el derecho del alumnado a ser orientado hacia el mundo del trabajo y a oportunidades de formación integral, hay una clara falta de reconocimiento de las especificidades Trans en las prácticas educativas. El Instituto Federal de Pará (IFPA) ofrece Educación Secundaria Integrada, que incluye a muchos adolescentes que están recibiendo una formación crucial para su futuro y para su entrada en el mundo del trabajo, por lo que es necesario llevar a cabo una investigación sobre los derechos Trans, como una forma de autoconocimiento - ya que muchos todavía están lidiando con las definiciones de identidad de género y/u orientación sexual - y también incluirlos en las políticas de inclusión institucional (CAVALCANTI; SILVA, 2021).

Daniel Camargo (2021) apunta a la formación de un nuevo mercado: se necesita educación superior para graduados capaces de discutir cuestiones trans en el mercado de trabajo, dentro de la empresa donde trabajan, hacer campañas, llevar esta discusión a otras organizaciones. Para Érika Alburquerque y Elenilce Oliveira (2021), el género y la diversidad sexual son temas limitados o incluso silenciados en los ambientes educativos, lo que contribuye a perpetuar y fortalecer actitudes sexistas, misóginas y lgbtfóbicas, por lo que el silencio en este espacio se convierte en una forma de consolidar prejuicios difíciles de enfrentar, por ser invisibles y sutiles.

Mundo del Trabajo

Para Frigotto (2009), el mundo del trabajo no es sólo trabajo o empleo, son actividades relacionadas con todas las dimensiones de la vida: desde la producción de elementos esenciales para la supervivencia, hasta la promoción de aspectos culturales, éticos, políticos, sociales, afectivos y otras materializaciones provocadas por la acción humana.

Uno de los hallazgos de Rafaela Amorim y Fábio Santos (2022) fue una reflexión sobre quién sería la figura proletaria en el sistema de género, presentando la identidad travesti como una subjetividad revolucionaria en las concepciones del mundo del trabajo cisgénero. Destacan el problema de la falta de escolarización para una adecuada calificación e inserción en el mercado de trabajo formal, dejándolas al margen de la sociedad, muchas veces en la calle y en la prostitución. También reflexionan sobre el

dossier de ANTRA sobre asesinatos en 2021, que denuncia la precariedad del mundo del trabajo para las personas trans, que, cuando consiguen un empleo, a menudo se ven sometidas a situaciones embarazosas de acoso y prejuicios por parte de clientes y/o empleadores (AMORIM; SANTOS, 2022). Para evitar la transfobia, muchas personas trans acaban trabajando de forma autónoma, en cuyo caso pueden utilizar su nombre social sin necesidad de más explicaciones, lo que las lleva a la informalidad (CONOPCA; FERREIRA; CAVALARI JÚNIOR, 2019).

Hélida Carlos (2021) cree que las desigualdades entre los sexos se expresan socialmente, muchas veces disfrazadas de diferencias, y que esas "diferencias" se encuentran en el mercado de trabajo, en el

sistema político y en las instituciones de enseñanza. La participante de la investigación de Hélida Carlos (2021), llamada Jhenifer, relata que fue y es muchas veces blanco de miradas e indirectas, incluso entre su equipo de trabajo, en sus reafirmaciones como mujer y profesora transexual sufrió prejuicios y discriminación, incluso en los espacios de enseñanza, no siempre fue bien aceptada y respetada. A pesar de esta carga negativa, continuó su formación académica y aprobó un concurso para ser profesora en el sistema escolar municipal (CARLOS, 2021).

Daniel Camargo (2021) enfatiza que no garantizar el ambiente educativo como un lugar seguro puede llevar a la exclusión de derechos, como el empleo formal, que afecta al segmento Trans de la población. Cuando se suman las puertas cerradas de la familia, la escuela y el empleo formal, el resultado es un número alarmante de incidentes violentos y muertes.

La investigadora produjo datos sobre la importancia del debate sobre la transexualidad en el mercado. En una de las entrevistas, se relató que en el área de seguridad en el trabajo, hay casos de industrias que no contratan mujeres para no tener que poner baños femeninos o porque serán acosadas, se hace más fácil no contratar, excluir a esa persona del mundo del trabajo y no discutirlo en el mundo del trabajo (CAMARGO, 2021). En su investigación que analiza cómo el Programa de Inclusión y Diversidad de una unidad del SENAC puede influir en la inclusión de personas trans, un entrevistado postula que este proyecto institucional fue el pilar para su proceso de transición y afirmación estética y física en el aula. El autor señala la necesidad de discutir este tema también en el aula, a través del currículo, lo que podría ser un paso para que las personas trans puedan ingresar y consolidarse en el mercado de trabajo (CAMARGO, 2021).

En lo que respecta a las experiencias profesionales, se observa la dificultad de entrar y permanecer en el mercado laboral. Un hombre trans entrevistado describe una experiencia de prácticas

en un Forum de su ciudad. Desde el momento en que reivindicó su identidad de género masculina, sufrió una serie de discriminaciones, desde preguntas indiscretas hasta la falta de respeto por su pronombre masculino, que culminaron en la petición de ruptura del contrato de prácticas (CAMARGO, 2021).

Eloisa Folle (2021) dice que cuando se piensa en personas trans trabajando, se tiene un número limitado de escenarios, especialmente cuando se trata de mujeres trans o travestis, se piensa en un salón de belleza o en las esquinas de las calles. La autora trae a colación datos de la encuesta de la OIT, lanzada el 10 de noviembre de 2021, en la que el 93,33% de los encuestados afirma que las personas trans están poco representadas en las empresas donde trabajan y el 87% afirma que su entorno laboral expresa el deseo de ser reconocido por valorar la diversidad (FOLLE, 2021). Otro aspecto planteado por la investigadora es la estructura patriarcal y sexista, pues muestra que las personas con lectura de género masculina tienen más oportunidades de trabajar que las mujeres trans y travestis, así como el impacto de la división racial, pues así como ocurre con las personas cisgénero, el racismo estructural ofrece pocas alternativas de trabajo para las personas racializadas (FOLLE, 2021).

Según Samuel Ramos Neto (2018), la estigmatización es uno de los factores que aleja a esta comunidad del mercado de trabajo formal, y cita un estudio realizado por la UNESCO en 2013, llamado Education Sector Response to Homophobic Bullying, en el que se evidencia la relación entre la retirada obligatoria del mercado de trabajo formal y el abandono escolar precoz de las personas no cisgénero, además de señalar un mayor número de empleados trans en las multinacionales, la mayoría de los cuales han afirmado su identidad de género en la plantilla de estas empresas.

El autor indica la necesidad de establecer una cultura de confianza en las empresas, un ambiente afirmativo y no discriminatorio para los empleados y garantizar derechos fundamentales como el uso del baño de acuerdo con el género en que el trabajador Trans se identifica y el reconocimiento del nombre social, para esto, es importante sensibilizar a los líderes y pares sobre la identidad de género y la transexualidad, papel fundamental de las organizaciones en este proceso de inclusión de las personas trans (RAMOS NETO, 2018).

Ágata, encuestada por Érika Albuquerque y Elenilce Oliveira (2021), relata la dificultad de inserción en el mercado de trabajo, que es otro ambiente de exclusión, hecho que contribuye a su falta de motivación para permanecer en el curso que estudia, pero entiende el espacio de resistencia dentro de la academia, donde es posible fortalecer y amplificar su voz.

El miedo y la inquietud de la estudiante están relacionados con el cuestionamiento del lugar de la persona Trans, el lugar de la mujer travesti, ella pregunta: ¿Qué es este lugar? ¿Una esquina? ¿Un lugar de prostitución? ¿Por qué no puede haber una profesora Trans? ¿Una telefonista trans? ¿Una recepcionista trans? Responde que é preciso ver o corpo Trans em outros locais, embora todo o local onde a corporalidades Trans esteja mereça respeito. Vale la pena señalar que el problema no radica en

el trabajo de prostitución, sino en el vínculo inmediato entre la imagen de travestis y mujeres trans y la actividad sexual, menospreciando otros aspectos de sus personalidades y potencialidades (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2021).

Nombre social

El nombre social puede ser entendido como una política de reconocimiento de la identidad trans, resultado del movimiento civil organizado de travestis y transexuales para implementarlo. El Decreto n.º

8.727 de 2016 reconoce el derecho de las personas trans a ser identificadas por el nombre con el que se identifican socialmente, diferente de su nombre de registro civil.

La participante de la investigación Héli da Carlos (2021) experimentó una falta de respeto por parte de su equipo de trabajo y de su jefe. Ella dice que, como profesora, vino a cambiar este escenario de falta de respeto. Para ella, la alta tasa de deserción escolar de las personas Trans se debe a esta discriminación, por ejemplo, debatiendo la elección del nombre y/o siendo coaccionada a decir el nombre que figura en el registro. Jhenifer considera que el nombre es el elemento primordial de una persona, y se pregunta: si no te respetan por tu nombre, ¿cómo vas a querer estar en un sitio donde no te respetan lo más mínimo? La profesora dice que interviene en bromas y situaciones prejuiciosas en la escuela en la que enseña, para deconstruir este tipo de violencia (CARLOS, 2021).

Daniel Camargo (2021) defiende la necesidad de garantizar el uso del nombre social y de los baños de acuerdo con la identidad de género para construir efectivamente una institución educativa acogedora. Uno de los entrevistados describe su felicidad cuando preguntó si podía cambiar su nombre al pasar lista y el profesor asintió positivamente sobre el uso del nombre social en el SENAC, diciendo

que en ese momento estaba feliz de empezar en una nueva clase que no conocía su nombre de registro, por lo que podía ser quien era (CAMARGO, 2021).

Por su parte, Natália Cavalcanti y Jéssica Silva (2021) traen a colación el marco legal del Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que regula el reconocimiento de la identidad de género de las personas Trans en la administración pública federal, prevaleciendo el nombre social sobre el civil, utilizado sólo para fines administrativos internos. El nombre social, para los autores, es la designación con la que las personas no cisgénero se identifican y son reconocidas socialmente, en este sentido, la Resolución 363/2017 establece el uso del nombre social de los estudiantes y funcionarios en las dependencias y documentos de identificación dentro del IFPA (CAVALCANTI; SILVA, 2021).

El trabajo de Maria Conopca, Maria Ferreira y Octávio Júnior (2019) muestra la importancia del reconocimiento del nombre social para la inclusión, pero enfatiza el imperativo de otras estrategias y

acciones por parte de la dirección de la escuela para garantizar condiciones reales de igualdad entre el alumnado, proporcionando oportunidades y espacios para las personas; la gestión comprometida con la igualdad para todos contribuirá al éxito de los estudiantes en sus trayectorias en la EPT del Instituto Federal de Espírito Santo (IFES).

De acuerdo con el relato de Pedro, entrevistado por Gláucia Xavier (2018), la adopción de su nombre social no garantizó que dejara de ser visto como Paula en la escuela, por más que pudiera hacer, acabó por asumir esa situación, sin embargo, para su núcleo íntimo, prefiere ser llamado Pedro. La participante hace hincapié en la necesidad de una mayor familiaridad con los conceptos de género y sexualidad por parte del profesorado; no basta con la buena voluntad, ya que pueden ocurrir malentendidos, perjudicando la intención benéfica, por lo que los docentes deben tener una mejor experiencia y vivencia de cómo tratar estos temas (XAVIER, 2018).

Por su parte, Sol Lima (2023) se identifica como travesti en su trabajo y comenta que su interés en investigar la política del nombre social junto con el proceso de identificación como travesti, en 2019. La primera solicitud de nombre social fue el 24 de agosto de 2021, sin embargo, no hubo respuesta y su nombre muerto - término utilizado por las personas Trans para referirse al nombre de registro que no se identifica - continuó en los registros de la Universidad de la Integración Internacional de la Lusofonía Afrobrasileña (UNILAB).

Resolución N ° 1 de 19 Enero 2018 establece el uso del nombre social para los estudiantes trans y travestis, para los menores en las escuelas públicas, Luma Andrade trabajó en la aplicación de esta política. Este permiso se encuentra con resistencia, especialmente de la familia. Por ejemplo, un hombre trans que respondió a la encuesta de Sol Lima (2023), una vez fue llamado por su nombre por el conserje de la escuela delante de su padre, quien lo corrigió diciendo que su hijo prefería ser llamado

Yuri. Pero la experiencia inicial de Yuri de usar su nombre social en la escuela pasó por un proceso de afirmación, de adaptación al contexto escolar, con reprimenda familiar cuando buscó información sobre la política.

El alumno trans utiliza la política del nombre social de manera informal, en el trato personal y en documentos no oficiales, porque su país no ha firmado la autorización prevista en el artículo 4 de la Ley 16.946 de 2019 del estado de Ceará. El reconocimiento informal proviene de la sensibilidad de la dirección de la escuela, momento en el que podemos entender cómo la política de uso del nombre social en la escuela se despliega en otros aspectos como el acceso y la permanencia, sin que, sin embargo, los garantice por sí sola (LIMA, 2023).

Pode-se constatar que outras políticas e leis devem ser acionadas como suporte para a efetivação da política do nome social na escola quando houver impasses familiares e administrativos, a exemplo, o estabelecido no artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde se garante o direito ao

respeito, incluindo, dentre demais elementos, a inviolabilidade da integridade psíquica e preservação da imagem identidade (LIMA, 2023).

Se puede observar que otras políticas y leyes deben ser utilizadas para apoyar la implementación de la política del nombre social en la escuela cuando hay impases familiares y administrativos, como lo establecido en el artículo 17 del Estatuto del Niño y del Adolescente, que garantiza el derecho al respeto, incluyendo, entre otros elementos, la inviolabilidad de la integridad psíquica y la preservación de la imagen y de la identidad (LIMA, 2023).

Transfobia

Benevides (2023) define la transfobia como el asco, la repulsión, la falta de respeto y cualquier acto de deshumanización y violencia contra las personas trans. Brasil sigue siendo el país que más asesina a personas no cisgénero, y estos asesinatos son un reflejo de la transfobia. La discriminación contra las personas trans causa daños diarios a esta población: impedirles usar el baño de acuerdo con su identidad de género, usar pronombres contrarios a su autodefinición, insultos y agresiones (ANDRADE, 2012).

La participante de la investigación de Héli da Carlos (2021) era consciente de los comentarios transfóbicos que circulaban por la institución educativa donde trabaja, como el uso de los baños de mujeres. Estos hechos ya eran notorios cuando era adolescente, a los 12 años, porque ya tenía ciertos comportamientos, por lo que los niños de la escuela y sus amigos comenzaron a maltratarla. Aprendió sobre su cuerpo y sus deseos leyendo, no hubo ese diálogo en casa, así que aprendió sola, por eso relata ser una transexual autodidacta, tuvo que aprender lo que era y lo que no era (CARLOS, 2021).

En su investigación, Daniel Camargo (2021) denuncia el rechazo de algunos grupos de estudiantes en su clase y, de manera alarmante, la incidencia de esto por parte del personal y de los profesores. Explica que muchos jóvenes pueden encontrar espacios escolares propensos a la propagación de la transfobia al comportarse de manera diferente de lo que se espera de una mujer y/o de un hombre, es decir, de su rol/performance social de género, hecho que puede llevar a la interrupción de sus estudios a través de la expulsión indirecta de la escuela.

Lorena, participante de la investigación de Camargo (2021), cuenta que en el SENAC había un chico que la acosaba, le pasaba la mano por el cuerpo y no se hacía nada, ella tenía terror de ir todos los sábados. La narrativa de Lorena es similar a relatos encontrados en otras investigaciones en Educación y Enseñanza, como la tesis de maestría de Tássio Acosta titulada "Morir por nacer travesti: performatividades, escolarización y pedagogía de la intolerancia", publicada en 2016 (CAMARGO, 2021).

Las autoras Natália Cavalcanti y Jéssica Silva (2022) argumentan que la violencia sufrida por esta población proviene posiblemente de las raíces patriarcales de la historia de la sociedad brasileña

basada en prejuicios, incluyendo la transfobia, imponiendo un estándar que no existe, pero que aún es exigido. Las instituciones educativas reproducen la transfobia, entendida por los autores como cualquier acción o comportamiento basado en el miedo, la aversión, el rechazo, la intolerancia, el odio o la discriminación contra las personas Trans por su identidad de género. En este sentido, consideran necesario discutir la identidad de género y la sexualidad, y consecuentemente la transfobia y la lgbtfobia, en la educación, en la familia y en la sociedad como un todo (CAVALCANTI; SILVA, 2022).

Cavalcanti y Silva (2022) preguntaron si la Resolución 363/2017 de la IFPA sería suficiente por sí sola para combatir la transfobia, y los investigadores encontraron el siguiente resultado: más del 70% respondió que no. Este resultado muestra que los propios participantes reconocen que, a pesar de la resolución, se necesitan otras acciones, como debates, conferencias y formación.

Además, Venus, participante de la investigación de Érika Albuquerque y Elenilce Oliveira (2021), afirma que la transfobia institucional se presenta de forma sutil y velada, a través de gestos y miradas, que a veces son imperceptibles para las personas cisgénero, pero que afectan su cotidiano. Para ejemplificar, La entrevistada Ágata comenta que una vez fue a usar el baño de mujeres y las chicas tenían miedo de verla ahí dentro y además la persona encargada de la limpieza estuvo con ella todo el tiempo, causándole vergüenza, también relató su experiencia de uso del baño de hombres, donde sufrió acoso sexual por parte de un chico (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2021). Así, el baño se muestra como un espacio de afirmación de género y también como un lugar con altos índices de transfobia, y corresponde a cada institución educativa promover baños seguros para las personas trans dentro de sus instalaciones.

En cuanto a las estrategias de afrontamiento, Ágata y Vênus asumen una imagen más seria en el intento de lograr respeto, dignidad y asistir a los espacios socio-institucionales. Individualmente, Ágata conversa con colegas y funcionarios sobre el derecho de las personas trans a acceder a los espacios institucionales, además de participar en investigaciones científicas sobre el tema de la transexualidad (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2021).

Posibles lagunas para futuras investigaciones

Rafaela Amorim y Fábio Santos (2022) tuvieron dificultades para encontrar estudios que trataran específicamente el tema de las personas trans. Natália Cavalcanti y Jéssica Silva (2022) destacan los incipientes estudios y acciones pedagógicas que consideran estas categorías en la formación profesional en los Institutos Federales y la escucha y participación de las personas trans en la evaluación y construcción de acciones y políticas.

Maria Conopca, Maria Ferreira y Octávio Cavallati Júnior (2019) enfatizan la importancia de

denunciar el "no lugar" de este público estudiantil en la Red Federal de Educación, Ciencia y Tecnología, denunciando el silenciamiento pedagógico, la omisión y el distanciamiento de esta problemática, agregan también el silencio del trabajo académico a través de proyectos de investigación y acciones didáctico-pedagógicas sobre el tema de la inclusión de las personas Trans en las instituciones que ofrecen EPT.

Samuel Ramos Neto (2018) señala que hay una falta de contenido sobre la relación entre la población trans y el mercado de trabajo, y que no se encontraron producciones sobre este tema vinculadas a la Educación Corporativa. Sugiere que el trabajo futuro incluya un estudio de la herramienta Análisis de Redes Organizacionales (ONA) y el uso del Análisis de Redes Sociales (ARS) para mapear los vínculos entre las empleadas de la empresa con el fin de entender si hay inclusión de estos grupos o marginación, y así pensar en posibles intervenciones.

Érika Albuquerque y Elenilce Oliveira (2021) sugieren futuros estudios para identificar los desafíos que enfrentan las personas trans en la educación primaria y secundaria, que dificultan el acceso a la educación superior, así como para verificar y analizar las dificultades que enfrentan las personas trans para entrar en el mercado laboral.

Por su parte, Sol Lima (2023) señala que es necesario un trabajo constante sobre las barreras que enfrenta la política de nombres sociales, considerando la invisibilidad sufrida y pensando en los espacios segregados por género donde aún no existe una legislación específica.

En conclusión, Eloisa Folle (2021) señala a las leyes de reserva de vacantes como alternativas efectivas para comenzar a cambiar el statu quo, pero son propuestas escasas que necesitan ser alineadas. Se sugiere investigar la implementación de políticas de cuotas afirmativas en las empresas, así como trabajar en la propuesta de una política de cuotas para la población trans (RAMOS NETO, 2018).

CONSIDERACIONES FINALES

A partir del análisis de estos datos, se pueden iniciar otras producciones y revisar otras para actualizaciones referenciales y analíticas. Dado lo anterior, se observa que las publicaciones sobre el tema de la EPT y las personas trans estimulan articulaciones para una praxis más humana e integral en los procesos de educación e inserción en el mundo del trabajo.

La marginalización de la población trans está vinculada a la dificultad para encontrar empleo, salvo contadas excepciones, por lo que la formación profesional es un puente valioso en el intento de inserción en el empleo formal. También forma parte de su concepción formular estrategias de enseñanza que se articulen con las realidades plurales y las necesidades específicas de la sociedad. A la luz de estas reflexiones, se deben diseñar estrategias contrahegemónicas para la inclusión de nuevas

perspectivas y grupos históricamente marginados de la comunidad, como las personas trans, ampliando el abanico de aportes de las personas socialmente excluidas a la educación emancipadora. Mediante una revisión narrativa de la literatura, fue posible analizar las producciones académicas relacionadas con los temas y categorizar los datos mapeados. Entre los hallazgos, hay algunos caminos que apuntan a la relevancia y emergencia de estos estudios en la búsqueda de la continuidad del desarrollo de la EPT y del éxito de la inclusión de las personas trans en la sociedad brasileña.

Con relación a la Educación Integral, faltaron análisis más contemporáneos con enfoque temático en las cuestiones Trans, así como la comprensión, en los trabajos analizados, de que la inclusión de las personas Trans es un corolario de la implementación de esta perspectiva en este tipo de educación. La EPT necesita articular sus bases conceptuales con una enseñanza inclusiva de la diversidad de género y sexualidad.

En este contexto, el mundo del trabajo muestra resistencia a la empleabilidad y respetabilidad de las personas trans. Las vidas trans necesitan ser mejor apoyadas en su lucha contra las vulnerabilidades causadas por la violencia en el mundo del trabajo, la precariedad laboral (prostitución como única alternativa e informalidad), el desempleo, la pobreza y la exclusión social. Urge cambiar los paradigmas cisnormativos para que surjan nuevas prácticas Trans-inclusivas, desde la clientela hasta la dirección de

la organización, posibilitando: el uso del baño de acuerdo a su identidad de género; enfrentar el acoso y la transfobia en el trabajo; respetar los nombres sociales y pronombres adoptados y otras posibilidades de intervención. La educación profesional y tecnológica se sitúa estratégicamente en este empeño, corresponde a EPT lograr la integración de la práctica y la teoría en una praxis de desarrollo social continuo, en un diálogo fructífero entre educación y trabajo, de modo que este cambio de paradigma en la permanencia y el éxito se convierta también en uno de sus objetivos.

Para esta inclusión no-cisgénera en la EPT, el respeto del nombre social es esencial en el reconocimiento de las personas transexuales. Los impases y limitaciones cotidianas dentro de las instituciones educativas, en el lugar de trabajo y en otros lugares demuestran la falta de empatía que sufre esta comunidad. Se hace hincapié en las estrategias utilizadas por la dirección de los centros, los profesores y las personas trans en el trato con los estudiantes y profesionales trans. Entre ellas, la necesidad de reforzar las leyes sobre el nombre social, desde su uso combinado para una mayor fuerza en las justificaciones hasta su uso subsidiario cuando existen lagunas en alguna norma legal, como en el caso de los menores sin autorización expresa de su tutor legal para usar esta política en los centros educativos.

En la lucha contra la transfobia, es posible observar varios ejemplos similares, lo que nos lleva a comprender la naturaleza estructural de este fenómeno. Las estrategias se orientan hacia una mayor divulgación de los espacios para las cuestiones relacionadas con las subjetividades trans, la denuncia

yla intervención cuando hay un evento transfóbico, especialmente en la EPT y en el trabajo. Esta

violencia impone un estado de vigilancia sobre los cuerpos Trans el estado de vigilia constante, que inhibe el pleno desarrollo de su potencial, debido a los impactos psicológicos, físicos y sociales. La transfobia no debe combatirse con el silencio; callar es enmascarar y legitimar ese movimiento recurrente. Es imperativo organizar lugares seguros para ese grupo y, en esa lógica, intervenir activamente, por ejemplo, con cautela, prevención, escucha y acogida.

Finalmente, las limitaciones de este trabajo son que se identificaron pocos estudios indexados que aborden directamente la EPT como contexto de análisis, lo que puede ser un problema de la profusión de estudios que se están desarrollando o de los pocos trabajos sobre personas Trans en estos ambientes. Entre los estudios seleccionados, no hubo diálogo con movimientos sociales y pocos indicios de retorno al campo para divulgar los resultados alcanzados, que desde una perspectiva crítica y con temas sensibles, podrían implicar cambios sociales. Se sugiere que futuras investigaciones utilicen otros marcos temporales y otras bases de datos para llenar lagunas y construir nuevos análisis.

REFERENCIAS

AMORIM, R. S.; ARAÚJO, F. A. S. “A Teoria Queer no combate à transfobia escolar: contribuições da Educação Profissional na perspectiva de uma Formação Humana Integral”. **Confluence**, vol. 14, n. 2, 2022.

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais**. Brasília: ANDIFES, 2019. Disponível em: <www.andifes.org.br>. Acesso em: 13/01/2024.

ANDRADE, G. O. *et al.* “competência profissional dos educadores no digcompedu: revisão narrativa”.

Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 17, n. 49, 2024.

ANDRADE, L. N. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa (Tese de Doutorado em Educação). Fortaleza: UFC, 2012.

ARAÚJO, V. P. S. **Um corpo potente fazendo das dores possibilidades de asas**: TRANSformando os modos de educar e de resistência na Universidade (Tese de Doutorado em Educação). Teresina: UFPI, 2018.

AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (eds.). **JB1 Manual for evidence synthesis**. Adelaide: JBI, 2020

BAPTISTA, J.; COSTA, D.; GONÇALVES, S. P. “Comparative analysis of employment disparities, precarity and decent work between trans and cis people in Portugal”. **Social Sciences**, vol. 12, n. 9, 2023.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília: ANTRA, 2023.

BERNABÉ, I. R. T. “Las expectativas laborales en estudiantes de la educación profesional técnica”. **Revista Latinoamericana de Estudios Educativos**, vol. 52, n. 2, 2022.

BRAGA, E. S.; SANTOS, J. N. “A percepção da mulher sobre oportunidade e igualdade de gênero no mercado de trabalho em Rondonópolis (MT)”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 17, n. 50, 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/02/2024.

BRASIL. **Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1909. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 10/01/2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/02/2024.

CAMARGO, D. “Programa de Inclusão e Diversidade do Senac São Paulo: identidade de gênero e educação profissional e tecnológica”. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, vol. 2, n. 21, 2021.

CAMPOS, M. A. S.; PÉREZ, R. A. L. “La conexión epistémica entre formación humanista y educación profesional universitaria”. **Sophia: Colección de Filosofía de la Educación**, n. 32, 2022.

CARLOS, H. R. L. **A biografia de uma professora transexual em Brasilândia/MS: diálogos formativos e percursos sobre a diversidade sexual** (Dissertação de Mestrado em Educação). Três Lagoas: UFMS, 2021.

CAVALCANTI, N. C. S. B.; SILVA, J. M. P. “O enfrentamento à transfobia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-Campus Belém: percepções sobre a Resolução 363/2017 CONSUP”. **Vértices**, vol. 24, n. 2, 2022.

CIAVATTA, M. “Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos?”. **Revista Trabalho e Educação**, vol. 23, n. 1, 2014.

COCKAYNE, D. “Queer economic geographies: sexual hegemony, queer and trans work, and homocapitalism”. **Antipode**, vol. 0, n. 0, 2024.

CONOPCA, M. C.; FERREIRA, M. J. R.; CAVALARI JUNIOR, O. “O nome social como fator de inclusão de estudantes transexuais e travestis na EPT”. **Revista Bagoas - Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades**, vol. 12, n. 19, 2018.

DHNET – Direitos Humanos Net. “Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero”. **Dhnet** [2007]. Disponível em: <www.dhnet.org.br>. Acesso em: 30/02/2024.

DRURY, S. *et al.* “The transformative potential of trans*-inclusive PE: The experiences of PE teachers”. **Sport, Education and Society**, vol. 28, n. 9, 2023.

ETXEBARRIA-PEREZ-DE-NANCLARES, O. *et al.* “La realidad trans en el sistema educativo: una revisión sistemática”. **Revista de Psicodidáctica**, vol. 28, n. 2, 2023.

FOLLE, E. C. **Precariedade e informalidade**: uma perspectiva sobre a empregabilidade trans no Brasil (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais). Porto Alegre: UFRGS, 2021.

FRIGOTTO, G. “Escola e trabalho numa perspectiva histórica: contradições e controvérsias. Texto da conferência proferida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, a 12 de fevereiro de 2009”. **Sísifo - Revista de Ciências da Educação**, vol. 9, 2009.

GESTÃO KÁIROS. “Diversidade, Representatividade e Percepção: Censo Multissetorial da Gestão Kairós”. **Gestão Káiros** [2022]. Disponível em: <www.gestaokairos.com.br>. Acesso em: 12/03/2024.

HERNÁNDEZ-MELIÁN, A. “Análisis y clasificación de las políticas de empleo para personas trans en España: marco europeo y regulación autonómica”. **OBETS: Revista de Ciencias Sociales**, vol. 18, n. 1, 2023.

HORTON, C. “Gender minority stress in education: Protecting trans children’s mental health in UK schools”. **International Journal of Transgender Health**, vol. 24, n. 2, 2023.

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. “Ensino Profissional e Técnico no Brasil: construção de engajamento de parceiros sociais”. **Itaú Educação e Trabalho** [2021]. Disponível em: <www.itaueducacaoetrabalho.org.br>. Acesso em: 26/02/2024.

JBÍ - Joanna Briggs Institute. “Joanna Levels of Evidence”. **JBÍ** [2013]. Disponível em: <www.jbi.global>. Acesso em: 10/02/2024.

JOHNSON, C. P. G.; OTTO, K. Illegitimate Tasks: Obstacles to Trans Equality at Work. **Gender in Management**, vol. 37, n. 6, 2022.

KEENAN, H. B. “Methodology as Pedagogy: Trans Lives, Social Science, and the Possibilities of Education Research”. **Educational Researcher**, vol. 51, n. 5, 2022.

LIMA, S. A. “**Me chame pelo meu nome, me deixa mais feliz**”: etnografia sobre jovens travesti e homem trans no cotidiano escolar a partir da política do nome social (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Antropologia). Redenção: UNILAB, 2023.

MANSURJONOVICH, J. M.; DAVRONOVICH, A. D. “Interdisciplinary integration is an important part of developing the professional training of students”. **Open Access Repository**, vol. 9, n. 1, 2023.

MARTINO, W.; KASSEN, J.; OMERCAJIC, K. “Supporting transgender students in schools: Beyond an individualist approach to trans inclusion in the education system”. **Educational Review**, vol. 74, n. 4, 2022.

MCENTARFER, H. K.; RICE, M. D. “Working within trans-affirmative, anti-trans, and cisnormative storylines: the experiences of transgender and non-binary teachers”. **Teaching and Teacher Education**, vol. 135, 2023.

MENESES, R. M. **Feitiços do corpo**: cisgeneridade e autonomia das pessoas Trans na jurisprudência do STJ após a ADI 4275 (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito). Teresina: UFPI, 2022.

MESQUITA, R. F. **Corpos invisíveis: identidades transgêneras femininas no mercado formal de trabalho** (Tese de Doutorado em Administração de Empresas). Natal: UnP, 2019.

MESQUITA, R. F. D. *et al.* “Peasant women and the gendered inequalities in the industry of mining”.

Revista Katálisis, vol. 26, 2023.

MILLS, S.; OSWIN, N. “Finding work in the age of LGBTQ plus equalities: labor market experiences of queer and trans workers in deindustrializing cities”. **Economic Geography**, vol. 4, n. 2, 2024.

MINAYO, M. C. S.; COSTA, A. P. **Técnicas que fazem uso da Palavra, do Olhar e da Empatia: pesquisa qualitativa em ação**. Aveiro: Ludomedia, 2019.

MONTEIRO, A. K.; MESQUITA, R. F.; MATOS, F. R. N. “Pessoas Transgênero e as Pesquisas no Campo da Administração”. **Interações: Sociedade e as Novas Modernidades**, n. 45, 2023.

NASCIMENTO, K. A. S.; FIALHO, L. M. F.; BRANDENBURG, C. “Índice h5 e i10 do Google Scholar: um estudo de caso”. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, vol. 3, n. 1, 2021.

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.; ITAÚ SOCIAL. **Education Policy Outlook: Brasil – com foco em políticas nacionais e subnacionais**. Itaú Social [2021]. Disponível em: <www.itausocial.org.br>. Acesso em: 26/02/2024.

OLIVEIRA, K. S.; NÓBREGA, P. R. C. “Ser estranho” em formação: os desafios enfrentados por sujeitos LGBTs em escola da educação básica no norte baiano. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 46, 2023.

OLIVEIRA, M. R. G. “Por que você não me abraça?: reflexões a respeito da invisibilização de travestis mulheres transexuais no movimento social de negras e negros”. **SUR**, v.15, n. 28, 2018.

PAGE, M. J.; *et al.* A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Revista Panamericana de Salud Publica**, vol. 46, 2022.

PEREIRA, M. T. “Sustentabilidade como práxis pedagógica para a transdisciplinaridade na educação profissional e tecnológica (EPT)”. **Educação em Revista**, vol. 38, 2022.

RAMOS NETO, S. S. **O papel da Educação Corporativa na inclusão de pessoas transgêneras nas organizações** (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Educação Corporativa). São Paulo: Senac, 2018.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Editora do IFPR, 2014.

REGO, F.; ROSAS, I.; PRADOS, R. “Educação profissional e tecnológica como alternativa de acesso ao mercado de trabalho”. **Brazilian Journal of Development**, vol. 7, n. 2, 2021.

RIBEIRO, E. F. A. *et al.* “Transfobia na educação: O olhar da estudante transgênero feminino”. **Research, Society and Development**, vol. 10, n. 4, 2021.

SANTOS, G.; COELHO, M. T. A. D.; FERNANDES, S. A. F. “A produção científica sobre a

interdisciplinaridade: uma revisão integrativa”. **Educação em Revista**, vol. 36, n. 1, 2020.

SENHORAS, C. A. B. M.; SENHORAS, E. M. “Gender violence and the application of the maria da penha law to trans women in Brazil”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 16, 2021.

SILVA, E. V. B.; OLIVEIRA-NUNES, A.; MARISA-DANTAS, J. “O enfoque CTS na educação profissional e tecnológica: uma revisão do campo entre os anos 1995 e 2020”. **Revista de la Facultad de Ciencia y Tecnología**, n. 50, 2021.

THOROUGHGOOD, C. N.; SAWYER, K. B.; WEBSTER, J. R. “Creating a trans-inclusive workplace how to make transgender employees feel valued at work”. **Harvard Business Review** [2020]. Disponível em: <www.hbr.org>. Acesso em: 10/02/2024.

TRICCO, A. C. *et al.* “PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation”. **Annals of Internal Medicine**, vol. 169, n. 7, 2018.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. **‘Trans e travestis estão revolucionando e produzindo conhecimento’**, diz pesquisadora. **UFSC** [2019]. Disponível em: <www.ufsc.br>. Acesso em: 08/02/2024.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade (Dissertação de Mestrado Multidisciplinarem Cultura e Sociedade). Salvador: UFBA, 2015.

XAVIER, G. C. “Transexualidade no Ensino Médio: desafios e possibilidades”. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, vol. 5, n. 1, 2019.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 18 | Nº 54 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

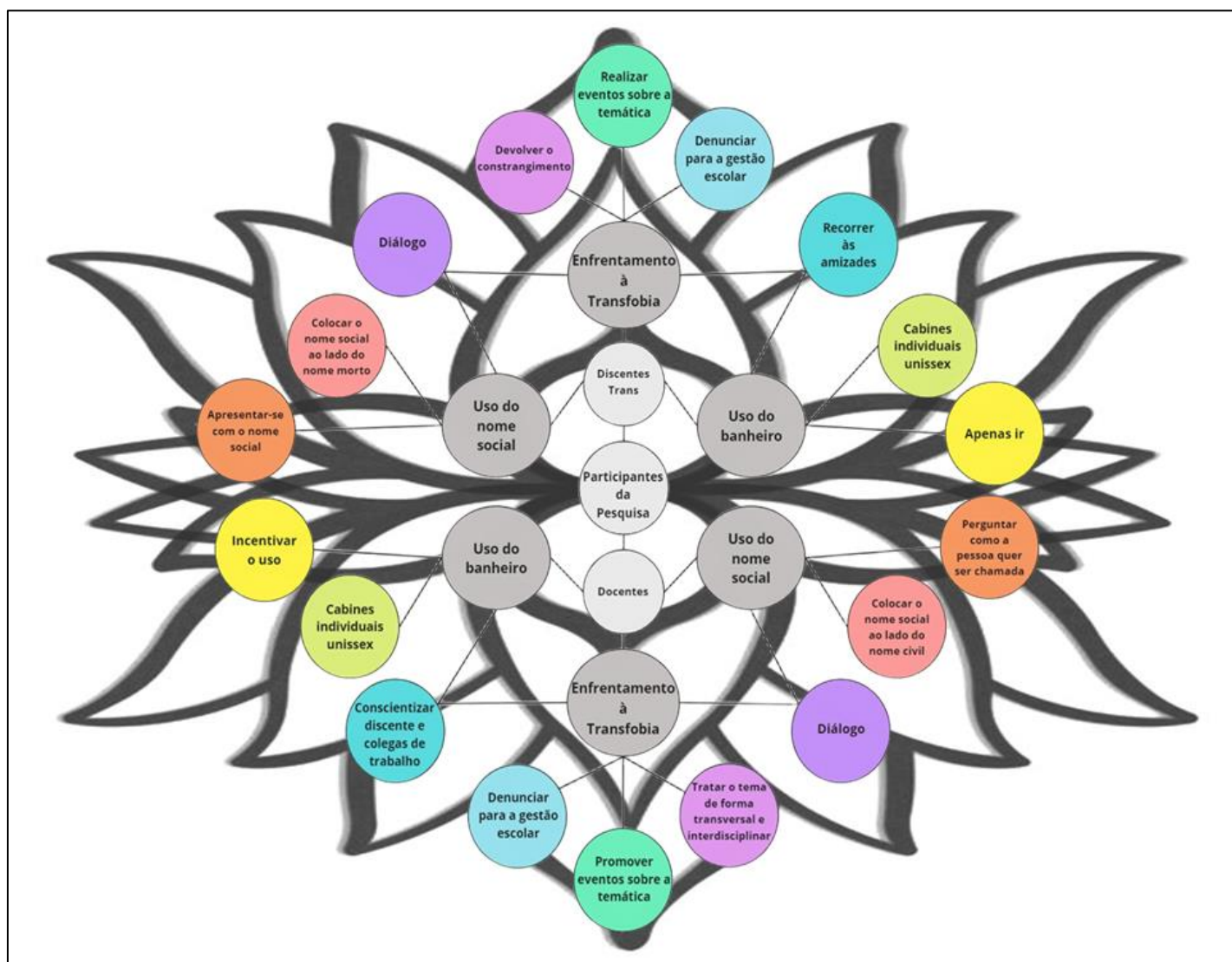
Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima

APÊNDICE - K - MANDALA DAS ESTRATÉGIAS

RECURSO DIDÁTICO MANDALA DAS ESTRATÉGIAS DE AFIRMAÇÃO DE ETUDANTES TRANS

Orientações:

- 1) Imprima e recorte a figura da Mandala;
- 2) Com o auxílio de uma caneta, lápis de grafite ou de cor, pincel fino ou qualquer objeto longo e fino que possa ser girado em cima da mandala e tenha uma ponta para indicar uma posição;
- 3) Posicione a caneta ou objeto fino e longo no meio da Mandala, onde está escrito “Participantes da pesquisa” em um círculo;
- 4) Coloque a figura da Mandala em uma superfície horizontal plana e fixa, gire ou peça para alguém girar a caneta ou outro objeto fino e longo;
- 5) Quando a rotação terminar, veja em qual círculo-estratégia a ponta indicou, caso pare no meio de duas, selecione a próxima no sentido horário, repita se necessário;
- 6) A estratégia sorteada deve englobar **um grupo**: discentes Trans (lado superior) ou Docentes (lado inferior); **um tema**: Enfrentamento à transfobia, Uso do nome social ou Uso do banheiro; **uma estratégia**: uma das 18 opções representadas nas bolas coloridas.
Observação: Cada estratégia liga-se a um ou dois temas, quando tiver ligação com dois temas (Exemplo: Diálogo e Recorrer às amizades) será facultada a escolha entre um dos temas, mantendo o grupo correspondente ao lado indicado pela ponta da caneta ou objeto utilizado.
- 7) Proponha que a pessoa participante e/ou equipe dê um exemplo fático referente à estratégia, tema e grupo sorteados e explique o contexto e escolha.



APÊNDICE - L - CASO DE ENSINO

“NÃO NASCI NESTOR, NEM POR ISSO SOU ANA!”: DEMANDAS E DESAFIOS DE ESTUDANTES TRANS* NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Resumo

Caso: O caso de ensino se baseia na experiência real de um jovem homem trans estudante do Ensino Médio Integrado ao Técnico de Administração de um Instituto Federal (IF). São abordados dilemas gerenciais desde a inscrição no Exame Classificatório até o cotidiano no ambiente educacional.

Objetivo de ensino: Apresentar os desafios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na inclusão das pessoas Travestis, Transexuais e Transgêneras/os (Trans*), para fomentar o debate acerca da diversidade e da inclusão no contexto das instituições públicas de ensino. Assim, o presente caso de ensino busca demonstrar a necessidade das organizações de ensino construírem normativas intersetoriais e compatíveis com as demandas sociais na área de Gestão da Diversidade e Inclusão, para que haja um tratamento digno a todos os públicos de relacionamento, especialmente membros do corpo discente.

Fontes e Métodos de coleta: O caso de ensino é inspirado a partir de fatos verídicos ocorridos em um Instituto Federal. Os dados de identificação sofreram alterações para garantir o anonimato das pessoas relacionadas aos relatos. As informações integrantes do caso foram selecionadas por meio de observação não-participante em uma instituição de ensino da Rede Federal por dois dias em turnos alternados (manhã e tarde), de entrevistas com servidores/as do controle acadêmico e da gestão escolar. Também foi utilizado outros relatos obtidos em notícias e conversas com pessoas Trans* para conferir maior fidedignidade ao texto.

Disciplinas sugeridas para uso do caso: Embora os casos de ensino em Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) na Administração estejam ligados à área de Gestão de Pessoas, os dilemas de gestão evidenciados também podem ser aplicados em outras áreas e disciplinas, em especial àquelas que se referem às questões de Tecnologia da Informação e Gestão Pública da Educação, tendo em vista que a inclusão de gêneros dissidentes requer uma articulação interdisciplinar para sua concretização nos espaços organizacionais.

Relevância: A formulação de práticas com vistas à inclusão de Travestis, Transexuais, Transgêneras/os e Transmasculinos (Trans*) nas organizações é um desafio e uma necessidade no campo da Administração e na sociedade. A inserção de grupos marginalizados no mercado de trabalho passa, necessariamente, pela oportunidade conferida a cada indivíduo no sentido de desenvolver sua formação educacional, o que só se torna possível diante do esforço de gestores, docentes e corpo técnico-administrativo na condução de ações que favoreçam sua integração e incentivem sua permanência no ambiente de ensino.

Sugestão bibliográfica:

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na Escola:** assujeitamento e Resistência à Ordem Normativa. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

FAVERO, Sofia. **Psicologia Suja.** Porto Alegre: Devires, 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo:** teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogia das Travestilidades.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2022.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo.** Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

VASCONCELOS, Caê. **trans-resistência:** pessoas trans no mercado de trabalho. São Paulo, Editora Dita, 2021.

Palavras-chave: Homem Transgênero. Transmasculino. Educação Profissional e Tecnológica.

Introdução

O título deste caso de ensino deriva das transformações experienciadas por Travestis, Transexuais, Transgêneras/os e Transmasculinos (Trans*) frente aos padrões de vida cisgênero, entendidos como a atribuição binária do gênero feminino ou masculino ao nascer e outras limitações dessa normativa hegemônica de humanidade (Nascimento, 2021). O caso a seguir foi baseado em fatos ocorridos em um campus de um Instituto Federal (IF). Os nomes e outras características que pudessem revelar o anonimato das pessoas participantes sofreram alterações.

Temas como a utilização do nome social e o uso do banheiro nas instituições de ensino ainda são pouco debatidos em sala de aulas e em outros espaços de formações pedagógicas. Muitas lacunas se apresentam nos processos de solicitação do nome social, desde normativas e gerenciais. No que tange aos banheiros, pessoas Trans* são constrangidas diariamente no Brasil por conta da falta de respeito às suas identidades de gênero, isso provoca danos psíquicos e físicos, tendo em vista a privação de necessidades básicas e fisiológicas devido a exclusão social.

Assim, discutir as demandas de estudantes Trans* é um desafio e uma necessidade para a sociedade. A inserção de grupos marginalizados no mundo do trabalho passa, necessariamente, pela oportunidade conferida a cada indivíduo no sentido de desenvolver sua formação educacional, o que só se torna possível diante do esforço de gestores, docentes e corpo técnico-administrativo na condução de ações que favoreçam sua integração e incentivem sua permanência no ambiente de ensino.

Início de um sonho e começo dos pesadelos: aprovado no classificatório do IF, mas sem seu nome no resultado final

Desde os meus 10 anos sentia algo diferente, não me identificava com o universo feminino que me era sugerido, cotidianamente, como única opção de ser. Passei a entender melhor essa sensação quando vi uma cena da novela *A Força do Querer*, quando um personagem transmaculino se olhava no espelho e não se identificava. Isso se intensificou dentro da escola, onde as divisões de masculino e feminino se acentuaram no período da puberdade.

Por estar cada vez mais decidido de quem eu desejava ser, queria estudar em uma instituição bem avaliada e em que me sentisse mais confortável sobre minha identidade trans. Vivía com essa dúvida: onde fazer o Ensino Médio? Então, nos últimos anos do ensino fundamental, ouvia familiares e colegas falarem sobre o IF, a qualidade do ensino ali ministrado, as oportunidades e quantidades de aprovações em vestibulares. Logo criei a meta de concluir o ensino médio nessa escola e ainda sair com o diploma de Técnico em Administração, mesmo sendo alertado da alta concorrência do Exame Classificatório realizado para a seleção de discentes.

Chegou o dia da leitura do edital do Exame Classificatório, nele havia a menção da utilização do nome social durante o processo seletivo. Fiz a minha inscrição e solicitei o nome social “Nestor da Silva Oliveira”, informei o meu nome civil, mas indiquei o gênero feminino no cadastro. Naquele período, não havia falado com a minha família sobre minha identidade transmasculina, tinha receio de ser expulso de casa, sofrer alguma punição ou outra repressão do tipo, mesmo morando em um lar afetuosos, porque os meus pais são cristãos praticantes.

Saiu o resultado da solicitação de nome social, fui ansioso conferir no site. Tomei um banho de água fria quando vi que não havia nenhuma solicitação de nome social deferida, inclusive a minha. A justificativa mencionava a falta de documentação obrigatória. Contrariado, fui conferir o item do edital que tratava sobre o nome social, era exigido um documento com a autorização expressa de um responsável legal para menores de dezoito anos de idade. Naquele momento eu estava com quinze anos, não tinha essa anuência familiar e nem havia me atentado a essa exigência.

Durante o processo de preparação para a prova do Exame Classificatório, conversei com meus pais sobre a minha identidade de gênero. No começo foi uma turbulência mas, depois de muita conversa, disseram que: “Maior seria o amor por mim quanto mais eu fosse quem eu quisesse ser”. Fortalecido, solicitei minha

carteira de nome social, enquanto não conseguia terminar a caminhada burocrática de retificação de nome e gêneros nos documentos civis.

Antes do dia da prova, entrei em contato com a coordenação do processo seletivo do IF para incluir o meu nome social na minha inscrição, entretanto, responderam que não podiam fazer nada, pois o período de solicitação já havia passado, inclusive com a publicação do resultado final. Nesse momento pensei em desistir de tudo, fiquei desestimulado a realizar uma prova para uma instituição que não respeitava meu nome social. Meus pais me aconselharam a ir no dia da prova e decidir depois caso fosse aprovado. Assim fiz.

Na entrada da sala de aplicação de prova, os fiscais ficaram olhando com estranheza minha carteira de Registro Geral (RG), ainda não retificada, por longas três vezes. Olharam a foto que constava lá e miravam o meu rosto e busto, com cabelo curto e alguns pelos na barba e tórax reto, efeito do *binder*. Em seguida, apresentei minha carteira de nome social, para ver se diminuiria o constrangimento, pegaram o documento com o mesmo ar de surpresa e me devolveram mencionando que somente o RG apresentado era aceito. Fizeram uma chamada nominal de quem estava na sala durante a entrega das provas. Quando chamaram um dos primeiros nomes: “Ana da Silva Oliveira” levantei o braço, enquanto escorria uma lágrima no meu rosto, mesmo rosto averiguado repetidas vezes na entrada. Marquei o gabarito com o nervosismo causado por tudo que me ocorreu.

Nem acreditava mais na aprovação por causa da minha desestabilização no dia do teste. Chegou o dia do resultado, o meu número de inscrição estava na quarta posição na lista de aprovadas/os, seguido do nome “Ana da Silva Oliveira”. Chorei novamente, em um misto contraditório de alegria e frustração.

Dia da matrícula ou primeiro dia de batalha dentro da escola: “o que é transgênero?”, “Ela não, ele!”, “Seu banheiro não é esse!” e outros constrangimentos

Depois de refletir bastante, decidi estudar no IF, levei a vasta documentação exigida e fui para escola com minha mãe realizar a matrícula. Encaminharam-nos para o setor acadêmico, lá um servidor tatuado estava conferindo a lista de aprovação e a documentação obrigatória. Tinha ensaiado várias vezes como dizer que era um homem trans e, na hora, esqueci tudo. O homem por trás do balcão solicitou a minha documentação e perguntou qual era meu nome e o curso, respondi: “Nestor da Silva Oliveira, fui o quarto colocado no curso de Administração”. O servidor pegou a lista e balançou a cabeça negativamente, antecipei a devolutiva dele e informei que era transgênero, um homem trans. Recebi dele um arqueado de sobrancelha em uma reação de dúvida. Chamou um colega de trabalho que estava no computador e perguntou em tom baixo: “O que é transgênero?”. Todavia, ainda dava para eu escutar. Atônito com a pergunta, não ouvi a resposta do colega.

Em mais um movimento de antecipação e defesa mostrei para ele minha carteira de nome social. Percebi outra vez o mesmo olhar feito pelos fiscais da prova. O servidor falou que o meu caso era novo e tinha que consultar a Direção de Ensino do *campus*. Esperei dez minutos até ele voltar com a Diretora de Ensino. Ela me perguntou como eu me identificava, dei a mesma resposta com o meu nome social e curso. A diretora conversava com o servidor sobre a minha matrícula, quando ouvi: “Ela vai fazer a matrícula normalmente”, minha mãe prontamente a corrigiu: “Ela não, ele!”. Tiveram um espasmo pela surpresa da intervenção, embora não tenham ficado tão constrangidos quanto eu.

No preenchimento da ficha de matrícula, não havia espaço para a indicação do nome social, minha mãe, identificando essa ausência, informou que autorizava a utilização do meu nome social e, mais uma vez, o

servidor falou que não sabia como proceder pedindo para esperarmos. Depois de um longo período disse que havia encontrado um modelo de Requerimento de Inclusão e Uso do Nome Social adotado em outro IF, infelizmente ainda não implementado naquela instituição. Devido a essa ausência de normativa, iria abrir um processo no protocolo junto à Direção de Ensino requerendo informações sobre o meu caso. Após quase uma hora e vinte minutos para realizar minha matrícula, senti uma contração no ventre, precisava ir ao banheiro. Questionei ao homem que nos atendia onde ficava o banheiro mais perto, ele disse para eu seguir direto no corredor à esquerda.

Fui apressado ao lugar indicado, olhei para as duas placas de feminino e masculino, acima das portas. Queria ir ao banheiro masculino, porém vi a movimentação dentro dele e fiquei com medo de ser confrontado por algum homem cisgênero. Não tinha ninguém no banheiro feminino quando eu entrei, acessei a cabine e fechei a porta querendo que aquele ato terminasse logo. Saí da cabine e, com o rosto voltado para baixo, fui em direção da pia lavar minhas mãos. Defronte a mim havia um espelho. Não era meu dia de sorte, ergui a cabeça e vi meu reflexo e a chegada de um grupo de garotas, elas me viram e ficaram com cara de nojo, uma delas soltou um sonoro: “Seu banheiro não é esse!”, abaixei novamente minha face e saí sem olhá-las de volta. Voltei ao setor do Controle Acadêmico e abracei a minha mãe, assustada, ela questionou o que havia ocorrido, respondi: “Nada!”. Enxuguei outra lágrima escorregadia enquanto pensava: “Esse foi o meu primeiro dia aqui”.

Superadas as adversidades iniciais relacionadas à matrícula, passei a me sentir encorajado e confiante para o início das aulas. Nos primeiros dias, optei por limitar minhas interações apenas às situações em que fosse inevitável. Afinal, a invisibilidade que comumente afeta as pessoas Trans* na sociedade, poderia ser um instrumento eficaz para garantir minha tranquilidade, até que eu pudesse me sentir mais seguro e ambientado.

No entanto, passaram-se apenas algumas semanas para que as informações a meu respeito comesçassem a ser divulgadas. Sem que eu soubesse como ou quem havia revelado meu nome civil, passei a perceber olhares e conversas em rodinhas de alunos, que eram bruscamente interrompidas quando eu demonstrava meu desconforto. Nas divisões de equipes para realização de trabalhos em grupo, eu era sempre preterido, por mais dedicado que fosse. Alguns professores, ao mencionar meu nome em sala de aula, demonstravam sarcasmo no tom de voz e no pequeno sorriso percebido no canto da boca, o que denunciava sua verdadeira intenção. A situação se tornou mais evidente quando, em uma ida ao banheiro masculino – sempre um local de insegurança para pessoas como eu – consegui ouvir, de longe, a voz do funcionário da limpeza, indignado com esses “tempos de hoje”, em que “mulher quer virar homem”.

Se é verdade que o corpo humano, diante de uma situação de alerta, se prepara para a luta ou para a fuga, admito que, naquele momento, o ímpeto de fugir me pareceu mais apropriado. Afinal, como me sentir seguro se uma informação que só diz respeito a mim havia sido divulgada sem que houvesse qualquer consentimento meu? Como buscar apoio junto à coordenação se a guarda dessa informação, que havia sido confiada a eles, foi rompida? Como acreditar que a educação nesta ou em qualquer outra Instituição de Ensino poderia me dar oportunidade de um bom futuro se, desde que me reconheci homem trans, passei a me deparar com obstáculos de toda natureza para exercer o direito de frequentar as aulas? Como eu conseguiria estudar em um espaço onde eu sequer conseguia me sentir pertencente?

NOTAS DE ENSINO

Fontes e métodos de produção

Esse caso de ensino é inspirado a partir de fatos verídicos ocorridos em um Instituto Federal. Os dados de identificação sofreram alterações para garantir o anonimato das pessoas relacionadas aos relatos. As informações integrantes do caso foram selecionadas por meio de observação não-participante em uma instituição de ensino da Rede Federal por dois dias em turnos alternados (manhã e tarde), de entrevistas com servidores/as do controle acadêmico e da gestão escolar. Também foi utilizado o conhecimento dos procedimentos administrativos dos Institutos Federais combinado com outros relatos obtidos em notícias e conversas com pessoas Trans* para conferir maior fidedignidade ao texto.

Objetivos de ensino

Tem-se o objetivo de apresentar os desafios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para inclusão das transgeneridades, para fomentar o debate acerca da diversidade e da inclusão no contexto das instituições públicas de ensino. Assim, o presente caso de ensino busca demonstrar a necessidade das organizações de ensino construírem normativas intersetoriais e compatíveis com as demandas sociais na área de Gestão da Diversidade e Inclusão, para que haja um tratamento digno a todos os públicos de relacionamento, especialmente membros do corpo discente. Pode também compor um debate sobre o papel da gestão escolar e de técnicas/os administrativos no tratamento da diversidade em instituições onde se oferta a EPT, correlatas às demandas de estudantes Trans* e demais integrantes da escola autodeclaradas/os não-cisgêneros. Porque a discussão dessas temáticas poderá promover a elucidação de preconceitos e prevenção de violências cometidas por falta de informação e momentos de reflexão.

Por retratar o papel da gestão e das/os servidoras/os públicas/os de um Instituto Federal no atendimento de um discente Trans*, uma variada gama de situações é posta em análise, desenvolvidas em momentos distintos e com capacidade de impacto em direitos básicos, integridade física e psíquica da pessoa envolvida. Esse contexto exige decisões cruciais por parte das/os gestoras/es para a solução de dilemas ainda pouco explorados nas formações acadêmicas e profissionais.

Esse caso de ensino tem a inscrição e matrícula de um homem trans em uma organização de ensino pública como plano de fundo, considerando a ótica da experiência de um candidato e, em seguida, ingressante na EPT de um Instituto Federal. Desse modo, esse caso de ensino direciona ao aprendizado para a gestão da diversidade e responsabilidade das pessoas gestoras na promoção e criação de mecanismos institucionais que fomentem a equidade e acolham as diferenças, principalmente em serviços educacionais. Assim, constituir espaços críticos para a formulação de reflexões para profissionais da educação, com intuito de edificar práticas mais inclusivas.

Disciplinas sugeridas para uso do caso

Esse caso pode se inserir no conteúdo programático de disciplinas dos cursos de graduação e/ou pós-graduação que abordem as temáticas gestão da diversidade, gestão de pessoas, gestão em educação, cultura organizacional, administração pública, direito civil, direito constitucional, direito administrativo, ética e

responsabilidade social, atendimento ao público, sistemas de cadastro de usuários ou outras relacionadas aos temas: diversidade, inclusão, identidades, subjetividades, preconceito/discriminação, gênero e sexualidade.

Também é possível aplicar esse caso de ensino na formação de profissionais de equipes multidisciplinares em contextos de educação profissional e tecnológica, ou outros, como da educação superior, visando a discussão de situações que podem ser vivenciadas pela equipe no contexto da organização de ensino. Ainda, o caso pode ser adotado em disciplinas da área de Tecnologia da Informação, como metodologia ativa de ensino-aprendizagem para discutir estratégias de diversidade e inclusão para os recursos tecnológicos, ao se considerar o dilema da organização escolar na identificação e matrícula do discente trans.

Referencial para as atividades

Aspectos históricos e legais da EPT no Brasil e as possibilidades de inclusão social de pessoas Trans*

Em 23 de setembro de 1909, no decreto nº 7.566, Nilo Peçanha propõe uma educação voltada para a formação de profissionais no Brasil, direcionada aos “desfavorecidos da fortuna”, esse marco inicia a história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Marise Ramos (2014) indica o aumento da atuação do Estado brasileiro para a educação profissional no rol do planejamento estratégico, devido à demanda de mão de obra mais qualificada. Essa movimentação culmina no Decreto nº 47038, de 16 de novembro de 1959, que incorpora as Escolas Técnicas à Rede Federal de ensino técnico, transformadas em 1994 nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

No século XXI, com o advento da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais), instituições multicampi e pluricurriculares de educação básica, profissional e superior.

Diante desse histórico, A EPT alinha-se com a, da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, no seu artigo 39, onde define essa modalidade de ensino com enfoque nos objetivos da educação nacional, com integração aos diferentes níveis e modalidades educativas e às dimensões da ciência, do trabalho e da tecnologia (BRASIL, 1996). A EPT também atende ao estabelecido pela Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 227, que prevê o dever do Estado, família e sociedade assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, o direito à educação, à profissionalização, ao respeito, à dignidade, à convivência social e à liberdade, assim como, proteger contra toda forma de discriminação, opressão e violência com absoluta prioridade (BRASIL, 1988).

Todavia, para o êxito dessas e outras normativas, a EPT precisa ultrapassar obstáculos e ter seus objetivos efetivados, é o caso da oferta desse ensino frente às demandas sociais das pessoas Trans*. Conforme os dados do Censo Multissetorial, produzido pela Gestão Káiros (2022), em um levantamento realizado com 26.619 profissionais, desse quantitativo de respondentes, 99,6% engloba pessoas autodeclaradas cisgêneras e 0,4% se autodeclararam mulheres Trans (0,3%) ou homens Trans (0,1%). Essa estatística somada aos dados de 2019 do levantamento do perfil socioeconômico de estudantes de graduação, onde somente 0,2% das pessoas graduandas se autodeclararam Trans* (ANDIFES, 2019), refletem as dificuldades de participação desse segmento no mundo

do trabalho e na educação formal. A maioria do grupo Trans* brasileiro não encontra possibilidades para concluir o Ensino Médio e o Ensino Básico, a transfobia é uma das principais causas das evasões (UFSC, 2019).

Logo, a implementação de políticas na educação para incluir as transgeneridades é uma ferramenta importante de reparação desse *modus operandi*, pois a ascensão socioeconômica através da formação acadêmica é um ganho estratégico para essa população, considerando, principalmente, que encontram-se majoritariamente no desemprego ou informalidade, podendo estar inclusive em situação de rua (TODXS, 2020).

Outro aspecto socioeconômico foi identificado durante a observação não-participante: na ambiência da escola, as identidades transmasculinas (Homem Trans e Transmasculino) são mais presentes. Esse dado alinha-se aos achados da pesquisa do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) onde, dentre as identidades Trans* do município de São Paulo participantes, os homens trans possuem maior índice de conclusão do ensino médio com 64%, enquanto mulheres trans possuem taxa de 48% e travestis apenas 39% (CEDEC, 2021).

Nesse ponto, pesquisas apontam a influência positiva da EPT nas trajetórias de seu corpo discente: estudantes que concluíram a EPT tendem a ter melhores habilidades de leitura nas avaliações (OCDE; ITAÚ SOCIAL, 2021); a ter salários 20% (vinte por cento) maiores, em comparação a quem concluiu o ensino na modalidade regular (ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO, 2021); a conseguir vagas em empregos de melhor qualidade, com 77% (setenta e sete por cento) de estudantes ou egressas/os com boa inserção no mundo do trabalho e em áreas econômicas de maior valor agregado (Rego; Rosas; Prado, 2021).

As transgeneridades na escola: transfobia e a utilização do nome social

A experiência da comunidade Trans* no contexto educacional é marcada por barreiras e violências que podem se dar de maneira explícita ou, ainda, de forma insidiosa, através de microagressões (Andrade, 2015; Rodrigues, 2023). Em que pesem as recentes alterações legais, com vistas a facilitar a alteração do registro de nome civil, aliadas à ampliação de ações afirmativas para melhorar o acesso de pessoas Trans* às instituições públicas de ensino brasileiras (Cavanaugh; Luke, 2021), há impasses a serem sanados.

A permanência nesses ambientes ainda é permeada por ameaças ao bem-estar físico e emocional, pela hesitação em usar os recursos que as instituições oferecem para prestar a assistência estudantil e enfrentamento à transfobia na escola (Nascimento; Adad, 2023). Tal fenômeno acarreta na diminuição do desempenho acadêmico e desestímulo à continuidade da formação educacional de estudantes Trans* (Pascale; Devita, 2024). Nesse aspecto, não se trata de um abandono escolar, que sugere autonomia e responsabilidade discente na tomada de decisão, mas sim de uma expulsão escolar (Andrade, 2015), pois tem relação direta com as ações e omissões organizacionais das instituições de ensino no tocante a criação de um espaço acolhedor para as transgeneridades (Oliveira, 2021).

De modo geral, as organizações educacionais refletem o binarismo de gênero. A nível institucional, a elaboração de questionários e cadastros onde as opções de gênero incluem apenas homens ou mulheres, excluindo outras identidades não-binárias, além da persistência no uso de nomes e pronomes inadequados, que se constituem em microagressões sistêmicas que expõem pessoas Trans* à invisibilidade (Baros, 2022; Lima, 2023).

Por conta da necessidade de serem identificadas conforme a sua identidade de gênero e a burocracia no processo judicial de retificação de nome e gênero, antes da regulamentação da retificação diretamente nos

cartórios em 2018, o movimento social organizado de travestis e transexuais articulou a política da Carteira de Identificação de Nome Social. Essa política de utilização do nome social, trata-se de um direito conquistado após décadas de reivindicações de travestis e transexuais para ter o reconhecimento civil dos seus nomes utilizados socialmente, em consonância com a sua identidade de gênero (Silva, 2021). Demanda essa que culminou, em âmbito federal, no Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que garante o uso do nome social nos órgãos e entidades da administração pública.

Entretanto, especificamente para as instituições de ensino, foi editada a Resolução nº 1 de 19 de janeiro de 2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelece o uso do nome social para os/as estudantes Trans*, inclusive aos menores de idade nas escolas públicas, condicionado à autorização expressa das/os responsáveis legais (Cavalcanti; Silva, 2022). A autorização legal de responsáveis ainda é um dos grandes empecilhos para o gozo desse direito para crianças e adolescentes Trans*, que são privadas/os do livre desenvolvimento da sua personalidade e ferindo a sua dignidade (Favero, 2020), direitos resguardados nos artigos 4º e 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no texto constitucional (Lima, 2023).

A Organização dos Institutos Federais e as Normativas para a Utilização do Nome Social

Os Institutos Federais compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Essas instituições possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Dentre os seus objetivos está a geração de trabalho e renda e a emancipação da/o cidadã/o, independente de raça-etnia, gênero e classe social (INSTITUTO CÍCLICA, 2023). Percebe-se o comprometimento da EPT ofertada por essas autarquias com as demandas de grupos postos à margem da sociedade, as reivindicações das pessoas Trans* possuem igual importância nessas ações inclusivas.

Cabe ressaltar que o caráter de rede dos Institutos Federais não significa a unidade das normativas. Cada autarquia possui autonomia, conforme os limites legais, para editar seu regime jurídico através de portarias, pareceres, ofícios-circulares, regimentos e demais atos normativos. Se for facultativa, uma política pode ser implementada ou não a depender da discricionariedade da gestão (Cavalcanti; Silva, 2022). Até mesmo as implementações obrigatórias podem não vir a existir por improbidade, morosidade e falta de fiscalização. Essa desarticulação entre as instituições gera impasses dentro da própria Rede Federal e acentua as diferenças das realidades de cada *campus*, principalmente no que se refere às políticas de inclusão (Xavier, 2019). A termo de exemplo, na tratativa do nome social, há Institutos Federais sem uma previsão normativa a respeito.

Por sua vez, o Instituto Federal de São Paulo (IFSP) possui a Portaria nº 2.102 de 2014, que assegura o uso do nome social adotado por discentes, servidores e trabalhadoras/es terceirizadas/os que se autodeclaram lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (IFSP, 2021). Essa normativa garante a utilização dessa política de inclusão no âmbito interno da instituição (frequências, provas, crachá, comunicações internas de uso social, nome de usuário em sistemas eletrônicos). Contudo, constará somente o nome civil nos históricos, declarações e diplomas, uma lacuna passível de reflexão. Destaca-se também que, diferente de outros Institutos Federais, o IFSP não apresenta a possibilidade de solicitação de uso de nome social na aplicação dos seus Exames Classificatórios para o preenchimento de vagas para o ensino médio integrado aos cursos técnicos e demais vagas para cursos profissionalizantes de nível médio.

Um ponto importante a se destacar é o fato de que o IFSP adotou a Portaria nº 2.102 de 2014, sem a previsão de autorização expressa dos pais, com amparo legal no ECA e nos princípios da dignidade humana da

Constituição Federal. Essa estratégia jurídica é visualizada de maneira semelhante nos resultado da pesquisa de Sol Lima (2023), em que outras normativas ancoraram a utilização do nome social em procedimentos internos da escola, mesmo sem a autorização exigida pela Resolução nº 1 de 19 de janeiro de 2018 do CNE.

Campanha “STF, libera o meu xixi!” e o Uso do Banheiro na Escola

Além de estarem sujeitos à invisibilidade linguística (Baros, 2022) e de estarem expostos à utilização incorreta de nomes e pronomes, deslegitimando suas identidades (Howansky et al., 2022), o acesso a um banheiro se torna mais um obstáculo às pessoas Trans* nos espaços públicos (Huff *et al.*, 2023)

Devido à possibilidade de exposição indevida e violências, o uso de banheiro em escolas por discentes Trans* costuma ser descrito como algo que requer um elevado nível de planejamento (McGuire; Okrey Anderson; Michaels, 2021). Nesse aspecto, pesquisadores têm associado a segurança no banheiro para estudantes Trans* como um destaque para a percepção de segurança escolar e para o bem-estar dos discentes (Huff *et al.*, 2023; McGuire; Okrey Anderson; Michaels, 2021). No Brasil não há nenhuma norma jurídica que regule o uso do banheiro, o que existe são convenções sociais baseadas na divisão binária entre feminino e masculino, utilizada por parte considerável das organizações públicas e privadas.

Essa discussão permeia noções falsas sobre risco de pessoas Trans* violentarem sexualmente pessoas cisgêneras, que se intensifica majoritariamente nos banheiros femininos, apesar de inexistirem ocorrências dessa natureza no contexto brasileiro (Benevides, 2023). Em contrapartida, cotidianamente, indivíduos Trans* sofrem violências física, moral e psicológica por conta do uso de banheiro em diversos estabelecimentos, incluindo as instituições de ensino, como a violência sofrida por uma estudante trans no Colégio Estadual Liceu Nilo Peçanha em Niterói-RJ, noticiada no portal O Globo (2022).

Um espaço usado constantemente por pessoas cisgêneras é mais um local de exclusão e violência para o grupo Trans*. Ter esses tipos de violências dentro do ambiente escolar reflete como a sociedade enxerga as transgeneridades e denuncia a emergência de se intervir nas organizações de ensino para que possam lograr êxito nos seus objetivos, dentre eles o de emancipação e formação cidadã de forma integral, preconizados na EPT (INSTITUTO CÍCLICA, 2023).

Propostas de atividades a serem desenvolvidas

Seguem perguntas que podem auxiliar na aplicação do caso:

- 1 - Em quais aspectos o procedimento de solicitação de nome social no Exame Classificatório do IF pode ser encarado como uma barreira para o atendimento às pessoas Trans*?
- 2 - Sobre o caso apresentado, é possível considerar que os processos organizacionais foram inclusivos? Por quê?
- 3 - Quais as dificuldades enfrentadas pela gestão escolar no acolhimento de estudantes Trans*?
- 4 - Em relação aos procedimentos realizados pela gestora e profissionais envolvidos no caso, quais ações podem ser consideradas adequadas ou inadequadas?
- 5 - Quais medidas podem ser adotadas pelas organizações a respeito do uso do banheiro para a comunidade Trans*?
- 6 - Que estratégias poderiam ser adotadas pela organização a fim de assegurar um ambiente educacional mais inclusivo para discentes Trans*?

Quadro 1 – Sugestão de roteiro de aplicação do caso

DURAÇÃO EM MINUTOS	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
0 – 20	Breve debate sobre gênero, identidade e sexualidade e noções sobre os direitos das pessoas transgênero, baseando-se em leituras prévias.
20 – 40	Leitura do caso de ensino e divisão das equipes.
40 – 70	Discussão das equipes sobre as questões: • Equipe A: “Em quais aspectos o procedimento de solicitação de nome social no Exame Classificatório do IF pode ser encarado como uma barreira para o atendimento às pessoas Trans*?” • Equipe B: “Sobre o caso apresentado, é possível considerar que os processos organizacionais foram inclusivos? Por quê?” • Equipe C: “Quais as dificuldades enfrentadas pela gestão escolar no acolhimento de estudantes Trans*?”
70 – 120	Apresentação das equipes e debate sobre as respostas.
120 – 140	Intervalo.
140 – 150	Registro de respostas à questão: “Em relação aos procedimentos adotados por profissionais do setor técnico-administrativo e da gestão com envolvimento no caso, quais ações podem ser consideradas adequadas ou inadequadas?”
150 – 180	Apresentação e colagem das respostas em modelo de <i>like/deslike</i>
180 – 200	Debate coletivo sobre a questão: “Que estratégias poderiam ser adotadas pela gestão a fim de assegurar uma instituição de ensino que respeita as identidades Trans*?”
200 – 210	Conclusão do caso.

Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es (2024).

Na terceira parte da aula, a pergunta 4 será abordada por meio da dinâmica de *like/deslike*. Dessa forma, serão distribuídos 2 papéis adesivos para cada discente, onde deverão descrever as ações que consideram inadequadas em um e as ações adequadas no outro. Depois do preenchimento dos papéis, as respostas escritas serão lidas e coladas em um painel, que se encontra dividido em duas colunas. Na primeira, consta um símbolo de *like* (☐), na segunda o *deslike* (☐). As ações inadequadas deverão ser coladas na coluna referente ao *deslike*, indicando que devem ser descontinuadas. Por sua vez, as ações consideradas adequadas deverão ser coladas na coluna de *like*, indicando que deverão ser apoiadas.

Na quarta e última parte da aula, o grupo deverá apresentar um debate coletivo com soluções para a questão 6. As sugestões apresentadas deverão ser escritas em quadro, formando uma nuvem de ideias.

Sugestões de Leitura Complementar de Estudos Trans*:

- ANDRADE, Luma Nogueira de Andrade. **Travestis na Escola: Assujeitamento e Resistência à Ordem Normativa**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- FAVERO, Sofia. **Psicologia Suja**. Porto Alegre: Devires, 2022.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.
- PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogia das Travestilidades**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2022.
- NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- VASCONCELOS, Caê. **trans-resistência: pessoas trans no mercado de trabalho**. São Paulo, Editora Dita, 2021.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luma Nogueira de Andrade. **Travestis na Escola: Assujeitamento e Resistência à Ordem Normativa**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- BAROS, J. N. Linguistically Invisible: The Experiences of Transgender Students in Spanish Language Courses. **Journal of Homosexuality**, v. 69, n. 13, p. 2326–2347, 2022. Disponível em: <https://doi-org.ez17.periodicos.capes.gov.br/10.1080/00918369.2021.1938465>. Acesso em: 11 mai. 2024.
- BRASIL. **Constituição Federal**, de 5 outubro de 1988. Brasília: 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 fev. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 24 fev. 2024.
- BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília-DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.
- CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; SILVA, Jéssica Marcela Pedreira da. O enfrentamento à transfobia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-Campus Belém: percepções sobre a Resolução 363/2017 CONSUP. **Vértices** (Campos dos Goitacazes), v. 24, n. 2, p. 659-679, 2022.
- CAVANAUGH, K. M.; LUKE, M. M. Transgender College Student Identity Development: A Narratology of Intermediating Experiences. **Journal of Humanistic Counseling**, v. 60, n. 2, p. 137-156, 2021. Disponível em: <https://doi-org.ez17.periodicos.capes.gov.br/10.1002/johc.12161>. Acesso em: 11 mai. 2024.
- CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA - CEDEC. **Mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo**. 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Relatorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.
- FAVERO, Sofia. **Crianças Trans: infâncias possíveis**. Porto Alegre: Devires, 2020.
- INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO (IFSP). **IFSP assegura o uso do nome social para alunos, servidores e terceirizados**. 2021. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/3146-ifsp-assegura-o-uso-do-nome-social-para-alunos-servidores-e-terceirizados>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- INSTITUTO CÍCLICA. **O futuro do mundo do trabalho para as juventudes brasileiras**. 2023. Disponível em: <https://observatorioept.org.br/conteudos/o-futuro-do-mundo-do-trabalho-para-as-juventudes-brasileiras>. Acesso em: 27 fev. 2024.

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO (IET). **Ensino Profissional e Técnico no Brasil: construção de engajamento de parceiros sociais**. 2021. Disponível em: <https://observatorioept.org.br/conteudos/ensino-profissional-e-tecnico-no-brasil-construcao-de-engajamento-de-parceiros-sociais>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MCGUIRE, J. K.; OKREY ANDERSON, S.; MICHAELS, C. “I don’t think you belong in here:” The impact of gender segregated bathrooms on the safety, health, and equality of transgender people. **Journal of Gay & Lesbian Social Services**, v. 34, n. 1, p. 40–62, 2022. Disponível em: <https://doi-org.ez17.periodicos.capes.gov.br/10.1080/10538720.2021.1920539>. Acesso em: 11 mai. 2024.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, L. C.; HOLANDA COSTA ADAD, S. J. Trans*referenciando o currículo: cartografias desejantes de jovens transvestigêneres. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. e-rte331202407, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rteo/article/view/68641>. Acesso em: 11 mai. 2024.

HOWANSKY, K.; WITTLIN, N.; BONAGURA, D.; COLE, S. Him, her, them, or none: misgendering and degendering of transgender individuals. **Psychology & Sexuality**, v. 13, n. 4, p. 1026–1040, 2022. Disponível em: <https://doi-org.ez17.periodicos.capes.gov.br/10.1080/19419899.2021.1978529>. Acesso em: 11 mai. 2024.

HUFF, M.; EDWARDS, K. M.; MAUER, V. A.; LITTLETON, H.; LIM, S.; SALL, K. E. Gender-neutral bathrooms on campus: a multicampus study of cisgender and transgender and gender diverse college students. **Journal of American College Health**, p. 1–5, 2023. Disponível em: <https://doi-org.ez17.periodicos.capes.gov.br/10.1080/07448481.2023.2239358>. Acesso em: 11 mai. 2024.

O GLOBO. **Estudante trans diz ter sido orientada a não usar banheiro feminino de escola...**. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/estudante-trans-diz-ter-sido-orientada-nao-usar-banheiro-feminino-de-escola-em-niteroi-por-conta-desse-tipo-de-atitude-muitas-deixam-de-estudar-1-25388292>. Acesso em: 28 fev. 2024.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. In: BECKER, Clara. ‘É preciso romper com a transfobia estrutural no serviço público’. **Nexo**. Entrevista com Megg Rayara Gomes de Oliveira. Publicado em 14 de mar de 2021. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/profissoes/2021/03/14/%E2%80%98C3%89-preciso-romper-com-a-transfobia-estrutural-no-servi%C3%A7o-p%C3%ABlico%E2%80%99>. Acesso em: 03 maio de 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE); ITAÚ SOCIAL. **Education Policy Outlook: Brasil – com foco em políticas nacionais e subnacionais**, 2021. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Education--Policy-Outlook-Poli%CC%81ticas-Nacionais-e-Subnacionais.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.

PASCALE, A. B.; DEVITA, J. M. Transgender college students’ mental health: Comparing transgender students to their cisgender peers. **Journal of American College Health**, v. 72, n. 1, p. 135–141, 2024. Disponível em: <https://doi-org.ez17.periodicos.capes.gov.br/10.1080/07448481.2021.2024212>. Acesso em: 11 mai. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. 1 ed. Coleção Formação Pedagógica, vol. 5. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

REGO, F.; ROSAS, I.; PRADOS, R. Educação profissional e tecnológica como alternativa de acesso ao mercado de trabalho. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 14585–14596, 2021. Brazilian Journal of Development. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n2-198>. Acesso em: 27 fev. 2022.

RODRIGUES, Jessyka da Silva. **Travestilidades negras: descolonizando a escola**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2023.

SILVA, Jovanna Baby Cardoso. **Bajubá Odara: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis no Brasil**. Piauí: Picos, 2021.

TODXS. **Manual de implementação de ações afirmativas para pessoas Trans na pós-graduação.** Disponível em: <https://todxs-site.s3.amazonaws.com/manual-de-implementacao-de-acoes-afirmativas-para-pessoas-trans-na-pos-graduacao.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **‘Trans e travestis estão revolucionando e produzindo conhecimento’, diz pesquisadora.** 2019. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2019/07/ufsc-na-midia-trans-e-travestis-estao-revolucionando-e-produzindo-conhecimento-diz-pesquisadora>. Acesso em: 24 fev. 2024.

XAVIER, G. do C. Transexualidade no Ensino Médio: desafios e possibilidades. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 5, n. 1, p. 79–95, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/31931>. Acesso em: 1 maio. 2023.

APÊNDICE - M – DESPACHO DO PEDIDO FEITO PELO PROFEPT PARA A PROPI



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
CAMPUS PARNAIBA

PARNAIBA, 28 de setembro de 2023.

Despacho:

O professor do programa ProfEPT apresentou este processo, visando ampliar a discussão sobre o tema. A partir do encaminhamento na reunião da Comissão Acadêmica Local - CAL, foi sugerido a análise por parte da pró-reitora de pesquisa, sobre a possibilidade de inserção do tema nas políticas de Ações Afirmativas da Instituição, assim como, no aditamento das cotas.

Segue para análise e encaminhamentos.

Despacho assinado eletronicamente por:

Jalva Lilia Rabelo de Sousa, COORDENADOR(A) DE CURSO - FUC1 - PROFEPT-IFPI - CAMPUS PARNAIBA, PROFEPT-IFPI - CAMPUS PARNAIBA, em 28/09/2023 21:36:56.

Avenida Monsenhor Antônio Sampaio, Dirceu Arcoverde, PARNAIBA / PI, CEP 64.211-145

Fone: (86) 3315-6900 Site: www.ifpi.edu.br